

EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA AMÉRICA LATINA

ORGANIZADORES:

Gilson Pôrto Jr.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

José Lauro Martins

Leonardo Pinheiro da Silva

Adriano Alves Silva



FELAFACS

Federación Latinoamericana de
Facultades de Comunicación Social



Observatório
Edições

Audiodescrição:

A capa do livro tem fundo em tom degradê de roxo e lilás, com uma estética contemporânea e limpa. Na parte superior, em letras maiúsculas e brancas, está o título: "EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA AMÉRICA LATINA". Logo abaixo, à direita, há um retângulo cinza-claro com o texto "ORGANIZADORES:" seguido dos nomes: Gilson Pôrto Jr., Sinomar Soares de Carvalho Silva, José Lauro Martins, Leonardo Pinheiro da Silva e Adriano Alves Silva. Na metade inferior esquerda da capa, sobre o fundo roxo, aparece uma ilustração composta por cartas de baralho dispostas em forma de torre, como uma pirâmide frágil ou castelo de cartas, que emerge sobre a superfície do planeta Terra, parcialmente visível em tons de azul e verde. As cartas têm desenhos em preto e branco, e algumas parecem estar em movimento ou prestes a cair, sugerindo instabilidade, desafio e complexidade — uma metáfora visual para as tensões e transformações do jornalismo contemporâneo. Atrás da torre de cartas, há pontos pretos em padrão pontilhado, criando um efeito de profundidade e textura. No canto inferior direito, estão dois logotipos: o da FELAFACS (Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação Social), com ícone azul em forma de ondas sonoras e texto em azul e laranja. Abaixo, o logotipo da Observatório Edições, com um símbolo composto por duas formas geométricas em amarelo e verde, acompanhado do nome da editora em letras azul-escuras. A composição geral transmite uma atmosfera de reflexão crítica e dinamismo, evocando o equilíbrio instável e a complexidade epistemológica do campo jornalístico na América Latina. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares de Carvalho Silva
José Lauro Martins
Leonardo Pinheiro da Silva
Adriano Alves Silva
(Orgs.)

EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA AMÉRICA LATINA

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Porto Jr. / Leonardo Pinheiro.
Arte de capa: Adriano Alves.
Publicado em: Outubro/2025.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56

EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA AMÉRICA LATINA. [recurso eletrônico] / Organização: Gilson Pôrto Jr., Sinomar Soares de Carvalho Filho, José Lauro Martins, Leonardo Pinheiro da Silva, Adriano Alves Silva. – Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025.

359 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-988582-1-6

1. Jornalismo – América Latina. 2. Epistemologia – Comunicação. 3. Práticas jornalísticas 4. Estudos latino-americanos. 5. Teorias da comunicação. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Silva, Sinomar Soares de Carvalho. III. Martins, José Lauro. IV. Silva, Leonardo Pinheiro da. V. Silva, Adriano Alves.

CDD 070.430981

CDU 070:101:316.77(8)(0.034)

LCC PN4784.L29

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA
Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Graduação
Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Flávia Tonani

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Eliane Marques dos Santos
Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dra. Marli Terezinha Vieira

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clío & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE FACULDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (FELEFACS)

Conselho Diretivo 2025-2027

PRESIDENTE

Prof. Dr. Rafael González Pardo
Universidade de Tolima
(COLÔMBIA)

SECRETARIO EXECUTIVO

Prof. Dr. Santiago Humberto
Gómez
Universidade Autónoma de
Bucaramanga
(COLÔMBIA)

Membros:

Diretor Titular Países Andinos

Prof. Dr. Carlos Rivadeneyra Olcese
Universidade de Lima (PERU)

Diretor suplente Países Andinos

Prof. Dr. Juan Ramos Martín
Universidade Javeriana (COLÔMBIA)

Diretor Titular Cone Sur

Prof. Cristian Muñoz Catalán
Universidade de La Serena (CHILE)

Diretor Suplente Cone Sur

Prof. Dr. Ramon Burgos
Universidade Nacional de Jujuy (ARGENTINA)

Diretora Regional Caribe

Profa. Dra. Alicia Álvarez
Universidade APEC (REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretor Suplente Regional Caribe

Prof. Alfredo Padrón Buonaffina
Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC, REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretora Países Associados

Profa Dra. Sindy Chapa
Universidade Estatal de La Florida (ESTADOS UNIDOS)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Arely Franco
Universidade de El Salvador (EL SALVADOR)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Leonor Lucia González Quiñonez
Universidade Rafael Landívar (GUATEMALA)

Diretor Regional México

Prof. Dr. Mariano Navarro
Universidade Panamericana (MÉXICO)

Diretor Regional Brasil

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Universidade Federal de Tocantins (BRASIL)

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SOARES, SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MARTINS, José Lauro; SILVA, Leonardo Pinheiro da; SILVA, Adriano Alves (Orgs.). EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALISTICAS NA AMÉRICA LATINA. Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025. 359 p. ISBN 978-65-988582-1-6.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. //r: PÔRTO JR., Gilson; SOARES, SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MARTINS, José Lauro; SILVA, Leonardo Pinheiro da; SILVA, Adriano Alves (Orgs.). EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALISTICAS NA AMÉRICA LATINA. Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

CAPÍTULO 1 - NOVAS DINÂMICAS NO JORNALISMO DIGITAL LATINOAMERICANO / 15

Mercedes Itzayana Robalino Latorre, Ramiro Ruales Parreño

CAPÍTULO 2 - SINTONIZANDO A MUDANÇA: rádios comunitárias como meio de educação alternativa / 29

Leonor Lucia González Quiñónez

CAPÍTULO 3 - AUXILIARES DA METATEORIA COMO FERRAMENTA DA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO / 49

Tanius Karam

CAPÍTULO 4 - UMA PROPOSTA TRANSMÍDIA PARA O EMPODERAMENTO E A VISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS EM SANTANDER / 73

Fabio Andres Ribero

CAPÍTULO 5 - A IMAGEM DO MONSTRUOSO: Uma semiótica encarnada em Ibagué / 89

Adriana Milena Torres Portela

CAPÍTULO 6 - A CONSTRUÇÃO VISUAL DO FEMINICÍDIO NO JORNALISMO AMAZÔNICO / 95

Isabella Flávia Maciel da Silva, Ana Beatriz Alves de Almeida, Cynthia Mara Miranda

CAPÍTULO 7 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: PROPOSTAS PARA RECONHECER E VISIBILIZAR O PAPEL DAS MULHERES PESQUISADORAS / 115

Marta Rizo García

CAPÍTULO 8 - EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO: Rompendo paradigmas e desvelando tendências e perspectivas / 127

José Diogo Tavares Pedrosa, Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 9 - “É VELHICE OU LONGEVIDADE?”: O tratamento dado pela mídia brasileira ao envelhecimento populacional / 149

Jorge Rocha

CAPÍTULO 10 - REPRESENTAÇÕES DA MULHER JOGADORA MÃE NAS MATÉRIAS DO ESPORTE ESPETACULAR DURANTE AS COPAS DO MUNDO DE FUTEBOL, FEMININO DE 2019 E 2023 / 175

Joice Danielle Nascimento Pereira

CAPÍTULO 11 - A COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA E PRÁTICA ESPORTIVA NA QUALIDADE DE VIDA DE ESTUDANTES SURDOS / 199

Clay Marinângelo Miranda Rios, Ayllin Nonato Nunes, Pedro Henrique Essado Maya, Fernando Rodrigues P. Quaresma

CAPÍTULO 12 - ENDOMARKETING E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE DA SINERGIA NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL / 221

Ana Clara Caceres Angeli

CAPÍTULO 13 - AÇÕES AFIRMATIVAS INDÍGENAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024: armadilhas e urgências no lugar de fala / 245

Adriano Alves da Silva, Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, Bruna Alves da Luz

CAPÍTULO 14 - OPERAÇÃO CANGUÇU: Reflexões sobre a abordagem da violência policial no webjornalismo do G1 Tocantins / 275

Alice Agnes Spindola Mota, Mateus Soares dos Santos Lima, Cláudia Pereira Orquiza, Landri Alves Carvalho Neto

CAPÍTULO 15 - EXPLORANDO A CRÔNICA DE VIAGENS DE MANUEL JESÚS ORBEGOZO: Subjetividade, narração e experiência transformadora no jornalismo Latino-Americano / 301

Javier Aurelio Cabello Candela

CAPÍTULO 16 - EPISTEMOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO DECOLONIAL: almejando a redescoberta do Brasil / 327

Luís Guilherme Costa Berti e Nelson Russo de Moraes

ÍNDICE REMISSIVO / 339

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 349

A coletânea reúne 16 trabalhos que exploram temas contemporâneos e urgentes da comunicação Latinoamericana. Os textos abordam desde o jornalismo digital e transmídia até epistemologias decoloniais, feministas e indígenas, passando por representações midiáticas da velhice, da maternidade no esporte e da violência policial. Com metodologias diversas e enfoques críticos, os autores propõem reflexões sobre práticas comunicacionais inclusivas, éticas e transformadoras.

O capítulo 1 apresenta uma análise das transformações que vêm ocorrendo no ecossistema jornalístico da América Latina, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pela digitalização das mídias e pelas novas formas de consumo de informação.

No capítulo 2 a autora discute o papel das rádios comunitárias na promoção da educação popular e inclusiva, com foco no caso do Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER).

O capítulo 3 traz uma reflexão sobre como a metateoria pode contribuir para o aprofundamento crítico da epistemologia no campo comunicacional. O autor apresenta seis ferramentas analíticas como recursos fundamentais para compreender a diversidade teórica da comunicação.

O capítulo 4 explora como estratégias de comunicação transmídia podem fortalecer a imagem e o valor simbólico do

trabalho agrícola na região nordeste da Colômbia. A pesquisa foca na produção de cacau e propõe o uso da publicidade social como ferramenta para gerar mensagens emocionais que ampliem o impacto e a lembrança das campanhas.

O capítulo 5 é resultado da investigação decomo a produção de imagens na cidade colombiana de Ibagué reflete e perpetua promessas civilizatórias de singularidade e eternidade, herdadas da cultura ocidental. A autora analisa cerca de 150 imagens — de murais a peças audiovisuais — para revelar como corpos brancos, masculinos e heterossexuais são representados como símbolos de poder e história, enquanto corpos femininos são relegados a funções decorativas.

No capítulo 6 as autoras analisam como as imagens utilizadas em notícias sobre feminicídio moldam a percepção pública e influenciam a memória das vítimas. A pesquisa foca em portais da Rede Globo na Amazônia Legal, revelando que muitas reportagens usam fotos retiradas das redes sociais das vítimas, frequentemente sorrindo, o que pode suavizar a gravidade do crime.

A autora do capítulo 7 propõe uma revisão crítica da produção científica em comunicação a partir da perspectiva de gênero. Destaca a invisibilização histórica das mulheres pesquisadoras e defende a epistemologia feminista como ferramenta para reconhecer suas contribuições.

O capítulo 8 apresenta uma abordagem estratégica e epistemológica da comunicação no contexto organizacional contemporâneo. Os autores defendem que a comunicação deixou de ser apenas um instrumento de transmissão para se tornar um ecossistema estratégico, capaz de gerar conhecimento, sustentar culturas relacionais e influenciar decisões.

O capítulo 9 explora como a imprensa nacional construiu sentidos sobre o envelhecimento entre 2020 e 2025, período marcado pela pandemia de COVID-19. O estudo também destaca a importância de uma abordagem interseccional, considerando

desigualdades de classe, gênero, raça e região na construção midiática da velhice.

No capítulo 10 a autora analisa como a maternidade foi abordada pela mídia esportiva brasileira, especialmente pela TV Globo. Destaca que a jogadora Katrina Gorry (2023) foi retratada brincando com sua filha Harper no gramado, simbolizando uma nova narrativa que valoriza a presença das mães no futebol.

O capítulo 11 é resultado da pesquisa de como atividades físico-esportivas, aliadas a estratégias comunicacionais acessíveis, impactam a qualidade de vida de estudantes surdos em contexto de educação inclusiva. A pesquisa, realizada com 53 participantes, revela que fatores como renda familiar, acesso à educação bilíngue e uso de recursos em Libras influenciam diretamente os domínios físico, psicológico, social e ambiental da qualidade de vida.

O capítulo 12 traz os resultados da pesquisa realizada no contexto da indústria 5.0, destaca a centralidade do ser humano nas relações tecnológicas e aponta três eixos principais de aplicação da IA: automatização de processos, personalização do desenvolvimento humano e apoio à tomada de decisão.

No capítulo 13 os autores apresentam os limites e contradições das políticas afirmativas voltadas às candidaturas indígenas. O texto aponta que, embora haja avanços legais, o sistema político ainda opera sob lógicas antropocêntricas e necrocapitalistas, desconsiderando as cosmologias indígenas.

O capítulo 14 analisa como o webjornalismo pode contribuir para a legitimação da violência policial por meio de enquadramentos noticiosos. A pesquisa revela que, nas 48 reportagens analisadas sobre a operação, não houve qualquer crítica às mortes dos 18 suspeitos, tampouco questionamentos sobre o uso da força ou os impactos sociais da ação.

O capítulo 15 explora a tradição do cronista peruano Manuel Jesús Orbegozo Hernández (MJO), jornalista, professor e escritor que publicou durante mais de três décadas no suplemento El Dominical

do jornal El Comercio (1961–1992). Analisa como a escrita de Orbegozo articula subjetividade, estilo narrativo e experiência vivida para construir uma representação sensível da realidade.

No capítulo 16 os autores propõem uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos que historicamente moldaram o campo comunicacional. A partir das ideias de Walter Mignolo e de pensadores indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, o texto defende que a comunicação decolonial deve ser protagonizada por sujeitos originários, capazes de relatar o Brasil a partir de suas próprias cosmologias e experiências.

Palmas, Tocantins, verão de 2025.

Os organizadores

NOVAS DINÂMICAS NO JORNALISMO DIGITAL LATINOAMERICANO

Mercedes Itzayana Robalino Latorre
Ramiro Ruales Parreño

Introdução

Na era atual, o jornalismo digital na América Latina tem passado por transformações impulsionadas principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, pelo acesso à internet e pelas novas formas de consumo das audiências. Essas dinâmicas deram origem a meios digitais nos quais o modelo tradicional se reinventa, incorporando formas inovadoras de produção, distribuição e consumo de conteúdos jornalísticos. Diante desse cenário, torna-se indispensável analisar como os meios digitais operam em suas estruturas básicas e de que maneira respondem aos desafios contemporâneos da desinformação, da sustentabilidade e da participação cidadã.

O presente estudo tem como foco identificar e compreender as novas dinâmicas do jornalismo digital em cinco países latino-americanos, a partir da análise de meios nativos digitais

representativos em cada contexto nacional — Equador, Chile, México, Argentina e Colômbia. A investigação busca compreender, sob uma perspectiva qualitativa, as práticas e os enfoques editoriais predominantes no ecossistema digital atual, promovendo uma reflexão crítica acerca do papel do jornalismo como agente transformador e democrático na região.

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de observação não participativa aliada à análise de conteúdo. Essa combinação possibilita examinar de forma detalhada o comportamento editorial, a estrutura narrativa e os tipos de conteúdos empregados, bem como as plataformas digitais utilizadas. Tal procedimento oferece uma visão abrangente dos meios analisados, permitindo o reconhecimento de padrões, tendências e particularidades contextuais.

Metodología

Trata-se de uma abordagem de pesquisa qualitativa baseada em um estudo de caso múltiplo e em revisão bibliográfica, na qual será realizada uma análise da literatura existente sobre as novas dinâmicas do jornalismo digital latino-americano e sua relação com o uso de algoritmos na apresentação de notícias. Nesse sentido, será conduzido um estudo de caso sobre a temática, utilizando-se da análise qualitativa como principal procedimento metodológico.

Ciberjornalismo

O ciberjornalismo conta com princípios no ambiente digital que podem contribuir para que exista uma boa prática deste, mas devem ser levados em conta elementos que são importantes para o jornalista, por exemplo, a imediatividade da informação, em que as notícias em tempo real sobre eventos ocorridos são importantes, já que permitem que exista uma cobertura atualizada e dinâmica.

Da mesma forma, pode-se dizer que o ciberjornalismo fomenta a participação de todas as pessoas por meio de enquetes,

do uso das redes sociais e de comentários de interações, em que o consumo de notícias se torna um processo bidirecional. Pode-se dizer também que o conteúdo multimídia enriquece a narrativa e varia dependendo dos formatos que serão utilizados para criar um ambiente mais adequado em cada meio de comunicação.

Valcarce, Rodríguez e Talavera (2017): “O jornalista deve comprometer-se a buscar a verdade, a resguardar sua independência e a dar um tratamento honesto à informação” (p. 258).

O autor/jornalista deve ter claro seu papel fundamental de buscar a verdade, já que a informação fornecida deve contar com uma verificação em que o tratamento da informação seja adequado, para que dessa forma as notícias possam ser confiáveis e que as pessoas compreendam com maior facilidade.

Por outro lado, podemos dizer que a globalização é um princípio do ciberjornalismo, em que a difusão de informação nacional e internacional pode fazer com que existam colaborações para acessar fontes globais, sendo que o ciberjornalismo tem alcance internacional com muita facilidade.

Masip, López-García, Díaz Noci, Palomo, Salaverría e Meso (2022): “Com o avanço da primeira década do século XXI, os planos de estudo incorporaram a formação multimídia e digital” (p. 4).

Assim também, a incorporação da formação multimídia e digital é indispensável, já que a adaptação do jornalista e a capacidade que tem de transformar a mesma informação em diferentes formatos, para levá-los aos meios de comunicação, deve ser corretamente materializada, pois a narrativa das redes muda e as formas de consumo de informação também.

Um dos princípios fundamentais do ciberjornalismo é a ética, em que os jornalistas devem verificar a informação antes de realizar uma publicação. Devem-se buscar diferentes fontes, evitar o sensacionalismo e também aderir aos padrões éticos do jornalismo tradicional.

Jornalismo digital

O jornalismo digital atualmente pôde ter provocado que a transmissão, produção e difusão de informação sejam cada vez mais simples e rápidas. Daqui nasce o termo jornalismo digital, em que se passou de depender unicamente dos meios de comunicação tradicionais, como a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema, para aproveitar e tirar proveito das plataformas online.

A audiência é muito mais global, a informação e sua transmissão são instantâneas, existindo também uma democratização da informação que permite que qualquer pessoa com acesso à internet possa produzir notícias e até mesmo consumi-las ao mesmo tempo.

Já que o jornalismo digital oferece imediatamente essa informação, os meios podem difundir conteúdos de forma instantânea por meio das diferentes redes sociais, plataformas online, sites da web e até aplicativos móveis, em que a forma como se percebe a informação evoluiu.

Vázquez-Herrero, Negreira-Rey e López-García (2019): “A pesquisa sobre inovação no ciberjornalismo tende a se concentrar nos grandes meios de referência, geralmente anglo-saxões” (p. 5).

Isso quer dizer que a inovação no jornalismo faz referência ao alcance das notícias, já que, por meio das redes sociais e também dos conhecidos motores de busca, a informação pode transcender audiências globais de forma rápida e simples, percebendo-se também uma transmissão de informação facilitada.

Larrondo et al. (2020): “O ciberjornalismo pode ser considerado um dos âmbitos com maior capacidade de inovação em todos os níveis: profissional, investigativo e formativo” (p. 37).

Assim podemos entender que o jornalismo digital ampliou seu alcance, em que a diversidade de vozes e pessoas que dele participam fez com que a verificação da informação diminuísse e as notícias falsas se tornassem cada vez mais comuns.

Por essa razão, o autor também menciona que o ciberjornalismo pode ser utilizado como uma forma de pesquisa e inovação em todos os seus níveis, já que possui diversos benefícios, em que as plataformas digitais podem gerar um jornalismo de qualidade. Contudo, é necessária uma alfabetização midiática para que a brecha digital seja reduzida.

Inteligência artificial e notícias falsas

A revolução na era de consumo de conteúdo transformou diferentes indústrias, por exemplo, a publicidade e o entretenimento, que têm a capacidade de analisar grandes quantidades de dados e gerar diferentes conteúdos com alta qualidade, otimizando recursos e tempo (Franganillo, 2023).

Na geração de textos ou vídeos, os jornalistas realizam um árduo trabalho que pode levar muito tempo de produção, em alguns casos até dias; no entanto, com essa ferramenta, o fluxo de trabalho criativo torna-se muito mais simples e fácil.

A rapidez da criação de produtos com inteligência artificial permite que as investigações sejam processadas de maneira imediata e que textos coerentes sejam gerados em segundos.

No jornalismo, têm sido utilizadas ferramentas de inteligência artificial para redigir notícias rápidas, resumos em tempo real e processar dados, o que aumenta a eficiência e reduz os custos de produção ao mesmo tempo (Corvalán, 2018).

A personalização do conteúdo de acordo com algoritmos e preferências das pessoas faz com que cada usuário utilize inteligência artificial para recomendação de conteúdos baseados em seu histórico de consumo e em suas preferências, em que a personalização aumenta a possibilidade de que o usuário consiga acessar conteúdos de seu interesse de forma simples.

Desinformação

A desinformação fez com que um dos principais desafios na era digital, com a realidade em que a construção democrática e do conhecimento fazem com que as redes sociais se amplifiquem com a finalidade de aumentar sua propagação online. Os mecanismos de difusão das notícias falsas geram uma vulnerabilidade cognitiva.

As estratégias emocionais facilitam a viralização dos conteúdos, sendo isso importante pela verificação, o sensacionalismo e o clickbait das ferramentas de comunicação, em que a velocidade de propagação não é verificada, mas sim supera a capacidade de contrastar e verificar.

Segundo Rodríguez-Fernández (2019): “O auge da desinformação propicia o debate sobre seu impacto na sociedade e as possibilidades e ferramentas para lutar contra ela” (p. 4).

As estratégias emocionais facilitam a forma pela qual a verificação dos dados e os usuários compartilham os conteúdos, mas estes não são avaliados criticamente, o que faz com que as notícias falsas se expandam.

A criação das bolhas informativas é um tema-chave quanto à recomendação das crenças, em que existem diferentes perspectivas que divergem e geram polarização social. Isso quer dizer que a influência informativa se baseia no diálogo no âmbito democrático, e a alfabetização midiática faz com que haja uma representação das ferramentas fundamentais para combater qualquer tipo de desinformação, desenvolvendo habilidades de verificação e contraste das fontes (Casino, 2022).

Casos de estudo: meios nativos digitais da Colômbia, México, Argentina, Chile e Equador

Silla Vacía – Colômbia

La Silla Vacía é um meio digital colombiano que se posicionou como uma referência no jornalismo político

independente, já que também abarca a investigação na América Latina. Foi fundado no ano de 2009 pela jornalista Juana León.

Este meio se especializa em explicar a tomada de decisões na Colômbia, de que maneira isso ocorre e como os meios tradicionais se limitam apenas a informar os fatos. Esse meio desvela as relações de poder por trás das notícias.

Suas características principais se baseiam no enfoque do jornalismo de profundidade e na verificação dos dados, o que se reflete em investigações extensas com bases de dados interativas. Suas seções estão dedicadas à fiscalização do discurso político, promovendo a integração direta com suas audiências, em que especialistas, atores sociais e cidadãos geram conteúdo colaborativo (Rodríguez Pérez, 2021).

Por outro lado, distingue-se pela inovação na narrativa, utilizando diferentes mapas de relações, recursos visuais e elementos gráficos complexos e acessíveis. Sua linha editorial combina o rigor investigativo com o uso estratégico da tecnologia digital, em um contexto de mudanças no ambiente midiático, destacando o jornalismo independente.

Animal Político – México

Animal Político é um meio digital mexicano fundado no ano de 2010 e que se consolidou como uma plataforma importante para o jornalismo investigativo, a verificação dos fatos e o jornalismo independente. Este meio iniciou com o objetivo de oferecer uma cobertura crítica e livre de interesses corporativos ou partidários, em que os temas estão relacionados à corrupção, aos direitos humanos e à prestação de contas no sistema judicial mexicano. Sua linha editorial prioriza a análise e a contextualização, indo muito além da cobertura imediata de notícias (Águila Sánchez e Pereyra-Zamora, 2022).

Uma de suas principais fortalezas é o jornalismo investigativo, reconhecido por revelar casos de alto impacto, como

o reportagem *La Estafa Maestra*, que expôs o desvio bilionário de recursos públicos, principalmente em universidades públicas e dependências governamentais, em um trabalho realizado em colaboração com organizações mexicanas contra a corrupção.

Por outro lado, destaca-se pelo compromisso com o *fact-checking*, em que a luta contra a desinformação faz com que a verificação das declarações de figuras públicas e das circulações virais nas redes sociais fortaleçam o debate público com informações verificadas. Dessa forma, atua como resposta de um modelo sólido de jornalismo digital comprometido com a transparência, a justiça e a democracia.

Chuequeando – Argentina

Chequeado é um meio digital argentino que foi pioneiro principalmente na América Latina. Foi fundado no ano de 2010 e sua principal função é verificar o discurso público de políticos, meios de comunicação e conteúdos que circulam nas redes sociais, principalmente aqueles que se tornam virais. Consolidou-se como uma organização independente e sem fins lucrativos, cujo trabalho é fortalecer o jornalismo, a democracia e a transparência, sintetizando o compromisso com a precisão, a evidência e a responsabilidade informativa (Becerra e Marino, 2016).

Este meio classifica as afirmações publicadas e as categoriza como falsas, verdadeiras, insustentáveis, enganosas ou exageradas, baseando-se em uma metodologia pública e replicável. A verificação é desenvolvida a partir de conteúdos educativos, em que são realizadas investigações sobre temas de interesse público, como saúde, direitos humanos e economia, colaborando frequentemente com meios de comunicação, universidades e organizações internacionais.

Sua função é verificar e promover o jornalismo de dados, juntamente com a alfabetização midiática entre os jovens estudantes, por meio de iniciativas como oficinas, projetos

colaborativos e recursos digitais que empoderam as audiências a desenvolver um pensamento crítico diante das informações que consomem. Dessa forma, não se trata apenas de um modelo de jornalismo digital, mas também de uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida.

LaBot – Chile

LaBot é um meio digital chileno que se especializa em jornalismo automatizado baseado em dados. Tem como enfoque central facilitar o acesso à informação pública, tornando-a acessível, clara e compreensível. Foi fundado no ano de 2017 e destaca-se pela utilização de ferramentas tecnológicas, como vozes informativas e newsletters automatizados, por meio dos quais o público é informado de maneira direta e personalizada, especialmente sobre o processo de redação da Constituição chilena, utilizando linguagem simples para que os leitores recebam informações via correio eletrônico e redes sociais (Pérez, McLure e Skoknic, 2024).

Afasta-se do modelo tradicional e da cobertura noticiosa diária, apostando no jornalismo explicativo, que relata os acontecimentos de forma contextualizada, sem se restringir ao imediato. Seu modelo combina diferentes técnicas, como visualização de dados, inteligência artificial e programação, com a finalidade de automatizar processos de monitoramento e verificar os fatos.

A proposta reflete uma nova dinâmica no jornalismo digital latino-americano, em que a convergência tecnológica se baseia no serviço público e na transparência, a partir de uma estrutura editorial ágil e de um modelo de produção altamente colaborativo. Dessa forma, diferentes lacunas informativas fomentam a participação informada e reforçam o compromisso com a inovação.

Lupa Media – Equador

Lupa Media é uma organização com sede em Quito, especializada em jornalismo de verificação, mais conhecido como fact-checking, e em jornalismo de caráter explicativo. Foi fundada no ano de 2023 e sua missão é garantir a velocidade e a precisão da informação que circula no Equador, desmentindo afirmações enganosas e promovendo a ética formativa baseada na transparência, na independência e no rigor (Ulloa Tapia, 2012).

Por outro lado, emprega uma metodologia documentada que combina o monitoramento automatizado por meio de ferramentas, assim como a seleção de afirmações relevantes de difusão de impacto social e fontes oficiais, que passam por um processo de revisão por pares para segurança e clareza editorial. Nesse processo, a verificação dos dados categoriza as evidências e as conexões públicas.

Além disso, as campanhas eleitorais da Lupa Media desempenham um papel importante na verificação em tempo real, em que os meios televisivos permitem que o monitoramento seja ao vivo, descifrando certos conteúdos desinformativos. Também faz uso da inteligência artificial para analisar identidades midiáticas e campanhas de desinformação que utilizam diferentes logotipos ou plataformas digitais, a fim de verificar se o conteúdo publicado é enganoso ou não.

Resultados e discussão

A análise crítica dos cinco meios digitais da América Latina evidencia que existe uma transformação estrutural na maneira de exercer o jornalismo, marcada principalmente pela inovação tecnológica e pela especialização, em que a transparência e a prestação de contas fazem com que a participação cidadã opere em contextos nacionais distintos, mas nos quais existem padrões comuns que permitem identificar as dinâmicas do jornalismo digital na região.

Um dos principais achados é que o jornalismo de verificação e investigação constitui um dos eixos centrais, principalmente nos meios Chequeado, Lupa Media e La Silla Vacía, da Argentina, Equador e Colômbia, respectivamente, em que se compartilha uma boa orientação para a fiscalização do discurso público. As metodologias rigorosas, como o fact-checking, combatem a desinformação, em que a precisão e a rastreabilidade das fontes fazem das evidências práticas jornalísticas essenciais.

Por outro lado, Animal Político e La Silla Vacía, do México e da Colômbia, destacam um enfoque de jornalismo de investigação profunda, em que se revela que as redes de corrupção, os abusos institucionais e as dinâmicas de poder estão ocultos principalmente nos meios tradicionais. Assim, a combinação do jornalismo narrativo com a análise de dados faz com que a documentação dos públicos demonstre conhecimento cívico e transformação social.

Além disso, a evolução tecnológica constitui um traço comparativo, especificamente em projetos como o LaBot, do Chile, que representa um modelo jornalístico automatizado e explicativo. Esse modelo se adapta às diferentes formas de formatos, visualizações e interações, em que as iniciativas priorizam a pedagogia informativa com a intenção de reduzir as barreiras entre os meios e as audiências.

Quanto ao modelo de sustentabilidade, todos os meios demonstram que os esquemas alternativos e a publicidade tradicional geram alianças com organizações sem fins lucrativos, em que a formação acadêmica e os fundos de inovação proporcionam independência tecnológica, representando principalmente um desafio para a estabilidade e a projeção a longo prazo.

Referências

Aguila Sánchez, J. C., & Pereyra-Zamora, P. (2022). Infodemics in Mexico: A look at the Animal Político and Verificado fact-checking platforms. *Health Education Journal*, 81(8), 982-992.

Becerra, M. A., & Marino, S. (2016). Chequeando a Chequeado. Reflexiones sobre la verificación del discurso público en la Argentina polarizada.

Casino, G. (2022). Comunicación en tiempos de pandemia: información, desinformación y lecciones provisionales de la crisis del coronavirus. *Gaceta sanitaria*, 36, S97-S104.

Corvalán, J. G. (2018). Inteligencia artificial: retos, desafíos y oportunidades-Prometea: la primera inteligencia artificial de Latinoamérica al servicio de la Justicia. *Revista de Investigações Constitucionais*, 5(1), 295-316.

Franganillo, J. (2023). La inteligencia artificial generativa y su impacto en la creación de contenidos mediáticos. *methaodos. revista de ciencias sociales*, 11(2), m231102a10-m231102a10.

Larrondo Ureta, A., Canavilhas, J., Fernandes-Teixeira, J., Martins, G. L., Meso Ayerdi, K., Pérez Dasilva, J. A., Peña Fernández, S., & Zamith, F. (2020). Innovación educativa para la internacionalización y la convergencia de la enseñanza del ciberperiodismo en Iberoamérica. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3264>

Masip, P., López-García, X., Díaz Noci, J., Palomo, B., Salaverría, R., & Meso Ayerdi, K. (2022). Pasado, presente y futuro de la enseñanza universitaria del ciberperiodismo: métodos y tendencias.

Pérez, M., McLure, J., & Skoknic, F. (2024). The boom in fruit flavour cigarettes is driving youth smoking in Latin America—despite the tobacco industry's promises. *bmj*, 387.

Rodriguez Perez, C. (2021). Desinformación online y fact-checking en entornos de polarización social El periodismo de verificación de Colombiacheck, La Silla Vacía y AFP durante la huelga nacional del 21N en Colombia.

Rodríguez-Fernández, L. (2019). Desinformación: retos profesionales para el sector de la comunicación. Profesional de la información, 28(3).

Ulloa Tapia, C. (2012). Ecuador y Venezuela en la lupa: Entre el neodesarrollo y el populismo.

Valcarce, D. P., Rodríguez, E. R., & Talavera, M. D. M. L. (2017). Códigos éticos en el ciberperiodismo español y latinoamericano. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas, (18).

Vázquez-Herrero, J., Negreira-Rey, M. C., & López-García, X. (2019). La innovación multimedia e interactiva en el ciberperiodismo argentino. Revista de comunicación, 18(1), 191-214.

SINTONIZANDO A MUDANÇA: Rádios comunitárias como meio de educação alternativa

Leonor Lucia González Quiñónez

Introdução

A rádio que tem sido chamada de associativa, comunitária, livre, popular, alternativa, participativa, clandestina, cidadã, cultural, insurgente, educativa, revolucionária, municipal, comunal, rural, é a rádio que rompeu os paradigmas dos modelos radiofônicos do setor tradicional e comercial. Esses são alguns dos nomes com os quais se identificam as rádios que responderam a diferentes realidades da Europa, América e África, onde essas emissoras apoiaram modelos de educação alternativa.

A UNESCO (2010) indica que os meios alternativos cumprem outras funções diferentes dos meios tradicionais, algumas das quais são educar, preservar a cultura e promover a comunicação participativa. Hoje em dia, a radiodifusão é o meio de comunicação alternativo mais funcional do mundo, a sua produção e acesso são

económicos, tem um grande alcance e procura incluir todos os públicos.

O rádio continua sendo o meio que mais influencia as comunidades de qualquer país, com grande impacto social, algo que também ficou evidente durante a pandemia da Covid-19. As rádios alternativas cumprem a função educacional dentro da mudança social das comunidades em que estão inseridas. Um exemplo disso é a educação comunitária via rádio.

O objetivo do artigo a seguir é analisar a rádio comunitária como meio de educação alternativa, tomando como exemplo o caso do Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER), por meio do programa El Maestro en Casa. Para isso, será analisado o trabalho do IGER na Guatemala como rádio educacional que leva formação a toda a República, por meio de programas educacionais avalados pelo Ministério da Educação.

As rádios comunitárias

Os meios de comunicação comunitários (MCC) são meios de comunicação não tradicionais que têm como objetivo a participação dos receptores e promovem a reflexão em grupos para resolver seus problemas. As funções dos MCC, de acordo com a UNESCO (1990), são: informar, socializar, motivar, promover o debate e o diálogo, educar, promover a cultura, divulgar e integrar.

Os MCC surgem da necessidade de uma comunidade criar espaços de diálogo entre seus membros e conhecer criticamente sua própria realidade (Gularte, 2011). A Iniciativa de Lei de Mídia Comunitária 4087 foi promovida em 2009 pela Mesa Nacional de Diálogo de MCC e pelo movimento de rádios comunitárias. Atualmente, existem 424 rádios oficiais em FM e 90 em AM, das quais 95 são rádios municipais, de acordo com a Superintendência de Telecomunicações (2020).

As rádios comunitárias se caracterizam não por motivações lucrativas, mas por seu serviço social. Não por sua ampla cobertura,

pelo contrário, elas costumam atingir espaços pequenos. Algumas dessas emissoras não veiculam espaços publicitários, outras não possuem licenças legais. As rádios comunitárias devem se definir pelos princípios de participação cidadã e promoção do desenvolvimento local. Atualmente, elas estão associadas ao Movimento Nacional de Rádios Comunitárias da Guatemala (MNRCG).

Rádios Educativas

Merayo (2000) indica que, entre as ferramentas para educar, está o meio radiofônico, instituindo assim a Rádio Educativa, que tem suas origens na acústica de Pitágoras, na qual "ele fazia seus discípulos ouvi-lo através de uma cortina para se desvincular de sua própria imagem e fazer com que seus discursos adquirissem maior vigor" (p.36).

A rádio educativa é uma modalidade de educação à distância, que tem funcionado em países da América Latina, aproximando a educação formal de grupos que costumam ser excluídos, em áreas rurais. Segundo Merayo, em 1924 já havia 120 rádios educativas nos Estados Unidos, depois se tornou uma metodologia popular na América Latina, começando pelo México e, após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se popular em todo o mundo, com metodologias educativas de transformação educativa e cultural, como o caso da Rádio Sutatenza na Colômbia ou das Rádios Mineras na Bolívia.

Na década de 1960, as rádios educativas ou culturais contribuíram para a análise e foram apoiadas por organizações como a UNESCO e o Banco Mundial, que passaram a considerar o rádio como um meio a serviço da educação e do desenvolvimento. Muitas dessas emissoras, chamadas de escolas radiofônicas, eram patrocinadas pela Igreja Católica. Acredita-se que a Igreja chegou a manter cerca de 500 emissoras dedicadas à educação popular naquela época (Merayo, 2000). Atualmente, existe a Rede de Rádios

Educativas Jesuítas na América Latina e no Caribe, com quase 100 emissoras confiadas à Companhia de Jesus.

Gráfico 1. Linha do tempo das rádios educativas.



Elaboração própria, 2021

De acordo com Geerts e Van Oeyen (2001), as estratégias de comunicação na experiência educacional radiofônica podem ser de três tipos:

1) **Conteúdos educacionais formais:** as chamadas Escolas Radiofônicas que se espalharam pela América Latina. Programas educacionais formais com conteúdo pedagógico avalizado pela Educação.

2) **Conteúdos educacionais não formais:** as emissoras de rádio com atividades educacionais organizadas e sistemáticas, mas que não estão incluídas no sistema escolar formal.

3) **Conteúdos educacionais informais:** dentro da programação, incluem conteúdos com foco na formação. Organizações comunitárias e cultura popular.

Instituto Guatemalteco de Educación Radiofónica da ASEC

O Instituto Guatemalteco de Educación Radiofónica (IGER) foi fundado em 1979 pelo padre Franz Tattenbach S. J., por iniciativa da irmã Marta Soto, que trabalhava no Colégio María Auxiliadora. O IGER pertence à Associação de Serviços Educativos e Culturais (ASEC), juntamente com a Ediciones ASEC e a Talleres Gráficos, atualmente a serviço do público em geral.

O grupo-alvo do IGER são pessoas de 15 a 60 anos, que geralmente são marginalizadas do sistema educacional formal por características de ruralidade, pobreza e multiculturalismo. Utilizando a metodologia do El Maestro en Casa, originária das Ilhas Canárias, Espanha. Atualmente, o grupo de rádio do IGER é composto por: Radio Sónica, Radio Sayaxché e Radio El Maestro en Casa.

A IGER cobre os 22 departamentos da República, com 27 sedes regionais, organizadas em 3 regiões: Oeste, Norte e Centro-Leste. Oferece formação através de programas de alfabetização, ensino básico, ensino básico acelerado, ensino básico e ensino secundário. Promove a educação inclusiva. Projetos bilingues: Quekchí, Mam, Kiche, Kaqchikel.

Materiais e método

Design

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, no qual o IGER, por meio do programa El Maestro en Casa, foi tomado como modelo de educação radiofônica.

Entre os objetivos do artigo científico está o de fornecer conhecimentos sobre o uso do rádio como meio educacional, o trabalho do IGER através do programa El Maestro, bem como as novas metodologias virtuais.

A contribuição da pesquisa está focada na função educacional das rádios comunitárias, dedicando parte de sua programação à transmissão de aulas pelo rádio, para que nas

comunidades onde não há infraestrutura e equipamento profissional do Ministério da Educação, possam continuar os estudos à distância e, assim, melhorar a qualidade de vida.

Assim também, determinar a importância de analisar a função social que as rádios comunitárias desempenham para as localidades onde se desenvolvem. Consequentemente, o tema de estudo permitiu investigar as estratégias de comunicação utilizadas por diversos meios que oferecem educação radiofônica como forma de ampliar os conhecimentos e oportunidades em uma determinada população.

A metodologia qualitativa visa identificar a natureza profunda das realidades, seu sistema de relações e estrutura dinâmica. Os pesquisadores qualitativos fazem registros narrativos dos fenômenos que são analisados com técnicas como observação e entrevistas abertas. As técnicas qualitativas levam em consideração atitudes, aspectos culturais, percepções, relações e estimativas dos sujeitos envolvidos (Sampieri, 2008). Dentro da pesquisa qualitativa, foram escolhidas algumas técnicas que serviram para analisar o problema de estudo estabelecido:

A. Entrevista semiestruturada: Os questionários foram distribuídos ao pessoal da IGER. Para esta pesquisa, foi selecionado este método com a intenção de analisar o caso da IGER como educação radial. As pessoas entrevistadas são os atuais coordenadores do programa e especialistas no tema, como a Mgtr. Geraldina Camargo e a Mgtr. Evelyn Santos; antigos participantes, como a Mgtr. Guillermina Herrera.

B. Entrevista em grupo: Esta ferramenta serviu para reunir em grupos educadores, voluntários e beneficiários, diferentes participantes do programa, do círculo de aprendizagem da Aldeia Concepción las Lomas zona 16. As pedagogas Lcda. Herlinda González, Lcda. Mónica Ovando e Lcda. Loren Chicoj. Os voluntários tutores Dulce Villalta, Isabella Echeverría e Pablo Escobar, estudantes da Universidade Rafael Landívar. Beneficiários do IGER / Deisi Pérez,

Rosy Yuridia, Lily Laparra, Janet Pineda e Leonardo Hernández Domínguez.

Devido à pandemia da Covid-19 e ao distanciamento social, foram utilizadas plataformas digitais para convocar e realizar as entrevistas em grupo e, assim, documentar a participação dos convocados. No caso das entrevistas aos beneficiários, estas foram realizadas via WhatsApp e presencialmente.

População

Até algumas décadas atrás, a educação não era pensada fora da sala de aula, com a metodologia presencial de professor para alunos. No entanto, na Guatemala surgiu o IGER, como uma alternativa à educação formal, para levar primeiro a alfabetização e depois a educação aos cantos da Guatemala onde ainda não há infraestrutura para escolas. O IGER alinhou todos os seus programas ao Currículo Nacional Básico do Ministério da Educação.

Em nível mundial, vários países adotaram a educação radiofônica. Em 1973, o padre Franz von Tattenbach S.J. criou o ICER na Costa Rica, inspirado no livro *Almanaque Escuela para todos* (*Almanaque Escola para todos*) e, pouco a pouco, subiu pela América Central até instituir o IGER na Guatemala em 1979.

No país da eterna primavera, o IGER é a única instituição que utiliza o rádio para levar educação a pessoas de grupos sociais vulneráveis. A instituição se dedica à educação de adolescentes, jovens e adultos guatemaltecos, por meio do sistema radiofônico de seu programa “El Maestro en Casa” (*O Professor em Casa*), transmitido por diferentes emissoras comunitárias no país. Oferece educação alternativa e bilíngue à população maia Q'eqchi' e Kaqchikel, o que tem apoiado a educação intercultural do país.

Durante o governo do presidente Vinicio Cerezo, o padre Franz conseguiu 17 frequências de rádio para transmitir *El Maestro en Casa*. No entanto, decidiu ceder as frequências às dioceses do interior, para que as comunidades tivessem sua própria rádio, e

foram firmados acordos para que continuassem transmitindo o programa. Atualmente, a IGER conta com três emissoras de rádio próprias e nove rádios comunitárias transmitem El Maestro en Casa.

Ambiente

A Guatemala é pluricultural, multiétnica e plurilingue, integrada por quatro culturas: maia, garífuna, xinca e ladina, subdivididas em 24 grupos étnicos. Existem 25 idiomas não oficiais, 23 pertencentes à família maia, o garífuna, o xinca e o idioma oficial é o espanhol. De acordo com as estatísticas nacionais, 45% do total da população se identifica como pertencente aos povos originários. (Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas {IWGIA}, s/f).

Com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,66, classificado como IDH médio (PNUD, 2020). De acordo com o mesmo relatório, o país tem uma expectativa de vida de 74,3 anos e uma renda nacional bruta (RNB) per capita de US\$ 8.494. Em termos de educação, a Guatemala tem uma expectativa de escolaridade de 10,8 anos, embora a média real seja de 6,6 anos, de acordo com dados coletados em 2019. Na Guatemala, o Índice GINI, que mede a desigualdade de renda em 2018, indica 48,3 no país. O índice de educação ajustado pela desigualdade é de 0,359 (PNUD, 2020).

Intervenções

De acordo com a pesquisa qualitativa e a partir da exploração e descrição conceitual, foram elaborados os instrumentos, os quais foram validados antes da aplicação com as autoridades e a comunidade do IGER.

As entrevistas foram realizadas via Zoom e transcritas para posterior análise por meio de uma matriz de resultados comparativos das entrevistas, por cada subgrupo: autoridades da IGER, pedagogos, voluntários e beneficiários.

Análises estatísticas

De acordo com o Instituto de Estatística da Unesco (2020), durante a pandemia, 4.559.618 estudantes foram afetados pelo fechamento das escolas. Enquanto alguns países aplicaram estratégias multicanais, a Guatemala apostou na televisão educativa.

Os registros da IGER indicam que os grupos de participantes sofreram uma ligeira redução durante a pandemia da Covid-19, devido à modificação das metodologias e à continuidade dada pelos tutores, com a implementação de tutores virtuais.

Gráfico 2. Participantes do El Maestro en Casa.

2019	2021
859 círculos de aprendizaje	720 círculos de aprendizaje
2,449 voluntarios	2,300 voluntarios
25 mil 300 estudiantes	20 mil 500 estudiantes

Autoria própria (IGER, 2021)

O Bachillerato virtual tinha em 2017 um grupo de 3 mil alunos, que se mantiveram e atualmente conta com 2.500 alunos. O programa ainda não atingiu os 10 mil formandos. Deve-se levar em consideração a exclusão digital que existe na Guatemala, por isso é importante segmentar bem os participantes do IGER.

Gráfico 3. Uso das TIC na Guatemala.



Autoria própria (Estatísticas INE, 2020)

O IGER busca manter um modelo educacional que possa empoderar as pessoas, mais do que apenas transmitir conhecimento, que crie habilidades para a vida, que possam gerenciar e apoiar o desenvolvimento da comunidade.

Resultados

A metodologia utilizada pelo IGER é El Maestro en Casa (O Professor em Casa), originária das Ilhas Canárias, Espanha. Neste país, desde 1937, a rádio é utilizada para fins educativos através da Radio Nacional de España, RNE. No entanto, foi em 1965 que a metodologia pedagógica foi desenvolvida na Radio ECCA, confiada à Companhia de Jesus. Segundo Evelyn Santos, esta forma de educação radiofônica consiste na utilização de materiais impressos, círculos de aprendizagem e aulas auditivas.

Geraldina Camargo comentou que, em 2015, a IGER começou a trabalhar com a Deutsche Welle Akademie e, em conjunto, impulsionam metodologias virtuais, projetando o ensino médio virtual. Após um teste piloto em 2017, são criados livros web interativos para download com a assessoria da Summoingenio,

utilizando o formato Scorp para que os alunos possam trabalhar sem a necessidade de estar conectados à internet.

Atualmente, o IGER está realizando a transição para meios de comunicação virtuais. A pedido dos próprios alunos, começaram a distribuir memórias SD. Posteriormente, devido à pandemia, tiveram que modificar a metodologia dos círculos de aprendizagem, onde os alunos resolviam dúvidas, realizavam exercícios e avaliações.

Durante a pandemia da Covid-19, começaram a utilizar redes sociais como o Facebook e o WhatsApp, que têm sido aliadas para continuar o trabalho dos círculos de aprendizagem, de acordo com o que as pedagogas comentaram durante a entrevista. Da mesma forma, outras ferramentas virtuais têm sido utilizadas, algumas delas Classroom, Moodle, e-mail, Podcast, tutoriais em vídeo e foi desenvolvida a própria aplicação El Maestro en Casa.

O IGER funciona com base em doações nacionais, projetos de cooperação, o círculo de amigos da Alemanha e mensalidades. Devido ao perfil da população-alvo, são cobradas mensalidades baixas e oferecidas bolsas de estudo. Os alunos pagam Q.300 por ano pelo ensino fundamental e Q.500 pelo ensino básico, enquanto o ensino médio tem um custo de Q1000, de acordo com as informações fornecidas por Geraldina Camargo.

Atualmente, são nove rádios comunitárias diocesanas que retransmitem o El Maestro en Casa, além das três da IGER, informou a diretora Evelyn Santos. Um dos principais desafios da IGER é que as rádios que o padre Franz deixou para as dioceses nas comunidades mudaram de proprietários com o tempo e, em alguns casos, já não são padres, mas membros da comunidade com objetivos mais comerciais para as rádios. Isso diminuiu as horas de transmissão do programa educativo ou transmite em horários inadequados para o grupo-alvo.

O Maestro en Casa é composto por 75 pessoas, desde a coordenação geral do IGER até os coordenadores setoriais. Nas sedes regionais, além d , os coordenadores voluntários são os

responsáveis pelo acompanhamento direto dos alunos, para esclarecer dúvidas, avaliar o aprendizado e acompanhar para que não abandonem os estudos.

A ex-diretora da ASEC, Guillermina Herrera, comentou que, no início do IGER, a maioria dos participantes eram adultos, mas atualmente são jovens entre 14 e 16 anos. Os jovens passaram de 20% para 90% da população do IGER. São jovens que não podem continuar ou não iniciaram seus estudos em escolas públicas, por falta de infraestrutura ou profissionais em suas comunidades, ou por falta de tempo para frequentar aulas regulares.

Atualmente, o IGER apoia as rádios comunitárias com treinamentos ou suporte técnico. Além de envolvê-las em projetos comunitários, como o projeto Puentes, que trabalha em conjunto com a USAID e a Visión Mundial, no oeste do país. A IGER tem se concentrado nos programas em Q'eqchi', atualmente contando com uma escola primária e básica bilíngue neste idioma. Isso se deve ao trabalho na região norte através da Rádio Sayaxché, conforme comentado durante as entrevistas.

Discussão

Após realizar o trabalho de campo, foi comprovado o trabalho social que a IGER realiza através do El Maestro en Casa no país, com o apoio das rádios comunitárias. Até o momento, estima-se que mais de um milhão de guatemaltecos se beneficiaram do programa para se formar e melhorar sua qualidade de vida.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que o alcance da metodologia tradicional através do rádio tem sido significativo. No contexto comunicativo, ficou evidente, através das respostas das entrevistas realizadas, que a aplicação da metodologia virtual complementou os processos comunicativos e os do IGER. Com exceção de alguns casos de estudantes que não dispõem de dispositivos ou conexão constante à internet para atender às solicitações dessas metodologias.

Do ponto de vista educacional, é importante manter o foco no público-alvo. Portanto, para garantir o sucesso do processo educacional do IGER, a metodologia radiofônica e a virtual devem ser mantidas. É preciso ter em mente o perfil dos participantes e que nem todos têm internet ou dispositivos virtuais, por isso é importante segmentar bem o público e buscar alternativas para esses grupos de alunos.

Durante a pandemia da Covid-19, foi necessário fechar os centros educacionais, o que está causando altos custos sociais e econômicos. Por isso, o governo deve ampliar as alternativas para que crianças e jovens possam continuar sua formação. Pode-se considerar uma parceria com o IGER, em que o governo apoie o trabalho de educação radiofônica já validado pelo MINEDUC e que a cada 5 anos passa por processos de avaliação para renovar a aprovação de qualidade como educação formal.

Em outros países, os governos buscaram transmitir a educação por meio de metodologias multicanais para alcançar o maior número possível de alunos que não podiam frequentar as aulas regulares. Da mesma forma, em outros países, os governos fizeram alianças com escolas de rádio para multiplicar o trabalho que realizam.

Após o trabalho de campo, considera-se importante buscar novas alianças para fortalecer o trabalho da IGER e continuar com a educação bilíngue nas áreas rurais, a fim de preservar e fortalecer as culturas originárias. Os programas bilíngues devem contar com o apoio de mais rádios comunitárias e da Academia de Línguas Maias, com o objetivo de levar educação às comunidades rurais e incentivar o uso das línguas originárias.

Os problemas educacionais no país afetam todas as comunidades, mas as consequências são graves para as crianças desfavorecidas e suas famílias. Limitando o acesso a oportunidades e liberdades individuais, bem como coletivas. A situação exige inovação e desenvolvimento de ferramentas para o ensino à

distância, o que poderia representar uma consequência positiva ao obrigar o governo a repensar modelos educacionais flexíveis e adaptáveis a diferentes circunstâncias rurais.

Conclusões

É importante continuar com a criação de diagnósticos dos participantes do IGER para melhorar a segmentação na educação, com o objetivo de levar a educação de forma mais especializada à população-alvo. Conhecer bem os participantes é fundamental para o trabalho do IGER.

A sustentabilidade é um desafio, uma vez que o público do IGER é uma população vulnerável que não tem capacidade aquisitiva para pagar sua educação, sendo um público diversificado em culturas, idiomas e regiões. Por isso, é necessário fortalecer as alianças com a cooperação e buscar um subsídio do governo.

O governo deve garantir o caráter inclusivo dos programas de ensino à distância para aqueles que vêm de famílias de baixa renda, têm alguma deficiência ou outra limitação. No entanto, durante a pandemia, apenas a televisão foi utilizada como canal de comunicação, com 70% de cobertura no país. O MINEDUC reconheceu o trabalho realizado pelo IGER para a educação em várias ocasiões, pelo que o governo deve apoiar a sua continuação e multiplicação no interior do país.

Para conseguir a combinação dos meios de comunicação aos quais os jovens têm acesso, deveria haver um subsídio do MINEDUC ou do governo para melhorar a cobertura da Internet na Guatemala e o acesso a dispositivos tecnológicos, bem como treinamentos para o uso desses dispositivos.

No momento, o IGER é a única opção em educação radiofônica na Guatemala. No entanto, devido à pandemia da COVID-19, é possível que surjam novas opções nesse tipo de educação à distância. Portanto, a metodologia do IGER deve ser

constantemente renovada e sua promoção no interior do país deve ser reforçada.

Referências

Amorza, A. (1994). História da Radiodifusão Guatemalteca. Primeira edição. Autor.

Arríen, J.; Colle, R.; Contreras, E.; Osorio, H.; O’Sullivan-Ryan, J.; Stein, E. e Valero, F. (1978). Os desafios da Educação a Distância. Federação das Universidades da América Central e Panamá (FUPAC) Instituto de Solidariedade Internacional (ISI).

Associação dos Amigos do País (2004). Dicionário Histórico Biográfico da Guatemala. Guatemala. Editora: Amigos do País.

Barrientos, G. (2019) Processo de construção do Programa de Proteção a Jornalistas e Comunicadores Sociais na Guatemala. Tese para obtenção do grau de Licenciatura. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Rafael Landívar.

Castells, M. (1994) Novas perspectivas críticas na educação. Palestras do Congresso Internacional. Editora Paidós educador.

Centro de Reportes Informativos Sobre Guatemala -Cerigua-, (2017). Situação da liberdade de imprensa (janeiro-outubro de 2017). Autor.

Consórcio Comunicação para a Mudança Social (2003). Ouvir, Aprender, Vozes Locais Liderando a Mudança, Autor.

Escudero, M. (2000). A comunicação no ensino. Cursos básicos para a formação de professores. Área de Linguagem e Comunicação. Trillas.

Freire, P. (1987). Extensão ou comunicação. A conscientização no meio rural. Siglo XXI Editores.

García, J (1994). Rumo a uma comunicação pós-moderna. Tese do Departamento de Ciências da Comunicação. Faculdade de Humanidades, Universidade Rafael Landívar.

Gaupp-Berghausen, V. (2014). As pequenas emissoras culturais e Georg von Gaupp Berghausen. Instituto Costarricense de Ensino Radiofônico.

Geertz, A. e Van Oeyen, V. (2001). A rádio popular diante do novo século: estudo de vigência e incidência. ALER.

González, L. (2011) Alcances e Limitações dos Meios de Comunicação Alternativos no processo de Desenvolvimento Local do município de Panajachel, Sololá, 2006- 2010. Tese de Mestrado em Serviço Social com Orientação em Desenvolvimento Humano Local e Cooperação Internacional, Departamento de Estudos de Pós-Graduação, Escola de Serviço Social, Universidade de San Carlos da Guatemala.

Gramajo, S. (2014). "O acesso à informação, um direito que se esbate diante de um Estado clientelista e patrimonialista". Revista Dixit, n.º 21, julho-dezembro. Departamento de Comunicação, Universidade Católica do Uruguai.

Gramajo, S. (2019). Mídia e políticos na Guatemala: uma aposta pela captura do Estado. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Rafael Landívar.

Gularte, E. (2008). Outra comunicação para outro desenvolvimento. CECODE.

Gularte, E; Solís, A; e Ozaeta, C. (2001). Dialogando se entende as pessoas. Processos de Comunicação.

Hernández Sampieri, R. Fernando Collado, C. (2008) Metodologias de Investigação (6ª ed.) McGraw Hill Interamericana.

Ical, A. Chub, R. (1993). Funcionalidade do material de alfabetização de adultos Grupo Q'eqchi', sistema utilizado pelo Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER). Universidade Rafael Landívar, Faculdade de Humanidades, Departamento de Linguística.

Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (2000) Memória do Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica IGER: 1979-1999. Autor.

Juárez, C. (2016). Avaliação do processo de comunicação e ensino-aprendizagem do círculo de estudos 098 do Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER). Universidade de San Carlos da Guatemala.

Kaplún, M. (1978). Produção de Programas de Rádio. CIESPAL, Editorial Quipus.

Kaplún, M. (1992). Para a educação pela comunicação: a prática da comunicação. UNESCO, OREALC.

Linares, C. (1990). Funcionalidade do sistema educacional utilizado pelo Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER) no ensino básico para adultos, Zaculeu. Departamento de Educação, Faculdade de Humanidades. Universidade Rafael Landívar.

López, C. (2015). Campanha de comunicação social para a captação de professores voluntários no Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER). Universidade Rafael Landívar, Faculdade de Humanidades, Departamento de Ciências da Comunicação.

Márquez, J. (2018). Tecnologias emergentes, desafio para a educação. Universidade de Cundinamarca.

Moles, A.; Zeltman, C. e outros (1973). A comunicação e os meios de comunicação de massa. Os dicionários. Processos pedagógicos.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO. (2010). Meios de comunicação alternativos: a conexão entre o global e o local. Autor.

Otero, S. (2019). Franz von Tattenbach, S. J. Um educador para a América Central, fundador e promotor da IGER. Associação de Serviços Educacionais e Culturais.

Padilla, A. (2015). Padre Franz Tattenbach, S.J. Inventor das Pequenas Emissoras Culturais. Instituto Costarricense de Ensino Radiofônico.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. (2017). Além do conflito, lutas pelo bem-estar. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2015-2016. Autor.

Sajquim, E. (2010). Função social das emissoras comunitárias na Guatemala. Tese Escola de Comunicação, Universidade de San Carlos da Guatemala.

Sandoval, C. (2004). Eficácia da estratégia de comunicação utilizada pelo Instituto Guatemalteco de Educação Radiofônica (IGER) para motivar adultos a participar de programas de estudo em San Juan

Sacatepéquez. Faculdade de Humanidades, Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Rafael Landívar.

AUXILIARES DA METATEORIA COMO FERRAMENTA DA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Tanius Karam

Introdução

Neste trabalho, queremos apresentar o conceito de metateoria e as ferramentas que ela pode oferecer à epistemologia da comunicação. Na primeira parte, definimos o que é epistemologia e para que serve, o que mencionamos rapidamente

A epistemologia é uma disciplina filosófica que estuda o conhecimento. Às vezes, essa disciplina é chamada de "gnoseologia", "teoria do conhecimento" ou "epistemologia". A ideia dessa disciplina pode ter uma visão mais convencional, ligando-a à filosofia, mas, como aponta Heinz von Foerster, "todos nós temos uma epistemologia, mas não sabemos que a temos".

A epistemologia, na verdade, serve para várias coisas: (1) ajudar a esclarecer o conhecimento e estabelecer critérios para determinar o que constitui um conhecimento válido e justificado, atendendo a fatores como evidência empírica, coerência lógica e comparação com outras fontes de conhecimento; (2) ajuda a

desenvolver o pensamento crítico e pode nos fornecer ferramentas para identificar os vieses, preconceitos, crenças e limitações inerentes ao nosso processo de conhecimento, permitindo-nos avaliar com maior rigor a validade de nossas crenças e a confiabilidade das fontes de informação. A epistemologia também ajuda na validação de teorias científicas para estudar e compreender os processos pelos quais as teorias científicas são geradas, validadas e refutadas; e igualmente nos ajuda a ver as limitações do próprio conhecimento, é uma espécie de espelho para vermos o nosso próprio pensamento e raciocínio, que nos permite reconhecer que todo o conhecimento humano é, por natureza, limitado e condicionado por múltiplos fatores.

A epistemologia não se ocupa apenas da natureza e da validade do conhecimento, mas também de suas implicações éticas e sociais. Refletir sobre quem produz o conhecimento, como ele é distribuído e quem tem acesso a ele é essencial para compreender as relações de poder subjacentes aos sistemas de conhecimento. Isso nos leva a considerar a responsabilidade tanto dos indivíduos quanto das instituições na geração e difusão do conhecimento, promovendo maior justiça e equidade epistemológica. Por fim, essa ciência filosófica pode nos ajudar a compreender as implicações diretas na ética profissional e acadêmica.

Introdução à metateoria da comunicação

A metateoria (MT) é o estudo das teorias a partir de um nível superior, que também chamamos de “segundo grau”, no sentido de que não apenas vê a “realidade” ou suas abstrações, mas organiza um caminho para organizar todas essas abordagens. Seu objetivo é examinar suas premissas fundamentais, estruturas e marcos conceituais. Se a teoria se encarrega de explicar fenômenos dentro de um domínio do conhecimento, a MT se concentra na história das ideias, origem, sistemas de organização, possibilidades de diálogo e intercâmbio entre elas, bem como na reflexão sobre as condições de

produção, avaliando sua coerência interna, sua aplicabilidade e suas limitações (Merton, 1968; Ritzer, 1991).

No campo da comunicação, a MT não implica apenas a sistematização das teorias existentes, mas também a problematização de suas bases epistemológicas e o próprio fato de que pode haver empréstimos e intercâmbios analíticos entre elas; não significa ver as teorias como opostas, conflitantes, à maneira de "bandos ideológicos", embora às vezes possam assumir esse papel. A MT permite questionar como e por que certas teorias se consolidam como paradigmas dominantes, enquanto outras ficam marginalizadas ou se desenvolvem em oposição aos modelos estabelecidos (Craig, 1999; Littlejohn & Foss, 2008). Muitas vezes, essa reflexão passa pela análise e pelo estudo de questões que não são estritamente científicas, como a relação que pode existir entre universidade-poder, sistemas de difusão e recepção, ou ainda processos de ensino em sala de aula versus processos de produção de conhecimento por parte dos pesquisadores.

Este nível de análise é essencial em disciplinas com um alto grau de pluralismo teórico, precisamente como a comunicação, onde coexistem abordagens quantitativas e qualitativas, interpretativas e críticas, estruturalistas e pós-modernas.

abordagens teóricas muito diversas com diferentes bases epistemológicas.

As funções da MT podem ser aplicadas à comunicação como análise de pressupostos (epistemológicos, ontológicos e metodológicos) que determinam sua forma de conceber a realidade, o conhecimento e os métodos adequados para estudá-la.

No nível "ontológico", refere-se à natureza da realidade que uma teoria assume; por exemplo, as teorias sistêmico-sociais consideram que a comunicação é um sistema autorreferencial, enquanto o interacionismo simbólico (Blumer, 1969) parte da ideia de que a comunicação é um processo dinâmico de construção de significados.

No nível “epistemológico”, a MT ajuda a ver como uma teoria concebe o conhecimento e sua validação, assim a comunicação tem sido abordada tanto a partir de abordagens positivistas, que buscam leis gerais por meio da observação empírica (Shannon & Weaver, 1949), quanto a partir de perspectivas interpretativas e críticas que enfatizam a construção social do conhecimento (Habermas, 1984).

No nível “metodológico”, refere-se aos métodos que uma teoria considera apropriados para a pesquisa: assim, estudamos que, enquanto as “teorias funcionalistas da comunicação” privilegiaram métodos quantitativos e os experimentais, as abordagens discursivas e hermenêuticas recorreram a métodos qualitativos para analisar a linguagem e a interação social.

Outro objetivo fundamental da MT é a classificação e comparação de teorias dentro de um campo de estudo. Na comunicação, essa função é particularmente relevante devido à diversidade de abordagens teóricas existentes. Existem diferentes critérios para classificar as teorias da comunicação: como pode ser sua orientação epistemológica, que já vimos anteriormente neste capítulo com as teorias “nomotéticas” (buscam leis gerais, como a teoria da agulha hipodérmica) e “práticas” (centram-se no contexto e na interpretação, como a teoria da ação comunicativa); também seu nível de análise, onde encontramos desde teorias “Micro” (teorias sobre interação interpessoal, como a teoria da comunicação não verbal de Ekman, 2003) até “Macro” (teorias sobre sistemas midiáticos, como a teoria da espiral do silêncio de Noelle-Neumann, 1974). E de acordo com sua função dentro da pesquisa, onde há teorias descritivas, explicativas e normativas. Através dessa comparação metateórica, é possível identificar pontos de convergência e divergência entre teorias, facilitando o desenvolvimento de abordagens integradoras ou a delimitação de marcos teóricos específicos para diferentes contextos.

Algumas aplicações da metateoria na comunicação

O estudo metateórico no campo da comunicação não é um exercício meramente filosófico ou especulativo, mas uma ferramenta fundamental para analisar, comparar e articular diferentes abordagens dentro da disciplina. Sua aplicação permite compreender a diversidade teórica na área, avaliar a relação entre modelos explicativos e normativos e explorar possibilidades de integração conceitual.

Em primeiro lugar, a MT facilita o esclarecimento conceitual. Ao examinar os pressupostos epistemológicos e metodológicos das teorias da comunicação, a MT ajuda a evitar ambiguidades e confusões conceituais. A MT permite determinar se uma teoria é consistente consigo mesma (coerência interna) e se é compatível com outras teorias ou modelos dentro do campo (coerência externa), e também através da MT é possível detectar lacunas teóricas ou contradições dentro dos paradigmas existentes, como é o caso da comunicação digital, onde podemos reconhecer muitas tensões em relação aos modelos estruturais e abordagens centradas na agência dos usuários. A MT não apenas sistematiza e organiza, mas também pode facilitar a formulação de abordagens híbridas ou transdisciplinares ao identificar conexões entre teorias aparentemente díspares.

Uma das características do campo das teorias da comunicação é sua enorme dispersão e diversidade. Ao contrário de outras áreas de estudo ou disciplinas mais estruturadas, a comunicação reúne perspectivas provenientes da sociologia, psicologia, linguística, antropologia, economia política, entre outras. Nesse sentido, a MT ajuda a compreender essa diversidade por meio da classificação e organização das teorias dentro do campo acadêmico, para o qual podem ser seguidos critérios como sua abordagem epistemológica (positivistas, interpretativas e críticas...), seu alcance em nível (por exemplo, teoria da dependência) ou micro (por exemplo, interacionismo simbólico), de acordo com sua função

(explicativas, preditivas e normativas). Também é possível dividi-las por tradições teóricas, como fez Craig (1999), tradições epistemológicas (Galindo, 2005), por âmbito comunicativo (comunicador, mensagem, técnica) (Littlejohn, Foss) ou mesmo por “nível de comunicação humana (interpessoal, grupal, institucional, etc.) (De Fleur). Em todo caso, o importante às vezes não é tanto o critério em si, mas a clareza de acordo com os objetivos que se tem no ensino ou na pesquisa.

Caixa de ferramentas

Para o desenvolvimento desta seção, vamos nos concentrar em cinco aspectos que, além de mencioná-los e defini-los, exemplificamos alguns estudos, apontamos suas características fundamentais e também algumas observações que ajudam a desenvolver uma perspectiva crítica. Esses seis elementos auxiliares são (a) Bibliometria; (b) História dos conceitos (Begriffsgeschichte); (c) Análise de redes de conhecimento; (d) Filosofia da ciência; (e) Sociologia do conhecimento científico; e (f) Hermenêutica e análise do discurso.

Bibliometria

Em termos gerais, a bibliometria pode ser definida como o estudo quantitativo da produção, circulação e uso do conhecimento científico por meio da análise de e s publicações, citações e indicadores de impacto (Pritchard, 1969). Sua principal função consiste em medir e avaliar o desenvolvimento de um campo disciplinar por meio da análise de padrões de publicação, redes de autoria, colaborações institucionais e a evolução semântica dos conceitos empregados na literatura acadêmica (Glänzel, 2003).

Este campo de estudo surgiu em meados do século XX como um ramo especializado dentro da documentação científica, impulsionado pela necessidade de sistematizar e avaliar o crescimento exponencial do conhecimento após a Segunda Guerra

Mundial. No entanto, seus antecedentes remontam ao século XIX, com as primeiras leis empíricas sobre o comportamento da literatura científica, como a “Lei de Lotka” (1926), que analisa a produtividade dos pesquisadores; a “Lei de Bradford” (1934), que trata da dispersão dos artigos em revistas científicas; e a “Lei de Zipf”, relativa à frequência de aparecimento de palavras em um corpus textual. O termo “bibliometria” foi cunhado formalmente por Alan Pritchard em 1969, que a definiu como “o uso de métodos matemáticos e estatísticos para analisar livros e outros meios de comunicação” (Pritchard, 1969, p. 348).

Um dos marcos fundadores da bibliometria foi a criação do Science Citation Index (SCI) por Eugene Garfield nas décadas de 1950 e 1960. Esse recurso introduziu a análise de citações como método para medir a influência de artigos científicos dentro de uma comunidade disciplinar. Garfield e seus colaboradores observaram que alguns textos eram citados com mais frequência do que outros, o que permitia identificar nós centrais na estrutura cognitiva dos campos científicos (Garfield, 1972). Esses padrões de citação revelaram não apenas hierarquias de influência entre autores, mas também refletiram a existência de comunidades epistêmicas e clusters temáticos inter-relacionados. Garfield propôs que o conhecimento científico avança de forma cumulativa e que as citações funcionam como “fios” que tecem a rede do saber, permitindo traçar genealogias conceituais e identificar rupturas ou continuidades paradigmáticas. Por sua vez, Leydesdorff ampliou essa visão ao vincular as redes de citação à dinâmica dos sistemas autopoéticos do conhecimento, mostrando como a ciência não apenas se comunica, mas também se autorregula e se reconfigura por meio de processos comunicativos mensuráveis. Nesse sentido, o SCI e seus derivados marcaram a passagem de uma bibliografia passiva para uma ferramenta ativa para a análise metateórica da ciência como sistema social e informacional.

Entre as metodologias mais utilizadas está a análise de redes de citação, que permite identificar autores influentes, núcleos temáticos e relações entre escolas de pensamento. Esse tipo de estudo bibliométrico confirmou a centralidade de figuras como Manuel Castells, cuja obra sobre a sociedade em rede articula o papel estruturante da tecnologia na comunicação contemporânea, ou a do jamaicano-inglês Stuart Hall, como figura-chave na articulação dos estudos culturais e da análise do poder simbólico. A centralidade desses autores indica não apenas seu nível de citação, mas também sua função como eixos conceituais e articuladores teóricos em seus respectivos campos.

“História dos conceitos” (Begriffsgeschichte). Abordagem e ferramenta

A história dos conceitos, ou Begriffsgeschichte, é uma metodologia historiográfica que analisa a evolução semântica dos conceitos fundamentais em contextos históricos específicos. Essa perspectiva sustenta que os conceitos não são entidades estáticas, mas construções históricas que refletem e configuram as transformações sociais, políticas e culturais.

Essa abordagem foi desenvolvida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck na segunda metade do século XX. Koselleck, juntamente com Otto Brunner e Werner Conze, coordenou a monumental obra *Geschichtliche Grundbegriffe* (Conceitos históricos fundamentais), publicada entre 1972 e 1997. Nela, são analisados conceitos-chave da modernidade, como “Estado”, “democracia” ou “revolução”, mostrando como seu significado mudou ao longo do tempo. Koselleck argumentava que os conceitos são indicadores sensíveis das mudanças históricas, pois condensam experiências passadas e expectativas futuras. Assim, a Begriffsgeschichte permite compreender como as sociedades interpretam e dão sentido à sua realidade por meio da linguagem conceitual.

No âmbito anglo-saxão, o crítico cultural galês Raymond Williams é considerado *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society* como uma obra nessa tradição. Nela, o célebre autor analisa a evolução de termos-chave como “cultura”, “democracia” ou “indústria”, mostrando como seus significados têm sido objeto de disputas ideológicas. Há obras como a de J.D. Peters (1999) que, de certa forma, traça uma história da ideia de comunicação, mas também não cita Koselleck, e Williams alude a outra de suas obras.

De qualquer forma, independentemente de se basear especificamente nessa tradição alemã, a revisão historiográfica do conceito e as mutações das ideias em certas noções para a comunicação são fundamentais, pois dessa forma é possível reduzir um pouco de sua permanente ambiguidade e generalização, que facilmente leva ao uso de um termo em vez de outro.

Dentro das histórias do conceito de comunicação, podemos citar o caso de Winkin, Yves (1984), um divulgador francês da Escola de Palo que, na introdução de sua antologia, faz uma interessante retrospectiva do termo comunicação, mesmo sem citar Koselleck. Da mesma forma, no México, o caso do bibliófilo hispano-mexicano Eulalio Ferrer (2001) é interessante, pois ele colecionou conceitos e apresentou, como poucos autores, um dos mapas mais completos desse conceito.

Entre os trabalhos que podemos citar estão o de Martínez-Nicolás e Saperas (2011), que analisaram a evolução dos principais conceitos, objetos de estudo e abordagens teóricas na pesquisa em comunicação na Espanha entre 1990 e 2006. Sua metodologia combinou a análise de conteúdo de artigos publicados em revistas científicas e entrevistas com pesquisadores. Uma de suas principais conclusões foi que, embora o campo tenha experimentado uma certa diversificação temática (com o crescimento de áreas como a comunicação política ou a comunicação digital), persistem fortes tradições teóricas de inspiração funcionalista e empírico-analítica. Isso limitou, em parte, a integração de marcos mais críticos ou

interpretativos, o que tem consequências na maneira como conceitos como “audiência”, “mensagem”, “meio” ou “efeito” são definidos e utilizados. A pesquisa evidencia, então, como os conceitos se estabilizam ou se transformam em função das hegemonias teóricas e da estrutura institucional do campo.

Análise de redes de conhecimento na comunicação

A análise de redes de conhecimento constitui uma ferramenta auxiliar importante para a metateoria, pois permite observar como se estruturam e consolidam os vínculos entre pesquisadores, instituições e correntes de pensamento dentro de um campo disciplinar. Essa metodologia provém da análise de redes sociais (ARS) e da ciometria, e oferece uma perspectiva estrutural e visual sobre a geração, circulação e institucionalização do conhecimento (Borgatti, Everett & Johnson, 2018).

No campo da comunicação, o conhecimento não é produzido de forma isolada, mas surge de uma rede complexa de interações entre atores acadêmicos e institucionais. Essas redes podem ser estudadas em vários níveis. Em primeiro lugar, estão as redes de colaboração entre pesquisadores, que revelam comunidades científicas coesas em torno de abordagens, problemas ou metodologias. Estudos como os de Leydesdorff (2011) e outros mais recentes na América Latina mostraram como certos temas, como a comunicação digital ou os estudos sobre meios alternativos, tendem a se organizar em redes mais ou menos definidas que compartilham marcos teóricos e revistas de referência.

No caso da América Latina, algumas pesquisas que aplicam a “análise de redes de conhecimento” no campo da comunicação incluem o trabalho de Ángel Alburquerque (2016), que faz uso explícito da análise de redes sociais para identificar comunidades de colaboração entre pesquisadores ibero-americanos, revelando nós relevantes, padrões de coautoria e isolamento entre grupos nacionais; o trabalho de Alburquerque ilustra como os vínculos entre

pesquisadores estruturam a produção de conhecimento em comunicação em nível regional, ajudando a mapear redes que configuram a evolução disciplinar. O trabalho de Raúl Fuentes e Guillermo Orozco, Guillermo (2005), embora seja mais ensaístico do que empírico, reflete sobre as redes acadêmicas na América Latina, destacando os fluxos assimétricos de conhecimento, o papel de associações como a ALAIC e as dificuldades para consolidar escolas regionais; o valor desse trabalho reside em mostrar como as estruturas institucionais e de colaboração condicionam o desenvolvimento de paradigmas próprios no Sul Global, o que se vincula à análise crítica das redes. Finalmente, o trabalho de Pablo Kreimer (2006) analisa como os cientistas latino-americanos se inserem em redes internacionais de colaboração e como essas relações impactam o tipo de conhecimento produzido; este estudo permite visualizar como as redes não apenas estruturam relações acadêmicas, mas também hierarquias na produção de conhecimento, o que é fundamental em uma reflexão metateórica sobre epistemologia e poder.

A análise de redes de conhecimento é útil para a epistemologia da comunicação, pois permite mapear empiricamente como certas teorias, escolas ou abordagens foram produzidas, difundidas e consolidadas. Por exemplo, estudos como os de del Valle Rojas e Lozano (2017) aplicaram técnicas de análise de redes para examinar a visibilidade e a colaboração entre autores da comunicação na América Latina, revelando dinâmicas regionais específicas e o surgimento de núcleos teóricos alternativos.

Na América Latina, a contribuição da ALAIC (Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação) tem sido relevante como nó articulador do pensamento comunicacional na América Latina. Por meio de seus congressos, publicações (como a Revista Latino-Americana de Ciências da Comunicação) e seus grupos temáticos de trabalho, a ALAIC promoveu a formação de

redes regionais que articulam abordagens críticas, descoloniais e interdisciplinares.

No entanto, a análise de redes de conhecimento também pode ser objeto de críticas e limitações. Uma das principais é o risco do reducionismo estrutural: identificar conexões entre autores ou instituições não implica necessariamente que haja influência teórica real. As redes acadêmicas podem ser determinadas por fatores como financiamento, pertencimento institucional ou visibilidade editorial, mais do que por afinidades intelectuais profundas. Da mesma forma, uma análise quantitativa de citações ou colaborações pode superestimar a relevância de certos atores em detrimento de outros menos visíveis, mas epistemologicamente influentes.

Filosofia da Ciência

A filosofia da ciência é uma disciplina que analisa os fundamentos, métodos e limites do conhecimento científico, bem como a estrutura lógica das teorias e sua evolução histórica (Chalmers, 2013). Sua contribuição para a metateoria em comunicação não reside em oferecer métodos diretamente aplicáveis, mas em permitir uma avaliação crítica do estatuto epistemológico da disciplina: que tipo de conhecimento a comunicação produz? Que critérios de cientificidade são pertinentes no seu caso? Que paradigmas estão subjacentes às suas teorias?

A comunicação seguiu uma trajetória epistemológica complexa e plural, extremamente dispersa e, por vezes, desorganizada, uma vez que tem influências diversas a má o poder, como a sociologia, a psicologia (individual e social), a antropologia (social, filosófica, cultural), a linguística e os estudos da linguagem, a cibernética e a teoria dos sistemas, entre outros. Nesse contexto, a filosofia da ciência pode oferecer ferramentas para analisar a coerência interna e a validade externa das abordagens comunicacionais, em termos de seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Ela também ajuda a discutir se as

teorias da comunicação constituem ciência no sentido estrito ou fazem parte de um campo interdisciplinar com fundamentos emprestados (Waisbord, 2019).

Autores como Karl Popper (1959) podem ser úteis para refletir sobre a possibilidade de submeter as teorias da comunicação a testes empíricos, embora sua exigência de falsificabilidade geralmente entre em tensão com abordagens qualitativas ou críticas. Um dos conceitos mais importantes nesse sentido é o de “mudança de paradigma”, popularizado a partir do clássico de Thomas Kuhn e que nos parece poder ajudar o campo da comunicação a ver a evolução de alguns marcos e transformações importantes.

Por exemplo, no caso latino-americano, o que supôs a discussão dentro do “paradigma” da “comunicação para o desenvolvimento”. “Nos anos 60, o “modelo difusionista” foi influenciado por teorias da modernização, promovendo o uso instrumental dos meios de comunicação para o progresso.” A perspectiva difusionista está ligada a uma certa perspectiva “funcionalista” e “tecnocrática” da comunicação, que apresentava uma ideia de desenvolvimento também em consonância com teorias sociais muito em voga. Os meios de comunicação eram vistos como veículos neutros para transmitir informações dos países centrais para os periféricos, com o objetivo de modernizar estes últimos. Pouco depois, autores como Luis Ramiro Beltrán (1980) — que, na verdade, havia estudado com um dos autores mais importantes na abordagem da “difusão de inovações”, E. Rogers — e, sobretudo, as interpretações feitas da obra de Paulo Freire, criticaram fortemente essa visão tecnocrática e propuseram abordagens participativas e culturalmente situadas.

Sociologia do conhecimento científico (SCC) como ferramenta epistemológica

A sociologia do conhecimento científico (SCC) é uma ferramenta analítica que examina como as condições sociais

influenciam a produção, legitimação e circulação do conhecimento. Sua origem remonta aos trabalhos de Karl Mannheim (1936), que propôs que as ideias científicas não são independentes de seus contextos históricos e sociais, mas sim e os que refletem as posições ideológicas e estruturais de quem as produz. Posteriormente, autores como Robert K. Merton (1973) e Pierre Bourdieu (2001) aprofundaram os mecanismos institucionais, simbólicos e de poder que atravessam o campo científico.

Um desses fatores condicionantes são as “estruturas acadêmicas e institucionais”, representadas por universidades, centros de pesquisa, organismos de financiamento e políticas científicas que definem quais linhas de pesquisa recebem apoio e quais são marginalizadas. A orientação dos programas de estudo e os sistemas de avaliação científica contribuem para consolidar certos paradigmas dominantes, ao mesmo tempo em que tornam invisíveis abordagens alternativas (Whitley, 2000). Um segundo fator são as “redes de poder e legitimidade científica”, que se configurarão por meio de mecanismos como citações, afiliação institucional e participação em revistas indexadas. Essas redes constroem autoridade intelectual e determinam quem é considerado referência. Latour e Woolgar (1986), a partir de estudos de laboratório, mostraram como essas dinâmicas influenciam a aceitação ou rejeição de ideias científicas. Na América Latina, a hegemonia das revistas indexadas no Scopus ou no Web of Science favoreceu abordagens quantitativas ou afins aos modelos do Norte Global, deslocando perspectivas críticas, locais ou latino-americanistas.

A SCC articula-se de forma produtiva com outras ferramentas epistemológicas. Em sua ligação com a “metateoria”, contribui para contextualizar os pressupostos epistemológicos e ontológicos que a metateoria identifica nas teorias, mostrando como estes se inscrevem em dinâmicas de poder, ideologia ou institucionalidade. Da mesma forma, ela se complementa com a bibliometria, ao permitir que as análises quantitativas de citações, coautoria e redes

de colaboração revelem padrões de legitimação científica, hierarquias acadêmicas e evolução de conceitos-chave no campo (Leydesdorff e Milojević, 2015).

Da mesma forma que outras ferramentas metateóricas, podemos fazer interpretações de pesquisas. Por exemplo, podemos atribuir um caráter de SST à obra de Héctor Schmucler, que analisou como os contextos políticos e ideológicos na América Latina influenciavam a produção teórica sobre comunicação, especialmente nas abordagens latino-americanas da comunicação popular e alternativa. María Cristina Mata também utilizou essa perspectiva para refletir sobre os obstáculos e estruturas para a produção de conhecimento crítico na região, incluindo a dependência editorial, a financeirização da ciência e a pressão para publicar em inglês em revistas do Norte. Vale mencionar que esses autores não citam necessariamente ou trabalham a partir da perspectiva derivada de Mannheim.

A hermenêutica e a análise do discurso como ferramentas metateóricas

A análise de textos, particularmente a partir da hermenêutica (H) e da análise do discurso (AD), representa uma ferramenta metateórica de grande valor para a epistemologia da comunicação. Ambas as disciplinas possuem uma longa tradição nas ciências sociais e humanas, com uma presença notável nos estudos comunicacionais na América Latina. Suas aplicações têm sido amplas: desde o estudo da argumentação e das narrativas midiáticas até a análise de ideologias em instituições e atores sociais, passando pelas funções comunicativas em contextos específicos.

Alguns antecedentes diversos podem ser encontrados, por exemplo, na abordagem construtivista de Bruno Latour (ou no forte programa de Edimburgo), no sentido de que analisa os textos científicos como construções discursivas. Também a partir da filosofia da ciência feminista, a obra de Sandra Harding ou Donna

Haraway faz uma forte crítica aos pressupostos ideológicos dos discursos científicos. Na América Latina, há também uma tradição de ferramentas, conceitos que podem ser usados para fins metateóricos (por exemplo, a semiótica social de Veron e outros), mas não encontramos trabalhos acadêmicos que façam formalmente o exercício aplicando, por exemplo, o mencionado por Veron.

No entanto, apesar da enorme versatilidade dos estudos hermenêuticos e discursivos, eles nem sempre foram considerados ferramentas auxiliares da metateoria, apesar de seu potencial para analisar criticamente textos fundamentais ou decisivos na configuração do pensamento comunicacional. Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de que os imperativos do trabalho geralmente se voltam mais para a realidade, as condições sociais, do que propriamente para os mecanismos discursivos ou enunciativos de produção de conhecimento ou informação.

De todo modo, é conhecido o enorme repertório diversificado de conceitos, abordagens e procedimentos que a AD e a H podem complementar o estudo da produção do conhecimento na comunicação, tanto em seus fundamentos teóricos quanto em sua evolução dentro de contextos históricos, culturais e políticos específicos. A H, por sua vez, permite uma leitura crítica e interpretativa que vai além do conteúdo explícito dos textos; concentra-se na forma como esse conteúdo é organizado discursivamente, nos seus efeitos de sentido, recursos argumentativos e nos pressupostos filosóficos e epistemológicos que o sustentam.

Por último, mas não menos importante... três livros fundamentais

Este último recurso, na realidade mais do que um auxiliar, é um tipo de ferramenta que nos parece não totalmente potencializada ou recuperada. Nesse sentido, queremos reivindicar um pouco o caráter e o valor de três gêneros de textos que têm múltiplos usos e que, de fato, podem se tornar um objeto em si

mesmos. Não é preciso dizer que seu uso é indispensável em um espectro muito amplo, que vai desde o aprendiz novato até o especialista. Também é preciso dizer que o que apontamos não é próprio das teorias da comunicação, mas é aplicável praticamente a qualquer área de estudo.

Manuais ou Handbook

Um manual acadêmico de teorias é uma obra coletiva de referência que compila, organiza e apresenta de forma sistemática o estado do conhecimento sobre um campo disciplinar específico. No campo da comunicação, esses manuais reúnem contribuições de especialistas e sintetizam as principais teorias, correntes, metodologias e debates atuais. Seu objetivo não é apenas divulgar conteúdos, mas também estabelecer um “mapa cognitivo” do campo, indicando quais abordagens gozam de legitimidade, quais são as controvérsias em aberto e como se articula o conhecimento acumulado.

O termo manual vem do latim *manualis*, que significa “relativo à mão”. Originalmente, um manual era um livro pequeno, de consulta prática, que podia ser manuseado facilmente com as mãos. Seu uso foi associado na Idade Média e no Renascimento a livros de instrução ou guias rápidos, muitas vezes em formato portátil. No âmbito acadêmico moderno, no entanto, o termo se estendeu para designar obras mais extensas e complexas que reúnem o estado da arte de uma disciplina. Embora tenham perdido seu caráter “portátil”, elas mantêm a ideia de serem ferramentas “operacionais”: são usadas para ensinar, aprender, sistematizar e consultar. Daí que o termo conserve sua conotação funcional: são “instrumentos de trabalho intelectual”. Em inglês, o termo *handbook* reforça essa associação: um livro “que você tem à mão”, tanto para estudantes quanto para pesquisadores, professores ou profissionais.

Os manuais mais acadêmicos têm sua origem na tradição universitária europeia e anglo-saxônica, como formas de compilar e

organizar o conhecimento disponível sobre uma área específica de estudo. Embora existam antecedentes nos séculos XVIII e XIX com os “compêndios” ou “tratados”, sua consolidação como gênero editorial acadêmico ocorre no século XX, no contexto da expansão das ciências sociais e da profissionalização da pesquisa universitária, particularmente no mundo anglo-saxão. De maneira particular, em meados do século passado, com o crescimento de disciplinas como sociologia, psicologia, economia e ciência política, surgiu a necessidade de obras coletivas que reunissem o conhecimento especializado para fins de formação, consulta e pesquisa. Assim nasceram os primeiros manuais, editados por acadêmicos de alto prestígio e publicados por editoras universitárias (como Routledge, Sage, Oxford ou MIT Press). No campo da comunicação, os manuais começaram a proliferar a partir da década de 1980, quando a disciplina já havia consolidado uma base teórica e metodológica suficientemente diversificada e extensa para exigir sistematização.

História das teorias da comunicação

Os livros que relatam a história das teorias da comunicação são obras acadêmicas que reconstroem, de forma crítica e sistemática, a evolução das ideias, autores, correntes, paradigmas e contextos que configuraram o pensamento comunicacional como campo disciplinar. Ao contrário dos manuais, que apresentam as teorias agrupadas por funções, níveis ou abordagens atuais, as histórias teóricas enfatizam a dimensão temporal, contextual e processual do conhecimento: estudam como certas abordagens teóricas surgem, se transformam, se consolidam ou desaparecem em função de condições históricas, epistemológicas, tecnológicas ou sociopolíticas.

De um ponto de vista conceitual, esses textos podem ser definidos de acordo com uma perspectiva historiográfica, ou seja, por meio de reconstruções narrativas do desenvolvimento de as teorias da comunicação que explicam sua emergência como

resultado de conjunturas históricas e epistemológicas específicas (Mattelart & Mattelart, 1997). Ou de acordo com critérios mais analíticos, em que o livro funciona como um dispositivo interpretativo que permite mapear os deslocamentos, conflitos e sedimentações de marcos teóricos, articulando genealogias do pensamento comunicacional (Waisbord, 2019).

Essas obras costumam adotar diferentes critérios organizacionais. Alguns manuais históricos seguem uma estrutura cronológica por décadas ou gerações intelectuais; outros preferem uma organização temática, por escolas teóricas (estruturalismo, funcionalismo, teorias críticas, teorias culturais, etc.), por regiões geográficas ou por tradições de pensamento (anglo-saxônica, europeia continental, latino-americana, etc.). Essa diversidade metodológica permite construir panoramas amplos ou abordagens mais específicas, de acordo com o objetivo do autor.

Do ponto de vista didático, esses livros funcionam como uma introdução aos debates teóricos, oferecem uma narrativa abrangente que facilita a compreensão das mudanças no campo, permitem visualizar a conexão entre autores, tradições e contextos históricos e ajudam a evitar uma visão fragmentada do conhecimento teórico. Para estudantes e professores, essas obras servem como bússola para orientar a leitura crítica e contextualizada das teorias, evitando que elas sejam vistas como modelos abstratos desvinculados de seu tempo.

Damos um valor metateórico a esses livros porque eles permitem observar a construção histórica do campo e as mudanças paradigmáticas. Toda história — de alguma forma, assim como um Manual ou um Dicionário — segue critérios de inclusão e exclusão, ao mesmo tempo em que pressupõe uma hierarquização, não apenas por meio da disposição, mas também pelo espaço que pode ser destinado a explicar um mais do que outro. Por isso, esse tipo de livro também pode ser útil em um tipo de análise em que identificamos as “condições de legitimação” do que é incluído (ou

não), além de ajudar a visibilizar valores, conflitos e negociações epistemológicas que estruturam o campo disciplinar; eles também podem ajudar a desconstruir “narrativas hegemônicas” e a valorizar contribuições marginalizadas ou periféricas.

Dicionários e glossários especializados

Os dicionários e glossários especializados em comunicação são obras de referência que têm como objetivo definir, precisar e sistematizar o vocabulário técnico, conceitual e teórico do campo. Embora muitas vezes sejam usados de forma intercambiável, existe uma diferença metodológica e funcional entre ambos: os “glossários” costumam ser mais breves, orientados para a utilidade pedagógica ou didática, com definições concisas e contextuais; enquanto os “dicionários especializados” aspiram a uma maior profundidade analítica, incluindo referências cruzadas, explicações historiográficas e, ocasionalmente, debates sobre o uso dos termos.

Do ponto de vista didático, essas obras cumprem várias funções essenciais. Elas permitem a “padronização terminológica”, reduzem ambiguidades em um campo notoriamente polissêmico como o da comunicação, facilitam o acesso a marcos teóricos e epistemológicos complexos e atuam como pontes entre a pesquisa especializada e o ensino universitário.

É importante mencionar que existem vários tipos de dicionários, de acordo com sua estrutura, finalidade e critério organizacional. Alguns deles são

Dicionários onomásticos (de nomes próprios). Registram e explicam nomes de pessoas, instituições, escolas, correntes ou lugares relevantes em um campo. Entre seus usos estão a contextualização de figuras-chave (por exemplo, “McLuhan”, “Escola de Frankfurt”, “ALAIC”) ou instituições que marcaram a história da disciplina.

Dicionários temáticos ou especializados. Concentram-se em uma área específica do conhecimento dentro de um campo mais

amplo. Permitem aprofundar subcampos como comunicação política, digital, organizacional, etc. Um exemplo pode ser um dicionário crítico de comunicação política ou glossários sobre alfabetização midiática ou comunicação intercultural.

Dicionários enciclopédicos, que oferecem definições extensas, com desenvolvimento histórico, contexto teórico e referências bibliográficas. Este subtipo de dicionários funciona como obras de consulta aprofundada e pode ser usado para rastrear debates ou genealogias conceituais. No caso da comunicação, talvez um dos mais famosos seja a *International Encyclopedia of Communication*, editada por Donsbach, um caso representativo a nível internacional.

Dicionários críticos ou analíticos, que não apenas definem, mas também discutem, problematizam e questionam os conceitos. Seu uso é muito relevante como instrumentos metateóricos, pois permitem observar as disputas epistemológicas. Talvez um exemplo seja o livro *Teoria da Comunicação: Dicionário Crítico*

Dicionários terminológicos ou glossários básicos. Apresentam definições concisas e diretas, muitas vezes destinadas a fins pedagógicos. Este tipo de dicionário é muito útil para o ensino ou para introduzir os alunos à terminologia especializada. Um exemplo pode ser o *Glosário de teoria da comunicação* de Reig.

Dicionários comparativos ou multilíngues. Apresentam termos-chave em vários idiomas, com equivalências semânticas e notas contextuais. Esses materiais contribuem para a internacionalização do conhecimento e ajudam a compreender como os conceitos são traduzidos ou resignificados. Alguns projetos de glossários da UNESCO ou de organismos internacionais sobre mídia e educação.

No campo da comunicação, obras como o *Dicionário de Ciências da Comunicação* de Jean G. Padiou (1990), o *Dicionário de Teoria da Comunicação* de María Canel e Manuel Martínez Nicolás (2004) ou o *Glossário de Teoria da Comunicação* de Ramón Reig

(2013) são exemplos notáveis. Também podem ser incluídos os volumes publicados pela ALAIC ou FELAFACS com glossários regionais.

Referências

Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. University of California Press.

Bourdieu, P. (2001). *La ciencia de la ciencia y la reflexividad*. Barcelona: Anagrama.

Craig, R. (1999). "Communication theory as a field". *Communication Theory*, 9(2), 119-161.

Chalmers, D. (1996). *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*. Oxford University Press.

Ferrer, E. (2001) *Comunicação e Informação*. México: FCE.

Galindo J. (2005) *Rumo a uma comunicologia possível*. México: Universidade Autônoma de San Luis Potosí.

Glänzel, W. (2003). "**Bibliometria como campo de pesquisa: um curso sobre teoria e aplicação de indicadores bibliométricos*". KU Leuven. Recuperado de <https://biblio.ugent.be/publication/624904/file/624919>

Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action, Vol. I: Reason and the Rationalization of Society*. Beacon Press.

Littlejohn, Stephen. W., & Foss, Karen. A. (2008). *Teorias da Comunicação Humana*. Wadsworth.

Luhmann, N. (1990). *Sistemas sociais: Lineamentos para uma teoria geral*. México: Alianza.

Mattelart, Armand; Mattelart, Michéle (1997) História das Teorias da Comunicação, Barcelona, Paidós.

Peters, J.D. (1999). Falar ao ar. Uma história da ideia de comunicação. México. FCE [1ª ed., 1999]

Merton, R. K. (1973). A Sociologia da Ciência: Investigações Teóricas e Empíricas. University of Chicago Press.

Merton, R. K. (1968). Teoria Social e Estrutura Social. Free Press.

Mannheim, K. (1985). Ideologia e utopia. Nova York: Harcourt Brace. [1936]

Martínez-Nicolás, M., & Saperas, E. (2011). "A investigação sobre comunicação em Espanha (2000–2009): produção científica, comunidades académicas e linhas de investigação". Em Comunicação e Sociedade, 24(2), 203–230. <https://doi.org/10.15581/003.24.2.203-230>

Popper, K. (1959). The Logic of Scientific Discovery. Routledge.

Ritzer, George. (1991). Metateorização em Sociologia. Lexington Books.

Shannon, C. E., & Weaver, W. (1949). The Mathematical Theory of Communication. Urbana: University of Illinois Press.

Waisbord, S. (2019). Comunicação: uma pós-disciplina. Polity Press.

UMA PROPOSTA TRANSMÍDIA PARA O EMPODERAMENTO E A VISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS EM SANTANDER

Fabio Andres Ribero

Introdução

Durante o exercício de pesquisa que busca a construção de elementos significativos que permitam o desenvolvimento de propostas de comunicação no ambiente da produção camponesa no departamento de Santander, no nordeste da Colômbia. Embora tenha sido um produto tradicional da região, nas últimas décadas foi substituído por diferentes culturas que proporcionaram diversidade agrícola à região, mas, de acordo com o desenvolvimento deste projeto, causou uma diminuição nos processos produtivos dos agricultores graças a elementos de significado com o trabalho, o comércio e sua própria interação com a região e os produtos tradicionais.

Também é concebido no desenvolvimento como uma das categorias de pesquisa o empoderamento do exercício dos

agricultores como um elemento que identifica seu exercício na comercialização das diferentes linhas de produção do fruto do cacau.

De acordo com Jennings, L., Parra-Medina, (2009), o empoderamento é considerado uma estrutura social que define o comportamento das pessoas a partir de sua própria interação com outros cenários da sociedade. Nesse sentido, as pessoas sentem que estão fazendo algo importante e transcendental para sua comunidade a partir da relevância que esta ou as outras têm a partir de seu exercício e de sua representação com os outros fatores de produção.

Nesse sentido, o empoderamento possibilita a geração de um nível mais alto de lembrança, o que claramente permitiria que o produto e as empresas apresentassem uma melhor receita com suas vendas. Esse exercício de comunicação, a partir da geração de conteúdo que permite o uso de diferentes plataformas para encontrar uma resposta para a falta de visibilidade de uma atividade econômica e social de grande importância para a região e o país.

O objetivo do projeto e desta fase de pesquisa é começar a identificar as iniciativas empresariais que nascem em torno da produção de cacau em uma região mais ampla do que a fase de pesquisa anterior, onde foi estendida à área característica do cacau no departamento de Santander, como o município de San Vicente de Churury, a uma hora e meia da cidade de Bucaramanga. Local onde foi realizada uma atividade de pesquisa e onde ela começa a se tornar relevante no desenvolvimento da proposta.

Nesse sentido, o desenvolvimento do processo de pesquisa envolveu a área das províncias de Guarentina e La Comunera, duas áreas aparentemente muito equidistantes, mas geograficamente muito próximas. O município de Simacota faz fronteira com o município de San Vicente por meio da Reserva do Parque Yariguies, um importante setor turístico e centro de biodiversidade no nordeste da Colômbia.

Todo esse exercício de pesquisa propõe a identificação de diferentes elementos que podem intervir na comunicação para apoiar o desenvolvimento de propostas que permitam que as ideias de negócios sejam reconhecidas pelos diferentes grupos-alvo na região, no país e no exterior.

De acordo com o exposto, a importância de definir o marco contextual da experiência de compra e o desenvolvimento do produto para sua adequada difusão implica necessariamente a visão de Goffman (1974) a partir da concepção de publicidade, que implica a comunicação como uma ferramenta para estruturar experiências em um determinado contexto, o que permite a interpretação dos destinatários e a consequente geração de conteúdo para destacar os elementos mais importantes da comercialização desse produto, como o esforço e a dedicação das comunidades para promover sua ideia de negócio.

Por esse motivo, o projeto vem trabalhando com o público-alvo para definir as necessidades expressas do ponto de vista da comunicação e começar a ser representativo de sua relevância no desenvolvimento de propostas de publicidade e desenvolvimento. Em outras palavras, o trabalho de campo está começando a ser realizado com a população que trabalha no cultivo, processamento, comercialização e distribuição de cacau e seus derivados na região de Santander.

Esse exercício de pesquisa permitiu descobrir o nível de conhecimento e conscientização sobre as implicações da publicidade no exercício do empreendedorismo na região. Isso, por sua vez, possibilitou a geração de espaços para a interação criativa com os outros atores do setor e seus outros projetos criativos e seu desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a teoria do efeito halo permite entender muito mais esse fenômeno que tem trabalhado os elementos de interação da realidade com o trabalho camponês da produção de cacau, o que permite ter uma descrição mais eficaz do conteúdo proposto e sua

relação com as pessoas a quem a mensagem é dirigida. Portanto, é muito importante para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo que as pessoas tenham uma concepção do elemento relevante como pessoa, marca e produto que deve influenciar a percepção das características que determinam a intenção comunicativa.

No entanto, a representação insuficiente da marca compõe um viés cognitivo da percepção da marca e de sua verdadeira representação da identidade que a significa para os outros, o que pode se estender a outros cenários que podem ser associados e que não permitem uma compreensão clara de seu próprio significado.

Do ponto de vista da comunicação publicitária, esse elemento é explorado e estudado por diferentes fatores que impedem o reconhecimento do produto. O reconhecimento dos produtos de cacau se refere às qualidades do produto que as pessoas já têm por meio de significantes relacionados a outros setores, como cinema, televisão e mídia. Essa mesma relação pode ser positiva ou negativa, sendo que, no caso específico do cacau, a referência a produtos associados a marcas empresariais não tem um posicionamento elevado e, portanto, um impacto muito baixo. O motivo: a concorrência de marcas comerciais conhecidas no mercado nacional e internacional.

De acordo com o que foi dito acima, as marcas locais são consideradas muito caras, os processos de produção não são confiáveis e elas são compradas apenas uma vez, sendo difícil encontrá-las em uma loja de fácil acesso. Por isso, é necessário pensar em mudar essa percepção, o que, como diz a teoria deste trabalho, pode ser alcançado a partir de uma perspectiva clara e estratégica.

Você também pode começar trabalhando nos elementos que compõem a marca e em seus elementos filosóficos. Um design atraente, que representa o produto, pode ser um elemento que pode implodir com a mensagem. Mas é claro que isso deve estar vinculado

a embalagens, rótulos e mensagens que tenham um "branding" de lembrança. Essa estratégia de comunicação publicitária, que gera uma integralidade de pesquisa com o produto a ser gerado, permitirá mudar a forma de apresentar um produto e encontrar uma maneira de gerar uma associação positiva em cada uma das mentes dos visitantes da região.

Portanto, começar a pensar na publicidade social como um elemento diferenciador em uma proposta transmídia será a ferramenta que permitirá a geração de ferramentas que gerem mensagens emocionais favoráveis, permitindo um maior impacto e, portanto, um maior nível de lembrança das campanhas e da mensagem publicitária. É decisivo como são mostradas as coisas que estão associadas ao poder do trabalho camponês e que podem aumentar o significado da marca e a escolha do produto pelo consumidor em relação às referências tradicionais.

Portanto, entender a mensagem como um efeito halo nos permitirá gerar estratégias de comunicação publicitária mais eficazes a partir de propostas enquadradas no cenário transmídia, no âmbito competitivo da construção da imagem de um produto desenvolvido a partir do empreendedorismo no setor agrícola de produção de cacau em Santander.

Quadro referencial

Durante este documento, trabalhamos com conceitos muito importantes de publicidade e comunicação do trabalho de pesquisa que integram cenários muito relevantes do setor de publicidade na Colômbia e no mundo. Eles também exigem uma revisão conceitual cuidadosa dentro da estrutura do trabalho de pesquisa que este documento reúne.

A relação que se estabelece nesta pesquisa é como a transmídia seria a ferramenta que permite o desenvolvimento de conteúdos que possibilitam a interação da mensagem com outros usuários que, de alguma forma, compartilham essa intenção.

"Assim, a transmídia produz conteúdo a partir de um único canal, utilizando diferentes mídias para onde converge uma única intenção da mensagem. De qualquer forma, a comunicação transmídia é muito mais do que a adaptação de uma mensagem em diferentes mídias e linguagens: é o desenvolvimento de estratégias que desdobram um mundo narrativo que engloba diferentes mídias e linguagens. Dessa forma, a história se expande, surgem novos personagens ou situações que ultrapassam as fronteiras do universo ficcional". Ribero, S, Barrera, H. P., & Ruíz, M. R. (2019).

Nesse sentido, a transmídia pode se tornar a melhor ferramenta para gerar, a partir do conceito de publicidade social, a necessária simbiose de interação com os empreendimentos do Santander.

A relação que se estabelece nesta pesquisa é como a transmídia seria a ferramenta que permite o desenvolvimento de conteúdos que possibilitam a interação da mensagem com outros usuários que, de alguma forma, compartilham dessa intenção.



Foto de Fabio Ribero. Tour na cidade de Simacota, repleto de representações sociais e histórias de vida.

De acordo com Herrera (2016), a publicidade social nos últimos anos se tornou uma ferramenta para o desenvolvimento de propostas que permitem se aproximar dos usuários por meio da interação de suas mensagens, que as marcas utilizam para se articular com cenários e pessoas que podem, de alguma forma, construir a sociedade e que, por meio da comunicação, geraram sinergias e interações com produtos e empresas.

Imagine esse cenário, homens e mulheres agricultores e empreendedores do interior da Colômbia, que estão buscando novos mercados para seus produtos e que, graças à sua própria iniciativa, reconhecem a oportunidade a partir da criatividade de seus produtos e serviços. E que melhor cenário do que a criação de ecossistemas digitais que apresentem suas histórias a partir da concepção de Storytelling criada a partir das histórias de vida de

seus protagonistas, articulando-se com a mensagem emocional da publicidade social, que impacto isso geraria?

Hoje em dia, graças às novas mídias, essa é uma possibilidade que está cada vez mais próxima. E os pequenos empresários têm todas as possibilidades de trabalhar com essa possibilidade que lhes permite liderar novas tendências de mercado e construir novas percepções de marca diante de seus consumidores.

Em casos específicos, podemos ver esses processos nos quais as marcas usam diferentes recursos para alcançar seus consumidores pensando no futuro, pois dão algo para obter algo maior em troca, por exemplo, amostragem (testes ou degustações gratuitas) em pontos de venda e músicos que dão uma breve prévia de seu novo single. Assim, diferentes táticas foram integradas para que a realização do projeto não seja cara ou impossível de ser obtida. Herrera (2016).

Como evidenciado no parágrafo anterior, as ideias são muito diversas ao combinar publicidade social com histórias e transmídia. E, é claro, as potencialidades são muito diversas. Tudo depende da criatividade dos empreendedores e daqueles que lideram os processos de comunicação com essas comunidades. Scolari (2013) alerta para a necessidade de satisfazer o consumidor gerando conteúdo que permita que as pessoas interajam com seus produtos. A realidade contada do ponto de vista das marcas. Que conceito forte de campanha.

Jerome McCarthy e William D. Perreault (1993) descrevem a publicidade como "comunicação impessoal paga por um patrocinador identificado que transmite informações para persuadir ou influenciar o comportamento dos destinatários".

Uma história bem contada geralmente deixa uma impressão profunda nas pessoas. É possível imaginar como esse cenário pode ser criado a partir da identificação e da representação do trabalho artesanal dos agricultores em uma região remota do nordeste da Colômbia. A publicação de uma mensagem com um sentido

publicitário dos camponeses, suas famílias e seu contexto repleto de natureza e realidades fantásticas do comércio camponês em um produto como o chocolate e, é claro, todas as suas derivações, teria um impacto em diferentes mercados.

Nesse sentido, John Caples (1961) argumenta que a principal função da publicidade é vender. Caples enfatiza que a publicidade deve ser eficaz para gerar vendas e atrair os consumidores para a ação. Rosser Reeves (1961) introduziu a ideia da Proposta Única de Venda (USP), que sugere que cada anúncio deve destacar um recurso exclusivo do produto que o diferencie da concorrência.

O claro sucesso desse projeto está em evidenciar o impacto da mensagem no desenvolvimento de estratégias de comunicação publicitária que são definidas a partir da geração de táticas transmídia definidas e seu consequente desenvolvimento de ideias impactadas pelo contexto, seus clientes e sua proposta de mensagem, mas também a partir da aplicação do meio em que a mensagem será transmitida.

A definição e a determinação da estratégia transmídia dependem dos elementos que estão sendo trabalhados no projeto de pesquisa e que permitem a articulação de cada uma das necessidades evidenciadas no trabalho de pesquisa.

Definição das diferentes plataformas de transmídia

Scolary (2013) afirma que a realidade das pessoas é envolvida graças aos pontos de enunciação nos quais elas podem se desenvolver em sua relação com seu próprio ambiente. Nesse cenário camponês da Colômbia, as plataformas da sociedade da informação são muito importantes. A convergência que pode ser gerada entre o desenvolvimento de mensagens e a definição de plataformas pode ser uma forma particular de entender as novas tecnologias em transmídia.

A interação da realidade com os novos cenários digitais exige que se tenha em mente todos os locais possíveis que poderiam ser

apropriados para a geração e publicação de conteúdo. Desde a participação de um evento na ativação da marca até a publicação de um documentário, eles podem ser necessários para o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação. Mattelart (1995) define o princípio da comunicação como o meio de transformação, independentemente de onde ela ocorra.

A estratégia de comunicação não pode ser definida pela necessidade, mas pela intenção. Para Costa, J. (2010) as marcas precisam ser construídas a todo momento a partir da geração de novas táticas publicitárias, independentemente da tecnologia, mas do objetivo proposto.

Claude Hopkins (1923), em sua obra clássica, destacou a importância da persuasão na publicidade, argumentando que os anúncios devem ser baseados na lógica e na promessa de benefícios concretos e verificáveis para o consumidor.

Leo Burnett (1961) é conhecido por seu foco na criatividade e na humanidade na publicidade. Burnett acreditava na criação de personagens icônicos e na narração de histórias que ressoam emocionalmente com o público. Burnett, L. (1961).

É por isso que as táticas determinam os elementos que determinam a interação de cada um de seus indicadores, seus públicos, a mídia e os canais que devem ser aplicados para seu próprio desenvolvimento, levando em conta os indicadores e suas possíveis projeções definidas de acordo com as necessidades da marca. McKee (1997) e outros teóricos da narrativa argumentam que a narrativa é uma ferramenta poderosa na publicidade. As narrativas criam conexões emocionais e memoráveis com o público, facilitando a transmissão de valores e mensagens.

Essas teorias oferecem uma compreensão aprofundada de como a linguagem é usada na publicidade para influenciar os consumidores, comunicar mensagens e construir significados culturais. Cada teoria oferece uma perspectiva única sobre os mecanismos e as estratégias que tornam a publicidade eficaz.

Portanto, os indicadores são um elemento essencial na construção da reputação da marca. Durante a pesquisa, os elementos que compõem a percepção do usuário foram determinados como uma categoria de pesquisa na teoria do Halo, Tena (2020), mas também os níveis de reputação representam a importância de dar sentido à realidade.

A referência da marca em um cenário como o turismo representa a experiência dos usuários com o serviço e o produto. Matos (2012) define a interação de um objeto ou design com os consumidores e sua resposta a qualquer estímulo geraria um grau de lembrança que pode ou não afetar a empresa ou o produto.

Assim, independentemente de onde a experiência da marca ocorra, ela pode ser objeto de comentários negativos no espaço digital ou na realidade dos usuários. Tudo pode afetá-la para melhor ou pior, mas a forma como afeta ou como interage depende da necessidade definida pelo usuário e de sua capacidade de criar novas experiências e percepções.

Projeto metodológico

Neste trabalho de pesquisa, que abrange diferentes fases do processo, as comunidades que são objeto do projeto têm sido cada vez mais envolvidas. Nesse sentido, foi proposto um trabalho colaborativo com as comunidades, a partir de uma abordagem qualitativa, definida pelo estudo etnográfico que permite o envolvimento com as pessoas que estão trabalhando em diferentes esferas de produção, processamento e comercialização de derivados do cacau.

Por meio da aplicação de instrumentos de medição que coletaram as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto, foram realizadas entrevistas e grupos focais onde se evidenciou a importância de cada uma das iniciativas, mas também o baixo conhecimento dos elementos expostos na comunicação publicitária que se aplica ao desenvolvimento dos projetos que

envolvem a mídia e os conteúdos a partir da interação da transmídia como um elemento significativo da proposta que inevitavelmente intervém nas propostas de empreendedorismo.



Foto: Fabio Ribero. [*Contação de histórias*](#) dos fazendeiros da região que reúne turismo e interesse pelo trabalho dos produtores de cacau.

De acordo com o exposto acima, para observar o mercado, será realizada uma imersão de campo em diferentes pontos de venda, onde ficará claro que tipo de consumidor compra o produto e em que locais o faz, já que ele está disponível em diferentes cidades do departamento de Santander. A análise incluirá as pessoas envolvidas no processo de produção, transformação e distribuição por meio da comercialização do produto de cacau em municípios como Palmas del Socorro, El Socorro, Simacota e San Vicente de Chucurri. O uso que os consumidores fazem do produto será investigado por meio de diferentes métodos, bem como o

tratamento que os diferentes produtos da categoria recebem, identificando quais são os mais consumidos.

Além disso, serão explorados outros fatores, além do preço, que podem influenciar a decisão de compra, com o objetivo de elaborar estratégias eficazes para melhorar a aceitação do produto e posicioná-lo como relevante entre os consumidores. A metodologia será baseada em pesquisa qualitativa para identificar os fatores de comunicação que afetam o impacto, a fim de analisar as percepções e perspectivas do consumidor sobre o produto.

Após descrever a necessidade de investigar idiomas e mídias, bem como os elementos, variáveis e categorias de acordo com a estrutura epistêmica do projeto, são apresentadas as fases do processo de pesquisa científica. Esse processo envolverá a descrição das ações a serem tomadas em cada fase, seguindo as etapas do processo de pesquisa científica. Essas fases serão apresentadas de forma ordenada, abrangendo a descrição do paradigma, a metodologia empregada e encerrando com o foco do estudo.

Discussão dos resultados

Este exercício de pesquisa esclareceu as principais motivações do projeto que buscam esclarecer as verdadeiras intenções da comunidade, que decidiu pela intervenção social de um produto em suas próprias comunidades. Em outras palavras, a comunicação é um elemento relevante para o desenvolvimento de propostas empresariais nesse setor específico do país. Uma frase que surgiu no trabalho de campo representa muito do exercício que está sendo realizado: "Vamos falar, mas vamos falar bem", frase que surgiu no grupo focal, aludindo à relevância da comunicação para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

As pessoas descobrem com clareza seu propósito no desenvolvimento de ideias empreendedoras, seu produto, sua transformação e até mesmo o mecanismo de vendas, mas são poucas as que não concebem a importância da comunicação como

um elemento indispensável para o desenvolvimento e o fortalecimento do branding corporativo, que lhes permite desenvolver sua ideia de negócio e, acima de tudo, exercer uma intenção de compra por parte do consumidor.



Foto de Fabio Ribero. O cultivo do cacau une a família, as histórias unem a família.

É assim que, independentemente de onde se tenha essa experiência, a marca pode ser objeto de comentários negativos no espaço digital ou na realidade dos usuários. Tudo pode afetá-la para o bem ou para o mal, a forma como a afeta ou como interage depende da necessidade definida pelo usuário e de sua capacidade de criar novas experiências e percepções. Nesse sentido, a proposta dessa iniciativa é começar a desenvolver uma interação midiática a partir do exercício camponês e produtivo do país.

Esse processo de pesquisa, que ainda está em andamento para o desenvolvimento das comunidades, busca gerar espaços de

treinamento a partir de uma plataforma educacional. Também acompanhar as pessoas a partir da assessoria de estudantes e publicitários para o desenvolvimento de campanhas publicitárias. Para depois integrar esses esforços em um ambiente digital transmídia, de conteúdo e experiências. De histórias e capacitação de pessoas para o desenvolvimento do campo na Colômbia.

Referências

Albarello, F. (2013). Narrativas transmídia: quando todas as mídias contam.

Burnett, L. (1961). Communications of an advertising man: selections from the speeches, articles, memoranda and miscellaneous writings of Leo Burnett (Sem título).

Costa, J. (2010). A marca: criação, design e gestão. México DF: Trillas.

Goffman, E. (1974). Frame analysis: An essay on the organization of experience (Análise de quadros: um ensaio sobre a organização da experiência). Northeastern UP.

Herrera Maldonado, N. C. (2016). Estratégia de publicidade social por meio de branding emocional e storytelling transmídia para promover a assistência a centros de resgate de animais. Caso: Vivarium de Quito (tese de bacharelado, Quito: Universidad de las Américas, 2016).

HOPKINS, C. (1923). A ciência da Propaganda. 5a edição.

Jennings, L., Parra-Medina, D., Hilfinger Messias, D. K., & McLoughlim, K. (2009). Towards a critical social theory of youth empowerment. Theory and practice of youth participation and community change, 9.

Mattelart, A. (1995). The invention of communication (A invenção da comunicação). Siglo XXI.

Matos Cámara, R. F., & San Martín Gutiérrez, S. (2012). Análise da reputação da marca, das emoções e da confiança como formadores da satisfação do turista. *Accounting and Management*, 57(4), 253-286.

McKee, R. (1997). Substance, structure, style, and the principles of screenwriting (Substância, estrutura, estilo e princípios de roteiro). Alba Editorial.

Ribero, Salazar, F. R., Barrera, H. P., & Ruíz, M. R. (2019). A narrativa transmídia como suporte pedagógico para a formação disciplinar de alunos do ensino superior. *Correspondências e análises*, (10).

Sánchez-Aranda, J. J. (2003). A publicidade e a abordagem da imagem feminina. *Comunicação e Sociedade*, 16(2), 67-92.

Scolari, C. A. (2013). *Narrativas transmídia*. Barcelona: Deusto.

Tena, M. Á. M., Roig, J. C. F., Tirado, D. M., & Guillén, M. E. (2020). Crise da entidade, efeito halo e lealdade. *Management Letters/Cuadernos de Gestión*, 20(1), 155-180.

A IMAGEM DO MONSTRUOSO: Uma semiótica encarnada em Ibagué

Adriana Milena Torres Portela

Introdução

De acordo com a leitura preliminar de uma bibliografia que entrelaça textos da teoria feminista, do pensamento pós-humano, da crítica cultural e dos estudos queer, torna-se evidente, para a autora desta investigação, a relevância que a produção de imagens tem tido no campo da comunicação e seu funcionamento como memória sob um regime técnico e e e estético, sob um “cenário de desejo” (Brea, J. L. 2010). Na mesma linha, observa-se que, com o passar do tempo, as mudanças de ordem técnica ocorrem a uma velocidade maior do que as transformações dos sistemas de crença e desejo, reproduzindo assim imagens em cada época que mantêm a dupla promessa de um projeto civilizatório liderado pela cultura ocidental: singularidade e eternidade.

Com base nessa dupla promessa, construíram-se paralelamente figuras corporais que representam a humanidade e a monstruosidade. Exportou-se para todo o mundo, através dos processos de colonização, a imagem do que a autora desta investigação chama de “os herdeiros da promessa”: homens brancos e heterossexuais poderosamente gravados em textos científicos, pinturas, esculturas, fotografias e peças audiovisuais. Todo um artefactualismo em função da autoconcepção masculina e da heterossexualidade obrigatória (Haraway, D. 1999), pois a manutenção da singularidade e da eternidade do homem só é possível através da implementação de estruturas de controle e ordenamento social. Nesse sentido, a figura do monstro, entendida como a alteridade (o outro selvagem, anormal e desviante), desempenha um papel essencial para sancionar o diferente e o diverso dentro do projeto civilizatório (Platero e Rosón, 2012).

Nesse contexto, este exercício investigativo se propõe a abranger questões sobre a herança da promessa de singularidade e eternidade que condiciona a produção de imagens em Ibagué e como essa promessa afeta nossas práticas cotidianas que atravessam a produção de conhecimento e memória, a disposição dos espaços urbanos, a interação e os efeitos sobre os corpos. Por isso, esta investigação se enquadra em uma pergunta em primeira pessoa: com que olhar criamos imagens em Ibagué?

Refletir sobre os desafios sociais que a sociedade atual enfrenta no momento de representar o corporal possibilita a criação de novas promessas de futuros que incluem corpos estranhos e parentescos raros como uma prática para aprender a viver e morrer da melhor maneira em um mundo complexo como o que habitamos atualmente (Haraway, D. 2019).

Metodologia

O desenho metodológico está intimamente relacionado com o quadro acima exposto, na medida em que esta investigação compreende o caráter prático da teoria: “a corporeidade da teoria” (Haraway, D. 1999). Consequentemente, adota-se uma abordagem qualitativa. Essa abordagem facilita a implementação de uma metodologia interpretativa e crítica que situa os atores que fazem parte da construção do conhecimento dentro do fenômeno estudado.

Tendo em conta a abordagem selecionada, propõe-se um desenho metodológico que articula a análise documental e a atividade de campo, onde se utilizam métodos como a hermenêutica, a análise semiótica, a cartografia social e a etnografia. Analisa-se uma série de imagens (cerca de 150) de diferentes materialidades (monumentos, murais, audiovisuais, material publicitário físico e digital) e gera-se conexões com as práticas e o imaginário local.

Resultados

Nos resultados, encontramos que, desde a década de 1940 até os dias atuais, a presença do corpo branco, esguio, neurotípico e heterossexual é a que predomina de maneira particular. Por um lado, o corpo masculino é utilizado para representar a história institucional e empresarial, é o corpo que exerce poder, que é reconhecido com nome e sobrenome, cuja representação é dada de maneira “realista”. Em contraposição, os corpos femininos são usados como elemento decorativo na publicidade, no muralismo e na escultura institucional. A abstração do corpo e sua deformação com outros elementos considerados ornamentais (animais e flores) é destinada aos corpos das mulheres e aos corpos racializados, que fazem parte do relato mitológico e folclórico “de um passado pré-colombiano”. Um exemplo disso é a localização do busto de Adriano Tribín em frente ao prédio do Governo de Tolima. Na mesma praça

encontra-se o monumento El Boga em frente ao Banco da República, enquanto que o monumento da Cacica Dulima está localizado em um espaço pouco visível e muito negligenciado na rua 14 bis com a avenida 2, no centro de Ibagué.

No campo da publicidade, os corpos racializados brilham por sua ausência até algumas décadas deste século. Os corpos femininos têm sido usados desde o século XX como gancho visual na publicidade de bebidas alcoólicas, cigarros, loterias, telefonia móvel, agências de viagens, entre outros. Parece que, independentemente do tempo que passou, a herança do olhar burguês, engendrado no século XIX, que define os corpos humanos e não humanos (monstruosos) com o objetivo de expô-los como terreno propício à exploração (Preciado, 2013), continua se replicando. Sem falar em toda a publicidade de farmácias, seguradoras, supermercados, que emprega a imagem da família heteronormativa, nuclear, branca e burguesa para se referir aos seus consumidores. Essa publicidade (física e digital) evidencia a eficaz importação ocidental do conceito de heterossexualidade que sustenta a produção de operários para as fábricas e soldados para os exércitos (Andreu, 2016, p.47), que além disso invisibiliza as outras formas de configurar uma família atualmente.

Conclusão

Esses resultados suscitam muitas perguntas, por exemplo: quais são os efeitos simbólicos e materiais das imagens que reproduzimos em Ibagué? Qual é o impacto da gravação de cenas de uma série colombiana como *Las muñecas de la mafia*, na primeira década do século XXI, nas instalações da Universidade do Tolima, uma universidade pública e regional? São perguntas necessárias quando observamos que, no país, de acordo com a Defensoria do Povo da Colômbia, nos primeiros três meses deste ano (2025), foram registrados 125 feminicídios, 79 tentativas de homicídio e 9 assassinatos contra pessoas OSIEGD e LGBTI. Um dos feminicídios

registrados é o de Sharit Ciro, estudante da Universidade de Tolima, moradora desta cidade, registrado em 7 de março, um dia antes do Dia Internacional da Mulher.

Entender os meios de comunicação como tecnologias que interpretam e produzem a realidade e, acima de tudo, que têm efeitos materiais desiguais sobre os corpos, nos oferece a oportunidade de mudar o enquadramento e propor outras formas de ver. Mas, para isso, precisamos de uma memória própria, ativa, que resista à pressão do momento e evite aludir a um conhecimento pré-estabelecido (Zafra, 2010, p. 167). Precisamos politizar o espaço público/privado pessoal para entender que a opressão e a desigualdade estão profundamente enraizadas em cada um e cada uma de nós (Alvarez, Constanx, 2014, p.183).

Se não conseguirmos transformar o nosso próprio olhar (Rodríguez, Katsí, 2011), o nosso olhar que capta e transmuta a imagem, a nossa própria imagem, em história e memória, estamos socialmente perdidos.

Hoje mais do que nunca (e como sempre), é necessário compreender a imagem como um dos principais mecanismos de verificação da realidade, que, se sua produção não estiver vinculada a um olhar transversal que reúna as diferentes artes, as ciências naturais, as ciências sociais, os processos políticos e as práticas cotidianas, pode ser funcional ao aumento da desigualdade.

Referências

Alvarez, Constanx (2014). "Gordas y sudakas. El devenir decolonial". Em: La cerda punk. Ensayos desde un feminismo gordo, lésbiko, antikapitalista & antiespecista. p. 180-201 .

Andreu, O. G. (2016). Corpo, gênero e sexualidade: políticas biológicas e diversidade sexual. Repressão, resistência e cotidiano. p. 39-52.

Braidotti, Rosi. (2015). O pós-humano. Cap. 2. Pós-antropocentrismo: a vida além da espécie. Barcelona, Editorial Gedisa. p. 84-98

Haraway, D. (1995). Ciência, ciborgues e mulheres. A invenção da natureza. Madrid, Cátedra.

Haraway, D. (1999). As promessas dos monstros: uma política regeneradora para outros inadequados/inadequáveis. Política e Sociedade, 30, Madri (pp. 121-163)

Haraway, D. (2017). Manifesto das espécies de companhia. Bocavulvaria edições.

Haraway, D. (2019). Continuar com o problema. Gerar parentesco no Chthuluceno. Conssoni.

Preciado, Paul B. 2013. A morte da clínica? Práticas críticas. Somateca 2013. Viver e resistir na condição neoliberal, 09/03/2013. Madri.

Platero Méndez, R., & Rosón Villena, M. (2012). Da “parada dos monstros” aos monstros do cotidiano: a diversidade funcional e a sexualidade não normativa. FEMINISMO/S. Revista do Centro de Estudos sobre a Mulher da Universidade de Alicante, número 19.

Sibilia, Paula. (2005). O homem pós-orgânico. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Introdução. Fondo de Cultura Económica.

Rodríguez V., Katsí Yari (2011) “Entre a negação e a aceitação: políticas de sexualidade sobre os corpos das mulheres negras”. Feminismos e pós-colonialidade: descolonizando o feminismo a partir da América Latina e na América Latina (Vol. 1). Edições Godot. p. 183

Zafra, Remedios (2010). Um quarto próprio conectado. Elogio da pálpebra ou janelas para o tempo no quarto próprio conectado. Madri, Fórcola edições. p. 165-182.

A CONSTRUÇÃO VISUAL DO FEMINICÍDIO NO JORNALISMO AMAZÔNICO

Isabella Flávia Maciel da Silva

Ana Beatriz Alves de Almeida

Cynthia Mara Miranda

Introdução

O feminicídio passou a ser considerado homicídio qualificado de mulheres em razão do gênero e incluído no rol de crimes hediondos no Brasil com a promulgação da Lei nº 13.104/2015, no corrente ano, 2025, completou 10 anos. A tipificação do feminicídio no código penal brasileiro tornou a pena do mesmo equiparada ao homicídio qualificado que resulta em reclusão de 12 a 30 anos.

A palavra feminicídio foi utilizada pela primeira vez por Diana Russel em 1976 e com o tempo ultrapassou sua conotação política para torna-se um conceito teórico, ganhando novos e diferentes contornos em vários países do mundo (Radford; Russell, 1992). Na região compreendida como Amazônia Legal Brasileira que é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão; dados sobre violência contra a mulher levantados por pesquisas nacionais

sobre violência como o Mapa da Violência (2015) e Atlas da Violência (2025) trazem informações sobre a acentuada violência que as mulheres vivenciam nesses estados o que corrobora para o entendimento de que o território é extremamente letal para a vida das mulheres.

Em uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação brasileiros na cobertura midiática da violência de gênero Leal, Carvalho e Antunes (2020) pontuam que a compreensão do tratamento rotineiro oferecido pelos meios informativos aos crimes de violência contra mulheres se mostra como um dos fatores decisivos para o conhecimento do público sobre o fenômeno. Para Antunes (2016) um dos traços marcantes da cobertura jornalística é o noticiário que abrange a ocorrência de diversos crimes violentos com a morte de mulheres, e focam entre a cobertura dos acontecimentos de grande repercussão e a cobertura cotidiana referida aos chamados crimes de proximidade cometidos por parceiros afetivos (Antunes, p. 49, 2016).

A violência contra a mulher e o feminicídio como o seu ápice ocupam espaço nas pautas jornalísticas de modo geral, a forma como são pautados têm motivado a realização de pesquisas como a presente que se debruçou sobre as narrativas jornalísticas imagéticas do delito de forma a estimular a produção acadêmica sobre o tema na região amazônica e sua conscientização social.

Ao acessar uma notícia, seja em veículo impresso ou na internet, primeiro olhamos a imagem, depois o título/manchete e por último iremos nos dispor a ler a notícia completa mas a imagem estará gravada, provavelmente, para sempre na mente. As imagens exercem amplo poder na sociedade contemporânea, influenciando diversos aspectos da vida cotidiana como registro histórico, memória pessoal, compartilhamento de experiências, entre outras. Para Singh (2020):

El fotoperiodismo poco a poco se ha convertido en un mediador social, pues representa al mismo tiempo a) una imagen

original y b) una imagen percibida por los receptores. En definitiva, la información fotográfica (como cualquier otro medio de comunicación) es un proceso de codificaciones y recodificaciones de signos y señales. (...) Saber cómo abordar dichos temas y transmitirlo a los receptores se convierte en la prioridad de los fotoperiodistas que retratan la violencia de género, pues mediante el uso de la imagen como herramienta que refuerza el mensaje, se puede (y debe) concientizar acerca de la violencia hacia las mujeres. Así, el fotoperiodista tiene la tarea de buscar transmitir un mensaje correcto en el que, si bien se muestre la situación dentro de su contexto, se evite el sensacionalismo o la transmisión de mensajes exageradamente gráficos que puedan tener un efecto contrario al deseado en los receptores (Singh,p.xii, 2020).

Ao observar as imagens nas notícias sobre feminicídio, o fio condutor da pesquisa, foi construído a partir da seguinte indagação: como as imagens dos crimes de feminicídios têm sido reportadas nos portais de notícia da região da Amazônia Legal? Tal indagação justifica-se pela compreensão de que o fotojornalismo como instrumento para a formação de opinião pode atuar na conscientização da população sobre o tema que apesar de novo no vocabulário midiático é um antigo crime amplamente praticado no país. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios no mundo, muitos são os desafios para criação e implementação de políticas para combater o feminicídio o que torna necessário a ampla discussão do assunto para a conscientização das suas consequências.

Na medida em que a fotografia é considerada um meio visual que transmite sua própria linguagem do mundo e esta linguagem é considerada universal porque todos entendem, Valer Arroyo (2023) pontua que quando se transmite uma boa fotografia informativa, não é necessário traduzir. Em outra direção é necessário considerar a carga ética da fotografia já que segundo a autora a imagem atua na construção do outro/outra. Usar, por exemplo, o primeiro plano

das vítimas pode acentuar e replicar o horror o que pode resultar no enaltecimento da força do agressor e quanto mais imagens explícitas são exibidas, menos atenção é dada ao problema em si.

A leitura crítica da imagem nas notícias de feminicídio, nessa direção, precisa considerar os principais problemas de uma narração imagética estereotipada ou a criação de um “drama passional”, a construção estereotipada do perfil da vítima e do agressor e destinar espaço para reflexão da violência de gênero e suas especificidades. Ao produzir notícias sobre o feminicídio e ao captar imagens para compor tais notícias é importante questionar se é necessário mostrar o rosto das vítimas, seus corpos, resquícios da sua morte como o sangue manchado no chão de uma casa ou mesmo em uma rua para evitar que as vítimas sejam revitimizadas e nos casos das mulheres assassinadas, que suas famílias tenham que reviver novamente memórias dolorosas. A presente pesquisa buscou refletir sobre a responsabilidade de contar visualmente as histórias dos feminicídios nas notícias e a seguir apresentamos a metodologia, análise dos dados e considerações finais.

Método e materiais

Para conduzir a pesquisa as estratégias metodológicas foram divididas em três etapas distintas. A primeira etapa constituiu no levantamento bibliográfico no qual foram realizadas leituras sobre temas como violência contra mulher, feminicídio, fotojornalismo; ancorados pelo referencial teórico dos estudos de gênero e jornalismo (Torres, 2022; Antunes, 2016; Miranda, Carvalho, 2022; Valer Arroyo, 2023). Entender o panorama da desigualdade de gênero na sociedade brasileira e sociedade amazônica foi fundamental para compreensão da narrativa jornalística imagética do feminicídio. Algumas leituras sobre metodologia foram realizadas para o aperfeiçoamento da técnica da coleta e análise das notícias priorizando o referencial da análise de conteúdo (Jorge, 2015). O levantamento bibliográfico permitiu mapear, analisar e sintetizar o

conhecimento já produzido sobre a cobertura jornalística do feminicídio para contextualizar o tema e identificar lacunas.

Na segunda etapa da pesquisa, procedeu-se à coleta e catalogação das fotografias. Foram selecionadas 88 notícias no portal G1 da Rede Globo, abrangendo todos os estados da Amazônia Legal, no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2024. A distribuição por estado foi a seguinte: G1 Amazonas (10), G1 Acre (5), G1 Amapá (5), G1 Maranhão (23), G1 Mato Grosso (15), G1 Rondônia (11), G1 Roraima (2), G1 Pará (10) e G1 Tocantins (7). Assim foram construídas tabelas para detalhar aspectos das imagens como linguagem, composição e legenda. Após a observação prévia de um total de 130 fotografias que representa uma média de 1,4 fotos por notícia a pesquisa seguiu para a etapa da análise.

Na terceira etapa que consistiu na análise dos resultados, o foco foi direcionado para compreensão da forma como o fotojornalismo retratou os crimes de feminicídio no recorte temporal proposto. Cada imagem foi analisada segundo quatro critérios: (1) se abordava o crime sem revitimização da pessoa agredida; (2) se enaltecia a figura do agressor; (3) se adotava um tratamento sensacionalista; e (4) se violava os princípios jornalísticos ao expor de forma indiscriminada os corpos das vítimas de feminicídio.

Dados e discussões

Durante a análise das 130 fotografias das 88 notícias coletadas no portal G1 dos estados pertencentes à Amazônia Legal Brasileira, observou-se que a maioria das notícias apresentou imagens do agressor sendo conduzido pelas autoridades policiais, bem como fotografias das fachadas de delegacias, do Instituto Médico Legal (IML), fotografias de viaturas da polícia, ou, eventualmente, do local onde ocorreu o crime de feminicídio.

As fotos do local dos crimes eram em sua maioria de espaços privados (casa) e, em menor proporção, espaços públicos (rua), o portal G1 também utilizou muitas imagens do agressor sendo

conduzido pela polícia, mas ainda falhou ao usar imagens retiradas das redes sociais das vítimas, a típica fotografia do “casal feliz” quando a vítima estava viva.

Pelas imagens dos locais foi possível interpretar que a maioria das vítimas eram mulheres pobres e da periferia das capitais amazônicas. A sede dos portais de notícias está na capital dos estados e poucas foram as notícias que reportaram feminicídios ocorridos no interior de cada estado amazônico o que consideramos grave uma vez que resulta em um sub-representação do crime nas notícias. As fotografias do local do crime aqui analisadas, em geral, apresentaram uma cobertura adequada tendo em vista que não apelaram para registrar a presença do corpo no local do crime e a presença de resquícios de sangue. Poucas foram as fotografias em que foi possível identificar a presença do corpo no local do crime, 4 notícias apenas (G1 Rondônia, Maranhão e Acre). A notícia publicada no dia 7 de maio de 2024 pelo portal G1 RO intitulada “Mulher é morta a facadas após tentar defender filho de ataque em RO” apresentou a presença do corpo na cena do crime.



Fonte: print G1 Rondônia. Legenda: Luciene da Silva Lima, 39 anos (a direita), vítima de feminicídio em Alvorada do Oeste, RO — Foto: Reprodução/ redes sociais

Mesmo com o uso do recurso de desfoque, a exposição do corpo inerte - seja de forma explícita ou implícita - configura uma falha ética. No caso analisado, a foto do corpo coberto por um lençol branco no chão de um posto de combustível, acompanhada da imagem da vítima retirada de suas redes sociais, cria uma associação direta que viola os princípios de preservação da dignidade humana.

Na notícia intitulada “Mulher é morta com facada na garganta na cidade de Imperatriz; ex-marido é suspeito do crime” publicada no portal G1 do Maranhão no dia 2 de março de 2024, mais uma vez notamos a presença do corpo na cena do crime.



Fonte: print G1 Maranhão. Legenda: Mulher é morta com facada na garganta na cidade de Imperatriz; ex-marido é suspeito do crime — Foto: Reprodução

A fotografia em destaque, que retrata a cena do crime com o corpo visível - novamente utilizando o recurso de desfoque -, apresenta um agravante ético: mesmo com a imagem borrada, percebe-se claramente a exposição do corpo descoberto. Embora a técnica impeça a identificação precisa, a simples exibição do cadáver configura uma violência explícita, característica típica do sensacionalismo jornalístico, assim como pode ser visto na imagem a

seguir publicada na notícia intitulada “Adolescente de 16 anos é morta com mais de 10 facadas nas costas quando tentava fugir de companheiro no Acre” publicada pelo portal G1 Acre no dia 24 de janeiro de 2024.



Fonte: print G1 Acre. Legenda: Mulher foi alcançada pelo companheiro e esfaqueada mais de dez vezes nas costas — Foto: Arquivo pessoal

Como pode ser constatado na referida imagem trata-se de uma aglomeração de pessoas em torno do cadáver desfocado da mulher assassinada. Vários eventos se desdobram no enquadramento da área fotografada: a presença policial de três forças distintas (Polícia Civil, Polícia Militar e Exército), as crianças observando o acontecimento, familiares e muitos curiosos.

A quarta notícia intitulada “Índigena é morta a pauladas dentro de barraca às margens do Rio Envira no Acre; marido foi preso” publicada no portal G1 Acre no dia 23 de abril 2024 também é possível identificar a presença do corpo.



Fonte: print portal G1 Acre. Legenda: Índigena foi achada morto em barraca às margens do Rio Envira, em Feijó — Foto: Arquivo pessoal

Diferente das anteriores, a fotografia em destaque na notícia apresenta o corpo coberto por um pano vermelho – possivelmente um lençol –, mas desta vez sem o uso do recurso 'borrar imagem'. Nos casos em que esse tipo de imagem foi utilizado, verificou-se que em algumas houve a aplicação de edições, como borrões, para atenuar a presença do corpo na cena do crime. Nenhuma das quatro fotos aqui exemplificadas — conforme destacado nas legendas — foi captada pela equipe dos portais, o que era previsível, tratando-se de uma cena de crime, em que geralmente a polícia é a primeira a chegar ao local. No entanto, a escolha dessas imagens pelos portais de notícia é questionável, uma vez que expõem a morte de forma brutal.

Durante a análise das fotografias, embora em quantidade reduzida, foi notada notícias com a presença de fotografias extraídas de redes sociais da vítima, frequentemente exibindo-a sorrindo, ou até mesmo imagens do casal feliz em vida. As fotos do casal utilizadas são inadequadas pois dão destaque a uma situação de união com o próprio assassino, assim por uma questão ética optamos por não colocar o print dessas imagens para exemplificar o uso inadequado.

Não há um consenso sobre o uso da imagem das vítimas na cobertura jornalística do feminicídio. Em uma direção há uma defesa do uso da imagem para dar rosto, reconhecer a memória e a identidade da mulher assassinada de modo a não ficar apenas na citação textual de um nome que não tem rosto. Em outra direção há uma discussão em que o uso da imagem da vítima, mesmo retirada de sua rede social, pode resultar em revitimização/exposição dos familiares da mulher assassinada. Ao utilizar tais fotos, porém, é necessário ter o cuidado de não provocar ofensa à memória da pessoa falecida.

No total das 130 fotografias analisadas, 42 destacaram a imagem do assassino: 9 fotografias do assassino de costas e 33

mostrando o seu rosto. A seguir destacamos uma imagem na qual mostra o homem de costas publicada em notícia do portal G1 Amazonas intitulada “Homem é preso após matar mulher na frente da filha em Manaus”.

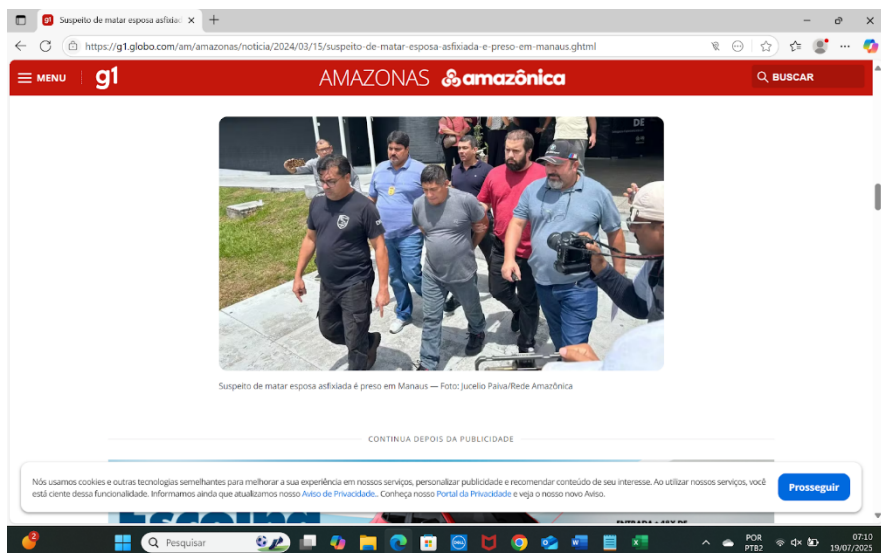


Fonte: print portal G1 Amazonas. Legenda: Homem foi preso preventivamente. — Foto: Divulgação/PC-AM

A notícia intitulada “Pedreiro acusado de matar mulher a tiros na frente das filhas em São Luís é condenado a 14 anos de prisão”, publicada pelo portal G1 Maranhão no dia 1º de julho de 2024 e a notícia intitulada “Suspeito de matar esposa asfixiada é preso em Manaus”, publicada no portal G1 Amazonas no dia 15 de março de 2024, deram visibilidade ao rosto dos acusados conforme destacados os prints das imagens a seguir.



Fonte: print portal G1 Maranhão. Legenda: Depois do crime, Daniel Silva fugiu do local, escondeu-se na casa de uma irmã, no bairro Vila Nova. E, no dia seguinte, apresentou-se na delegacia, onde foi preso. — Foto: Divulgação



Fonte: print portal G1 Amazonas. Legenda: Suspeito de matar esposa asfixiada é preso em Manaus — Foto: Jucelio Paiva/Rede Amazônica

As duas imagens com composições distintas destacam os acusados algemados e são didáticas ao levar a mensagem sobre a punição. Em um país onde a violência contra as mulheres é um grave problema social e muitas vezes naturalizada, a imagem de homens que praticam o crime pode atuar na conscientização social.

Entre o *corpus* de fotografias analisadas, 45 foram das vítimas e, em sua grande maioria, retiradas de suas redes sociais quando estavam vivas e apenas 3 fotografias foram da faixa das delegacias que são consideradas fotos que induzem a interpretação da punição do crime. Um total de 5 fotografias que apresentaram cenas do “casal feliz” retiradas de redes sociais e apenas foi identificada uma imagem em que a força do assassino é enaltecida pela farda policial. Publicada no dia 15 de fevereiro de 2024 no portal G1 Tocantins com título “Veja quem são os policiais militares presos suspeitos de matar mulher na porta de casa”.



Fonte: print portal G1 Tocantins. Legenda: Cabo Etevaldo José e soldado Elielson Rocha Sales foram presos — Foto: Arquivo Pessoal

Embora o título da notícia buscou expor os acusados “Veja quem são”, a vestimenta da farda policial é uma forma de ressaltar a força deles. Embora o portal G1 geralmente não adote uma abordagem sensacionalista na cobertura criminal - coerente com os padrões editoriais da Rede Globo a que está vinculado, como comprovou a análise fotográfica -, foram identificados alguns casos que divergem dessa linha editorial, apresentando características sensacionalistas nas imagens. A seguir destacamos duas imagens com aspectos sensacionalistas, a primeira publicada na notícia intitulada “Homem mata companheira a facadas e tenta suicídio logo após o crime no AM”, publicada no dia 7 de abril no portal G1 Amazonas e a segunda publicada na notícia intitulada “Após matar namorada no MA, homem usou sangue da vítima para escrever na parede, diz polícia”, publicada no dia 10 de abril no portal G1 Maranhão.

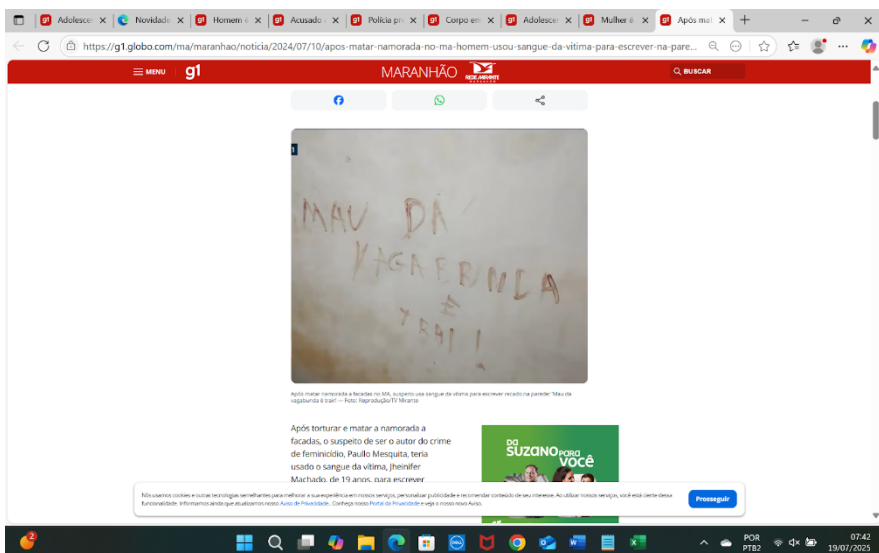


Fonte: print G1 Amazônas. Legenda: Crime revoltou a população de Carauari, no interior do Amazonas. — Foto: Divulgação

A imagem retrata uma cena comum em coberturas jornalísticas de crimes como o feminicídio, uma multidão reunida diante de uma casa simples, onde uma ambulância está estacionada, provavelmente atendendo a uma ocorrência trágica. Essa fotografia convida a uma reflexão sobre a exposição pública da dor alheia e o papel da comunidade como espectadora, que muitas vezes, como parte da narrativa midiática da violência.

O cenário sugere não só a gravidade do ocorrido, mas também a maneira como tragédias pessoais acabam se tornando acontecimento coletivo. A presença das pessoas, curiosas, perplexas ou mobilizadas pelo susto, revela um fenômeno social importante: a naturalização do sofrimento e da violência em determinadas regiões, onde o espanto se mistura a rotina.

Do ponto de vista jornalístico, o uso dessa imagem pode ser visto como uma tentativa de contextualizar o ambiente em que o crime aconteceu, mas também levanta questões éticas sobre a exposição de moradores e da própria vítima, mesmo que indiretamente. A reflexão necessária é sobre como mostrar a realidade sem transformá-la em espetáculo, respeitando tanto o direito à informação quanto à dignidade humana.



Fonte: print G1 Maranhão. Legenda: Após matar namorada a facadas no MA, suspeito usa sangue da vítima para escrever recado na parede: 'Mau da vagabunda é trair! — Foto: Reprodução/TV Mirante

A imagem acima, que mostra uma mensagem escrita com sangue em uma parede, carrega um forte apelo sensacionalista. Seu uso em uma cobertura jornalística tende a explorar o impacto emocional do público, apelando para o choque, o horror. Este tipo de imagem vai além da função informativa e invade o terreno do espetáculo da violência, explorando a dor e o sofrimento de forma explícita. Ao optar por exibir esse registro, o veículo de comunicação (G1), pode reforçar a banalização da brutalidade e desrespeito à dignidade da vítima, além de impactar negativamente familiares e pessoas próximas.

Por fim é importante destacar que, a maioria das fotografias utilizadas nas reportagens analisadas são de terceiros, vindas de arquivos públicos, da polícia, das redes sociais ou de familiares. Poucas foram captadas diretamente pelas equipes jornalísticas dos portais. No entanto, essa origem externa não isenta os veículos de

comunicação da responsabilidade sobre as escolhas editoriais feitas na escolha das imagens que compõe a narrativa noticiosa do feminicídio. Ao selecionar quais imagens utilizar e como apresentá-las, os/as jornalistas participam ativamente da construção da narrativa dos crimes, o que torna essencial uma reflexão ética sobre o impacto visual dessas decisões na memória das vítimas e na percepção do público.

Considerações finais

Noticiar os casos de feminicídio ocorridos em estados da Amazônia Legal pode representar uma contribuição para a conscientização social sobre o crime de ampla ocorrência na região. O uso das fotografias em notícias do feminicídio precisa adotar princípios éticos, sejam fotografias captadas pelas equipes jornalísticas ou fotografias de arquivos pessoais. A escolha do uso das imagens que não são captadas por essas equipes deve obedecer a regras para evitar tratamento sensacionalista e naturalização da violência de gênero. Durante a coleta de notícias percebemos que os portais utilizaram, em maior número, fotografias retiradas das redes sociais das vítimas, muitas vezes aparecem sorrindo o que pode distorcer a interpretação da gravidade do fato, também foram utilizadas, em menor número, imagens de casal durante o relacionamento, em algumas notícias também foi notado o uso de fotos de fachadas de delegacia ou IML, das viaturas e do suspeito sendo conduzido pela polícia.

Em uma visão geral, percebemos que mostrar a imagem de rede social da vítima busca lembrar o/a leitor/a que aquela mulher tinha uma vida, amigos, família, etc. Em muitos casos, a imagem ajuda a despertar empatia e gerar indignação, que acaba sendo essencial para promover mudanças culturais.

Por outro lado, essas escolhas nem sempre são feitas com sensibilidade ou responsabilidade. Usar fotos da vítima ao lado do agressor, pode ser considerada uma falha ética. Ainda que a foto

tenha sido postada por ela mesma em um momento de afeto, utilizá-la após o crime romantiza uma relação que foi marcada por violência que terminou em morte. Isso acaba humanizando o assassino, confunde o/a leitor/a e desrespeita a memória da mulher.

Não foi objetivo da pesquisa traçar um prognóstico para o uso de imagens em notícias de feminicídio, mas identificar nas narrativas do jornalismo hegemônico, disseminado pelos portais G1 vinculados a Rede Globo de Televisão no território amazônico, como foram construídas as narrativas jornalísticas imagéticas do delito no recorte de notícias selecionadas.

As imagens possuem potencial para suscitar reflexões profundas, especialmente quando retratam feminicídios - crimes baseados na condição de gênero das vítimas -, podendo gerar significativo impacto no consumo noticioso. No entanto, impõe-se a necessidade de rigor ético no uso desses registros visuais, a fim de evitar tanto a naturalização da violência quanto a revitimização das mulheres assassinadas e de seus familiares.

Referências

Antunes, E. (2016). Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: Martins, M. L.; Correia, M. L.; Vaz, P. B; Antunes, E. (Org.). (2016). *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar*. 1ed. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho. p. 49-69.

Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

Jorge, T. M. (Org.) (2025). *Notícia em Fragmento: análise de conteúdo no jornalismo*. Universidade de Brasília, UnB. Volume 2 - Série Jornalismo e Sociedade.

Leal, Bruno Souza; Carvalho, Carlos Alberto de; Antunes, Elton (2020). *Um Problema Cotidiano - Jornalismo e violência contra mulher no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Miranda, [C. M.](#); Carvalho, C. A. (2022). Narrativas do feminicídio na Amazônia. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, p. 1-10.

Radford, J.; Russell, D. (1992). *Femicide: The politics of woman killing*. Twayne Pub.

Torres, Ana Isabel Córdova. (2022) Tratamiento Informativo de la Violência Contra La Mujer em Ecuador. *Revista Internacional de Cultura Visual*. Universidad de Málaga, Espanha, V9.3648.

Singh, Alejandra Eloisa Arevalo. Percepción de la Violência de Género em el Fotoperiodismo Mexicano entre 2016 y 2020 em los Medios Digitales. Um Estudio de Recepción. (2020). *Trabalho de Conclusão de Curso*. Facultad de Ciências de la Comunicación. Universidad Vasco de Quiroga.

Valer Arroyo, Tatiana Maria. El tratamiento fotográfico sobre violencia de género en las portadas del diário Perú 21. Casos Leidy Guillén (2012), Arlette Contreras (2015), Milagros Rumiche (2016) y Eivy Agreda (2018). (2023). *Trabalho de Conclusão de Curso*. Programa Académico de Comunicación y Periodismo. Facultad de Comunicaciones. Universidad Peruana de Ciências Aplicadas. 85 p.

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: PROPOSTAS PARA RECONHECER E VISIBILIZAR O PAPEL DAS MULHERES PESQUISADORAS

Marta Rizo García

Introdução

Não dizemos nada de novo ao afirmar que as mulheres pesquisadoras da comunicação têm sido protagonistas desse campo de conhecimento, mas que esse protagonismo não tem sido suficientemente visibilizado nem reconhecido. Recentemente, têm surgido contribuições muito sugestivas que dão conta do papel das mulheres na pesquisa em comunicação. A coleção *Mujeres de la comunicación*, publicada já em vários países como Argentina, Brasil, México, Chile e Colômbia, entre outros, permite mapear o que e como as pesquisadoras latino-americanas da comunicação pensam e têm pensado a comunicação.

Existe uma exclusão naturalizada das contribuições das mulheres no campo científico em geral, e a comunicação não é exceção. Recuperar as contribuições das mulheres na pesquisa em

comunicação na América Latina é uma tarefa necessária, já iniciada, mas à qual é preciso dar continuidade. E a epistemologia feminista é um enquadramento sugestivo para levar a cabo esse empreendimento.

A reflexão sobre o próprio percurso do campo da comunicação é uma tarefa inadiável, necessária para saber onde estamos e para onde vamos. Nesse sentido, a metapesquisa em comunicação deve levar em conta de forma ineludível a perspectiva de gênero para oferecer análises e reflexões críticas mais justas e consistentes, pois não há reconhecimento suficiente do trabalho das mulheres, e sem dúvida é necessário preencher essas lacunas.

Além desse viés de gênero, existe também uma exclusão vinculada à dimensão geopolítica na produção de conhecimento. Assim, observa-se, como sugere Covi (2021), um desinteresse pelos processos de produção e difusão das ideias que surgem nos países periféricos, acompanhado ou derivado do que pode ser denominado de “colonização epistemológica da América Latina” (Corona, 2018, p. 122), que se evidencia na centralidade do pensamento da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte.

Nestes escritos apresentam-se algumas ideias para fundamentar a criação de uma cartografia sobre a presença das mulheres pesquisadoras no campo da comunicação na América Latina. Antes de expor a proposta, apresentam-se alguns apontamentos de ordem teórico-conceitual sobre o androcentrismo na ciência e sobre a epistemologia feminista assumida neste texto.

Androcentrismo, ciência e epistemologia feminista

Entendemos o gênero como uma ordem social que permite situar as pessoas com base na diferença sexual e que, a partir dela, atribui lugares, hierarquiza, designa atribuições e, em última instância, caracteriza homens e mulheres, impondo o cumprimento de determinados papéis para cada gênero. Essa ordem social de gênero “é construída discursivamente e implica um imaginário –

representações, imagens, estereótipos, figuras – que inclui tanto os ideais que propõe quanto os perigos que ameaçam seus fundamentos; ou seja, reflete os parâmetros normativos de gênero do grupo cultural de onde emerge” (Palomar, 2009, p. 57).

O androcentrismo na ciência e, em geral, no mundo do conhecimento, tem sido denunciado por muitas feministas, como Harding (1996), Haraway (1991) ou Fox Keller (1991), entre outras. Não se trata, portanto, de um tema novo e, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, foi uma ideia muito criticada pelo feminismo. Harding, por exemplo, introduziu o conceito de “epistemologia do ponto de vista feminista” e criticou o fato de a ciência ter tomado o ponto de vista masculino como universal e objetivo. Por sua vez, Haraway é conhecida sobretudo pelo conceito de “conhecimento situado”, que será fundamental para a cartografia aqui proposta e que serve essencialmente para demonstrar que não existe produção de conhecimento objetiva e neutra, pois o sujeito que conhece – em nosso caso, as mulheres – está sempre condicionado pelo entorno. No caso de Fox Keller, é relevante sua análise de como a ciência foi determinada – e, portanto, valorizada – por valores tradicionalmente associados ao masculino, como o controle, a objetividade e a omissão das emoções no processo de construção do conhecimento.

Em definitiva, para o feminismo, o viés de gênero afeta não apenas o que se investiga, mas, sobretudo, a exclusão – ou pelo menos a sub-representação – das mulheres no mundo da ciência. Isso valida a afirmação de que a academia é um espaço generificado, isto é, fortemente marcado por diferenças de gênero. Nesse espaço, existem tetos e fronteiras de vidro, ou seja, oportunidades de desenvolvimento acadêmico para as mulheres são limitadas tanto por obstáculos estruturais quanto pelo reconhecimento simbólico e monetário inferior de seu trabalho em comparação ao dos homens, além da divisão sexual do trabalho, dificuldades de conciliação entre

trabalho e família e condições de precariedade laboral (Baeza e Lamadrid, 2019).

O conceito de teto de vidro surgiu em meados da década de 1980 como metáfora para descrever barreiras ou obstáculos majoritariamente invisíveis que as mulheres devem enfrentar no desenvolvimento de sua carreira profissional. A dupla carga laboral e familiar, os estereótipos em torno do papel da mulher na sociedade e a desconfiança das próprias mulheres em suas capacidades são algumas das barreiras às quais esse “teto” faz referência, muitas vezes passando despercebido pelas próprias mulheres que o sofrem. De acordo com a ONU Mulheres, esse termo metafórico significa que as mulheres podem ver as posições de elite, mas não podem alcançá-las; portanto, pode-se falar de barreiras que dificultam ou impedem que elas consigam ou assegurem os empregos mais prestigiosos ou melhor remunerados do mercado de trabalho.

García (2017) aponta que a metáfora do piso ou chão pegajoso se relaciona com uma barreira cultural, que vincula as mulheres majoritariamente às “tarefas tradicionais de cuidado, obstaculizando assim suas possibilidades de desenvolvimento (...) ao exigir que equilibrem o trabalho dentro e fora do âmbito doméstico” (García, 2017, p. 111). O cuidado tem sido historicamente uma tarefa atribuída às mulheres, a ponto de ser um dos papéis mais assumidos por elas.

Baeza e Lamadrid (2019) distinguem as barreiras externas – que provêm da estrutura social (conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, perpetuação de valores masculinos hegemônicos nos espaços de poder) e das crenças sobre liderança e gênero (atribuir sexo a profissões ou exigir das mulheres uma sobrecarga de provas para demonstrar sua competência) – das barreiras internas, determinadas por condutas e atitudes (medo de não cumprir as expectativas de seu papel, falta de modelos femininos positivos de referência etc.) (Baeza e Lamadrid, 2019, p. 7).

Uma epistemologia feminista deve enfatizar a crítica aos pressupostos androcêntricos e aos vieses sexistas nas pesquisas, marcas que podem ser reconhecidas na seleção dos problemas a serem investigados e na suposta objetividade e neutralidade valorativa que esconde que todo pensamento é situado (Bach, 2012).

Adrienne Rich propõe a ideia de “política de localização” para assinalar com clareza que o processo teórico não é abstrato, universalizado, objetivo nem indiferente, mas está situado na contingência da própria experiência e, como tal, é um exercício necessariamente parcial” (Braidotti, 2004, p. 14). A partir dessa política de localização, é interessante questionar os processos de invisibilização e as táticas e estratégias seguidas pelas mulheres no campo da ciência em geral e, especificamente, no campo acadêmico da comunicação, que é o que nos interessa aqui.

Neste texto, assume-se a epistemologia feminista como perspectiva, devido à sua crítica às formas tradicionais de produzir conhecimento, ao questionamento da ideia de objetividade e neutralidade da ciência e à análise da influência do gênero na construção e validação – legitimação – do conhecimento. Aspectos relevantes da epistemologia feminista, como o conhecimento situado, a teoria do ponto de vista, a interseccionalidade e a crítica ao androcentrismo, são centrais para a recuperação das contribuições das mulheres pesquisadoras no campo da investigação latino-americana em comunicação.

Algumas das perguntas que as epistemologias feministas vêm colocando há tempo são particularmente sugestivas para este exercício: como a ciência reproduz os esquemas e preconceitos sociais de gênero? E como o gênero influencia os métodos, conceitos, teorias e estruturas de organização da ciência? (Blázquez Graf, 2010, p. 21). A proposta da cartografia pode ser útil para esse mapeamento de objetos de estudo, metodologias, apropriações e produções teóricas etc., que configuram as contribuições das

mulheres ao campo da pesquisa em comunicação desde sua conformação até o momento atual.

Uma cartografia do campo em chave feminista

Uma cartografia que permita recuperar as contribuições das mulheres para o campo da comunicação deve cumprir, ao menos, os seguintes propósitos e requisitos: recuperar a experiência nos próprios relatos das mulheres; reconhecer as particularidades enunciativas das mulheres e seu impacto na construção do conhecimento; reconstruir as trajetórias institucionais das pesquisadoras; colocar foco nos pontos de vista; e situar a produção das mulheres em relação com as comunidades epistêmicas locais, regionais e internacionais (da Porta e Rizo, 2024).

“Mais além de seus reconhecidos protagonistas, a história oficial nos retirou identidade. Contar o que somos é, em si, um necessário fator aglutinador e identitário” (Crovi, 2021, p. 24). Daí a importância de recuperar o relato, a narração e o discurso feminino sobre a própria experiência. Aqui subjaz uma concepção da experiência das mulheres que coloca a ênfase em sua dimensão discursiva e semiótica como “uma encarnação de significados” (Haraway em Bach, 2010, p. 94).

Por outro lado, entende-se que a produção de conhecimento está sempre localizada, por isso torna-se indispensável recuperar o lugar da própria enunciação das mulheres, ou seja, de onde falam (Braidotti, 2004). Aqui estaria incluída a perspectiva da interseccionalidade, no sentido de que as mulheres falam não apenas a partir de sua condição sexo-genérica, mas também de condições particulares de classe social, raça, origem e nível educativo, para citar alguns elementos.

Com relação à necessária reconstrução das trajetórias institucionais das mulheres pesquisadoras da comunicação, e partindo do princípio de que os saberes são sempre saberes situados (Haraway, 1988), é importante compreender que os lugares

institucionais ocupados pelas mulheres, os caminhos percorridos e os modos de habitar as instituições também geram formas particulares de construir conhecimento. As mulheres exploraram “outras posições” nas margens, posições que muitas vezes foram invisibilizadas e, em ocasiões, contrapostas aos lugares centrais mais comumente ocupados pelos homens.

O poder e os contextos de vida influenciam em como mulheres e homens constroem conhecimento. Isso é assinalado por algumas perspectivas sobre o ponto de vista (Harding e McGregor em Bach, 2010), que tornam central a necessidade de reconhecer os modos particulares de produzir conhecimento das mulheres no campo da comunicação em relação e em tensão com os modos dominantes.

Por fim, uma cartografia situada deve localizar a produção de conhecimento das mulheres em relação com as comunidades epistêmicas não apenas do entorno mais próximo ou local, mas também em nível regional e até internacional. Nas trajetórias das mulheres pesquisadoras da comunicação é possível identificar influências tanto internas quanto externas, assim como vínculos com outros atores do campo acadêmico da comunicação dentro e fora das fronteiras nacionais a partir das quais as mulheres realizam suas contribuições.

Identificação de temas investigados pelas acadêmicas da comunicação na América latina

O que podem aportar as epistemologias feministas ao estudo e caracterização do campo acadêmico da comunicação na América Latina? O que podemos perguntar, a partir da teoria feminista, sobre a construção do conhecimento no campo acadêmico da comunicação na região? Até que ponto têm sido reconhecidas as contribuições das mulheres pesquisadoras no campo da investigação latino-americana da comunicação? O que caracteriza, em termos gerais, as contribuições dessas pesquisadoras? A revisão

de duas obras fundamentais, *Mujeres de la comunicación* e *Pioneras en los estudios latinoamericanos de la comunicación*, oferece alguns elementos para responder a essas questões.

O primeiro livro reúne contribuições de 20 mulheres pesquisadoras da comunicação do Peru, México, Estados Unidos, Brasil, El Salvador, Chile, Colômbia, Argentina e Uruguai. Na obra, cada mulher enuncia seu objeto de estudo, aquilo que mais lhe interessou investigar ao longo de sua trajetória como pesquisadora no campo. A relação comunicação-cultura (Jacks, Richard, Winocur, Vassallo), por um lado, e a comunicação popular e comunitária (Alfaro, Magallanes, Mata, Rodríguez), por outro, são as linhas de investigação mais exploradas. Subtemas associados a essas linhas de investigação, como a comunicação e desenvolvimento (Alfaro), a relação entre comunicação e migração (Marroquín) ou a interculturalidade (Corona-Berkin), demonstram que, na maioria dos casos, as mulheres vão além da pesquisa tradicional sobre meios de comunicação e abrem-se a discussões mais amplas sobre comunicação e cultura, assim como sobre o papel da comunicação no desenvolvimento das sociedades. Observa-se uma presença menor de temas diretamente vinculados ao gênero (Mattelart, Valdivia). Chama também a atenção o eixo temático da comunicação política, e temas a ele associados, como os movimentos sociais (Rovira), os usos cidadãos das redes sociodigitais (Ricaurte), a tecnopolítica (Reguillo), o papel da comunicação nas sociedades democráticas (Solís) e a relação entre a comunicação política e as novas formas de exercer a cidadania (Sarlo, Saintout). Um último eixo temático é o que relaciona comunicação e educação (Quiroz).

Em *Pioneras en los estudios latinoamericanos de la comunicación* reúnem-se as contribuições de 10 pesquisadoras da Argentina, México, Chile, Uruguai e Estados Unidos. Apenas duas das pesquisadoras incluídas nesta obra aparecem também no livro anterior (Michèle Mattelart e Beatriz Sarlo), e é notável a ausência de pesquisadoras brasileiras. Os temas investigados pelas acadêmicas

mencionadas na obra incluem estudos sobre públicos (Regina Gibaja); linguagem literária e publicitária, teoria e crítica cultural (Lisa de Block Behar); ideologia e meios de comunicação, meios e culturas populares (Mabel Piccini); história cultural, culturas populares, comunicação política (Beatriz Sarlo); mulher e meios de comunicação, televisão e culturas populares (Michèle Mattelart); políticas de comunicação, comunicação alternativa (Margarita Graziano); meios e infâncias, imperialismo cultural (Paula Wajzman); políticas de comunicação, comunicação e democracia (Elizabeth Fox); rumor e cultura oral, estudos de recepção, movimentos sociais (Margarita Zires Roldán); meios de difusão e poder, comunicação intersubjetiva, velhice (Fátima Fernández Christlieb).

Observam-se temas vinculados ao contexto da época, os anos setenta. Não é por acaso, portanto, que apareçam mencionados em várias ocasiões trabalhos sobre a relação entre os meios de comunicação e a ideologia, sobre a comunicação popular e alternativa ou sobre as políticas de comunicação que, naqueles anos, eram impulsionadas nos países da região com pretensões democratizadoras.

Conclusões

O posicionamento feminista abre um caminho interessante e sugestivo para observar o campo da pesquisa em comunicação na América Latina a partir do que as mulheres têm investigado e enunciado dentro e fora de suas margens. Como qualquer outro campo de conhecimento, o da comunicação sofreu os impactos do androcentrismo na ciência e, historicamente, esteve marcado por desigualdades de gênero nos espaços que possibilitam a enunciação científica. No entanto, nas últimas décadas observa-se uma abertura interessante, graças, entre outros aspectos, ao impulso dado pelo próprio feminismo e, em geral, pelas correntes críticas.

O androcentrismo acadêmico no campo da comunicação se manifesta no viés de gênero, presente tanto na própria estrutura do

campo, mais centrada nas experiências e nos conhecimentos masculinos como norma universal, quanto nos temas, enfoques e objetos de estudo historicamente privilegiados, que favoreceram a invisibilização das mulheres. Nesse sentido, a epistemologia feminista, acompanhada das propostas de autoras como Harding ou Haraway, propõe modos alternativos de ver que foram retomados de forma clara, ativa e situada por pesquisadoras latino-americanas. A incorporação de novos objetos de estudo evidencia esse processo impulsionado pelo feminismo; referimo-nos, por exemplo, a temas como as representações das mulheres nos meios de comunicação, a violência midiática contra as mulheres, os ciberfeminismos ou as práticas comunicativas do movimento feminista.

Tudo isso, somado à importância atribuída à perspectiva da interseccionalidade, impulsiona e dá novos ares a um campo de conhecimento em que observamos que cada vez mais mulheres ocupam cargos de liderança acadêmica no âmbito das associações acadêmicas ou das instituições universitárias. Isso ocorre em um contexto no qual, entretanto, ainda prevalecem as barreiras internas e externas às quais fizemos referência ao longo destas páginas. Surge com força, então, uma tensão entre as lógicas patriarcais que persistem no campo e os impulsos democratizadores que buscam visibilizar e reconhecer o papel ativo das mulheres na construção do conhecimento sobre a comunicação.

A invisibilização das contribuições das mulheres pesquisadoras da comunicação na América Latina é um problema evidente e que deve ser enfrentado com urgência. Cartografar o realizado pelas mulheres e lhes dar voz é um exercício urgente de honestidade acadêmica, ética e política.

Referências

Bach, A. M. (2010). *Las voces de la experiencia. El viraje de la filosofía feminista*. Buenos aires. Biblos.

Baeza, A. y Lamadrid, S. (2019). ¿Igualdad en la academia? Barreras de género e iniciativas en una universidad pública. *Pensamiento educativo. Revista de Investigación Educativa Latinoamericana*, 56(1), 1-17. Pontificia Universidad Católica de Chile.

Blázquez Graf, N. (2010). Epistemologías feministas: temas centrales en Blázquez Graf, et al (2010) Metodología de la investigación; Estudios de género; Investigación; Feminismo; Representaciones sociales; América Latina. Biblioteca CLACSO. http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceiich-unam/20170428032751/pdf_1307.pdf

Braidotti, R. [1998] (2004). Diferencia sexual, incardinamiento y devenir, en *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*, Amalia Fischer (ed.), 187-200, Barcelona: Gedisa.

Corona Berkin, S. (2018). El aporte de las mujeres a la investigación crítica de la comunicación en América Latina. *Comunicação & Educação* • Ano XXIII • número 2 • jul/dez 2018

Crovi, D. (2021). Prólogo en Heram, Yamila y Gándara, Santiago. *Pioneras en los estudios latinoamericanos de comunicación*, Buenos Aires: Teseo.

Da Porta, E.; Rizo, M. (2024) "Mujeres investigadoras en el campo latinoamericano de la comunicación: los aportes de las epistemologías feministas para la caracterización del campo desde un encuadre de género", en Leonardo Melo González Mauricio Montenegro Diana Carolina Moreno José Miguel Pereira G. (eds.) (2024) *Pensar en movimiento. Cátedra UNESCO en Comunicación*, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá.

Fox Keller, E. (1991). *Secrets of Life, Secrets of Death: Essays on Language, Gender and Science*. Routledge.

García, V. (2017). De techos, suelos, laberintos y precipicios. Estereotipos de género, barreras y desafíos de las mujeres políticas. F. Freidenberg y G. Del Valle (Eds.) *Cuando hacer política te cuesta la*

vida. Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina (pp. 103-114). UNAM.

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, vol. 14, núm. 3, 575- 599

Harding, S. (1996). *Whose Science? Whose Knowledge?*. Cornell University Press.

Hera, Yamila y Gándara, Santiago (2021) *Pioneras en los estudios latinoamericanos de comunicación*, Buenos Aires: Teseo.

Palomar, C. (2009). Maternidad y mundo académico. *Alteridades*, 19(38), 55-73.

Rodríguez, C.; Magallanes, C.; Marroquín, A.; Rincón, O. (2020). *Mujeres de la comunicación*, FES Comunicación, Bogotá.

EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO: Rompendo paradigmas e desvelando tendências e perspectivas

José Diogo Tavares Pedrosa
Fagno da Silva Soares

Introdução

A institucionalização dos conceitos e processos comunicacionais consolidou-se como tema emergente nas pesquisas acadêmicas e como fator estratégico inquestionável no contexto organizacional. Embora a transição de um tratamento individualizado da comunicação humana para uma abordagem holística e organizacional não seja recente, seu alcance e sofisticação intensificaram-se com o avanço tecnológico, sem perder sua função primordial de humanizar as interações. No cenário contemporâneo, a comunicação deixou de ser mero veículo de transmissão para constituir-se como um ecossistema complexo, de natureza estratégica, capaz de fomentar culturas relacionais e sustentar a gestão do conhecimento. Sua relevância se manifesta tanto no microambiente organizacional por meio de planos, métodos e parâmetros internos quanto no macroambiente, ao interagir com

dimensões econômicas, políticas, socioculturais e legais que influenciam diretamente o desempenho institucional.

Sob um prisma epistemológico, compreender a comunicação estratégica exige ultrapassar a herança instrumental da tradição informacional e reconhecer seu papel como mediação simbólica e produção de significados (HABERMAS, 1987), elementos centrais para o posicionamento competitivo (CASTELLS, 2013; CHARADEAU, 2006). Ao ser concebida como inteligência estratégica (MINTZBERG; QUINN; VOYER, 2006), a comunicação passa a gerar conhecimento aplicável à tomada de decisão e à prospecção de resultados sustentáveis, articulando-se de modo sincrônico e fluido entre escalas micro e macro. A problemática que orienta esta investigação pode ser assim formulada: *de que modo a comunicação pode assumir o estatuto de instrumento epistemologicamente orientado e estrategicamente eficaz, evitando a armadilha de um discurso retórico dissociado das condições objetivas e, simultaneamente, potencializando resultados organizacionais concretos?* De natureza exploratória e fundamentada em revisão bibliográfica, esta pesquisa busca responder a essa indagação, mapeando rupturas paradigmáticas e tendências emergentes que reposicionam a comunicação como ativo crítico para a competitividade e a sustentabilidade institucional no século XXI.

Vale ressaltar que a comunicação precisa sair do campo da retórica para ser concebida ao seio organizacional de maneira holística, síncrona e fluida entre suas envergaduras micro e macro, levando em consideração a leitura da Administração sobre intenções, circunstâncias, condições, perfis, recursos, contas e resultados, incorporados aos fatores exógenos, que, embora de difícil manipulação, se compreendidos adequadamente, podem refletir de maneira satisfatória e/ou equilibrada na atmosfera interna da organização, por meio de índices de desempenho. Respeitados tais pressupostos, levanta-se a seguinte problemática: como a comunicação assume o caráter de um instrumento de inteligências

estratégicas para o processo decisório e prospecção de resultados promissores nas organizações, sem parecer mera expressão de um discurso ou um desejo utópico em detrimento de sua realidade?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar, sob uma perspectiva epistemológica, o papel da comunicação estratégica como instrumento de inteligências organizacionais voltado ao processo decisório e à prospecção de resultados sustentáveis. Como objetivos específicos, busca-se: (i) examinar a evolução conceitual da comunicação do viés instrumental ao estratégico; (ii) identificar as articulações entre comunicação e estratégia no contexto organizacional contemporâneo; (iii) discutir as rupturas paradigmáticas que reposicionam a comunicação como ativo crítico; e (iv) apontar tendências emergentes que reforçam sua centralidade para a competitividade e a sustentabilidade institucional. Com essa abordagem, pretende-se contribuir para o aprofundamento teórico e prático do campo, oferecendo subsídios para a gestão estratégica da comunicação em ambientes corporativos complexos e dinâmicos.

Conceituando a estratégia

A estratégia dispõe de um conceito dinâmico, desenvolvido com características bastante peculiares, adaptável ao propósito do planejamento e articulado ao valor disruptivo de mudanças dirigidas. Sendo assim, embora já se abstraia antecipada e resumidamente sua tradução, como um conjunto de posturas ou meios adotados a fim de alcançar objetivos previamente definidos, a estratégia não pode ser reduzida à relevância ou à conveniência a que se apropria para se estabelecer, isto é, por exemplo, um objetivo declarado como pauta de uma negociação, não pode se confundir com os interesses adjacentes ocultos, uma vez que os últimos estão contidos no primeiro, assim, analogamente, a estratégica é mais do que suas vantagens, é uma decisão, um processo de contágio entre todos os envolvidos que comungam dos mesmos propósitos (Craig; Grant, 1999).

Sobre esses recorrentes equívocos conceituais acerca de estratégia, principalmente por parte de muitos que acreditam compreendê-la totalmente, Matilla (2007) assume que o conceito de estratégia é empregado de maneira tão livre e abusiva que chega a ser ambígua, rasa e desimportante, aglutinando noções de "estratégia", "pensamento" e "planejamento" estratégico e "gestão estratégica" como se fossem expressões sinônimas. Para Oliveira (2003), estratégia é um conjunto de maneiras, energias e posturas, adequadas e preferivelmente diferenciadas, desenvolvidas com o intuito de atingir metas e superar desafios, com vistas ao melhor posicionamento organizacional no mercado, corroborando ao que Ferreira (1986) já conceituou como sendo uma arte que aplica racionalmente os recursos disponíveis e os esforços de todos, a medida em que as condições ambientes vão se mostrando favoráveis à prospecção de resultados almejada.

Segundo Porter (1991), a estratégia motiva o alcance de um posicionamento valioso e promissor, frente à adoção de condutas e atividades que se relacionam entre si, em prol dos objetivos, meios, recursos e prazos, aliadas a um processo dinâmico que envolve toda a organização, por afetar diretamente o seu planejamento, previamente estruturado. As pessoas precisam se autocoodenar ao emprego mais proveitoso das estratégias adotadas. A respeito do pensamento estratégico, Bethlem (2003) relembra que as principais mudanças do ambiente organizacional, no que tange ao progresso de gestão e de relacionamentos, ocorreram por volta dos anos 70 e 80, e exigiram que os gestores e administradores exercitassem o pensamento estratégico, como um movimento capaz de alavancar resultados e criar novas e melhores oportunidades para se tornarem mais competitivas no mercado.

Logo, conforme elucida Herácleos (1998), embora o verdadeiro significado do pensamento estratégico dentro das organizações se aloje no campo das ideias, pelo fato de está ligado a um abstrato processo dinâmico, contínuo e interativo de gestão,

ele se materializa no ambiente por meio de ações integradas que garantem uma visão de futuro mais coesa e as prepare para “derramar” seu potencial estratégico no “oceano” de oportunidades prósperas e longevas (Certo; Peter, 2005). A partir desse diálogo conceitual, apreende-se que estratégias são relutâncias do pensamento estratégico e, por essa razão, não devem ser confundidos. Esse pensamento estratégico envolve todos os níveis organizacionais, de maneira reflexiva, criativa e participativa, implementando medidas estratégicas de atuação, sem descartar a sistemática das etapas e lógica dos modelos que foram formalizados pelo planejamento, que norteia claramente a missão e visão organizacionais (Liedtka, 1998).

Dessa maneira, fica claro compreender que, ao passo que o pensamento estratégico é incutido no corpo organizacional, incitando novas práticas para o enfrentamento de problemas, tomada de decisões, atingimento de metas e objetivos, o planejamento também passa a requerer um viés estratégico de elaboração e leitura, uma vez que é ele o objeto que administração se apropria para operar. Isto é, esse processo demarca uma espécie de “efeito cascata”, que se comunicam entre si, porque desenvolvendo o pensamento estratégico, posturas são motivadas que, reunidas, criam culturas, o planejamento fica robusto e a gestão também se torna estratégica.

Estratégia na Comunicação

A comunicação organizacional se configura como um conjunto de ações bem estruturadas, contínuas e coesas para o desenvolvimento de uma cultura e uma identidade próprias, com o objetivo de cristalizar os valores, missão e visão da empresa, expandi-los frente o mercado, bem como divulgar os bens e/ou serviços ofertados, por meio de linguagens próprias que integram a função comunicadora das empresas – publicidade, propaganda, imprensa, relações públicas, dentre outras –, com o intuito de

harmonizar e efetivar a comunicação propriamente dita (Oliveira, 2004).

Sabendo que uma organização se constitui por dois ou mais integrantes, Teixeira (1998) afirma que a interação para a obtenção de resultados e atingimento de objetivos comuns carecem de práticas comunicativas integradas e contínuas, fundamentais para o bom funcionamento das operações organizacionais. Cardoso (2006) concorda relacionando, analogamente, a organização ao corpo humano e a comunicação ao seu sistema circulatório, pelo fato de uma não funcionar sem a outra.

A comunicação deixou de ser meramente instrumental para se revelar estrategicamente efetiva, correspondendo ao que se espera de uma organização competitiva e consistente, com melhores subsídios de análise das oportunidades exploráveis e as ameaças evitáveis de todo o contexto, potencializando forças e mitigando fraquezas (Matos, 2004). Então, é consenso afirmar que a estratégia desempenha um importante papel no contexto das organizações, fazendo frente às operações realizadas em prol do cumprimento de regras, encadeamento de ideias, atingimento de resultados e propositura de melhorias contínuas.

Tudo isso demonstra a sensível necessidade de que haja o incremento da comunicação, com o intuito de fazer grassar uma coesa gestão por processos que desencadeie o reconhecimento de líderes por uma gestão participativa de todo seu regimento e propósito cerne da organização. Segundo Hammer (1997), nas organizações orientadas por processos a comunicação transita livremente em meio à valorização do trabalho em equipe, ao corporativismo, à responsabilização mútua, à autonomia e às capacidades individuais, que permitem o desenvolvimento do pensamento estratégico, de inteligências técnicas, do sentimento de corpo e propriedade e da ruptura de dogmas ultrapassados nas organizações, um deles, por exemplo, o status do profissional da linha de frente, como o centralizador das decisões e informações

inerentes ao todo, minguando o acesso a elas por seus subordinados e desarmonizando o processo comunicativo.

Inaugurando uma estrutura que possua uma visão dinâmica, democrática e inteligível pela qual a organização produza valor, a estratégia se configura como condição *sine qua non*, imprescindível, para que a comunicação organizacional seja efetiva, sob o ponto de vista do alcance de metas por medidas planejadas e articuladas estrategicamente entre seus *stakeholders*, buscando melhor compreender o mercado e estabilizar sua imagem e reputação (Pérez, 2012). Pérez (2012), o precursor no conceito de estratégia no campo da comunicação, reitera que comunicação estratégica é um dos principais recursos sistemáticos que uma empresa pode utilizar na busca de resultados mais favoráveis. Ele já fazia menção às disfunções que a comunicação estratégica sofreria em decorrência a sua má interpretação e tratamento, asseverando que:

Para todos aqueles que, como eu, passaram anos a trabalhar nesta área, o aparecimento da comunicação estratégica é, indubitavelmente, uma boa notícia. Contudo, o êxito nunca surge sem contrapartidas, e constato a existência de algumas anomalias na forma como esta expressão está a ser tratada. Como se de um modismo se tratasse, alguns autores usam e abusam do termo.

Com essa metacrítica, da literatura sobre a literatura, faz-se necessário o futuro aprimoramento teórico e fundamentalista deste projeto, com o objetivo de assegurar a compreensão inequívoca do seu objeto de estudo, de modo a despontar para um grau de melhor adequação prática dos seus desdobramentos. No entanto, como provocação ao que foi discutido até aqui, pode-se depreender, sem advertência, que “estratégia de comunicação” não é o mesmo que “comunicação estratégica”, posto que uma decorre da tática e a outra, da sinergia, uma pode se reduzir ao marketing, a outra o gerencia, coadunando às demais ramificações da gestão estratégica.

Comunicação estratégica organizacional

As organizações estão cada vez mais buscando se posicionar estrategicamente no mercado, acirrando a competitividade por meio de medidas disruptivas em todos os seus níveis, o que faz contribuir para que as projeções a longo prazo de cada uma se configurem como sólida vantagem competitiva, exigindo mutações contínuas (Bueno, 2005).

Nesse sentido, Bueno (2005) garante que a comunicação aparece inclinada a uma perspectiva estratégica de desenvolvimento, inteira e necessariamente ligada ao contexto das organizações, porque ela trabalha de maneira síncrona com o processo mental e analítico que os administradores pensam e movem-se estrategicamente pelos caminhos traçados no planejamento, com vistas à conquista de seus objetivos intermediários e finais, de modo a concretizar um firme posicionamento estratégico, no tempo e no espaço em que se insere.

Estando a comunicação organizacional agora imbuída da perspectiva estratégica, a cultura, clima, estrutura, políticas e processos institucionais sofrem evoluções constantes por modificarem paulatinamente seus antigos e tradicionais limites, não mais se restringindo a gestão e suas variáveis à mera inserção de ferramentas comunicativas isoladas para captar lucros sazonais, mas elevando o seu incremento ao intercâmbio de informações e conhecimentos que revelem tendências cada vez mais proveitosas para a estabilidade das organizações no mercado, criando novas oportunidades e mitigando fatores de risco (Albertin e Albertin, 2005).

A esse respeito, Bueno (2003) elucida que a comunicação organizacional estratégica rompeu de uma vez por todas o nó górdio que amarrava as empresas a um tradicionalismo obsoleto dos processos comunicativos, o que os reduzia a um mero apêndice de

gestão, mas, hoje, encontram-se tão importantes quanto o departamento financeiro ou de recursos humanos.

No tocante às estratégias de comunicação organizacional, Torquato (1986) propõe e destaca quinze pressupostos de implementação que, segundo ele, são capazes, se cumpridos, de evoluir para uma comunicação organizacional estratégica, são eles:

planejar a comunicação de maneira sinérgica; abrir e tornar mais equilibrados os fluxos da comunicação; tornar simétricos o marketing institucional e o marketing comercial; valorizar e enfatizar canais participativos de comunicação; estabelecer uma identidade (transparente e forte) para projeção externa ; criar uma linguagem sistêmica e uniforme; valorizar o pensamento criativo; acreditar na comunicação como um poder organizacional; reciclar periodicamente o corpo de profissionais; investir maciçamente em informações; ajustar os programas de marketing ao contexto sócio-político; valorizar os programas de comunicação informal; assessorar, não apenas executar programas de comunicação; focar na comunicação para prioridades e ter coragem para assumir riscos e gerar inovações.

Por meio dessa contribuição teórica tão importante para sua prática, apreende-se que a comunicação impõe uma nova realidade para as organizações e está pautada em vertentes e ações democráticas, coerentes, heterogêneas, dinâmicas e concisas, exigindo de todos os profissionais uma postura corajosa, disposta, inovadora, solidária e participativa, importando-se com os princípios de transparência, verdade e ética, bem como comprometendo-se com o futuro das empresas através do diálogo, responsabilidade social, motivação, respeito e ímpeto de mudança.

Esse processo de mudança por meio da comunicação estratégica incute à cultura organizacional uma valorização intuitiva das pessoas, pelas quais desenvolvem o poder de impactar com seu trabalho os resultados prósperos e muitas vantagens competitivas tão perseguidas pelas empresas, isto é, com uma atuação dialógica,

motivada, participativa, resoluta e competente, além de empregar, de maneira estratégica, seus conhecimentos e compartilhá-los por meio de uma comunicação efetiva (Torquato, 1992).

Após as organizações compreenderem que a comunicação estratégica se configura como uma poderosa ferramenta de planejamento e gestão, a interação com o ambiente que integram se tornará mais assertiva, as oportunidades de ganhos serão maiores, os riscos se neutralizarão e os propósitos coletivos ora planejados se materialização em tempo considerado estável e em medias confortáveis e satisfatórias, principalmente pelo fato que os colaboradores, dotados de consciência estratégica, estarão engajados aos objetivos macros e preparados para antever as ameaças que os comprometam (Oliveira, 2003).

Felizmente, as organizações assumiram que a comunicação é um recurso estratégico fundamental para a melhoria dos relacionamentos, da administração de riscos e conflitos, da tomada de decisões e da articulação com fatores externos, pautados por respeito e seriedade, agregam valor e, conseqüentemente, produzem bons resultados, diferentemente do que ocorria há alguns anos quando a comunicação era tratada como acessória em vez de primordial.

Tudo isso nos indica que o campo da comunicação estratégica nas organizações tem correspondido ao que a Administração almeja, que é de estar em constante reciclagem e amadurecimento, além de buscar desenvolver um mapa de conhecimentos a partir de uma comunicação rica e efetiva, constituindo um ambiente profícuo por onde se dissemina os outros domínios de conhecimento.

A este repto, no capítulo posterior serão destacadas algumas das principais tendências que dispõem de um latente interesse por parte da Administração em analisar suas dimensões estratégicas quando executadas em conjunto com a prossecução dos objetivos e metas, instrumento que são estruturados a missão, visão e valores

organizacionais, em meio ao cenário globalizado e de ligeiro desenvolvimento tecnológico, sobretudo, de comunicação.

Aportes metodológicos e analíticos

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de caráter analítico-interpretativo. Optou-se por essa abordagem por compreender que a natureza da problemática investigada o papel epistemológico da comunicação estratégica nas organizações demanda a construção de um quadro conceitual robusto, ancorado em diferentes tradições teóricas e atualizado às tendências emergentes do campo.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas reconhecidas, tais como Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, abrangendo publicações nacionais e internacionais. Foram adotados como descritores principais: *comunicação estratégica, epistemologia da comunicação, inteligência organizacional, gestão estratégica e processos decisórios*. O recorte temporal priorizou estudos publicados a partir da década de 1980, período que marca a intensificação das abordagens estratégicas na comunicação organizacional, incluindo, contudo, obras clássicas de referência fundacional.

Os critérios de inclusão consideraram trabalhos que: apresentassem fundamentação teórica relevante para o diálogo entre comunicação e estratégia; discutissem implicações organizacionais da comunicação sob perspectiva epistemológica; e oferecessem contribuições empíricas ou conceituais aplicáveis ao contexto contemporâneo. Foram excluídos estudos estritamente técnicos, sem abordagem conceitual ou analítica aprofundada.

A análise dos materiais selecionados seguiu um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), permitindo a identificação de categorias temáticas, como: *evolução paradigmática da comunicação, dimensão estratégica e inteligência organizacional*,

mediação simbólica e construção de sentidos e tendências emergentes. Essa categorização possibilitou a articulação dos dados bibliográficos com a problemática proposta, buscando compreender como a comunicação pode assumir o estatuto de instrumento epistemologicamente orientado e estrategicamente eficaz no contexto organizacional contemporâneo.

A análise bibliográfica permitiu identificar quatro eixos conceituais centrais para compreender a comunicação estratégica sob um prisma epistemológico: evolução paradigmática da comunicação; dimensão estratégica e inteligência organizacional; mediação simbólica e construção de sentidos; e tendências emergentes.

A trajetória da comunicação organizacional revela uma transição progressiva do modelo instrumental, baseado na transmissão linear de mensagens (SHANNON; WEAVER, 1949), para perspectivas mais complexas e interativas. Essa mudança é evidenciada pela incorporação de elementos culturais, sociais e políticos à análise dos processos comunicacionais, consolidando a comunicação como prática transversal e estruturante (KUNSCH, 2003). No âmbito organizacional, esse deslocamento paradigmático implicou reconhecer que a comunicação não é apenas suporte para a execução de estratégias, mas parte integrante da formulação e do redesenho estratégico, influenciando diretamente a capacidade de adaptação e inovação das instituições.

A despeito da dimensão estratégica e inteligência organizacional ao integrar-se à lógica estratégica, a comunicação passa a atuar como inteligência organizacional, desempenhando papel crucial na coleta, análise e disseminação de informações relevantes para a tomada de decisão (MINTZBERG; QUINN; VOYER, 2006). Trata-se de um processo dinâmico que exige leitura constante do ambiente interno e externo, articulando-se com práticas de gestão que buscam vantagem competitiva e sustentabilidade institucional. Essa função ultrapassa a dimensão operacional,

posicionando a comunicação como ativo crítico para a governança, a gestão de riscos e a inovação. Nas organizações analisadas na literatura, observou-se que a adoção de processos comunicacionais estrategicamente orientados se correlaciona a maiores índices de eficiência, coesão interna e alinhamento institucional.

Considerando a mediação simbólica e construção de sentidos é a partir da perspectiva da Teoria Crítica (HABERMAS, 1987), a comunicação organizacional não se limita a fluxos informacionais, mas envolve mediação simbólica, negociação de significados e construção de consensos. O discurso organizacional é, portanto, produto e produtor de realidades institucionais, sendo influenciado por contextos socioculturais e por relações de poder (CHARAUDEAU, 2006). Nesse sentido, a eficácia comunicacional está relacionada à capacidade de as organizações compreenderem e responderem às expectativas de seus públicos, construindo narrativas coerentes e legítimas. Organizações que operam nessa lógica tendem a fortalecer sua reputação, ampliar o engajamento e consolidar uma cultura interna alinhada às estratégias corporativas.

Nos termos das tendências emergentes, a literatura recente aponta para uma ampliação do papel da comunicação estratégica no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2013), caracterizada pela conectividade ubíqua, pela fluidez informacional e pela participação ativa de múltiplos públicos. Nesse ambiente, destacam-se tendências como: a adoção de análises preditivas para antecipação de cenários; o uso intensivo de métricas de desempenho comunicacional; a integração de tecnologias digitais para monitoramento e interação; e a valorização da transparência como princípio ético e estratégico. Essas tendências reforçam a necessidade de uma abordagem epistemologicamente fundamentada, capaz de articular teoria e prática e de responder à complexidade do ambiente organizacional contemporâneo, no qual a comunicação se apresenta não apenas como suporte, mas como condição estratégica de existência e competitividade.

Discussão sobre novas tendências

A nova conjectura comunicacional em que as organizações estão submetidas, diferentemente como ocorria no paradigma tradicional de produção de conhecimentos, onde o narrador central gozava de pretensa clareza de interesses, os conteúdos eram unívocos e as fontes paradoxais, hoje, no contexto da globalização e de transformações tecnológicas maciças, o modelo comunicativo organizacional, como principal tendência para uma gestão estratégica, se tornou tão dinâmico, heterogêneo e interativo que os processos organizacionais passaram a ser vistos como uma rede dinâmica de interpretações e sentidos (Pinto, 2008).

A comunicação organizacional brasileira, por sua vez, conta com uma estrutura de fomento precária, que implica numa trucada convergência da perspectiva estratégica, nos dons dos comunicadores e no progresso do país, concorrendo com a competitividade de mercado e com a globalização, circunstâncias onde não há permissão para improvisos. No entanto, há razões para acreditar na reversão desse cenário, uma vez que os gestores estão estimulados a refletirem sobre sua contribuição ao sucesso organizacional por uma capacitação contínua, à guisa da gestão estratégica do conhecimento. Evidentemente, as tendências para uma gestão estratégica dos processos comunicativos integrados nas organizações, não mingnam aqui, principalmente pelo fato de ser notável um hiato histórico e conceitual sobre o objeto de estudo proposto, mas sem lançar mão do objetivo de clarificar a crescente importância da comunicação estratégica como campo científico e atuação profissional, provando que elas são mais do que meros discursos.

Pinto (2008) complementa que essa complexidade dos fatores estratégicos propostos pela comunicação organizacional muitas vezes gera conflitos entre os interesses dos emissores e receptores, bem como a fidedignidade e fluidez do conteúdo

transmitido, embora os canais sejam tecnologicamente avançados. O desafio das organizações agora está marcado pela mediação entre conflitos de interesses e lógicas estruturais, bem como criar e acompanhar as novas abordagens e tendências em comunicação estratégica. Já Castells (2009) afirma que a força das conexões da atualidade está ligada ao poder relacional das redes, que conectam mentes, hábitos e ideias e constroem novos significados de conveniências através de tantas redes sociais existentes, que o próprio Castells (2013) denomina como ambientes de interações recíprocas e espontâneas, e de construção de conteúdos ideológicos e sociais, cujos elementos de autonomia se confrontam com o controle governamental, mas se alia a domínios organizacionais devido a sua natureza transformadora, tempestiva, efetiva e estratégica entre os vínculos de realidades.

Algumas tecnologias se destacam como alvissareiras se empregadas adequadamente nos âmbitos empresariais, porque carregam um arsenal de recursos que permitem uma leitura de mundo coesa por meio de interações recíprocas e substanciais entre signos estratégicos, geridos para promover e manter mudanças, tanto para a reputação das organizações, quanto para o desenvolvimento pessoal dos interlocutores envolvidos no processo (Oliveira, 2004). As mídias sociais mais conhecidas da atualidade (cita-se o WhatsApp, Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube), como tecnologias que maturam as operações internas das organizações, conduzem o relacionamento com seu público-alvo e deles captam as necessidades e feedbacks úteis para a adoção de medidas estratégicas (Pereira, 2002).

A comunicação organizacional é efetiva e estratégica graças ao exponencial avanço tecnológico das últimas décadas, tanto que a empresa de Telecomunicações de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, a Leucotron Telecom (2019) destaca onze tendências de comunicação organizacional, a começar pelas já supracitadas, e completa com as seguintes:

- *softwares* para gerenciar dados coletados no atendimento, a exemplo do *Costumer Relationship Manegement*, útil no esboço de históricos e perfis a fim de personalizar atendimento;
- *omnichannel*, tecnologia que converge todos os canais *offline* e *online* das empresas com o objetivo de melhor sintonia interna e externa;
- atendimento humanizado, a exemplo do PBX, um centro de distribuição telefônica que garante experiências personalizadas e satisfatórias aos clientes;
- transmissões ao vivo, que permitem a conectividade em tempo real para dar transparência e atrair a confiança do seu público;
- treinamentos remotos via satélite, para qualificação dos colaboradores;
- *business intelligence*, foca no *upgrade* nas performances dos colaboradores;
- *inbound marketing* ou “marketing de entrada”, visa a captação maciça de clientes em potencial para aumentar o volume de vendas, de forma inteligente, voluntária e agradável;
- gamificação, mecânica de jogos que motivam e engajam os colaboradores em prol dos objetivos e metas da empresa, e estimula a interação dos clientes com o negócio;
- *home Office*: movimento comunicativo que propicia comodidade e celeridade às tarefas realizadas, por meio de soluções tecnológicas de voz, que aproximam os colaboradores;
- BOYD (*Bring Your Own Device*, “Traga Seu Próprio Aparelho”): tendência de comunicação bastante utilizada sempre que os próprios colaboradores conectam seus dispositivos (smartphones, tablets, notebooks, etc) à rede corporativa, para desenvolver as atividades de maneira direta

e ágil. No entanto, é necessária uma política de segurança que iniba os cibercriminosos, vírus e ataques virtuais.

Considerações finais

A presente investigação evidenciou que a comunicação estratégica, ao transcender seu caráter instrumental tradicional, configura-se como um elemento epistemologicamente fundamentado e essencial para a sustentação da competitividade e da sustentabilidade organizacional. A comunicação, entendida como processo dinâmico de mediação simbólica e inteligência estratégica, atua integradamente com as decisões e práticas organizacionais, promovendo a construção de sentidos compartilhados e a adaptação às complexidades do ambiente contemporâneo.

O estudo também destacou rupturas paradigmáticas que desafiam abordagens reducionistas e apontam para uma comunicação holística, fluida e sincronizada entre as escalas micro e macroorganizacionais. Nesse contexto, a incorporação das tendências tecnológicas e das demandas da sociedade em rede reafirma o papel central da comunicação como condição *sine qua non* para a inovação, a legitimidade e o desempenho sustentável das instituições. Para a prática gerencial, a pesquisa reforça a necessidade de consolidar a comunicação como ativo estratégico, promovendo sua integração nos processos decisórios e nos sistemas de inteligência organizacional. Isso implica investir em capacidades analíticas, na construção de narrativas coerentes e na compreensão profunda dos contextos socioculturais e institucionais.

O mundo mudou. As pessoas evoluíram. A vida se repaginou. As fronteiras ruíram. O tempo, chegou! A comunicação é viva, fortuita e transcendente, é atemporal e medular. Salutar se humanizada, mas nociva se forjada. Saúda-se agora, com entusiasmo, à ciência da Administração, por deixar-se propulsar pelos nichos e fundamentos basilares que regem a dialética da comunicação estratégica, garantindo, por sua vez, a sua subsistência

no espaço e na velocidade com que os conhecimentos são produzidos e coparticipados no seio das organizações, multilateralmente. A comunicação estratégica dentro das organizações é pragmática e plural, isto é, valoriza a diversidade de atributos, ideias, vivências e concepções dos indivíduos. Além de potencializar habilidades e competências, antes herméticas e obsoletas, agora prodigiosas e holísticas, a comunicação dá aos seus interlocutores subsídios pra prever e construir cenários, sistematizar metodologias e mensurar resultados, do negócio ou da própria comunicação, movimento que caracteriza verdadeiramente as compreensões acerca de estratégia.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo para estudos empíricos que explorem as aplicações da comunicação estratégica em setores específicos, assim como investiguem o impacto das novas tecnologias digitais na epistemologia comunicacional organizacional. Indubitavelmente, a comunicação estratégica preconiza a conexão de conhecimentos globais, a construção de significados na mente das pessoas e aquiesce seu senso crítico e empreendedor, desafiando as organizações a prosperar continuamente. Observou-se, pois, que o sistema de comunicação estratégica promove o equilíbrio entre relacionamentos e o crescimento organizacional, abrindo acesso democrático das informações, contemplando os processos decisórios, monitorando os resultados e assegurando uma gestão participativa que suscite o progresso profissional, institucional e pátrio. Essa agenda poderá contribuir para o desenvolvimento de modelos mais robustos e contextualizados, alinhados às demandas mutáveis das organizações no século XXI.

Referências

ALBERTIN, A. L., & ALBERTIN, R. M. de M. **Tecnologia de informação e desempenho empresarial**: as dimensões de seu uso e sua relação com os benefícios de negócio. São Paulo: Alas, 2005. 202p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BETHLEM, Agrícola. **Evolução do pensamento estratégico no Brasil: textos e casos**. São Paulo: Atlas, 2003

BUENO, Wilson da Costa. **A Comunicação empresarial estratégica: definindo os contornos de um conceito**. Caxias, Rio Grande do Sul: *Conexão – Comunicação e Cultura*, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: Teoria e pesquisa**. São Paulo: Monole, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.

CERTO, Samuel, & PETER, Paul. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Tradução Livre.

CHARAUDEAU, Patrick. **Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CRAIG, James, & GRANT, Robert. **Gerenciamento estratégico**. São Paulo: Littera Múndi, 1999.

DMITRUK, H. B. Pesquisa Bibliográfica e outros tipos de pesquisa. In.: DMITRUK, H. B. (Org.) **Cadernos Metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 6.ed. Chapecó: Argos, 2004. P. 67-76.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HAMMER, M. **Além da reengenharia**: como organizações orientadas para processos estão mudando nosso trabalho e nossas vidas. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HERACLEOUS, Loizos. **Strategic Thinking or Strategic Planning?** Long Range Planning, v. 31, n. 3, p. 481- 487, 1998. Tradução Livre.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LEUCOTRON TELECOM. Um ecossistema completo em comunicação. **11 Tendências de comunicação empresarial para ficar de olho**. Santa Rita do Sapucaí – RS. 2009.

LIEDTKA, Jeanne M. **Strategic Thinking: Can it be Taught?** International Journal of Strategic Management, v. 31, n. 1, p. 120-129, feb. 1998. Tradução Livre

Matilla, K. **Conceptos Fundamentales en la Planificación Estratégica de las Relaciones Públicas**. Barcelona: UOC. Tradução Livre, 2009.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian; VOYER, S. J. **The Strategy Process: Concepts, Contexts, Cases**. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, Práticas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. **Novo sentido da comunicação organizacional: construção de um espaço estratégico**. In: Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 26, 2003, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: Intercom, 2003.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, & HERSCHMANN, Micael. Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da

informação e do conhecimento. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 38, p. 27-42, 2002.

PINTO, Julio. **Comunicação organizacional ou comunicação no contexto das organizações**: interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio. **Comunicação empresarial, comunicação institucional**: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamentos e técnica. São Paulo: Summus, 1986.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação e imagem**: fundamentos da nova empresa. São Paulo: Summus, 1992.

“É VELHICE OU LONGEVIDADE?”: O tratamento dado pela mídia brasileira ao envelhecimento populacional

Jorge Rocha

Introdução

O envelhecimento populacional constitui hoje um dos vetores demográficos mais impactantes da sociedade brasileira e latino-americana. O IBGE projeta que, até 2050, cerca de 30% da população do Brasil será composta por pessoas com 60 anos ou mais, configurando uma nova realidade política, econômica e cultural. Essa transformação demográfica requer uma compreensão urgente de como a mídia constrói sentidos sobre o envelhecimento. Nesse sentido, estudar o tratamento dado pela imprensa ao envelhecimento entre 2020 e 2025 é uma tarefa não apenas acadêmica, mas também política, pois sustenta o debate sobre os direitos civis e a dignidade dos idosos.

O período escolhido inclui 2020 - o ano do surgimento da pandemia de COVID-19 no Brasil -, um evento que lançou a velhice

ao centro da agenda pública, expondo vulnerabilidades sanitárias e institucionais, mas também projetando potenciais de inovação e autonomia cognitiva e digital.

Nesse contexto, a mídia atuou simultaneamente como mediadora de conselhos, multiplicadora de dados científicos e arena de emergência simbólica. O desafio reside em entender como foram construídos os dualismos entre fragilidade e resiliência, tratamento médico e protagonismo ativo, inclusão digital e desamparo institucional. Esta ambivalência no discurso midiático pode reforçar estereótipos prejudiciais ou abrir caminho para narrativas mais complexas e positivas sobre o envelhecimento, conforme destacado por Higgs e Gilleard (2015) ao discutir regimes de visibilidade da velhice.

A literatura sobre framing midiático fornece ferramentas analíticas relevantes para esse estudo. Higgs e Gilleard (2015) afirmam que os "regimes de visibilidade" da velhice são produzidos por narrativas reiteradas que moldam percepções socialmente aceitas. Calasanti (2021) expande essa perspectiva ao mostrar como essas representações muitas vezes naturalizam o idadismo, apresentando um suposto "topo de sucesso" da longevidade ativa que não confronta as desigualdades estruturais. Como observa Martins e Silva (2019), "a narrativa do esforço individual" tende a desviar a atenção de condições sistêmicas que perpetuam exclusões, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por desafios que são, em grande parte, sociais e institucionais.

A interseção entre comunicação, tecnologia e políticas públicas é crucial para compreender as dinâmicas de exclusão e inclusão da população idosa. Bittencourt e Dalto (2018) ressaltam que, no contexto latino-americano, desigualdades socioeconômicas determinam quem é incluído e quem permanece à margem dos benefícios das inovações tecnológicas e das políticas públicas. Portanto, a análise da mídia deve considerar não apenas o conteúdo

das mensagens, mas também o contexto estrutural que influencia essas representações.

Neste sentido, torna-se essencial compreender que a mídia não atua apenas como retransmissora de informações, mas como produtora e negociadora de sentidos que repercutem socialmente. Segundo Stuart Hall (1997), as representações midiáticas são práticas culturais que influenciam a construção da identidade social. Portanto, a forma como o envelhecimento é mediado pelos meios impacta diretamente no reconhecimento e valorização das pessoas idosas em suas múltiplas dimensões, desde a autonomia física e cognitiva até a participação social e cultural. É nesse campo de disputa simbólica que o presente estudo se insere, investigando de que maneira a mídia brasileira articula os diversos aspectos do envelhecimento, seja reforçando estereótipos, seja promovendo novas narrativas de longevidade.

Por fim, compreender como a mídia constrói sentidos sobre o envelhecimento é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O envelhecimento não é um fenômeno homogêneo, mas atravessado por desigualdades de classe, gênero, raça e regionalidade, como destacam Pérez e Santos (2020), que ressaltam a importância de uma abordagem interseccional.

Referencial teórico

A abordagem teórica adotada para este estudo se fundamenta na compreensão do envelhecimento como um fenômeno socialmente construído e mediado pela comunicação. Higgs e Gilleard (2015) introduzem o conceito de regimes de visibilidade, que evidencia como certas imagens e narrativas da velhice são produzidas e reproduzidas de forma a definir quais aspectos desse processo são considerados legítimos, valorizados ou estigmatizados. Calasanti (2021) contribui para esse entendimento ao discutir como o idadismo se manifesta nas representações

mediáticas, naturalizando a discriminação por idade ao mesmo tempo em que promove a longevidade ativa como ideal hegemônico.

Martins e Silva (2019) aprofundam a análise na esfera do mercado de trabalho, mostrando que a narrativa dominante enfatiza a responsabilidade individual do trabalhador idoso em sua requalificação, obscurecendo as barreiras institucionais e sociais que dificultam a permanência e inserção laboral. Bittencourt e Dalto (2018) trazem a perspectiva latino-americana para o debate, ressaltando que as desigualdades socioeconômicas e regionais moldam as condições concretas de envelhecimento e o acesso às políticas públicas, ampliando a complexidade do fenômeno no contexto brasileiro. Já Santos e Lima (2019) enfatizam o papel da mídia na construção e divulgação das políticas públicas, destacando a importância de uma cobertura comprometida que vá além da simples reprodução de discursos oficiais, promovendo o controle social e a efetivação dos direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso.

Por que essa combinação teórica? Porque ela permite compreender o envelhecimento não como um dado biológico ou individual, mas como um fenômeno cultural, político e tecnológico atravessado por processos de representação, exclusão e inclusão. A interseção entre essas dimensões é fundamental para analisar criticamente o papel da mídia na construção social da velhice, sobretudo em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades.

Além disso, autores como Gilleard e Higgs (2013) ampliam essa visão ao discutirem o envelhecimento pós-moderno, no qual as representações midiáticas configuram uma "identidade sênior" construída em tensão entre autonomia e vulnerabilidade. Essa dialética é central para entender como a mídia simultaneamente reforça estereótipos e abre espaço para narrativas alternativas. Conforme Katz (2001), o conceito de "media aging" destaca que a

mídia não apenas reflete, mas ativa processos culturais que moldam as expectativas e experiências do envelhecimento.

Outro aporte relevante é o conceito de “representação simbólica do envelhecimento” proposto por Thompson e Chappell (2020), que enfatiza como as narrativas midiáticas funcionam como dispositivos simbólicos que influenciam a autoimagem dos idosos e as políticas públicas. Essa perspectiva dialoga com a abordagem de Stuart Hall (1997), que aponta a produção de sentido como uma prática discursiva, implicando que a mudança das representações demanda intervenções críticas tanto no campo cultural quanto político.

Metodologia

A escolha pela análise qualitativa de conteúdo documental está alinhada à natureza interpretativa e crítica do objeto de estudo: os discursos e narrativas midiáticas sobre o envelhecimento. Segundo Bardin (2011), essa metodologia possibilita apreender não apenas a frequência dos temas, mas as nuances dos sentidos atribuídos, essenciais para compreender as representações sociais. Flick (2018) reforça que essa abordagem é adequada para fenômenos culturais e comunicacionais, pois permite explorar as relações simbólicas e contextuais presentes nos textos.

A amostra foi delimitada por critérios rigorosos para garantir relevância e representatividade: matérias publicadas entre 2020 e 2025 nos principais veículos jornalísticos de circulação nacional e também de publicações de cunho regional que tratassem direta ou indiretamente do envelhecimento, contemplando os eixos temáticos definidos.

O procedimento de análise seguiu quatro etapas: leitura exaustiva e categorização sistemática dos textos, com registro detalhado de metadados; codificação interpretativa dos frames, focando nos discursos predominantes, atores sociais representados e omissões relevantes; comparação cruzada com dados acadêmicos

e institucionais para validar e enriquecer os achados; e síntese crítica para mapear tendências e contradições.

Para a análise, tomamos como corpus matérias selecionadas com natureza já estabelecida, garantindo abrangência e diversidade na pesquisa. Para cada eixo temático procedemos primeiro à apresentação e síntese das matérias indicadas - com título, veículo e mês/ano de publicação - e, em seguida, desenvolvemos uma leitura crítica à luz do referencial teórico e da metodologia proposta. A argumentação adota uma perspectiva qualitativa de conteúdo documental (Bardin, 2011; Flick, 2018), articulando frames jornalísticos identificados, omissões relevantes e implicações políticas e culturais (Triviños, 2010).

A adoção dessa metodologia, além de atender aos objetivos acadêmicos do evento, oferece uma base sólida para replicação e ampliação em pesquisas futuras, podendo ser aplicada em análises regionais, audiovisuais ou em plataformas digitais, ampliando a compreensão das dinâmicas comunicacionais do envelhecimento.

Resultados

A análise das matérias publicadas no período revela uma variação significativa nos frames e enfoques conforme o eixo temático, refletindo tanto avanços quanto limitações na cobertura midiática do envelhecimento. Antes de detalhar cada ponto, cabe contextualizar que a mídia brasileira entre 2020 e 2025 ampliou a atenção ao tema, especialmente impulsionada pela pandemia, pela ampliação do acesso digital e pela crescente relevância econômica e social da população idosa. Contudo, essa atenção não foi uniforme nem isenta de reproduções estereotipadas.

Passamos agora à apresentação e análise do tratamento jornalístico relativo à cada um dos eixos temáticos:

1) Saúde e Bem-estar

- **Idosos brasileiros estão mais vacinados que os americanos** (Revista piauí) – A reportagem de Lianne Ceará (ago/2021) destaca que o Brasil conseguiu vacinar uma parcela excepcional de sua população idosa contra Covid-19. Até agosto de 2021, 91% dos brasileiros com mais de 65 anos haviam recebido duas doses, contra 81% dos americanos nessa faixa etária. O texto ressalta a alta confiança dos idosos brasileiros na vacinação, mesmo com o atraso inicial do governo federal, e contrasta esse cenário com o movimento antivacina que se espalhou nos EUA.
- **Velho e antenado: faz bem querer acompanhar inovações após os 60 anos** (UOL VivaBem) – Matéria de abril/2022 que enfatiza a importância da inclusão digital para a saúde mental e social dos idosos. Destaca que o uso da internet entre a população 60+ saltou de 34% em 2020 para 50% em 2021 no Brasil. O texto recomenda estimular o aprendizado tecnológico dos idosos, evidenciando benefícios como maior interação social, cognição mais ativa e combate ao isolamento.
- **Saúde no verão: entidade reforça cuidados com os 60+** (Folha de Londrina) – Reportagem regional (dez/2024) alerta que pessoas com 60+ são mais vulneráveis aos efeitos do calor. O geriatra Marco Túlio Cintra explica que desidratação e hipertermia são os principais riscos no verão para idosos, e recomenda cuidados como ingerir bastante líquido, evitar sol forte e ter alimentação leve.

- **Conheça os cuidados para proteger os idosos das doenças respiratórias no inverno** (G1 Sul/Paraná) – Notícia de outono/inverno 2024 enfatiza que o frio e o ar seco aumentam risco de gripes e pneumonia entre idosos. A enfermeira Rosane Kraus orienta medidas preventivas: vacinação anual contra gripe, uso de máscara em lugares fechados, hidratação e alimentação nutritiva. A reportagem aponta que iniciativas simples de saúde pública podem reduzir internações e mortes de idosos em meses frios.

As duas peças nacionais (piauí, UOL) ressaltam conquistas sanitárias (vacinação) e ganhos de inclusão digital como determinantes de saúde mental e proteção coletiva; as matérias regionais focalizam a exposição sazonal do corpo idoso ao calor e ao frio, recomendando medidas preventivas. Em conjunto, o corpus articula narrativas positivas - sucesso vacinal e apropriação tecnológica - e narrativas de risco que demandam cuidados de saúde pública locais.

A leitura à luz do referencial teórico mostra a oscilação entre regimes de visibilidade que celebram a autonomia e frames que reintroduzem a vulnerabilidade: Higgs & Gilleard (2015) e Gilleard & Higgs (2013) ajudam a compreender como imagens midiáticas configuram identidades seniores tensionadas entre autonomia e fragilidade; Calasanti (2021) adverte que o ideal de “successful aging” pode naturalizar responsabilidades individuais. Assim, as matérias que realçam vacinação e letramento digital podem, inadvertidamente, reproduzir uma narrativa que responsabiliza o idoso pela sua proteção, sem problematizar suficientemente desigualdades de acesso.

No plano metodológico, a codificação qualitativa revelou três frames dominantes: (1) desempenho institucional/civicidade (vacinação como sucesso coletivo), (2) capacitação e inclusão (letramento digital como fator de bem-estar), e (3) risco/precaução

(saúde sazonal). Identificou-se também omissões relevantes: poucas matérias aprofundam as desigualdades regionais e socioeconômicas que condicionam acesso a vacinas, serviços de saúde e equipamentos digitais – lacuna que Bitencourt & Dalto (2018) e os dados do IBGE (2023) indicam como central na compreensão das trajetórias de envelhecimento no Brasil.

As implicações práticas apontam que, embora a promoção de medidas preventivas e do engajamento digital traga benefícios, o jornalismo deveria ampliar investigações sobre infraestrutura de saúde, logística vacinal, impacto de programas de inclusão digital e desigualdades territoriais. Conforme Santos & Lima (2019), uma cobertura jornalística mais investigativa poderia exercer controle social sobre políticas de saúde e avaliar se os ganhos medidos (por ex., altas taxas vacinais) se traduzem em equidade e continuidade de cuidados.

2) Mercado de Trabalho e Etarismo

- **Trabalho: contratação de pessoas com mais de 50 anos no mercado formal cresce no país** (CBN/Economia) – Reportagem de abr/2025 informa que houve forte aumento de vagas formais para profissionais 50+: de 2023 para 2024, a contratação nessa faixa etária cresceu 8,8% (cerca de 700 mil novos empregos). O texto atribui essa alta a programas de RH e iniciativas empresariais que enxergam idosos como mão de obra comprometida.
- **Etarismo dificulta inserção de maiores de 50 anos no mercado** (UOL/Agência Brasil) – Matéria de jun/2023 divulga pesquisa do Instituto Maturi/Grupo Croma sobre preconceito etário nas empresas. Segundo o estudo, **78%** das empresas admitem ter algum tipo de barreira etária contra trabalhadores acima de 50 anos. O texto destaca que apenas uma pequena parcela da força de trabalho é idosa (em torno de 5%) e que **70%** das organizações contratam pouco ou

nenhum funcionário 50+, evidenciando o impacto do etarismo.

- **Envelhecimento reduz taxa de participação no mercado de trabalho** (Folha de Londrina) – Artigo de out/2023 (Estado via Londrina) analisa dados do Ipea e observa que o aumento da população idosa levou a menor participação agregada no mercado de trabalho. Embora o número absoluto de trabalhadores 60+ cresça, a proporção dessa faixa etária empregada caiu de 24% para 23,3%. O texto analisa que o país perde atividade produtiva conforme envelhece, mesmo com mais idosos ativos.
- **Etarismo: 86% das pessoas com mais de 60 anos sofrem preconceito no trabalho** (Correio Braziliense) – Matéria de maio/2024 revela pesquisa do grupo Croma, mostrando que 86% dos entrevistados idosos já sofreram algum tipo de discriminação laboral. O levantamento destaca ainda que 70% das empresas contratam poucos ou nenhum profissional acima de 50 anos, apesar de esse grupo ser responsável por uma significativa parcela do mercado. A reportagem regional comenta iniciativas do setor público para reduzir o etarismo e estimular o trabalho intergeracional.

As reportagens apresentam um panorama misto: dados recentes de aumento absoluto de contratações formais para 50+ convivem com pesquisas e relatos que documentam alto índice de discriminação e queda relativa na participação laboral agregada.

A interpretação teórica revela que as matérias reproduzem, em grande medida, a narrativa dominante sobre a necessidade de requalificação individual do trabalhador idoso, quadro analisado por Martins & Silva (2019). Essa ênfase desloca o foco das barreiras institucionais (processos seletivos, práticas de RH, legislação e

incentivos) para soluções centradas no indivíduo, o que atende ao ideário neoliberal de responsabilização privada.

A codificação evidenciou frames recorrentes: (a) “solução técnica” (programas de treinamento), (b) “indicador de mercado” (taxas de contratação) e (c) “denúncia” (relatos de discriminação). No entanto, há escassez de investigações sobre como raça, gênero, classe e região intersectam com o etarismo - uma lacuna salientada por Bittencourt & Dalto (2018) e por estudos sobre desigualdades no mercado de trabalho.

Diante disso, recomenda-se uma agenda jornalística investigativa que examine práticas de recrutamento, contratos e condições laborais, avaliando também políticas públicas e incentivos que estimulem a contratação intergeracional. Tais pautas estariam em sintonia com a proposta de Santos & Lima (2019) de que o jornalismo deve contribuir para a efetivação de direitos por meio de investigação e monitoramento.

3) Tecnologias Assistivas e Inclusão Digital

- **Velho e antenado: faz bem querer acompanhar inovações após os 60 anos** (UOL VivaBem) – Além do aspecto da saúde (citada acima), a reportagem de 2022 também enfatiza que incluir idosos digitalmente traz ganhos cognitivos e sociais. Destaca que, segundo o IBGE, o uso da internet entre brasileiros acima de 60 anos passou de 34% em 2020 para 50% em 2021. O texto recomenda projetos intergeracionais - como netos ensinando avós - e cita estudos que mostram redução de solidão e de sintomas de depressão quando idosos aprendem a mexer em smartphones e redes sociais.
- **Brasil tem 164,5 milhões de internautas, 48,316 milhões de conectados a mais em 8 anos** (UOL/Economia, conteúdo Estadão) – Notícia de ago/2024 analisa dados de 2023 do IBGE. Entre os destaques, aponta que a proporção de idosos (60+) que usa internet subiu de 62,1% para 66,0% entre 2022

e 2023, e que esse percentual saltou de apenas 24,7% em 2016 para 66,0% em 2023. Ou seja, houve um enorme avanço na inclusão digital da terceira idade. A matéria observa que banda larga melhor e projetos de capacitação ajudaram, mas que ainda há gap entre regiões: Norte e Nordeste ficam abaixo da média nacional no acesso dos idosos.

- **Idosos melhoram autoestima e socialização ao aprenderem a usar internet: “aprendi a fazer pix”** (Diário do Nordeste, CE) – Reportagem local set/2024 mostra projeto social chamado “Chá Tecnológico” que ensina informática para idosos cearenses. Entrevistados relatam ganhos na autoestima e no convívio social ao aprender funções básicas (mensagens, contas bancárias, QR code). O texto cita dados do IBGE: entre 2016 e 2023 houve aumento de 55,4% nos idosos conectados (de 24,7% para 66,0%), reforçando que iniciativas desse tipo vêm justamente ao encontro dessa demanda crescente.

As peças mostram avanços quantitativos e narrativas de empoderamento: crescimentos importantes no uso da internet entre 60+ e relatos de impacto em autoestima e inclusão social por meio de oficinas e ações comunitárias.

À luz do referencial, contudo, constata-se que a ênfase no “aprender a usar” tende a naturalizar a tecnologia como solução final. Pereira (2023) alerta para a necessidade de avaliar acessibilidade, usabilidade e desenho de tecnologias assistivas; a mera difusão do acesso não garante autonomia plena se houver déficit de design inclusivo, conectividade de qualidade e suporte contínuo.

A análise qualitativa identificou frames: (1) “empoderamento digital”, (2) “estatística de difusão” e (3) “iniciativa local”. Em consonância com Bardin (2011), verificou-se pouca atenção a avaliações de impacto, métricas de continuidade e análises que cruzem uso da internet com variáveis socioeconômicas. Por isso,

recomenda-se que o jornalismo operacionalize investigações sobre provedores, políticas de inclusão digital municipais e estaduais, e sobre o desenho de tecnologias assistivas, dialogando com pesquisas acadêmicas (Pereira, 2023) para propor pautas que considerem usabilidade e equidade.

4) Participação Social e Cultural

- **Por que ampliar o direito à cultura para os idosos?** (Outras Palavras) – Análise de abr/2025 mostra que, apesar de leis garantirem acesso cultural, a participação efetiva dos idosos é muito baixa. Pesquisa citada no texto indica que em média menos de 30% dos idosos vão a shows ou museus. O artigo descreve projetos intergeracionais (oficinas de música, teatro em POA) que evidenciam benefícios sociais e emocionais, mas conclui que são necessárias mais políticas públicas e divulgação para aproximar a terceira idade dos equipamentos culturais. *(Não foram localizados artigos jornalísticos dedicados exclusivamente a esse eixo; o exemplo acima reflete análise e dados de pesquisa disponíveis.)*

Observa-se, desde o corpus, escassez de reportagens jornalísticas informativas especificamente dedicadas a esse eixo em veículos convencionais; o artigo citado combina análise e apresentação de dados sobre frequências de participação cultural entre idosos e iniciativas intergeracionais. O texto destaca que idosos de classes mais baixas participam menos de museus, teatros e programação cultural formal, o que coloca a participação cultural como uma dimensão de cidadania muitas vezes negligenciada.

Do ponto de vista teórico, essa invisibilidade é interpretada como efeito de regimes de visibilidade (Higgs & Gilleard, 2015): a mídia tende a representar formas de envelhecimento que se alinham ao consumo cultural formal, relegando às margens práticas culturais

populares ou comunitárias que são centrais para amplas parcelas da população idosa.

Na codificação documental, identificou-se um frame de “problema da participação” sem aprofundamento das causas estruturais (transporte, renda, acessibilidade, programação inclusiva). Seguindo Bardin (2011) e Flick (2018), é necessário que o jornalismo investigue como políticas públicas culturais (municipais/estaduais) destinam recursos e planejam programação com recorte etário, e que se avalie o impacto de projetos intergeracionais.

5) Economia Prateada

- **Com envelhecimento do país, cuidador de idosos vira profissão do futuro** (Economia Real/UOL, mai/2025) – Matéria empresarial observa que o avanço da “economia prateada” eleva a demanda por cuidadores de idosos. Cita dados do IBGE: a população 60+ dobrou nas últimas duas décadas, chegando a 33 milhões. Apesar disso, destaca que de 2019 a 2023 o número de cuidadores formais cresceu apenas 15%, sinalizando déficit de mão de obra. A reportagem mostra empresas especializadas (como 3i Residencial Sênior) oferecendo treinamentos e defende regulamentação da profissão de cuidador, para profissionalizar e atender o mercado em expansão.
- **Alexandre Kalache: “A economia prateada é distorcida no Brasil e também no mundo”** (Aupa, mai/2020) – Entrevista com o gerontólogo Alexandre Kalache, pioneiro em estudos do envelhecimento, analisa as contradições do mercado 60+. Ele menciona estudo do Instituto Locomotiva que estima R\$1,8 trilhão do PIB nas mãos de pessoas com mais de 55 anos. Porém ressalta que o Brasil convive com profunda

desigualdade: muitos idosos têm alta renda, mas parte considerável depende só da aposentadoria ou de programas sociais. *(Não foram identificadas reportagens específicas regionais sobre este eixo.)*

As matérias ilustram a ambivalência do tema: por um lado, o crescimento da demanda por serviços (cuidadores, residências seniores) e o potencial de consumo 50+/60+; por outro, a concentração de renda entre idosos e a precariedade do trabalho de cuidado.

Teoricamente, a leitura crítica aponta que tratar a economia prateada apenas como oportunidade de mercado (frame dominante) pode obscurecer as desigualdades distributivas apontadas por Gomes & Silva (2021) e Bitencourt & Dalto (2018). Há pouca investigação sobre as condições de trabalho dos cuidadores (informalidade, gênero, direitos trabalhistas) e sobre como políticas públicas poderiam regular e profissionalizar esse setor, garantindo proteção social.

A análise documental encontrou frames de “oportunidade econômica” e “profissionalização emergente”, mas faltou apuração sobre condições laborais, regulação, genderização do trabalho de cuidado e financiamento público do cuidado. Triviños (2010) recomenda triangulação com dados institucionais e entrevistas de campo para avaliar a sustentabilidade dessas tendências - lacuna que o corpus não preenche.

6) Políticas Públicas voltadas para a População Idosa

- **Mais de R\$ 15 mi são investidos em políticas públicas para pessoas idosas; formação de 600 agentes de direitos beneficia 100 mil** (Ministério dos Direitos Humanos, dez/2024) – Comunicado oficial resume ações federais recentes: o governo federal aplicou mais de R\$15 milhões em

programas voltados aos idosos em 2023/24, como “Envelhecer nos Territórios”, “Viva Mais Cidadania” e “Vida Digna em Casa”. Estes projetos incluem capacitação de 600 agentes de direitos do idoso, apoio a quilombolas e povos indígenas idosos, e expansão do acompanhamento de saúde e cidadania na terceira idade.

- **Município ganha programa de auxílio a cuidadores de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade** (Prefeitura de Mogi das Cruzes, abr/2025) – Notícia da prefeitura municipal anuncia o Programa Bolsa Cuidados para idosos vulneráveis. Pela nova política (Lei Municipal 8.032/2023), cuidadores informais cadastrados recebem bolsa mensal equivalente a meio salário mínimo. O objetivo é garantir apoio financeiro a quem cuida de idosos em risco, fortalecendo vínculos familiares e evitando internações desnecessárias. A matéria valoriza o trabalho dos cuidadores e atende ao princípio do Estatuto do Idoso de proteger cidadãos mais dependentes.

As peças documentam iniciativas federais e locais (capacitação de agentes, programas de apoio financeiro), mostrando existências de agendas públicas focalizadas, ao menos em instâncias específicas.

A análise crítico-teórica diferencia anúncio de política de apuração de implementação: Santos & Lima (2019) lembram que o jornalismo tende a reproduzir discursos oficiais sem fiscalizar execução; Bitencourt & Dalto (2018) apontam que trajetórias históricas de políticas para idosos no Brasil são atravessadas por desigualdades regionais e institucionais. Assim, embora os anúncios sejam relevantes, a investigação sobre critérios de elegibilidade, alcance territorial, resultados concretos e sustentabilidade orçamentária é insuficiente nas matérias analisadas.

A codificação qualifica frames de “política pública como solução” e “modelo local exemplar”, mas registra rara triangulação com dados de implementação e vozes de beneficiários. Para cumprir o papel de controle social, o jornalismo deveria cruzar anúncios com dados de execução, indicadores de impacto e relatos de usuários, conforme preconizado por Triviños (2010) e Santos & Lima (2019).

A síntese crítica do corpus revela padrão recorrente: matérias tendem a enfatizar soluções, avanços e exemplos positivos (vacinação, inclusão digital, crescimento de contratações, programas públicos) sem problematizar adequadamente as estruturas que produzem desigualdades (região, classe, raça, gênero). O referencial teórico combinado - regimes de visibilidade (Higgs & Gilleard, 2015), crítica ao “successful aging” (Calasanti, 2021), análise das narrativas de responsabilidade individual no trabalho (Martins & Silva, 2019) e atenção às tecnologias assistivas (Pereira, 2023) - permite identificar como a mídia participa na construção simbólica do envelhecimento, ora promovendo a autonomia idealizada, ora reinstalando imagens de vulnerabilidade.

Outro dado importante revelado nos resultados foi a ausência quase total de abordagens sobre a diversidade étnico-racial e de gênero nas matérias analisadas, ecoando a crítica de Crenshaw (1991) sobre a marginalização de interseccionalidades nas análises sociais. Essa lacuna representa um desafio crítico para a mídia brasileira na promoção de representações inclusivas e pluralistas do envelhecimento.

De modo geral, os resultados revelam que a cobertura midiática do envelhecimento entre 2020 e 2025, embora apresente avanços importantes em termos de visibilidade e diversidade temática, permanece marcada por lacunas expressivas na abordagem crítica, na integração dos eixos temáticos e na inclusão de perspectivas interseccionais.

Discussão

O presente estudo articulou um corpus de reportagens jornalísticas brasileiras (2020–2025) com um referencial teórico orientado para regimes de visibilidade e representação, a fim de decifrar como a mídia tem enquadrado o envelhecimento em diferentes esferas sociais. A aplicação da metodologia qualitativa de análise documental, conforme Bardin (2011) e Flick (2018), permitiu identificar frames recorrentes - autonomia, risco, oportunidade econômica e solução técnica - bem como omissões sistemáticas relacionadas às desigualdades socioespaciais e interseccionais. Esses achados colocam em evidência a função ativa da mídia na configuração de expectativas públicas sobre a velhice, alinhando-se às discussões sobre produção de sentido e representação cultural (Hall, 1997).

No eixo saúde e bem-estar, as matérias examinadas realçam conquistas sanitárias (por exemplo, altas coberturas vacinais) e iniciativas de promoção do bem-estar (como incentivos ao letramento digital), ao mesmo tempo em que registram vulnerabilidades sazonais ligadas ao clima. À luz de Higgs e Gilleard (2015), essas narrativas revelam uma ambivalência: fazem visível o protagonismo do idoso em práticas de proteção, mas também rearticulam imagens de fragilidade que podem legitimar um regime de assistência. Calasanti (2021) adverte que a promoção do “successful aging” tende a deslocar problemas estruturais para a esfera da responsabilidade individual, leitura compatível com a pouca atenção dada pela imprensa às desigualdades de acesso a serviços e infraestrutura (Bitencourt & Dalto, 2018).

No campo do mercado de trabalho e do etarismo, o corpus mostra simultaneamente relatos de aumento de contratações formais para 50+ e índices elevados de discriminação percebida. A ênfase jornalística em programas de requalificação e histórias de sucesso ecoa a análise de Martins e Silva (2019), segundo a qual a narrativa dominante responsabiliza o trabalhador idoso pela própria

empregabilidade, ocultando barreiras institucionais como práticas seletivas, flexibilizações contratuais e ausência de incentivos à permanência.

No eixo das tecnologias assistivas e da inclusão digital, as reportagens destacam avanços quantitativos no acesso à internet e relatos de empoderamento individual. Contudo, conforme aponta Pereira (2023), há déficit de investigação sobre acessibilidade, usabilidade e desenho de dispositivos para idades avançadas, bem como sobre a desigualdade de infraestrutura regional que impede a universalização da inclusão. Hall (1997) e Thompson & Chappell (2020) ajudam a interpretar como discursos tecnológicos funcionam como dispositivos simbólicos que, ao celebrar a difusão, podem ocultar condicionantes estruturais da exclusão.

A participação social e cultural aparece no corpus como eixo mal aproveitado: faltam reportagens investigativas que verifiquem em que medida políticas culturais, transporte e programação inclusiva favorecem ou impedem a presença efetiva de idosos em equipamentos culturais. Gomes e Silva (2021) criticam a visão mercadológica da economia prateada que privilegia perfis consumidores, remoendo o problema da invisibilidade cultural daqueles cujas práticas de sociabilidade são menos mercantilizadas.

No exame da economia prateada, as matérias enfatizam tanto a emergência de oportunidades (demanda por cuidadores, serviços residenciais) quanto distorções distributivas (concentração de renda e precarização do trabalho de cuidado). A literatura crítica (Gomes & Silva, 2021; Bitencourt & Dalto, 2018) alerta que reduzir a terceira idade a um mercado de consumo descola a análise das políticas de proteção social e da informalidade do trabalho de cuidado, questões pouco investigadas nos textos jornalísticos pautados para este estudo.

No eixo das políticas públicas, as peças tendem a reproduzir anúncios de programas federais e iniciativas locais, com pouca verificação sobre implementação, critérios de elegibilidade e

indicadores de impacto. Santos e Lima (2019) ressaltam o papel fiscalizador do jornalismo; o corpus, contudo, revela uma lacuna na triangulação entre proclamações oficiais e dados de execução, reduzindo a capacidade da mídia de exercer controle social sobre a concretização das políticas destinadas à população idosa.

A leitura transversal mostra que os regimes de visibilidade midiática oscilam entre a promoção da autonomia e a naturalização da vulnerabilidade, produzindo um repertório discursivo que privilegia narrativas de sucesso, soluções técnicas e oportunidades de mercado. Essa configuração discursiva, conforme Hall (1997) e Higgs & Gilleard (2015), influencia não apenas percepções públicas, mas também agendas políticas e decisões institucionais; por isso, a transformação de políticas e práticas dependerá tanto de mudanças concretas quanto de intervenções na forma como essas mudanças são representadas.

Conclusão

A síntese desta pesquisa aponta para um padrão discursivo ambivalente no tratamento midiático do envelhecimento no Brasil entre 2020 e 2025: ao mesmo tempo em que a imprensa ampliou seu repertório e trouxe à tona temas positivos - como altos índices de vacinação, iniciativas de inclusão digital e surgimento de novos mercados voltados à população idosa -, manteve-se uma tendência recorrente à superficialidade analítica e à reprodução de frames que privilegiam soluções individuais e narrativas de mercado em detrimento da investigação sobre desigualdades estruturais e da fiscalização da implementação de políticas públicas. Essa ambivalência traduz-se numa produção simbólica capaz de visibilizar a temática, mas insuficiente para problematizá-la em profundidade, o que reafirma a necessidade de leitura crítica a partir de regimes de visibilidade e práticas de representação cultural (Higgs & Gilleard, 2015; Hall, 1997).

Entre as principais descobertas destaca-se a recorrência de frames - autonomia/protagonismo, risco/fragilidade, oportunidade econômica e solução técnica - que orientam grande parte da cobertura jornalística analisada. Essa configuração discursiva tende a naturalizar o ideal de “successful aging” (Calasanti, 2021) e a deslocar responsabilidades para indivíduos (por exemplo, exigir requalificação para permanência no trabalho), ao passo que deixa de lado dimensões cruciais como interseccionalidade, desigualdades regionais e condições de implementação de políticas e serviços (Bitencourt & Dalto, 2018; Martins & Silva, 2019). A pesquisa também identificou uma fraca articulação entre anúncios oficiais e verificação empírica do alcance dessas ações, evidenciando um hiato entre discurso e prática que reduz o potencial do jornalismo como mecanismo de controle social (Santos & Lima, 2019).

Entre os aspectos positivos da abordagem jornalística observada, conta-se a capacidade de agenda-setting: matérias sobre vacinação e inclusão digital mobilizaram atenção pública e política, contribuindo para a circulação de informações práticas e para o reconhecimento público do envelhecimento como tema relevante. A visibilidade de iniciativas locais que promovem inclusão e o destaque a experiências de protagonismo individual têm efeito direto em mobilizar recursos e inspirar políticas locais, ao mesmo tempo em que ampliam a percepção da população sobre possibilidades de envelhecimento ativo. Esse papel informativo e catalisador é um ativo importante do jornalismo, sobretudo quando aliado a dados confiáveis (IBGE, dados de cobertura vacinal, estudos acadêmicos).

Todavia, os pontos negativos são significativos e sistemáticos: cobertura frequentemente reducionista que privilegia histórias exemplares em detrimento de investigações sobre efeitos agregados; ênfase em soluções tecnológicas sem avaliar acessibilidade e usabilidade (Pereira, 2023); e tendência à celebração da “economia prateada” sem escrutínio sobre condições laborais,

informalidade e regulação do trabalho de cuidado (Gomes & Silva, 2021). Soma-se a isso a pouca atenção ao cruzamento interseccional de variáveis (raça, gênero, classe, território), o que resulta numa cartografia incompleta das vulnerabilidades e potencialidades do envelhecimento no país.

Para a prática jornalística e para meios de comunicação, recomenda-se a adoção de um enquadramento integrado nas pautas sobre envelhecimento: combinar dados (quantitativos e qualitativos), aplicar recortes interseccionais, priorizar acompanhamento longitudinal de programas e políticas, e desenvolver especialização temática e técnica (capacitação em letramento de dados, acessibilidade e ética do relato sobre populações vulneráveis). A formação continuada de jornalistas, aliada à incorporação de editores especializados e parcerias com centros de pesquisa, pode elevar a qualidade das pautas e tornar a cobertura mais responsável e propositiva.

Como agenda de pesquisa futura e de políticas, sugere-se priorizar estudos longitudinais sobre representações midiáticas e seus efeitos sociais, pesquisas interseccionais que possam mapear desigualdades concretas no envelhecer, avaliações de impacto de programas de inclusão digital e saúde, e investigações sobre condições laborais na economia do cuidado. Complementarmente, recomenda-se desenvolver pesquisas-ação que envolvam comunicadores e comunidades idosas no desenho de narrativas e indicadores - uma estratégia que não só ampliaria a legitimidade epistemológica dos estudos, mas também fortaleceria práticas comunicativas que promovam cidadania, direitos e equidade para a população idosa.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bitencourt, R. O. M. de, & Dalto, F. A. S. (2018). Envelhecimento populacional e a trajetória das políticas públicas voltadas para pessoa idosa no Brasil. <https://hdl.handle.net/1884/93146>

Calasanti, T. (2021). Combating ageism: How successful is successful aging? *Journal of Aging Studies*, 59, 100927. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2021.100927>

Flick, U. (2018). Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed.

Gomes, R., & Silva, M. (2021). Economia prateada e desigualdades sociais: Uma análise crítica do mercado sênior. *Cadernos Metrópole*, 23(52), 123–142. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5204>

Hall, S. (1997). Representation: Cultural representations and signifying practices. Sage.

Higgs, P., & Gilleard, C. (2015). Key social and cultural drivers of changes affecting trends in attitudes and behaviour throughout the ageing process and what they mean for policymaking. Foresight: Government Office for Science. <https://www.researchgate.net/publication/282606191>

IBGE. (2023). Projeção da população do Brasil. <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

Martins, J., & Silva, L. (2019). Idadismo no mercado de trabalho: O desafio da requalificação. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(3), 345–361. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190161>

Pereira, A. (2023). Tecnologias assistivas e envelhecimento: Desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Tecnologia Assistiva*, 15(1), 22–35. <https://doi.org/10.1590/1984-8153202315.1.22>

Santos, R., & Lima, C. (2019). Mídia e políticas públicas: O papel do jornalismo no controle social. *Comunicação & Sociedade*, 41, 113–130. <https://doi.org/10.1590/1984-89712019v41p113>

Triviños, A. (2010). Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação (8ª ed.). Atlas.

APÊNDICE

Matérias online analisadas

piauí. (2021, agosto). Idosos brasileiros estão mais vacinados que os americanos. Revista piauí. <https://piaui.folha.uol.com.br/idosos-brasileiros-estao-mais-vacinados-que-os-americanos/>

UOL VivaBem. (2022, 29 de abril). Velho e antenado: faz bem querer acompanhar inovações após os 60 anos. UOL. <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/04/29/velho-e-antenado-faz-bem-querer-acompanhar-inovacoes-apos-os-60-anos.htm>

Folha de Londrina. (2024, dezembro). Saúde no verão: entidade reforça cuidados com os 60+. Folha de Londrina. <https://www.folhadelondrina.com.br/saude/saude-no-verao-entidade-reforca-cuidados-com-os-60-3267818e.html>

G1 Sul/Paraná. (2024). Conheça os cuidados para proteger os idosos das doenças respiratórias no inverno. G1 Sul/Paraná. <https://g1sul.com.br/conheca-os-cuidados-para-protetger-os-idosos-das-doencas-respiratorias-no-inverno/>

CBN/Economia. (2025, 26 de abril). Trabalho: contratação de pessoas com mais de 50 anos no mercado formal cresce no país. CBN. <https://cbn.globo.com/economia/noticia/2025/04/26/trabalho-contratacao-de-pessoas-com-mais-de-50-anos-no-mercado-formal-cresce-no-pais.ghtml>

Agência Brasil / UOL. (2023, 15 de junho). Etarismo dificulta inserção de maiores de 50 anos no mercado. UOL Notícias (Agência Brasil). <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2023/06/15/etarismo-dificulta-insercao-de-maiores-de-50-anos-no-mercado.htm>

Folha de Londrina. (2023, outubro). Envelhecimento reduz taxa de participação no mercado de trabalho. Folha de Londrina. <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/envelhecimento-reduz-taxa-de-participacao-no-mercado-de-trabalho-3265249f.html>

Correio Braziliense. (2024, maio). Etarismo: 86% das pessoas com mais de 60 anos sofrem preconceito no trabalho. Correio Braziliense. <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades/2024/05/5343060-86-das-pessoas-com-mais-de-60-anos-sofrem-preconceito-no-trabalho.html>

UOL / Estadão (conteúdo). (2024, 16 de agosto). Brasil tem 164,5 milhões de internautas, 48,316 milhões de conectados a mais em 8 anos. UOL Economia. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2024/08/16/brasil-tem-1645-milhoes-de-internautas-48316-milhoes-de-conectados-a-mais-em-8-anos.htm>

Diário do Nordeste. (2024, setembro). Idosos melhoram autoestima e socialização ao aprenderem a usar internet: “aprendi a fazer pix”. Diário do Nordeste. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/idosos-melhoram-autoestima-e-socializacao-ao-aprenderem-a-usar-internet-aprendi-a-fazer-pix-1.3554819>

Outras Palavras. (2025, abril). Por que ampliar o direito à cultura para os idosos? Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/outrasmidias/por-que-ampliar-o-direito-a-cultura-para-os-idosos/>

Economia Real / UOL. (2025, maio). Com envelhecimento do país, cuidador de idosos vira profissão do futuro. Economia Real. <https://economiareal.uol.com.br/noticia/carreira/com-envelhecimento-do-pais-cuidador-de-idosos-vira-profissao-do-futuro-250>

Aupa. (2020, maio). Alexandre Kalache: “A economia prateada é distorcida no Brasil e também no mundo”. Aupa. <https://aupa.com.br/alexandre-kalache/>

Ministério dos Direitos Humanos (Brasil). (2024, dezembro). Mais de R\$ 15 mi são investidos em políticas públicas para pessoas idosas; formação de 600 agentes de direitos beneficia 100 mil. Ministério dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/mais-de-r-15-mi-sao-investidos-em-politicas-publicas-para-pessoas-idosas-formacao-de-600-agentes-de-direitos-beneficia-100-mil>

Prefeitura de Mogi das Cruzes. (2025, abril). Município ganha programa de auxílio a cuidadores de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Prefeitura de Mogi das Cruzes.

<http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/noticia/municipio-ganha-programa-de-auxilio-a-cuidadores-de-pessoas-idosas-em-situacao-de-vulnerabilidade>.

REPRESENTAÇÕES DA MULHER JOGADORA MÃE NAS MATÉRIAS DO ESPORTE ESPETACULAR DURANTE AS COPAS DO MUNDO DE FUTEBOL, FEMININO DE 2019 E 2023

Joice Danielle Nascimento Pereira

Contextualização do tema

Em 2021 uma ação judicial entre um clube de futebol e uma atleta, em uma das mais altas instâncias da FIFA, jogou luz sobre um tema até então pouco discutido dentro do Jornalismo Esportivo: a questão dos direitos das atletas de futebol feminino frente às discussões sobre saúde e maternidade. O caso em questão foi o da jogadora islandesa Sara Björk Gunnarsdóttir. Contratada pelo Olympique Lyonnais, equipe de futebol francesa, para atuar por duas temporadas (2020-2022), a atleta teve seus direitos de maternidade questionados judicialmente pelo clube após anunciar sua gravidez.

Decorrido um ano de contrato com o clube em questão e tendo participado ativamente de conquistas importantes pela

agremiação, como a Champions League (Liga dos Campeões) de 2020 e os bons resultados na mesma competição em 2021, a meio-campista anunciou a gravidez ao clube nas semifinais da competição. Segundo o entendimento médico, a jogadora não poderia continuar atuando durante o período gestacional e por isso, foi autorizada a deixar as dependências do clube. No entanto, diante da situação, o Olympique Lyonnais optou por reduzir o salário da jogadora, e exigiu que para o recebimento integral dos valores, a atleta teria que retornar imediatamente à sede do clube.

Ao questionar a postura do Olympique Lyonnais, e se colocar à disposição para prestar serviços alternativos à agremiação durante a gravidez para continuar recebendo seu salário integral, a atleta recebeu inúmeras negativas por parte do clube. Isso levou Sara Björk Gunnarsdóttir a judicializar o caso com base nas alterações feitas pela FIFA nas *Regulations on the Status and Transfer of Players* (RSTP), que garantiu a inclusão de regras específicas da entidade para contratos celebrados com atletas de futebol feminino e treinadoras, sobretudo para resguardar seus direitos durante a maternidade.

O caso foi julgado em 2022 e Sara Björk Gunnarsdóttir venceu a ação movida contra o Olympique Lyonnais. No entanto, o que chamou a atenção foi o fato de que o processo só repercutiu no universo do Jornalismo Esportivo após a vitória da atleta na ação. O silêncio da imprensa esportiva sobre o caso pode ser considerado um reflexo de uma relação longa e conturbada entre a mídia esportiva e as mulheres esportistas, sobretudo as de futebol. Considerando a constatação de Serge Moscovici (2009), de que sob a perspectiva sociopsicológica, as representações sociais não podem ser tomadas como algo dado e que a as mesmas possuem um caráter dinâmico, nasceu o seguinte questionamento: como a maternidade das jogadoras foi representada no contexto das copas de 2019 e 2023?

Levando em conta os avanços das discussões sobre o lugar da mulher no esporte, sobretudo no âmbito do futebol e considerando o espaço entre os dois mundiais, a investigação se propõe a observar como a imagem da maternidade entre as jogadoras é construída pelo Jornalismo Esportivo nos dois períodos, levando em consideração a ampliação da visibilidade dada ao futebol feminino, especialmente na TV aberta. Para esta observação, tomou-se como objeto de estudo, matérias produzidas e veiculadas pelo programa Esporte Espetacular (EE), da TV Globo, nos períodos das Copas do Mundo de 2019 e 2023.

A maternidade das atletas e as relações com o jornalismo

O tratamento da mídia em relação à maternidade das atletas dentro do universo do futebol tem paralelos históricos, que refletem na forma como a maternidade das jogadoras foi e é representada, sobretudo dentro da editoria de Jornalismo Esportivo. Ao traçar um retrospecto histórico a respeito da posição da mulher na sociedade, Izquierdo (2022) ressalta que a ideia de hierarquização, baseada na premissa de que os homens são superiores às mulheres, impõe às mulheres estereótipos, colocando-as em posições secundárias na sociedade. Na maioria dos casos, as mulheres são confinadas ao seio doméstico e as atividades ligadas ao cuidado.

Logo, a partir do momento que a ideia de que a mulher deve orbitar apenas o espaço do lar é solidificada a partir de sua reprodução em diversos âmbitos da sociedade, sair de casa para o mundo público, ou mesmo ao impor uma maior pressão no âmbito da luta contra as representações de gênero que ainda consideram a mulher como incapaz e inferior ao homem, as mulheres são relegadas, principalmente em espaços historicamente e socialmente tidos como masculinos, como o futebol por exemplo (Knijnik, 2006). A resistência ao ingresso das mulheres nesse campo foi tão forte ao ponto de, em 1921, serem proibidas de praticarem o esporte pela instância máxima da modalidade, a *The Football Association* (FA).

A historiadora e antropóloga britânica Jean Williams (2007) pontua que a FA, por meio de suas relações com a política e com a imprensa, manteve-se por muito tempo como um filtro decisório sobre quem poderia praticar futebol. Ao assumir esse controle, a entidade passou a observar com mais atenção o futebol praticado por mulheres. De acordo com a pesquisadora, a FA passa a executar táticas de exclusão das mulheres dos campos, com intuito de reduzir o entusiasmo do público para com o futebol feminino. Como exemplo, Williams (2007) destaca que, em 1895, quando surge em Londres entre as damas da classe média o *British Ladies Football Club*, o time foi considerado um escândalo moral. A partir de então, a FA passou a emitir pareceres contrários ao desenvolvimento do futebol feminino.

Williams (2007) destaca ainda que, entre as principais alegações da entidade, estavam a de que o esporte seria muito violento para a condição de fragilidade feminina. Para a cúpula da instituição, tal esporte prejudicaria a função natural da maternidade, uma vez que o esporte se baseava na ideia de virilidade. Esses argumentos, somados ao caráter britânico do jogo, reforçou o espírito cavalheiresco do esporte, o que naturalmente afastava as mulheres de sua prática. Sobre isso, Araújo (2021) ressalta que

A FA aprovou o banimento do futebol feminino, proibindo os clubes de fornecerem seus estádios para a prática da modalidade por mulheres. A afirmação da instituição foi que o futebol era “inadequado para mulheres” e que, “por preocupações com a saúde”, não deveria ser “encorajado”. Com isso, outros países acompanharam a decisão nos anos seguintes. (p. 31)

Corroborando com essa perspectiva, Reis (1998) reforça que a história da participação das mulheres no futebol institucionalizado no Brasil é também marcada por leis e preconceitos, o que contribui para a consolidação da cultura desse esporte como masculino. Na visão da pesquisadora, a sociedade brasileira criou vários mitos acerca da mulher jogadora de futebol, muitos deles reforçados por

pesquisas científicas da área de Fisiologia e Medicina, que até então, impulsionavam a ideia de que as mulheres deveriam praticar atividades físicas que valorizassem sua condição de mãe, afastando-as cada vez mais dos gramados.

Goellner (2005) aponta que as diferenças biológicas foram a base da sustentação da proibição do futebol feminino no Brasil via lei (Decreto-Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941). A pesquisadora argumenta ainda que outra preocupação também pairava sobre o ar e fortaleceu a ideia de proibição do esporte para as mulheres no país. A concepção de que a prática do futebol por mulheres “poderia infringir as leis da natureza pois, ao mostrarem-se mais fortes do que se supunha, seria fissurado o discurso das diferenças naturais cuja base estava assentada na sobrepujança física de um sexo sobre o outro” (Goellner, 2005, p. 145).

Em complemento a essa reflexão, Silva (2015) frisa ainda que tirar as mulheres dos campos, em certa medida, buscava afastar também convicção de masculinização da mulher futebolista e de “incorrer no perigo de serem taxadas de lésbicas pela ordem ‘heteronormativa’ (p. 49). Assim, por envolver força física, o futebol era considerado muito violento para a formação corporal feminina e se criava o entendimento de que praticar tal esporte poderia desonrar as mulheres. Por toda essa confluência de ideias sobre o tema, no início da década de 1940 no Brasil, era comum encontrar pareceres médicos e artigos publicados em revistas de Educação Física e afins, que condenavam e desaconselham a prática de esportes como o futebol para mulheres.

Em um desses artigos, intitulado “*As formas e femininas e a Educação Física: a moda social e a moda biológica*”, além de destacar que o esporte violento era pernicioso para as mulheres por afetar as funções circulatórias e sobretudo as funções reprodutivas, o professor e médico Waldemar Berardinelli também apontava o seu ideal de esporte para as mulheres na época.

São preferíveis a mulher os exercícios que desenvolvem e modelam harmoniosamente a parte a metade inferior, que favorecem sobretudo as naturais inflexões da região lombar e dos flancos [...] nada melhor que a dança, o mais natural dos exercícios esportivos femininos, sobretudo os tipos de dança que combinam as vantagens dos movimentos lentos e rítmicos com a graça. (Berardinelli, 1940, p. 1)

Por muito tempo, esse também foi o discurso adotado pelo Jornalismo, sobretudo na área de esportes, ao endossar a proibição, ridicularizar o futebol feminino e contribuir para fortalecer a ideia da cisão entre o referido esporte e a possibilidade de conciliação entre a maternidade e uma carreira no futebol. Araújo (2021) destaca que o futebol feminino e o masculino seguiram rumos muito diferentes no decorrer da história, pois “enquanto um se estabeleceu como um espetáculo midiático, um objeto mercadológico e uma modalidade vencedora, o feminino precisou enfrentar barreiras sociais, legais, científicas e ideológicas para se estabelecer enquanto uma atividade aceitável para mulheres” (p.128).

Ao realizar um levantamento do tratamento dado pelos grandes jornais esportivos às narrativas das mulheres jogadoras do período de pós-proibição até a Copa do mundo Feminina de 2015 (1941-2015), Araújo (2021) identifica um processo permeado por polêmicas, em que o uso de metáforas associadas às linguagens sobre a modalidade se ancora em definições como: fragilidade, estética, masculinização e resistência. Além disso, o uso de estereótipos, manifestações racistas e sexistas por parte da abordagem jornalística, bem como o uso da maternidade para destacar mulheres como *outsiders* no espaço de prática do futebol é comum neste período estudado pela pesquisadora.

As representações sociais e o jornalismo

A Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2009), traz uma descrição de como o conhecimento é construído e compartilhado no meio social, com base na transformação do “não-familiar” em “familiar”, possibilitando aos indivíduos a compreensão e adaptação a novas ideias. O ponto central da teoria defendida pelo autor é a de que as representações sociais são formas de conhecimento construídas socialmente que dão aos indivíduos e grupos, formas e mecanismos para a interpretação da realidade. Para Moscovici (2009), esta construção de conhecimento ocorre por meio dos processos de ancoragem e objetivação que ele define da seguinte forma:

Ancoragem - Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social. [...] Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. (2009, p.61-70).

De acordo com Moscovici (2009), as representações sociais devem ser vistas como “uma maneira específica de compreender e comunicar o que já se sabe”, em que o poder de tais representações sociais está no “sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (p.46). Assim, o autor defende que “o senso comum é a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (Moscovici, 2009, p. 48). É neste ponto que Martins (2017) encontra um forte ponto de conexão das representações com o Jornalismo: transformar de certa forma o conhecimento científico em conhecimento do senso comum.

Martins (2017) entende que o Jornalismo possui uma maneira específica de explicar a realidade, de simplificar temas e assuntos complexos e acontecimentos sociais. Para a pesquisadora, de certa forma, o jornalista está sempre interpretando uma determinada realidade, sendo assim, o que abre a possibilidade para afirmar que o jornalismo, ao interpretar os fatos, permite aos sujeitos interpretarem o mundo e se orientarem nele. A autora compreende que os meios de comunicação cumprem, de certa forma, função semelhante, ou seja, de tornar públicos os assuntos que elegem como importantes para uma sociedade. Isso porque, de acordo com Moscovici (2009)

As representações não podem ser conseguidas através do estudo de alguma crença ou conhecimento explícito, nem ser criadas através de alguma deliberação específica. Ao contrário, elas são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos. Nesse processo, as pessoas adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicadas à vida cotidiana, do mesmo modo que as expressões linguísticas são acessíveis a todos. (p. 206)

Tomando como base essa premissa, Martins (2017) conclui que, se o principal objetivo da notícia, além de informar, é introduzir o assunto nas rodas de conversa, é provocar discussões para manter circulando a conversação e os comentários dos acontecimentos no mundo, isso produz uma aproximação com a ideia de representações sociais. Nesse sentido, Tenório e Rubim (2009) destacam que o Jornalismo, sobretudo o produzido na TV, atua num processo de legitimação das representações, seja reproduzindo estereótipos ou conferindo novas possibilidades de interpretação, que se tornam reais e absolutas ao público. Isso porque, de acordo com as pesquisadoras, esse meio atua tanto na autorização e legitimação de práticas de linguagem que se tornam confortáveis e

indiscutíveis para o público pelo efeito da enorme circulação e da constante repetição que promove.

Estratégias metodológica e o objeto

Para ancorar a reflexão proposta por este trabalho, tomou-se como base a observação das edições do Esporte Espetacular (EE), a revista semanal dedicada aos esportes da TV Globo. O programa vai ao ar todos os domingos na TV aberta e é o programa esportivo mais antigo da emissora no ar, com cinco décadas de exibição. O programa também possui uma característica interessante para essa observação, que é o fato de transmitir na íntegra ou parcialmente eventos esportivos ao vivo, caso que aconteceu nos mundiais. O *corpus* da investigação é composto por uma matéria exibida no EE durante o período da Copa do Mundo de Futebol Feminino da FIFA de 2019 e uma matéria exibida no mundial de 2023. O critério de seleção utilizado para a escolha do material a ser analisado, foi a abordagem sobre o tema maternidade no futebol feminino

Dentro do escopo proposto, foram selecionadas as cinco edições do referido programa, que foram ao ar entre 07 de junho e 07 de julho de 2019, e as cinco edições exibidas entre 20 de julho e 20 de agosto de 2023, a fim de identificar materiais que abordassem a questão da maternidade das jogadoras. Como resultado deste levantamento inicial, chegou-se a duas matérias sobre o tema, sendo uma em cada ano. A escolha por trabalhar com este intervalo de tempo se deu pelo interesse de verificar como a imagem da mulher jogadora mãe foi representada na imprensa esportiva, em período marcado pelo avanço das discussões sobre o espaço da mulher no futebol, tanto dentro de campo, quanto nos espaços de transmissão esportiva.

Quanto à investigação, trata-se de um estudo qualitativo, que utiliza como metodologia a técnica de Análise de Conteúdo (AC), aliada a uma observação qualitativa dos dois períodos. A adesão à AC se deu por se tratar de um método que abrange várias áreas do

campo comunicacional e por possibilitar a verificação e uma avaliação qualitativa das matérias encontradas sobre o tema e as abordagens e enquadramentos conferidos ao tema. Tal metodologia também permite analisar os significados produzidos por estas mensagens dentro do programa, com base no referencial teórico das autoras e autores consultados para a presente pesquisa. Sobre essa característica adaptativa da AC, Bardin (2016) destaca que a AC compreende “um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (p.34).

Corroborando com essa perspectiva, Sampaio e Lycarião (2021) destacam que a AC pode ser aplicada em diferentes formas de análise. Ambos entendem tal procedimento como uma técnica de pesquisa científica capaz de, por meio de procedimentos sistemáticos “criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (p. 17). Herscovitz (p. 126) destaca que essa metodologia também possibilita que os conteúdos manifestos e os subentendidos sejam incluídos em um mesmo estudo.

Assim, a autora aponta que essa integração “permite que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto em que ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (Herscovitz (2007, p. 126). Ademais, após a aplicação da AC, a análise também foi complementada pelo método comparativo, que de acordo com Fachin (2005) consiste em investigar coisas ou fatos para explicá-los com base em semelhanças e diferenças, permitindo a extração de dados concretos, abstratos e gerais. Deste modo, a combinação das metodologias permitiu a elaboração do

panorama da representação das mulheres jogadoras mães nos dois períodos analisados no EE.

A análise das edições

Entre a grande quantidade de materiais produzidos pelo EE para a Copa do Mundo de 2019, tanto em termos de reportagens gravadas, quanto em entradas ao vivo e transmissão de partidas, a primeira edição do EE em que o tema maternidade é abordado dentro do período selecionado foi exibida em 23 de junho. Na ocasião, a Seleção Brasileira estava nas oitavas de finais da competição enfrentaria a França, a seleção anfitriã, pela definição da vaga nas quartas de finais do Mundial. A jogadora Tamires, lateral-esquerda da Seleção Brasileira, foi a personagem principal de um VT de pouco mais de três minutos da repórter Lizandra Trindade, que destacava o fato de a atleta ser a única jogadora mãe do elenco brasileiro. A descrição textual da matéria pode ser observada na figura 1.

Figura 1. *Matéria factual sobre a maternidade da jogadora Tamires*

DESCRIÇÃO TEXTUAL DA MATÉRIA

Entrada Carol Barcellos (repórter) - A gente sabe que hoje vai ser uma dureza também, enfrentar um estádio inteiro lotado torcendo contra. Mas olha, é o seguinte, vamos avisar as francesas que tem um país inteiro torcendo junto com a gente. E tem uma jogadora que tem um torcedor muito especial. Olha só!"

Off Lizandra Trindade (repórter) - "Tamires em uma imagem. A imagem seria esta"

Narração do jogo - "Bota a bola no meu pé que você vai ver que eu sei jogar. Que canetaça da Tamires"!

Off Lizandra Trindade (repórter) - "Tamires é a única mãe da Seleção Brasileira".

Sonora Tamires (lateral da Seleção) - "As meninas assim sempre me dão um carinho muito grande assim. Elas, ah, respeita a mãe da Seleção".

Off Lizandra Trindade (repórter) - "Respeita! É pelo lado dela, o esquerdo que acontece as melhores jogadas do Brasil"

Narração do jogo - "O quê? Olha a bola lançada. Lindo lance da Tamires. Canetinha da Tamires cruzamento da Debinha. Subiu a Cristiane. Gooooll!"

Sonora Vadão (técnico da Seleção) - "A Tamires tem feito uma Copa muito boa. Tem tido uma participação efetiva. Ela junto com a Debinha, ali está tendo um entrosamento que é muito interessante".

Off Lizandra Trindade (repórter) - "Na França Tamires está vivendo uma paixão longe da outra. O filho Bernardo e o marido César estão torcendo de longe, no Brasil".

Sonora Vadão (técnico da Seleção) - "Esse lado maternal dela, na verdade, sente muitas saudades. Mas ela administra muito bem isso!"

Passagem Lizandra Trindade (repórter) - "A Tamires tem sido um destaque na Seleção Brasileira desde a estreia na Copa, contra a Jamaica. É porque não é a saudade que entra em campo junto com ela. É a vontade de dar exemplo, orgulho".

Sonora Tamires (lateral da Seleção) - "Eu quero depois, sabe, conversar com ele depois do jogo, e ver o sorriso na cara dele. Ver ele feliz! Ele fala mãe, é muito bom te ver na TV. Mãe, parabéns, você deu dois rolinhos, ele falou!"

Off Lizandra Trindade (repórter) - "A tecnologia encurta distâncias".

Sonora César (marido de Tamires) - "Oi linda tudo bem passando aqui pra te desejar uma boa sorte!"

Sonora Bernardo (filho de Tamires) - "Oi mãe, vou desenhar uma coisa aqui para você, para você ter fé e foco para gente estar com esse troféu no final. Te amo!"

Sonora Tamires (lateral da Seleção) - Ver esse menininho aqui. Aquele bebezinho que estava no meu colo já um menininho, já

crescendo, já tendo esse entendimento que a mãe está representando o país dela”.

Off Lizandra Trindade (repórter) - “E está cumprindo a missão muito bem! É jogadora ama futebol. É mãe, ama a família!”

Sonora Debinha (atacante da Seleção) - “No hotel, a gente brinca bastante quando acontece alguma coisa. Ah ela é mãe. Ela pode, ela pode tudo”.

Off Lizandra Trindade (repórter) - “E se passar pela cabeça de alguém que a Tamires está dividida, a maternidade multiplica as forças”.

Sonora Tamires (lateral da Seleção) - “Fiquei uma jogadora melhor, fiquei mais forte. Fiquei mais, como se diz, né? Mais turrona, para enfrentar os desafios com mais garra, com mais vontade”

Off Lizandra Trindade (repórter) – “Vêm aí mais um, a França pelas oitavas de final. Elas jogam em casa. O Brasil jogará por quem está em casa.

Sonora Tamires (lateral da Seleção) - “Respeita a mãe da Seleção!”

Entrada Carol Barcellos (repórter) - “Certeza de que ele sabe de tudo que a Tamires está fazendo aqui, é por ele também. Ela está fazendo uma linda Copa, que hoje ela faça mais um grande jogo.

Nota. Produção própria (2025).

A matéria em questão foi introduzida por uma entrada ao vivo da repórter Carol Barcellos, que também evidenciava o mesmo fato. O foco da discussão no material é principalmente a relação entre distância e a saudade da jogadora em relação ao filho Bernardo, que permaneceu no Brasil enquanto atleta disputava o mundial. O texto do *off* ressalta que o futebol exige, não só uma rotina intensa de treinamento, como também, muitas viagens, o que em tese exige um afastamento familiar. O texto do VT se concentrou na questão do difícil equilíbrio entre a jogadora defender o Brasil no futebol, ser mãe e amar a família, bem como o fato de estar dividida entre duas grandes paixões: o filho e o futebol. A narrativa usada

pela matéria segue um padrão muito comum na cobertura do futebol feminino: ressaltar que há poucas mulheres com filhos nos elencos.

Outro ponto que merece destaque dentro do contexto desta produção, é o fato das sonoras do técnico Oswaldo Alvarez, o Vadão, e da atacante Debinha, utilizadas no material, reforçam uma diferença entre a atleta mãe e as demais colegas de profissão que não possuem filhos. Além disso, a atuação de Tamires dentro da Seleção é de certa forma, colocada em dúvida com insinuações sobre a possibilidade de seu lado maternal afetar sua atuação como atleta. Também foram observados destaques e a ênfase da não maternidade das demais jogadoras da Seleção Brasileira. O texto da repórter Lizandra Trindade sobre o tema ainda fornece indícios de um conflito entre a maternidade e a prática do futebol, como se evidenciasse que ao adentrar no campo de futebol automaticamente impossibilitaria a convivência familiar, e que essa vivência só materializa no campo do lar, como é possível visualizar na figura 2.

Figura 2. *Tamires, o filho e o então marido durante a matéria*



Nota. Reprodução Globoplay (2025).

Ao enquadrar esse lado da dificuldade de conciliação entre esses “dois mundos” distintos, além de reforçar a romantização dos desafios das mulheres futebolistas, a matéria ignora o viés crítico, ao não expor o papel dos clubes e das confederações de futebol na estruturação de um plano de carreira para as atletas que considerem a maternidade. Araújo (2021) pontua que, abordar o tema da maternidade no contexto dos programas esportivos merece atenção porque, o tema sempre pautou a discussão sobre a presença das mulheres no esporte, sobretudo no futebol e historicamente, foi o argumento usado para afastá-las do esporte. Além disso, há a criação de um certo constrangimento, quanto a abordagem do tema nesses termos em relação às vivências em equipe.

Para Araújo (2021), a própria proibição do futebol de mulheres, em muitas ocasiões, foi justificada pelo entendimento de que jogar futebol impactaria diretamente nas funções reprodutivas das mulheres. A autora entende que realçar a maternidade de uma jogadora e assinalar que as demais atletas não possuem filhos, “retoma simbologias por trás de ideias do passado” (Araújo, 2021, p.64). Já tomando como base a Teoria das Representações Sociais, a matéria reforça a representação social da mulher enquanto indivíduo, sempre pensado pelo viés da maternidade, reiterando a cisão entre maternidade, a vida familiar e a vida no futebol.

Esse fato sinaliza a ideia de que as mulheres ocupam um lugar do qual não fazem parte, ou seja, onde não deveriam estar, como apontam as reflexões de Goellner (2005), Silva (2015) e Araújo (2021) sobre o histórico da discussão da maternidade no futebol. No contexto das representações, a matéria exerce um papel de solidificação de valores e continua, mesmo que sutilmente, reforçando estereótipos, ao invés de conferir novas visões sobre a relação entre o futebol e a maternidade. De acordo com Tenório e Rubim (2009), isso ocorre porque o Jornalismo, especialmente o televisivo, também funciona como um ponto de legitimação de

representações sociais, pois contribui para fortalecer ideias e interpretações da realidade, viabilizada pela grande circulação que promove.

O tema da maternidade voltou a ser abordado na última edição do EE analisada dentro do período selecionado em 2023, que foi ao ar em 20 de agosto, dia da final da Copa do Mundo. A edição em questão durou três horas e meia e englobou a íntegra da premiação da Espanha e Inglaterra, após o jogo da final, que terminou com a vitória das atletas espanholas. Na edição, a maternidade foi abordada em uma matéria especial, não focando apenas em uma jogadora, mas num contexto geral, ressaltando a presença de mães e filhos em campo e nas arquibancadas. A personagem usada como gancho para a abordagem foi a jogadora Katrina Gorry, que aparece em campo se divertindo com a filha Harper. A narrativa da matéria segue um curso diferente, evidenciando as mudanças na forma que a maternidade está sendo vista no universo do futebol, como está disposto na figura 3.

Figura 3. *Matéria especial sobre os principais avanços da Copa do Mundo de 2023*

DESCRIÇÃO TEXTUAL DA MATÉRIA

Chamada Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - "Mas hoje a final foi em Sidney, na Austrália, e a gente viu a história acontecer de pertinho".

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - "Passear pelo gramado de um estádio, como se os limites das linhas existissem apenas para colocar ordem no jogo. Harper, filha de Gorry, jogadora da Austrália, só vai saber que meninas como ela não podiam passar ali, nos livros de história".

Sonora Marta (atacante da Seleção) - "Quando eu comecei a jogar, eu não tinha um ídolo no feminino. Vocês não mostravam o jogo do feminino. Como que eu ia ver, como que eu ia entender que eu

poderia chegar a uma Seleção, me tornar uma referência. Hoje, a gente sai na rua e as pessoas param, os pais param e falam: minha filha te adora. Ela quer ser igual a você. Ah, e não é só com a Marta, é com outras atletas também. Então hoje, a gente tem as nossas próprias referências. E isso não teria acontecido se a gente tivesse parado nos primeiros obstáculos”.

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - “Se chorar revivendo o passado é realidade para geração da Marta, as conquistas lideradas também por ela são definitivas. Tantas mães hoje na Copa. Tantas mães e filhas nas arquibancadas, no campo. Hijab, véu muçulmano, foi um símbolo de representatividade, pela primeira vez em um Mundial. Ali, também Sinclair, Marta, Rapinoe foram aplaudidos em suas últimas Copas”.

Sonora Megan Rapinoe (atacante dos Estados Unidos) - “Acho que ver a Marta falando que deixa o futebol num lugar melhor do que quando ela começou. Eu sinto que fiz parte de uma equipe que fez isso também. Então eu tenho muito orgulho disso”.

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - “Orgulho do que vimos, do que estamos vendo e, do que ainda veremos. Um futuro já tão presente. Tanto na habilidade da colombiana Linda Caicedo, como na ousadia da espanhola Salma Paralluelo”.

Narração de jogo - “Fenômeno espanhol”.

Narração de jogo - “Linda Caicedo, joia do futebol feminino”.

Narração de jogo - “Ary Borges, hat-trick para ela, Três gols em um mesmo jogo!”

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - “A realidade é que essa Copa não é de uma estrela só. Para além dos dribles, dos belos gols, não faltaram aquelas que ousaram voar alto”.

Narração de jogo - “Ali, na batida, Becho, goooooo!”.

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - “A Copa feminina mais assistida de todos os tempos, fez brilhar os olhos até de quem nunca tinha ligado para futebol”

Sonora torcedor australiano - "Eu nem sabia que elas jogavam futebol. Eu só vi quando comecei a acompanhar umas semanas atrás. Estou adorando".

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - "Prova de que não existem limites para os sonhos e conquistas. É. Atravessar gerações foi um marco fundamental desse Mundial, que o diga a técnica Sarina Wiegman. Foi a primeira a chegar em duas finais de Copa, com duas seleções diferentes. Em 2019, ela foi vice com a Holanda".
Narração de jogo - "E Sarina Wiegman vai ser vice pela segunda vez consecutiva".

Off Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - "Entregar o troféu para uma só Seleção parece até contraditório. Afinal, foram tantas conquistas em uma só Copa. Tanto talento. Talento de quem é protagonista da própria história. Escrever lá com a chuteira é um caminho sem volta!".

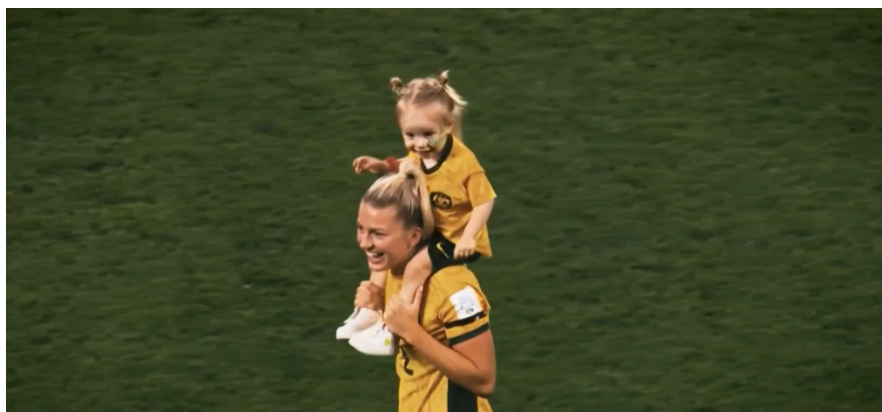
Chamada Bárbara Coelho (apresentadora do EE) - "Fim de uma jornada, amigos. Fim de uma Copa do Mundo! Renata Mendonça, muito obrigada pela parceria. Foi uma honra dividir essa cobertura, aprender tanto com você. Pioneira no futebol feminino e que venha a próxima competição, com mais talentos, com mais descobertas, com mais histórias, com mais mulheres, com mais crianças, com mais meninas, com mais meninos. As matildas têm um lugarzinho especial no nosso coração, e tenho certeza que onde for a próxima Copa a gente vai se surpreender demais também".

Nota. Produção própria (2025).

Na reportagem conduzida pela apresentadora Bárbara Coelho, que foi a última exibida sobre a Copa no EE do referido ano, é construído todo um contexto histórico sobre os impedimentos sofridos pelas mulheres para entrarem efetivamente no universo do futebol. Assim, são feitas referências ao fato de mulheres já terem sido proibidas de jogarem futebol e a maternidade da jogadora australiana é citada, como observado na imagem 2, mas para

demonstrar que a maternidade não se constitui como um empecilho para a prática do futebol. A reportagem também aborda a importância das meninas terem suas próprias referências no futebol e a necessidade delas serem mostradas, fato que é reforçado pelas palavras emocionadas da jogadora Marta. No *off* da parte final da matéria é reforçado que na Copa de 2023 as mulheres foram protagonistas da própria história.

Figura 4. *Katrina Gorry e sua filha Harper, referências citadas no texto da matéria*



Nota. Reprodução Globoplay (2025).

É possível observar também que a referência à maternidade volta a ser citada ao longo da reportagem, evidenciando a presença de mães e filhas tanto em campo, quanto nas arquibancadas, um elemento de orgulho e legado da Copa. Assim, quando utilizada nesta matéria, o tema da maternidade no futebol não ressaltou impedimentos à prática da modalidade nem um conflito entre a maternidade e a prática do futebol, mas ao contrário, com a exibição destas imagens, colaborou para enfatizar a fragilidade de argumentos que relacionam a impossibilidade de jogar futebol à maternidade. Ao mostrar as jogadoras com seus filhos e filhas em campo, remonta às discussões de Goellner (2005), expondo a

fragilidade dos argumentos de relacionar a maternidade com a impossibilidade de praticar futebol.

Além disso, como proposto por Araújo (2021), o texto do *Off* até mesmo as imagens utilizadas, não evidenciam quais atletas são mães e quais não são, nem trazem a discussão sobre o distanciamento entre as atletas e seus filhos, mas ressalta a possibilidade a necessidade da criação de um ambiente que possibilite essa convivência no futebol. A atitude e postura da matéria frente ao tema, considera as palavras de Goellner (2005), e inicia um processo de fissura no discurso das diferenças naturais que sempre pautaram a relação entre mulheres e futebol. Quanto às representações, tal matéria quebra a lógica de separação entre a mulher mãe e a mulher jogadora e a ideia de distanciamento entre uma carreira no esporte e a possibilidade da maternidade.

Ao construir essa narrativa, a matéria aproxima-se da naturalização das imagens de jogadoras ao lado de seus filhos e da representação feita pelo Jornalismo Esportivo dos atletas homens, que sempre aparecem posando com seus filhos em campo. Toda essa discussão evidenciada pela matéria abre a possibilidade para uma nova visão sobre a mulher mãe atleta de futebol, permitindo que o público tenha uma nova visão sobre o tema. Ou seja, como propõe Moscovici (2009), há um processo de transformação do “não-familiar” em “familiar”, por meio de um processo comunicativo compartilhado, muito pelo poder de amplitude das discussões que o jornalismo televisivo promove.

Colocando lado a lado os dois períodos, com auxílio do método comparativo, podemos extrair alguns pontos significativos que indicam modificações na forma como a mãe jogadora é retratada nas matérias de um ano para outro. Pode-se citar como exemplo, o fato de haver uma contextualização histórica sobre a trajetória das mulheres jogadoras na matéria exibida de 2023, contextualização essa que não é identificada na matéria de 2019. Também foi possível identificar que não há o realce da única mãe da

equipe. Ao contrário de 2019, em que além desse realce houve o destaque da ideia de separação entre a maternidade e o campo, em 2023 a maternidade foi demonstrada tanto dentro de campo, quanto nas arquibancadas. Ou seja, essas situações indicam mudanças nas representações das jogadoras mães e a criação de novas formas de retratar a maternidade no futebol feminino.

Algumas considerações

A partir dessas observações iniciais, foi possível inferir, com base na comparação dos dois períodos no EE, que as representações sociais feitas pelo Jornalismo Esportivo televisivo das mulheres jogadoras mães vem mudando. Com base nas interlocuções, feitas entre a Teoria das Representações Sociais e as autoras que discutem a forma como as mulheres esportistas são representadas no Jornalismo Esportivo, foi possível identificar um movimento de mudança na forma de explorar as narrativas sobre a temática da maternidade em relação a forma mais comum de tratar o tema na cobertura das competições esportivas. Existe também uma percepção de um olhar mais crítico, na forma de abordar determinadas temáticas dentro da cobertura dos grandes eventos de futebol feminino, que perpassa não só por uma contextualização histórica, mas também na não reprodução de determinados preconceitos.

Observando por esse viés, esse movimento de mudança também implica num avanço na representação das mulheres de forma geral. Identifica-se também, de um ano para o outro, um cuidado e destaque para a construção de uma nova forma de a figurar a mãe no ambiente futebolístico, não só da mulher jogadora em si, mas as mães torcedoras, o que recai na ideia discutida dentro da Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2009) de tornar o “não-familiar em familiar”. Ademais, essa pesquisa merece ser ampliada, não só para discutir o papel do Jornalismo Esportivo na construção e difusão das representações sociais sobre

as mulheres atletas no âmbito do futebol, mas para continuar acompanhando esse debate nos grandes eventos esportivos que alcançam um número significativo de pessoas.

Referências

ARAÚJO, E. A. (2021). Mulher e futebol: A cobertura e a transmissão da televisão aberta brasileira da Copa do Mundo 2019. [Dissertação de Mestrado, FAAC – Unesp] Bauru.

BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições

BERARDINELLI, W. (1939). As formas femininas e a Educação Física: a moda social e a moda biológica. *Revista Educação*.

BRASIL. (1941). Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República.
https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm.

REDAÇÃO. (2023). Islandesa Sara Björk vence ação na Fifa contra o Lyon por não pagar salários durante a gestação. <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-frances/noticia/2023/01/17/islandesa-sara-bjork-vence-acao-na-fifa-contra-o-lyon-por-nao-pagar-salarios-durante-a-maternidade.ghtml>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GLOBO. (2022). *Esporte Espetacular: O programa*. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/esporte-espetacular/noticia/esporte-espetacular.ghtml#ancora_1

GOELLNER, S. V. (2025). Mulheres e futebol no Brasil: Entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 143-151.

GUNNARSDÓTTIR, S. B. (2023). What Happened When I Got Pregnant. 2023. Publicado por "The Players" Tribune.

<https://www.theplayerstribune.com/posts/sara-bjork-gunnarsdottir-soccer-pregnancy>.

IZQUIERDO, M. J. (2022). A construção social do gênero. Tradução Marcel Freitas. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, v. 5, n. 1, p. 245-274.

KNIJNIK, J. D. (2006). *Femininos e masculinos no futebol brasileiro*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo] São Paulo.

LAURINDO, A. (2024). O caso de Sara Björk Gunnarsdóttir e os direitos de futebol feminino frente à maternidade. 2024. <https://leiemcampo.com.br/caso-sara-bjork-gunnarsdottir-e-os-direitos-das-atletas-de-futebol-feminino-frente-a-maternidade/>.

MARTINS, R. E. (2017). *As Representações Sociais do Nordeste no Jornal Nacional*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco] Recife.

MOSCOVICI, S. (2009). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.

REIS, H. H. B. (1998). *Futebol e sociedade: As manifestações da torcida*. [Tese de Doutorado em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas].

SILVA, G. C. (2015). *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: Entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]

TENÓRIO, C. M. & RUBIM, L. (2009). A influência das representações sociais veiculadas pela televisão na formação da identidade nacional. *Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul*, v. 10, n. 19, p. 65-71.

WILLIAMS, J. (2007). *A beautiful game: International perspectives on women's football*. A&C Black.

A COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA E PRÁTICA ESPORTIVA NA QUALIDADE DE VIDA DE ESTUDANTES SURDOS

Clay Marinângelo Miranda Rios
Ayllin Nonato Nunes
Pedro Henrique Essado Maya
Fernando Rodrigues P. Quaresma

Introdução

As Convenções das Nações Unidas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecem um arcabouço normativo voltado à eliminação da discriminação e à promoção da inclusão social, especialmente no que se refere aos direitos da criança e das pessoas com deficiência (ONU, 1989, 1995, 2009). Alinhado a esses princípios, a Agenda 2030, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e seus dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçam esse compromisso, apresentando um plano abrangente para promover o bem-estar de todos, com ênfase

especial em grupos historicamente vulnerabilizados, como crianças e pessoas com deficiência (ONU, 2015).

Por meio de metas expressas em objetivos como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a Agenda busca garantir o acesso universal a serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura acessível, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como signatário da Agenda 2030, o Brasil incorporou seus princípios à legislação nacional, com destaque para o artigo 217 da Constituição Federal, que consagra o esporte como direito de todos e obrigação do Estado. Essa base legal, complementada por legislações posteriores, estabelece um marco normativo para a promoção da inclusão e do bem-estar de todas as populações (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

Na área da educação, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB, nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei nº 13.146/2015) e, mais recentemente a Lei nº 14.191/21, que reforçam a inclusão educacional de pessoas surdas (Brasil, 1996; Brasil, 2014; Brasil, 2015; Brasil, 2021). No esporte, os direitos das pessoas com deficiência (PcD) são assegurados pela Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000) e o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004), que determinam adaptação e acessibilidade das instalações esportivas.

Considerando à prevalência de deficiências na infância, como a perda auditiva, o esporte escolar configura-se como uma ferramenta fundamental para fomentar a inclusão e desenvolvimento holístico das crianças. A integração desses avanços esportivos à educação de/para pessoas com deficiência possibilita que todos contribuam para a construção de sociedades mais justas, equitativas e inovadoras, beneficiando todos os envolvidos nesse processo, evidenciado por Bruno *et al.* (2024).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OMS/OPAS, 2022) mais de 1,5 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum grau de perda auditiva. No continente americano, a prevalência estimada é de 21,52% - cerca de 217 milhões de pessoas -, com projeção de alcançar 322 milhões até 2050. Esses números evidenciam a urgência políticas de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce, bem como de tratamento e reabilitação. Apesar da magnitude do problema, a literatura, sobretudo a nacional, sobre prática esportiva escolar para estudantes surdos e outras pessoas com deficiência ainda é escassa. Neste cenário, eventos como os Jogos Paralímpicos, o Campeonato Mundial de Paratletismo e as Surdolimpíadas funcionam como plataformas de visibilidade e sensibilização social, ao celebrarem conquistas atléticas e oferecendo referências inspiradoras de inclusão no esporte (Hild et al., 2008),(Franco et al., 2015).

Embora eventos de grande porte, como os citados, atraiam a atenção global para a inclusão, são as competições esportivas escolares de menor escala que desempenham um papel mais direto na promoção da inclusão diária de estudantes surdos. A realização da segunda edição do Festival Surdolímpico em âmbito regional representou um avanço significativo no reconhecimento dos direitos dessa comunidade, ao fortalecer sua legitimidade enquanto atletas e promover a valorização de sua participação no ambiente escolar. O evento teve por objetivo incentivar a prática esportiva e a inclusão de estudantes surdos e com deficiência auditiva, por meio de diversas modalidades.

O aumento contínuo nas iniciativas direcionadas à prática esportiva por pessoas com deficiência tem sido evidente. Ainda assim, apesar de o esporte incorporar valores essenciais como superação, resiliência, perseverança e disciplina, plenamente valorizados pela sociedade, a escassez de investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e suporte direcionado à

comunidade surda tem se tornado um desafio significativo, especialmente no âmbito educacional.

A organização de eventos focados em discutir e promover a inclusão, a acessibilidade e a educação por meio de práticas esportivas são fundamentais, pois permite reunir especialistas, educadores, estudantes-atletas e representantes do poder público. Esses encontros facilitam a troca de conhecimentos e de experiências, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas mais inclusivas.

A pesquisa busca compreender a relação entre a prática regular de atividades físico-esportivas e a qualidade de vida de estudantes surdos. Parte-se da problemática central que questiona de que forma a vivência esportiva e de lazer pode influenciar aspectos físicos, psicológicos, sociais e comunicacionais midiáticos, considerando o papel da atividade física como promotora de saúde, inclusão e bem-estar. Nesse contexto, pretende-se investigar se a inserção em práticas esportivas favorece o condicionamento físico, a construção de vínculos sociais, a autoestima e a redução de barreiras comunicacionais no âmbito escolar e comunitário.

Com base nessa perspectiva, o estudo tem como objetivo avaliar os fatores relacionados à prática de atividades físico-esportivas na qualidade de vida de estudantes surdos, no contexto de uma educação inclusiva, considerando os determinantes sociais e a comunicação midiática, por meio de recursos visuais e em Libras.

Para atingir esse objetivo, a pesquisa se propõe a descrever o perfil socioeconômico da população estudada, analisar a percepção dos estudantes sobre a influência da prática esportiva em sua qualidade de vida e identificar barreiras e facilitadores que impactam sua participação nas atividades físicas. Dessa forma, busca-se fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias inclusivas que promovam a saúde, fortaleçam a cidadania e ampliem a participação social e comunicacional desse grupo.

Referencial teórico

Globalmente, a OMS (2021) estima que cerca de 1,5 bilhão de pessoas apresentam algum tipo de perda auditiva, enquanto no Brasil o IBGE (2022) registra aproximadamente 2,3 milhões de indivíduos com surdez, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas e de acesso a uma educação de qualidade, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Nesse contexto, a mediação comunicacional e o uso de recursos midiáticos acessíveis são essenciais para garantir que informações e conteúdos educacionais cheguem de forma clara e efetiva à população surda.

No Tocantins, a Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC-TO), tem promovido a educação bilíngue, atendendo cerca de 520 estudantes surdos em 2024. A Gerência de Educação Bilíngue de Surdos oferece suporte pedagógico, formação de docentes e integração com a comunidade surda, utilizando estratégias comunicacionais que asseguram compreensão plena dos conteúdos. A Escola Bilíngue de Surdos, em Palmas - Tocantins, garante ensino integral do 6º ao 9º ano do fundamental e do 1º ao 3º ano do médio, valorizando a Libras como primeira língua e o português como segunda, promovendo desenvolvimento acadêmico, social, fortalecimento da identidade surda e acesso equitativo à informação.

No campo esportivo, a comunidade surda se destaca com eventos como as Surdolimpíadas, fortalecendo inclusão social, desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, além de ampliar a socialização e o respeito à diversidade. A utilização de recursos de comunicação acessível, como vídeos em Libras e mídias digitais, contribui para maior participação e engajamento. A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) e a LBI asseguram o direito à prática esportiva, embora desafios de infraestrutura, formação profissional e acessibilidade ainda persistam nas instituições educacionais.

A realização de eventos como o Festival Surdolímpico evidencia que práticas esportivas inclusivas são fundamentais para

garantir o direito ao esporte, contribuindo para o rendimento acadêmico e o reconhecimento da diversidade nas escolas (Montenegro Rueda & Fernández-Cerero, 2023).

Dentro deste cenário, é importante fomentar a educação em duas línguas e aumentar a inclusão de estudantes surdos, visando assegurar igualdade no acesso ao aprendizado e às atividades esportivas. Nesse sentido, a perspectiva da comunicação, educação e cultura midiática amplia o debate, pois compreende os processos comunicacionais como mediadores da aprendizagem e da participação social, reconhecendo que as mídias e os recursos tecnológicos podem potencializar práticas inclusivas ao valorizar diferentes linguagens e culturas.

Nos últimos anos, o aspecto subjetivo da qualidade de vida das pessoas influenciou as deliberações políticas e científicas em saúde, sendo um foco mais importante para todos, mas com significado ainda mais relevante para aqueles que vivem na sociedade em condições mais adversas. Na educação, embora as políticas de inclusão tenham ampliado o acesso para estudantes surdos, a garantia de um ensino de qualidade ainda requer adaptações constantes e a capacitação contínua dos educadores (Tavares & De Oliveira, 2021).

Como parte integrante do desenvolvimento humano, o esporte é considerado na saúde como o segmento em condição mais favorável à promoção do crescimento humano em todos seus aspectos, exercendo um papel fundamental na educação dos nossos jovens, formando hábitos e valores para toda a vida, desde que seja incentivado de maneira democrática e inclusiva, sendo estimulado desde a infância, com a escola o local mais adequado para sua iniciação. O estudo realizado demonstrou que adolescentes surdos apresentaram maior nível de comportamento sedentário, menores níveis de atividade física leve, de moderada a vigorosa do que o grupo ouvinte. Os benefícios físicos do esporte, como o aumento da

força e da saúde geral, combinam-se com os benefícios psicológicos, melhorando a qualidade de vida geral (Neil-Sztramko et al., 2021).

Observa-se que o surdo e o deficiente auditivo são excluídos das práticas físico-esportivas, seja nas ruas, seja nos clubes, nos espaços municipais, estaduais e nas escolas, a capacitação deles poderá dar um grande passo em prol da igualdade social, teorias e práticas esportivas com todos os benefícios inerentes a ela, tanto no sentido qualitativo como quantitativo, será uma realidade sem precedentes.

Ao pensar em inclusão no contexto das atividades físicas, não se busca criar distinções entre o público, reconhecendo que cada indivíduo possui suas especificidades e suas limitações, mas o que deve prevalecer é o propósito de reduzir as desigualdades, promover à equidade e incentivar a uma sociedade mais justa e igualitária (Santana et al., 2021).

Podem-se ter a escola como ambiente social, sobretudo político, por isso, todos têm direito a uma assistência educacional adequada às suas necessidades, mesmo com todas as reivindicações e as políticas públicas que existem voltadas às escolas, estas ainda têm dificuldades de acolher com o devido espaço e estrutura confortável os seus estudantes sem deficiência e a ofensiva maior é quando estes estudantes requerem cuidados e profissionais especializados para acolher (Menezes et al., 2022).

A trajetória da inclusão na educação física vivenciou uma transformação marcante, passando de uma abordagem majoritariamente médica para uma perspectiva mais social. No início, as atividades educacionais destinadas a pessoas com deficiência eram fundamentadas em um modelo clínico que focava nas limitações individuais e em intervenções corretivas. Com o passar do tempo, essa visão foi gradualmente substituída por uma abordagem mais inclusiva, que valoriza a diversidade como um elemento intrínseco ao processo educacional. Essa evolução demonstra um progresso na percepção de que todos os indivíduos,

independentemente de suas condições, devem ter a chance de aprender e se engajar ativamente nas atividades físicas.

Hoje em dia, uma educação física de qualidade é vista como um direito essencial, com a inclusão ocupando uma posição central. Essa abordagem não se limita à adaptação de atividades físicas; ela visa criar um ambiente acessível e acolhedor, que promova o desenvolvimento completo dos estudantes. Nesse processo, a comunicação assume papel fundamental, pois garante a mediação entre diferentes linguagens e culturas, possibilitando que estudantes surdos participem de forma plena. Do mesmo modo, a articulação entre educação e cultura midiática amplia o acesso à informação, fortalece práticas pedagógicas inovadoras e potencializa o uso de recursos tecnológicos como ferramentas de inclusão. Assim, a trajetória histórica da inclusão na educação física evidencia a necessidade contínua de estratégias que priorizem a participação de todos, respeitando as individualidades e aprimorando as habilidades dos estudantes (Fierro & Contreras, 2024).

A inclusão de estudantes surdos nas atividades escolares, especialmente esportivas, exige mais do que soluções superficiais, como a simples disponibilização de intérpretes de Libras; é essencial reconhecer a Libras como língua natural da comunidade surda, promovendo ensino bilíngue que respeite suas particularidades culturais e assegure a assimilação dos conteúdos (Montenegro Rueda & Fernández-Cerero, 2023). A participação plena dos estudantes surdos é um direito fundamental, exigindo políticas públicas eficazes, formação contínua de educadores e ambientes escolares realmente acessíveis. Nesse contexto, o esporte escolar atua como espaço de aprendizado, interação e desenvolvimento integral, promovendo uma sociedade mais justa. A inclusão escolar deve ir além de concepções limitadas de Educação Especial, transformando as instituições em ambientes democráticos, acolhedores e acessíveis, onde a diversidade linguística, cultural e corporal seja valorizada, configurando um compromisso ético,

político e pedagógico que orienta práticas educativas equitativas e socialmente justas.

Método

Este projeto integra um macroprojeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino em Saúde na Amazônia Legal – GEPESAL da Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulado *“Crianças e adolescentes com deficiência: perspectivas do ensino em um estado da Amazônia Legal”*, realizado em parceria com o Grupo de Estudos para Promoção e Educação em Saúde – GEPEPS do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins (TO).

Trata-se de um estudo transversal de caráter descritivo observacional, no qual a coleta de dados ocorreu em um único momento (sem seguimento longitudinal), com propósito de descrever características da população investigada e estimar prevalências e associações entre as variáveis de interesse, sem intervenção do pesquisador.

Embora os estudos transversais sejam, por vezes, considerados de alcance limitado para inferências causais, quando bem planejados e interpretados, podem fornecer percepções valiosas sobre os efeitos causais na incidência de doenças (Savitz & Wellenius, 2023). Quando o objetivo principal é descrever as características observadas na população estudada, estes tipos de estudos fornecem uma visão geral das características de uma população, mas não permitem inferências causais. Nesse sentido, esse tipo de investigação possibilita levantar demandas para intervenções após o processo de caracterização de populações (Green et al., 2022).

A população estimada do estudo era de 98 pessoas que compuseram a participação no primeiro Festival Surdolímpico do Tocantins, realizado na cidade Palmas-Tocantins no ano de 2023. A amostragem se deu por conveniência não probabilística

considerando as escassas referências sobre a prática esportiva escolar de/para surdos onde, os estudantes surdos que participaram da segunda edição do Festival Surdolímpico do Tocantins, organizado pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, por meio da Gerência de Educação Bilíngue de Surdos e da Diretoria de Desporto Escolar, participou da seleção esperada. Durante o festival, a população participante era composta de 257, onde obtivemos, voluntariamente, 53 estudantes surdos que participaram do nosso estudo.

A pesquisa foi realizada em dois ambientes distintos: principalmente na Escola Bilíngue de Surdos, gerida pelo Governo do Tocantins por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), localizada na Quadra 303 Norte, na Escola Criança Esperança, em Palmas, e no evento do 2º Festival Surdolímpico, ocorrido em setembro de 2024, na Escola Estadual Elizângela Glória Cardoso.

Instrumentos

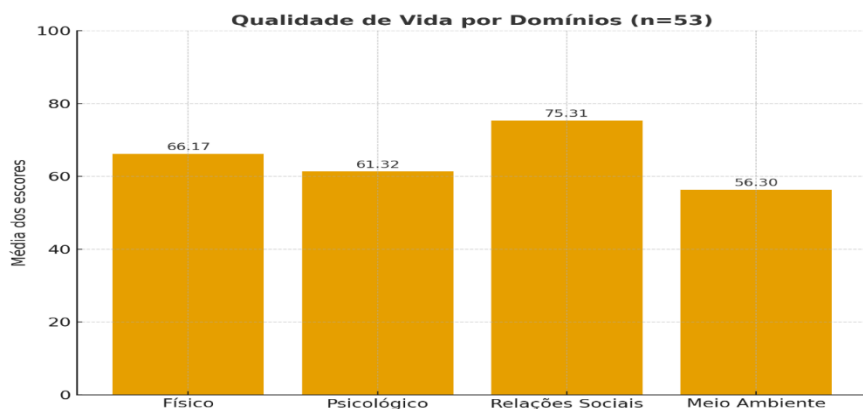
Os dados foram coletados por instrumentos elaborados pelos grupos GEPEPS-CEULP/ULBRA e GEPESAL-UFT, incluindo um questionário socioeconômico com informações sobre idade, sexo, cor, escolaridade, situação ocupacional, renda, residência e participação em eventos esportivos. A qualidade de vida foi avaliada com o WHOQOL-BREF, instrumento validado internacionalmente que abrange os domínios físico, psicológico, social e ambiental, utilizando escala Likert de cinco níveis (Chaveiro et al., 2013). Embora o WHOQOL-DIS seja específico para pessoas surdas, sua indisponibilidade motivou a escolha do WHOQOL-BREF, aplicado com o apoio de um professor surdo, pós-graduado em Letras-Libras, garantindo acessibilidade comunicacional. O questionário foi utilizado sem alterações, preservando a fidedignidade e a estrutura validada, configurando uma alternativa adequada para avaliar a qualidade de vida de participantes surdos no Brasil. (Fleck, 2000).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CEULP/ULBRA (CAAE 63158622.0.0000.5516) e autorizado pela Secretaria Estadual de Educação (DESPACHO Nº 1815/2022/GABSEC/SEDUC).

Resultados

A amostra incluiu 53 participantes, com destaque para solteiros (49,1%) e renda familiar acima de R\$ 4.900,00 (28,3%). A prática de atividade física apresentou tendência à significância (34,0% inativos). A média geral de qualidade de vida foi 4,24 (DP = 0,853) e satisfação com a saúde 3,92 (DP = 0,997), com domínios físico (66,17), psicológico (61,32), relações sociais (75,31) e meio ambiente (56,30). Observou-se associação significativa entre estado civil e prática esportiva ($p = 0,048$) e diferenças entre grupos raciais ($p = 0,01$) e pessoas com e sem deficiência na satisfação ($p = 0,03$). A prática regular de atividade física mostrou significância no domínio das relações sociais ($p = 0,001$) e tendência no meio ambiente ($p = 0,052$), indicando impacto relevante da atividade física na qualidade de vida.

Gráfico de barras com os escores médios dos domínios de qualidade de vida da amostra.



Gráficos em pizza que complementam a apresentação dos resultados:

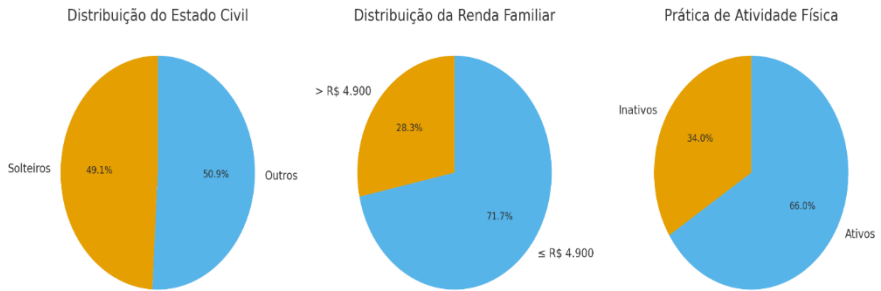
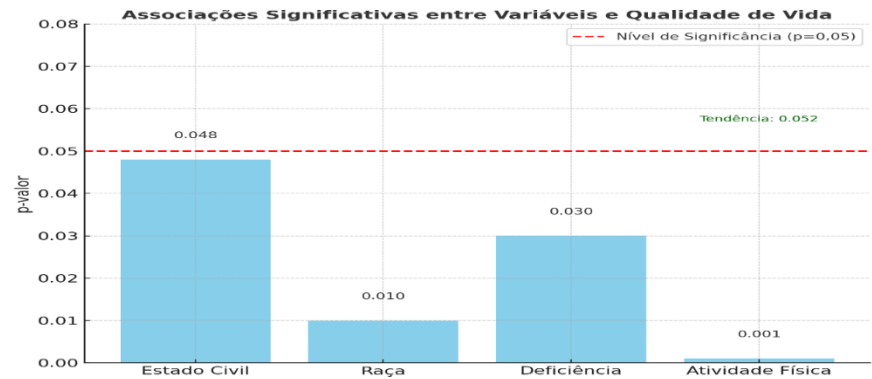


Gráfico comparativo mostrando os p-valores das associações significativas:

A linha vermelha indica o limite de significância estatística ($p < 0,05$).



Discussão

A amostra incluiu 53 estudantes surdos do Festival Surdolímpico no Tocantins. Observou-se predominância de solteiros (49,1%; $n=26$), diversidade de rendas familiares e variados níveis de prática de atividade física, influenciando os domínios físico, psicológico, social e ambiental da qualidade de vida. Foi encontrada

associação relevante entre estado civil e relações sociais, com casados apresentando médias mais elevadas, sugerindo que o suporte conjugal impacta positivamente a percepção das interações sociais. Esses achados destacam a importância de fatores contextuais, barreiras à inclusão e redes de apoio, reforçando que a mediação comunicacional e o uso de recursos educativos e midiáticos são essenciais para a promoção da inclusão, do acesso às práticas esportivas e da construção de uma percepção mais ampla de qualidade de vida entre estudantes surdos. Pesquisas anteriores reforçam que o suporte emocional proveniente desses vínculos tem impacto positivo direto na qualidade de vida, promovendo maior resiliência e estabilidade emocional (Ruiz-Rodríguez et al., 2021).

Entre os 53 participantes, 28,3% (n=15) possuíam renda familiar superior a R\$ 4.900,00, e a maioria pertencia a famílias de menor poder aquisitivo. Participantes com maior renda apresentaram escores mais altos no domínio físico da qualidade de vida. Quanto à prática de atividade física, 34% (n=18) não realizavam atividades semanais. Embora não tenha havido associação significativa com os domínios físico e psicológico, observou-se diferença no domínio das relações sociais, com escores mais baixos entre os fisicamente ativos, possivelmente devido ao tempo dedicado ao exercício em detrimento de interações digitais, principal meio de sociabilidade de jovens surdos.

Cabe destacar que, evidências da literatura indicam que situações econômicas adversas estão diretamente relacionadas à diminuição do bem-estar psicológico, enquanto a estabilidade financeira, caracterizada pela ausência de dificuldades econômicas, correlaciona-se com níveis mais altos de bem-estar subjetivo (Fernandez-Urbano & Kulic, 2020). Esses achados reforçam a compreensão de que o contexto econômico exerce influência direta sobre os indicadores de saúde física e psicológica, afetando expressivamente a qualidade de vida percebida.

A avaliação da qualidade de vida pelo WHOQOL-BREF permite analisar os domínios físico, psicológico, social e ambiental, relacionando-os a determinantes sociais, culturais e de saúde (Almeida-Brasil et al., 2017), evidenciando tanto convergências gerais quanto particularidades do grupo estudado (Pai et al., 2022) (Nasciutti Neto et al., 2022). Os resultados indicam percepção moderadamente positiva entre estudantes surdos, com média geral de 4,24 (DP = 0,853) e satisfação com a saúde de 3,92 (DP = 0,997), sendo as relações sociais o domínio com maiores escores, refletindo redes de apoio significativas, e o meio ambiente o menor, devido a limitações de infraestrutura e acesso. Os domínios físico e psicológico situaram-se em níveis intermediários, mostrando que desafios físicos e emocionais não são críticos.

Observou-se ainda que indivíduos fisicamente inativos apresentaram escores sociais superiores aos praticantes regulares, possivelmente por engajamento em outras formas de interação social, ressaltando que a prática esportiva nem sempre é o principal vetor de socialização. Esses achados corroboram a literatura sobre a complexidade da influência da atividade física na qualidade de vida, que varia conforme contexto e necessidades específicas de populações surdas (Liu et al., 2024); (Almeida-Brasil et al., 2017).

No domínio ambiental, os participantes sedentários apresentaram escores médios mais elevados que os fisicamente ativos, refletindo tendência à significância estatística. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que indivíduos ativos, ao utilizarem mais espaços públicos como praças, parques e centros esportivos, percebem mais falhas na infraestrutura, segurança, transporte e acessibilidade, impactando negativamente sua avaliação. Já os sedentários, por utilizarem menos esses espaços, podem perceber menos os problemas ambientais, elevando artificialmente suas médias. Esse padrão coincide com estudos anteriores, como em Curitiba, que identificaram consistentemente o domínio ambiental com os menores escores do WHOQOL-BREF, reforçando a

necessidade de políticas públicas que melhorem espaços urbanos e condições ambientais, especialmente para populações vulneráveis, cujo entorno influencia diretamente a percepção da qualidade de vida (Ferentz, 2017).

No domínio físico, não foram observadas diferenças significativas entre participantes ativos e sedentários, embora a prática regular de exercícios geralmente favoreça uma percepção mais positiva da saúde. Estudos indicam que fatores socioeconômicos, como renda familiar e patrimônio, influenciam diretamente a condição física, aptidão e qualidade de vida. A autoavaliação da saúde, abrangendo aspectos biológicos, psicossociais e sociais, também é fortemente impactada pelo status socioeconômico, sugerindo que elementos externos à prática física podem exercer papel relevante na percepção do bem-estar físico (Haehnel et al., 2022) (Wong et al., 2022) (Fagundes et al., 2022).

O esporte desempenha um papel importante na inclusão social e na elaboração de estratégias eficazes para o gerenciamento emocional, como um recurso valioso para o aprendizado e para o aprimoramento das habilidades sociais. Similarmente, ele colabora na incorporação de valores que promovem as responsabilidades, a habilidade de fazer escolhas, a paciência em face de frustrações e o fortalecimento da resiliência (Rodríguez-Bravo et al., 2020).

No contexto da deficiência e da prática de exercício físico, é fundamental implementar políticas inclusivas que removam barreiras e promovam a participação de pessoas com deficiência em atividades esportivas. Estudos indicam que a falta de infraestrutura acessível, profissionais qualificados e programas adaptados são obstáculos significativos (Camargo Rojas et al., 2023), evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações intersetoriais mais eficazes. Embora a deficiência não tenha apresentado diferenças estatisticamente significativas nos indicadores analisados, fatores compensatórios, como estratégias individuais e suporte social de familiares, amigos, escolas e serviços de saúde, podem explicar esses

resultados. Esses elementos desempenham um papel importante na superação das adversidades diárias e na promoção do bem-estar geral, contribuindo de forma relevante para a manutenção e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência (Tomé et al., 2024).

Em síntese, embora os dados quantitativos não tenham evidenciado diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, a análise qualitativa e o contexto social dos estudantes surdos revelam nuances importantes sobre sua qualidade de vida. Fatores como ambiente de apoio e resiliência individual influenciam significativamente os efeitos da deficiência no cotidiano. Os achados destacam a prática físico-esportiva como promotora de saúde física, inclusão social, autoestima e competências socioemocionais. A participação no Festival Surdolímpico do Tocantins mostrou que atividades esportivas contínuas contribuem para condicionamento físico, comunicação e interação social, elementos essenciais para cidadania e autonomia, reforçando o esporte como instrumento de integração, pertencimento e melhoria da qualidade de vida (García Díaz et al., 2023).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo avaliar os fatores relacionados à prática de atividades físico-esportivas na qualidade de vida de estudantes surdos, no contexto de uma educação inclusiva, considerando os determinantes sociais e a comunicação midiática, por meio de recursos visuais e em Libras. O uso de recursos visuais e da Libras amplia o acesso desse público a informações sobre práticas esportivas, seus benefícios e direitos, fortalecendo a promoção da saúde, a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento integral.

Utilizando o WHOQOL-BREF e a participação no Festival Surdolímpico do Tocantins, identificaram-se nuances sobre a percepção de bem-estar em diferentes dimensões da vida,

destacando a importância da acessibilidade e de estratégias comunicacionais midiáticas adequadas para garantir compreensão plena dos instrumentos e atividades.

Os resultados indicaram percepção moderada de qualidade de vida e satisfação com a saúde, influenciadas por renda, estado civil e prática de atividade física, especialmente nos domínios físico e social; participantes com maior renda tiveram melhores escores físicos e aqueles em relacionamentos estáveis relataram maior apoio emocional e social. A prática de atividade física apresentou efeitos ambíguos, sugerindo que a socialização ocorre também por outros meios, como recursos digitais e interações mediadas culturalmente.

O domínio ambiental obteve os menores escores, evidenciando desafios de acessibilidade, transporte, segurança e lazer, reforçando a necessidade de políticas públicas inclusivas que considerem as especificidades culturais e linguísticas da comunidade surda. Entre as limitações do estudo estão a amostra reduzida, a transversalidade dos dados e a indisponibilidade da tradução do WHOQOL-DIS em Libras, evidenciando a importância de incorporar mediação comunicacional e recursos educativos na promoção da inclusão. O estudo contribui ao demonstrar os benefícios da prática esportiva em ambientes inclusivos, aliados à comunicação acessível, para o desenvolvimento integral dos estudantes surdos.

Referências

Almeida-Brasil, C. C., Silveira, M. R., Silva, K. R., Lima, M. G., Faria, C. D. C. D. M., Cardoso, C. L., Menzel, H.-J. K., & Ceccato, M. D. G. B. (2017). Qualidade de vida e características associadas: Aplicação do WHOQOL-BREF no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1705–1716. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.20362015>

ASSEMBLY, U. General. (1989). Convention on the Rights of the Child. United Nations, Treaty, 1577,(3), 1-23,.

https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11&chapter=4&clang=_en

Brasil. (2000). LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm

Brasil. (2004). DECRETO No 5.296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Bruno, P. R. M., Rodrigues, G. P., Alvim, D. P. A., Figueiredo, F. W. D. S., Meira, J. D. L., Machado, A. D. B., Cabral, G. M., & Quaresma, F. R. P. (2024). Desafios para inclusão de escolares com deficiência em um estado do brasileiro. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(4), e3840. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n4-032>

Camargo Rojas, D. A., Delgado Castrillon, J. V., Garcia Cabrera, V., Garcia Cabrera, V., Estupiñan Gonzalez, L. M., Medina Garzón, P. M., Muñoz-Hinrichsen, F., & Torres Paz, L. E. (2023). Estado del arte de la investigación en discapacidad y actividad física en Sudamérica Una Revisión Narrativa (State of the art of research on disability and physical activity in South America A Narrative Review). *Retos*, 48, 945–968. <https://doi.org/10.47197/retos.v48.95286>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Fagundes, M. L. B., Amaral Júnior, O. L. D., Menegazzo, G. R., Hugo, F. N., & Giordani, J. M. D. A. (2022). Measuring health inequalities: Implications of choosing different socioeconomic indicators. *Cadernos de Saúde Pública*, 38(1), e00035521. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00035521>

Ferentz, L. M. D. S. (2017). ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA PELO MÉTODO WHOQOL-BREF: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE CURITIBA, PARANÁ. *Revista Estudo & Debate*, 24(3). <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v24i3a2017.1359>

Fernandez-Urbano, R., & Kulic, N. (2020). Requiem for a Dream: Perceived Economic Conditions and Subjective Well-Being in Times of Prosperity and Economic Crisis. *Social Indicators Research*, 151(3), 793–813. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02404-w>

Fierro, B., & Contreras, A. (2024). Perspectivas históricas relacionadas a la inclusión de personas en situación de discapacidad en Educación Física escolar (Historical perspectives related to the inclusion of disabilities in school Physical Education). *Retos*, 55, 317–326. <https://doi.org/10.47197/retos.v55.103640>

Fleck, M. P. D. A. (2000). O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): Características e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 33–38. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>

Franco, M. A. R. D., Paludo, S. D. S., & Lebedeff, T. B. (2015). Esportes surdos na constituição do ser social: Uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental. *Revista Educação Especial*, 28(52), 365–376. <https://doi.org/10.5902/1984686X14964>

García Díaz, J. J., Rubiano-Cárdenas, P. A., García-García, J. A., & Santamaría-Rodríguez, J. E. (2023). Prácticas de tiempo libre en jóvenes escolares de colegios públicos de Engativá, Bogotá (Free time practices in young students from public schools in Engativá, Bogotá). *Retos*, 51, 930–937. <https://doi.org/10.47197/retos.v51.97902>

Green, J., Hanckel, B., Petticrew, M., Paparini, S., & Shaw, S. (2022). Case study research and causal inference. *BMC Medical Research Methodology*, 22(1), 307. <https://doi.org/10.1186/s12874-022-01790-8>

Haehnel, Q., Whitehead, C., Broadbent, E., Hanson, C. L., & Crandall, A. (2022). What Makes Families Healthy? Examining Correlates of Family Health in a Nationally Representative Sample of Adults in the United States. *Journal of Family Issues*, 43(12), 3103–3126. <https://doi.org/10.1177/0192513X211042841>

Hild, U., Hey, C., Baumann, U., Montgomery, J., Euler, H. A., & Neumann, K. (2008). High prevalence of hearing disorders at the Special Olympics indicate need to screen persons with intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 52(6), 520–528. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2788.2008.01059.x>

Li, C., Haegele, J. A., & Wu, L. (2019). Comparing physical activity and sedentary behavior levels between deaf and hearing adolescents. *Disability and Health Journal*, 12(3), 514–518. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2018.12.002>

Liu, R., Menhas, R., & Saqib, Z. A. (2024). Does physical activity influence health behavior, mental health, and psychological resilience under the moderating role of quality of life? *Frontiers in Psychology*, 15, 1349880. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1349880>

Menezes, M. R. D. O., Costa, L. M., Silva, G. C. C. D., & Fiori, A. P. S. D. M. (2022). Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: Resultados de uma pesquisa diagnóstica. *Research, Society and Development*, 11(4), e14311427007. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27007>

Montenegro Rueda, M., & Fernández-Cerero, J. (2023). El deporte inclusivo: Un camino hacia la equidad y la igualdad de oportunidades (Inclusive sport: A pathway to equity and equal opportunities). *Retos*, 51, 356–364. <https://doi.org/10.47197/retos.v51.100592>

Nasciutti Neto, R., Mourão, Y. D. C. D. A., & Araújo, F. C. D. O. (2022). Qualidade de vida do fonoaudiólogo brasileiro frente à pandemia da COVID-19. *CoDAS*, 34(3), e20210034. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212021034>

Neil-Sztramko, S. E., Caldwell, H., & Dobbins, M. (2021). School-based physical activity programs for promoting physical activity and fitness

in children and adolescents aged 6 to 18. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 2021(9).
<https://doi.org/10.1002/14651858.CD007651.pub3>

ONU. (2015, janeiro 1). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Organização Das Nações Unidas, O.-. (1995). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. *Comunicação & Educação*, 0(3), 13.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i3p13-17>

Pai, D. D., Olino, L., Eich, L., Lautenchleger, R., Fernandes, M. N. D. S., & Tavares, J. P. (2022). Fatores associados à qualidade de vida de residentes multiprofissionais em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75(6), e20210541. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0541pt>

Rodríguez-Bravo, A. E., De-Juanas, Á., & García-Castilla, F. J. (2020). Effect of Physical-Sports Leisure Activities on Young People's Psychological Wellbeing. *Frontiers in Psychology*, 11, 543951.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.543951>

Ruiz-Rodríguez, I., Hombrados-Mendieta, I., Melguizo-Garín, A., & Martos-Méndez, M. J. (2021). The Association of Sources of Support, Types of Support and Satisfaction with Support Received on Perceived Stress and Quality of Life of Cancer Patients. *Integrative Cancer Therapies*, 20, 1534735421994905.
<https://doi.org/10.1177/1534735421994905>

Santana, A. L. O., Lobo, G. S. P., & Silva, K. D. S. (2021). Exercício físico e surdez: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 10(9), e0910917723. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17723>

Savitz, D. A., & Wellenius, G. A. (2023). Can Cross-Sectional Studies Contribute to Causal Inference? It Depends. *American Journal of Epidemiology*, 192(4), 514–516.
<https://doi.org/10.1093/aje/kwac037>

Tavares, L. D., & De Oliveira, M. R. (2021). A SURDEZ NO CONTEXTO ESCOLAR: DISCUTINDO OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO INSTITUTO FEDERAL CAMPUS VALENÇA. *Minerva Magazine of Science*, 1–9. <https://doi.org/10.31070/RM2021MRO01>

Tomé, A., Antunes, R., Monteiro, D., Matos, R., Rodrigues, F., Amaro, N., & Jacinto, M. (2024). Efeitos de um programa de exercícios na autonomia, independência e aptidão física de pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento—Um estudo piloto. *Retos*, 53, 147–156. <https://doi.org/10.47197/retos.v53.102003>

United Nations (Un). (2009). Convention on the Rights of Persons with Disabilities. *Jahrbuch Für Wissenschaft Und Ethik*, 14(1), 203–226. <https://doi.org/10.1515/9783110208856.203>

Wong, R. S., Tung, K. T. S., Chan, B. N. K., Ho, F. K. W., Rao, N., Chan, K. L., Sun, J., So, H. K., Wong, W. H. S., Tso, W. W. Y., Yam, J. C. S., Wong, I. C. K., & Ip, P. (2022). Early-life activities mediate the association between family socioeconomic status in early childhood and physical fitness in early adolescence. *Scientific Reports*, 12(1), 81. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-03883-8>.

ENDOMARKETING E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE DA SINERGIA NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Ana Clara Caceres Angeli

Introdução

Com o desenvolvimento tecnológico e a emergência de uma nova revolução industrial, conhecida como 5.0 tornou-se imprescindível reorientar o foco para a interação entre máquinas e seres humanos. Em comparativo, a indústria 4.0, cujo destaque está na inteligência artificial, na internet das coisas e na integração dos sistemas cibernéticos-possibilitando uma interface em tempo real entre os mundos físico e virtual – a indústria 5.0 propõe uma abordagem que valoriza a colaboração e criatividade humanas. Para este estudo, as duas perspectivas teóricas são essenciais para compreender a importância em retomar a centralidade do ser humano e suas relações no contexto tecnológico.

Neste cenário, as interações humanas presenciais passaram a ocupar uma posição secundária, uma vez que as máquinas começaram a desempenhar funções cada vez mais semelhantes às

humanas, adaptando-se ao contexto e aos comandos, muitas substituindo o trabalho manual e repetitivo.

Entretanto, é importante lembrar que o desenvolvimento dessas tecnologias depende diretamente do treinamento adequado das pessoas que as utilizam. Para as interações tecnológicas atenderem às necessidades reais dos indivíduos, é fundamental investir na capacitação dos profissionais. Nesse processo, o relacionamento interpessoal foi sendo negligenciado, levando atualmente a dificuldades de interação social e de trabalho em equipe, pois muitos indivíduos estão acostumados a realizar tarefas de forma isolada, apoiados somente pelas tecnologias.

Dessa forma, surge a Indústria 5.0, que busca resgatar o trabalho criativo e a interação humana. Essa nova fase pode ser considerada uma sinergia entre humanos e máquinas autônomas, na qual as atividades que requerem pensamento, criatividade e julgamento permanecem sob a responsabilidade do ser humano, enquanto as tarefas mais pesadas e repetitivas são realizadas pelos robôs (Demira et al., 2019).

Para uma equipe ser criativa, é necessário que seus integrantes tenham motivação e propósito claros, fatores essenciais para o bom desempenho individual e coletivo. O relacionamento interpessoal desempenha papel crucial — segundo Moscovici (1997) — pois quando nos referimos a relacionamentos entre as pessoas é imprescindível existir um ambiente saudável, livre de conflitos, que transmita boas energias, para que o tempo dedicado às interações seja utilizado na promoção do crescimento do grupo.

Um bom relacionamento interpessoal na equipe é sinônimo de produtividade, confiança e maturidade organizacional. Por isso, é fundamental pensar em ações que promovam uma integração eficiente. Segundo Bekin (2004) O endomarketing é um instrumento que complementa os esforços organizacionais, mobiliza seu público interno, aprimora a cultura organizacional e amplia a efetividade da organização.

O endomarketing, também conhecido como *marketing* interno, é uma estratégia de comunicação voltada aos colaboradores, para melhorar a imagem institucional, fortalecer o clima organizacional, aumentar a motivação e o engajamento, além de reduzir o *turnover* (índice de rotatividade) e otimizar os resultados. Para o profissional de relações-públicas atuantes na comunicação interna, essa estratégia auxilia no desenvolvimento de ações que visam integrar os colaboradores de todas as áreas com assertividade por meio de uma transmissão de informações claras e objetivas e impactantes.

O estudo, de iniciação científica PIBIC, intitulado "Endomarketing e Inteligência Artificial: uma análise da sinergia na construção da cultura organizacional" traz as seguintes questões como problema investigativo: Qual é o papel da Inteligência Artificial no processo de endomarketing, além de identificar e consolidar a cultura e a comunicação interna? Como ela pode contribuir para a criação de um ambiente tecnológico eficiente que promova o desenvolvimento das pessoas e impulsione os resultados do negócio?

Objetivos

O objetivo geral desta iniciação científica é analisar a sinergia entre o endomarketing e a inteligência artificial, na construção da cultura organizacional, explorando a tecnologia como mediadora e catalisadora dos processos comunicacionais, de *feedback* e de informações para a tomada de decisões. Neste sentido pretende-se:

- Compreender os princípios do *endomarketing* na construção e fortalecimento da cultura organizacional;
- Explorar as aplicações da IA no *endomarketing*, enquanto promotor do desenvolvimento de pessoas e do negócio;
- Identificar os contributos da IA na gestão da informação e na tomada de decisões, considerando sua capacidade de análise de dados e geração de percepções;

- Analisar as principais vantagens e desafios da integração entre IA e *endomarketing*;
- Propor recomendações para o uso eficaz da IA no endomarketing visando a otimização dos processos e consolidação da cultura organizacional.

Justificativa

A rápida evolução da inteligência artificial (IA) tem permitido sua inserção cada vez mais profunda no ambiente corporativo, acompanhando o crescimento de seus bancos de dados e capacidades. Essa tecnologia possui potencial de impacto direto os colaboradores e no clima organizacional, ao possibilitar a análise de riscos, a redução de custos operacionais e automatização de processos repetitivos.

Diante desse cenário, o endomarketing assume um papel crucial ao garantir que todas as etapas do processo de implementação tecnológica sejam comunicadas, forma clara e de fácil compreensão para os profissionais. Isso contribui para fortalecer a confiança na liderança e na tomada de decisões, promovendo um ambiente de maior segurança e engajamento.

Como dito, este estudo busca compreender de que maneira a IA pode contribuir para o fortalecimento da cultura organizacional, potencializando os processos comunicacionais e tornando-os mais acessíveis e humanizados. Ao direcionar os esforços da comunicação eficaz, as organizações podem entender melhor as necessidades de seus colaboradores, promovendo uma cultura de confiança, transparência e engajamento. Em uma era marcada pelo excesso de dados, a humanização das estratégias tecnológicas torna-se essencial para captar as reais demandas do público interno de forma íntegra e empática.

Ademais, a pesquisa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 8, que promove o crescimento

econômico inclusivo, o emprego digno e o trabalho sustentável. Ao contribuir com reflexões e estratégias, este trabalho pretende estimular a construção de organizações mais humanas, transparentes e inovadoras, preocupadas com o bem-estar físico e mental de seus colaboradores.

Aportes teóricos para subsidiar a discussão

Inteligência artificial

Diante do avanço acelerado das tecnologias digitais, a inteligência artificial (IA) destaca-se como um dos recursos mais promissores e desafiadores da atualidade, impactando a forma de convívio entre as pessoas, bem como a interação entre elas, devido a sua forma de processar, criar e explicar dados. Para Kotler e Kartajava (2025, p. 94) a IA:

[] refere-se à capacidade dos computadores de imitar as habilidades cognitivas humanas para executar tarefas como a solução de problemas. Assim como a inteligência humana, a IA se desenvolve por meio do aprendizado e do processamento de informações.

A presença da IA nas organizações também vem influenciando diretamente a construção e a manutenção da cultura organizacional. Ao automatizar tarefas, acelerar processos decisórios e personalizar a comunicação interna, ela tem contribuído para ambientes corporativos mais eficientes e dinâmicos. Quando utilizada de forma estratégica, pode fortalecer os valores institucionais, apoiar ações de *endomarketing* e promover uma cultura orientada à inovação e à adaptabilidade. Para o desenvolvimento de pessoas e negócios, especialmente no âmbito do *marketing*, a IA é uma tecnologia que potencializa as atividades do profissional de *marketing* na criação e entrega de estratégias altamente personalizadas, adaptadas a cada caso (Kotler e Kartajaya, 2025). Essa ferramenta tecnológica permite ao profissional oferecer,

em tempo real, produtos ou conteúdos sob medida, atendendo às demandas específicas de cada indivíduo, de forma eficiente e inovadora.

Apesar de seus inúmeros benefícios, apontados pelos autores consultados, vemos que o uso intensivo da IA levanta questões importantes, especialmente no que diz respeito ao potencial enfraquecimento das interações humanas autênticas.

Por isso a importância deste estudo – não somente para entender como a inteligência artificial está impactando o *marketing*, mas também como ela influencia os relacionamentos interpessoais, o ambiente de trabalho e consequentemente a cultura organizacional, ajudando a compreender melhor suas implicações nos relacionamentos interpessoais e no ambiente de trabalho.

Cultura organizacional

A cultura organizacional é essencial para a identidade de qualquer tipo de organização, moldando como os negócios são conduzidos, como clientes e funcionários são tratados e o nível de autonomia existente. Ela influencia a pontualidade, produtividade e a preocupação com a qualidade e o serviço ao cliente, servindo como um referencial de padrões de desempenho. Como cita Idalberto Chiavenato em seu livro, "Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações (2014, p. 154)":

A cultura organizacional ou cultura corporativa é o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas que é compartilhado por todos os membros de uma organização. Refere-se ao sistema de significados compartilhados por todos os membros e que distingue uma organização das demais. [...] Representa as percepções dos dirigentes e colaboradores da organização e reflete a mentalidade que predomina na organização. Mais do que isso, a cultura organizacional é uma forma de interpretação da realidade organizacional e constitui uma

modelagem para lidar com questões organizacionais. Por essa razão, ela condiciona fortemente a gestão das pessoas. (p. 154)

A partir disso, compreende-se que a cultura organizacional vai além de um simples conjunto de boas práticas: ela está profundamente relacionada à maneira como as pessoas percebem e reagem à realidade organizacional. É a lente por meio da qual os profissionais interpretam o funcionamento da empresa e tomam decisões. Por isso, cultivar uma cultura sólida, clara e coerente é um passo estratégico para promover a motivação, o engajamento e a retenção de talentos.

Nesse contexto, os valores organizacionais desempenham um papel central. Eles devem representar princípios inegociáveis, aquilo na qual a organização acredita e deseja preservar em todos os seus processos. Como reforça Chiavenato (2014, p.36), os valores devem representar aquilo que a organização considera fundamental e inalterável. Quando os colaboradores se identificam com esses valores e os adotam na sua vida pessoal, os resultados podem ser imensuráveis. Ou seja, quando há uma identificação genuína entre os valores individuais e os valores institucionais, estabelece-se uma conexão mais profunda entre o colaborador e o ambiente de trabalho, criando espaço para uma relação de confiança mútua.

Ainda nessa perspectiva, Brum (2017, p.32) complementa essa discussão ao destacar que:

É preciso trabalhar internamente o conjunto de percepções, opiniões e julgamentos do público interno sobre a capacidade da empresa em gerar valor e, especialmente, sobre o quanto é capaz de honrar e de cumprir as promessas que faz. São essas percepções que determinarão o grau de confiança, credibilidade, estima e admiração que os empregados sentirão em relação a ela e influenciarão na sua decisão de representá-la de forma positiva, defendendo-a quando necessário.

Essa perspectiva reforça que a cultura organizacional vai muito além do que a organização declara oficialmente; ela está, na

verdade, no que os colaboradores percebem e vivenciam no dia a dia. Por isso, para a cultura ser efetivamente construída e fortalecida, é fundamental que seja comunicada consistentemente, praticada pelas lideranças e experimentada cotidianamente por toda a equipe.

Endomarketing

Segundo Brum (2017, p. 15) o *endomarketing* pode ser definido, hoje, como “todo e qualquer movimento que uma empresa faz no sentido de atrair, integrar, engajar e reter talentos”. Essa definição amplia a compreensão do papel estratégico da comunicação interna, deixando evidente que seu significado vai além de ações pontuais ou campanhas de engajamento. Este processo se manifesta como um conjunto articulado de práticas que visam gerar valor para o colaborador, desde o momento em que este entra na organização até a sua permanência e possível desenvolvimento durante toda a sua integração. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem contínua que busca não somente motivar, mas também criar vínculos consistentes entre os indivíduos e a empresa, promovendo um ambiente mais colaborativo, transparente e alinhado aos objetivos comuns. Na perspectiva de Brum (2017, p. 50):

Hoje, tudo o que uma empresa faz para se comunicar com os seus empregados pode ser considerado endomarketing, pois as técnicas e estratégias de marketing estão sempre presentes, mesmo quando se trata de um simples repasse de informação.

Esse conceito evidencia uma etapa fundamental da dinâmica organizacional, que muitas vezes é tida como prioridade secundária: o processo de assimilação da cultura organizacional. Esse envolve não somente a transmissão de normas, valores e rituais, mas também a criação de um ambiente que favoreça o pertencimento e o alinhamento entre as pessoas e o propósito institucional.

Outro ponto destacado por Brum (2017, p. 33) no *endomarketing*, enquanto processo educativo, é que ele existe

exatamente para: “[] abordar um assunto de forma sistemática até que o empregado o internalize”. Essa internalização de valores, por parte do indivíduo, é essencial para a propagação da cultura organizacional e, principalmente, para o alinhamento entre os objetivos organizacional e os individuais do colaborador. Quando esse alinhamento é possível, o profissional passa a enxergar seu papel de maneira mais ampla e crítica no contexto corporativo, favorecendo decisões mais conscientes e engajadas.

Trata-se, portanto, de uma via dupla: a organização comunica e educa intencionalmente, e o colaborador responde com mais clareza sobre sua permanência, seu pertencimento e sua motivação daquele espaço.

A empresa caso

A organização escolhida para a pesquisa, denominada “empresa de soluções corporativas” (doravante referida como SC, para preservar o anonimato), foi selecionada por seu alinhamento com o tema de estudo e pelo potencial de observar a relação entre *endomarketing*, inteligência artificial e a construção da cultura organizacional.

Por sua formação, portfólio de serviços e processos internos que incorporam tecnologias de IA, a SC oferece um ambiente ideal para uma análise aprofundada dessas dinâmicas. Além disso, a organização apresenta uma oportunidade viável para o desenvolvimento da pesquisa, considerando o estágio acadêmico da pesquisadora e a possibilidade de realizar estudos de caso que contribuam para uma compreensão mais ampla do tema. Essa escolha garantirá que os dados coletados sejam relevantes e que as percepções obtidas enriqueçam o entendimento sobre o papel da tecnologia na cultura organizacional, alinhando-se aos objetivos do estudo e às possibilidades de aprofundamento ao longo do período de pesquisa.

Dados sobre a organização

Como dito, a fim de preservar o anonimato e a confidencialidade dos processos internos organizacionais, neste estudo denominamos a organização de SC, ou seja, “empresa de soluções corporativas”. Dessa forma, seu nome será omitido, descrendo somente seu nicho de atuação, propósitos, serviços oferecidos e um breve histórico para contextualizar o estudo.

A referida empresa, aqui nomeada como SC foi fundada na década de 1980 por um jornalista estadunidense, visando auxiliar as organizações em seu desenvolvimento tecnológico, especialmente ao oferecer dados sobre seus colaboradores para apoiar decisões mais assertivas. Presente em mais de 170 países, a metodologia chegou ao Brasil, em 1997. Atualmente, a marca brasileira conta com cerca de 150 funcionários e operação única, sem filiais. As soluções oferecidas surgiram em resposta à crescente necessidade de compreender seus colaboradores e parceiros de forma integral, abordando temas relacionados ao ambiente organizacional, como liderança, diversidade, desenvolvimento pessoal e profissional, entre outros.

No âmbito de seus serviços, a SC oferece consultorias com o propósito central de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, fortalecer os negócios e promover uma sociedade mais justa e eficiente. Seu objetivo é gerar impactos positivos no ambiente corporativo, oferecendo soluções adaptadas a empresas de diferentes tamanhos, setores e regiões geográficas.

Entre os valores apresentados pela SC estão o desenvolvimento da confiança, do espírito empreendedor e da transformação. Seus princípios visam fomentar a autonomia das empresas-clientes, não somente na gestão, mas também no incentivo ao pleno potencial de cada trabalhador, por meio da aplicação de técnicas e processos inovadores e diversificados.

As investigações realizadas no estudo

Para realizar a análise da hipótese levantada, foram conduzidas duas fases de investigação. A primeira, consistiu em uma revisão bibliográfica dos temas citados no aporte teórico, bem como, endomarketing, comunicação organizacional e IA. A segunda refere-se a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade com funcionários do setor de recursos humanos da organização, conforme se observa no quadro 1: fases investigativas do estudo.

Quadro 1 - Fases investigativas do estudo

Primeira fase - Revisão narrativa		
Tema abordado	Título da obra	Autor e ano da obra
Endomarketing	Endomarketing Estratégico	Analisa de Medeiros Brum - 2017
Cultura Organizacional	Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações	Idalberto Chiavenato 2014
Inteligência Artificial	Marketing 6.0 - O futuro é imersivo	Iwan Setiawan e Philip Kotler 2025
Segunda fase – Entrevistas em profundidade		
Colaborador	Cargo/Função	Tempo na empresa

1	Analista júnior de RH	3 anos e 6 meses
2	Consultor especialista de negócios	12 anos
3	Analista Sênior de RH	6 anos e 3 meses

Fonte: Autoria própria, 2025

A primeira fase: revisão narrativa

A revisão narrativa teve como propósito reunir, descrever e analisar criticamente os conhecimentos já consolidados sobre os temas centrais deste estudo — endomarketing, cultura organizacional e inteligência artificial. A seleção dos autores não seguiu critérios sistemáticos de busca e filtragem, mas foi orientada por suas reconhecidas contribuições acadêmicas e pela relevância das obras ao longo da formação e trajetória acadêmica, sendo indicadas em leituras de referência, disciplinas cursadas e recomendações de docentes e especialistas da área.

Para a realização desta etapa, foi necessário definir de forma clara os temas de interesse, a fim de direcionar a busca por dados relevantes. Diferentemente das revisões sistemáticas, a revisão narrativa oferece maior flexibilidade na análise e interpretação das informações, sendo particularmente útil para contextualizar o desenvolvimento teórico e identificar lacunas de pesquisa em determinada área.

A seleção dos autores alinhados ao objetivo do estudo se deu via pesquisa na internet, utilizando palavras-chave específicas relacionadas ao tema e priorizando publicações mais recentes.

A segunda fase: pesquisa qualitativa

Nesta fase realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio da entrevista em profundidade semiestruturada como método de coleta de dados, junto a especialistas na área de gestão. Foram elencados três colaboradores da SC que desempenham diferentes funções no setor de recursos humanos. Os cargos dos mesmos, no momento da entrevista, eram: analista júnior de RH; consultor especialista de negócios (RH); analista Sênior de RH.

No decorrer deste relato serão apresentadas mais informações sobre as características dos entrevistados e suas contribuições para o estudo.

A coleta de dados e o trabalho de campo

A coleta de dados das entrevistas foi por meio virtual – via ligação de vídeo usando a plataforma Teams. Isso permitiu uma compreensão mais específica e detalhada das percepções, opiniões e experiências dos especialistas entrevistados em relação ao uso da IA no contexto do Endomarketing e na construção da cultura organizacional. Para isso utilizou-se um roteiro básico das informações que deveriam ser colhidas com quatorze questões abertas, ou seja, que não possuíam alternativas de escolha, para o entrevistado pudesse detalhar e relatar seu conhecimento acerca dos assuntos, com maior liberdade.

Apesar de ter um roteiro fixo de perguntas, a entrevista semiestruturada foi utilizada propositalmente, para que, ao decorrer do diálogo, as experiências e lembranças da rotina de trabalho influenciassem na quantidade de informações fornecidas pelo entrevistado, o que eventualmente, “pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (Manzini, 2004, p. 2).

O roteiro das perguntas foi subdividido em cinco blocos de informações, a saber: o primeiro, sobre a comunicação interna, que incluía seis perguntas e os demais, com duas perguntas cada,

versando respectivamente sobre diversidade e inclusão; desenvolvimento pessoal; transparência e confiança; e estudos de caso e futuro.

A escolha dos entrevistados

A amostragem foi definida com base na quantidade de colaboradores efetivos da área de Recursos Humanos, também conhecida como Gestão de Pessoas do objeto de estudo. O período em que ocorreu a coleta de dados foi de 4 de dezembro de 2024 a 16 de dezembro de 2024.

Nesta época, a empresa tinha quatro pessoas no setor de recursos humanos, sendo três de gênero feminino e um masculino. Todos os profissionais foram contatados e convidados para realizar a entrevista e a adesão foi de 75%, totalizando três entrevistados, sendo duas do gênero feminino e um do gênero masculino.

O método da pesquisa qualitativo foi aplicado de modo a compreender intrinsecamente a relação dinâmica dos entrevistados com a IA no ambiente organizacional cotidianamente.

Vale a ressalva que, todos os entrevistados concordaram em participar de forma voluntária, respeitando os critérios do Comitê de Ética em Pesquisa. Sendo assim, para garantir o anonimato dos voluntários, o uso dos dados de caráter acadêmico e nas citações ao decorrer da pesquisa, estes serão nomeados de forma numérica e crescente, como apresentado: Colaborador 1; Colaborador 2; e Colaborador 3, conforme quadro 1.

O processo de registro destas entrevistas foi realizado por meio de transcrição automática da plataforma citada e, posteriormente, a organização e a comparação das informações foram transferidas para a planilha de Excel. A análise seguiu a abordagem qualitativa, utilizando-se a análise de conteúdo das respostas, agrupando as categorias e temas similares para ser possível identificar padrões, categorias e assuntos emergentes nos elementos coletados. E os resultados foram interpretados à luz das

teorias apresentadas sobre Endomarketing, Inteligência Artificial e Cultura Organizacional, contribuindo para uma análise mais contextualizada da problemática estudada, sobre a prática organizacional.

Resultados e triangulação dos dados das entrevistas

Com base na técnica de comparação entre os entrevistados e na triangulação de dados, foi possível identificar padrões, categorias e temas emergentes que contribuem para uma organização-caso e são mais aprofundadas do fenômeno estudado. Essa abordagem permitiu validar as informações coletadas, garantindo maior confiabilidade e riqueza na análise, além de oferecer uma visão mais abrangente e detalhada sobre os aspectos abordados na pesquisa.

Assim, no primeiro bloco de questões (Apêndice A), que se refere as perguntas de 1 a 6 o intuito foi compreender um pouco mais sobre a comunicação interna da organização-caso: a SC.

Observou-se que no aspecto das plataformas utilizadas para realizar a comunicação com os colaboradores, que todos os entrevistados citaram os mesmos canais, sendo eles, e-mail, WhatsApp e um portal exclusivo no SharePoint da empresa denominado de Intranet. Além dos espaços virtuais, foi apontado a importância da comunicação realizada diretamente pelos líderes para com seus liderados, reforçando os comunicados destes canais.

Contudo, quando questionados sobre a eficiência desses canais, houve divergência de opiniões. Por exemplo, o colaborador 1 apontou os canais suprem as necessidades e são eficientes; já o colaborador 2 entende que quando eles são combinados, ou seja, divulgados nos canais e também via líderes, tornam-se mais eficientes. E o colaborador 3 relatou que sim, mas que enxerga um alto potencial de melhoria, principalmente com relação aos e-mails de domínios diferentes.

Aprofundando na temática sobre as ferramentas mais utilizadas para responder dúvidas frequentes do ambiente interno, os entrevistados também foram questionados sobre o potencial de chatbots e assistentes virtuais para essa função. A resposta foi unânime, Microsoft Teams - plataforma utilizada para o modelo remoto da empresa: que foi considerado o principal canal para o esclarecimento de dúvidas por ser mais rápido e mais próximo das pessoas.

Já ao que diz respeito ao chatbot, eles veem potencial para dúvidas genéricas, mas acreditam que não substitui o contato humano, visto que esse permite mais possibilidade de diálogo, principalmente no que tange a assuntos financeiros, por exemplo.

Outro aspecto que justifica a preferência pelas reuniões é que dificilmente surge apenas uma dúvida isolada. Com frequência, o colaborador aproveita o contato para apresentar uma sequência de questionamentos. Soma-se a isso o receio de que a ausência desse momento de interação gere desalinhamento em relação à cultura organizacional e aumente a distância entre a equipe de Gestão de Pessoas e os demais colaboradores.

Compreende-se que a cultura do feedback é essencial nas organizações, uma vez que a escuta ativa das pessoas pode gerar melhorias significativas no ambiente de trabalho. Nessa perspectiva, os entrevistados relataram que os feedbacks são coletados de três maneiras principais: por meio de pesquisas de clima, diretamente com o setor de Recursos Humanos e junto à liderança imediata do profissional. Ressaltaram, ainda, que a cultura organizacional favorece a confiança e estimula uma comunicação mais horizontal. No caso das pesquisas de clima, embora existam automatizações básicas de dashboards no Excel, grande parte do processo ainda é realizada manualmente.

Os últimos feedbacks coletados dos colaboradores, apontam para três temáticas que devem ser melhor desenvolvidas, sendo elas: um local para centralizar todas as informações internas, bem como

avisos e comunicados, para deixar os processos mais explícitos; uma infraestrutura, voltado para questões de inovação e tecnologia; e um melhor processo para ampliar o desenvolvimento e a capacitação (treinamento) dos envolvidos, com foco no reconhecimento e ascensão da carreira.

A última pergunta do primeiro bloco, sobre comunicação interna, visou compreender quais pontos, dos citados, considerados mais urgentes e de que forma a IA poderia auxiliar. As respostas dos entrevistados também foram unânime: o ponto prioritário para o time de gestão de pessoas, foi o estabelecimento de um espaço para centralizar todas as informações, facilitando o entendimento dos processos, que foi solucionado com a criação da intranet.

A IA foi ferramenta fundamental na construção e consolidação dessa plataforma, principalmente com a revisão de correções das comunicações. Além disso, a expectativa com o uso da IA para essa plataforma é alta. Os respondentes disseram que ela pode ajudar com comunicações mais claras e assertivas, textos coerentes, diagnósticos de acesso, automatização de criação de propostas comercial, automatização de processos de acompanhamento de vendas, melhoria na análise dos dados que vão para os clientes, além de desenvolvimento pessoal.

No segundo bloco de perguntas – 7 e 8 o olhar voltou-se para a temática de diversidade e inclusão, principalmente no quesito de recrutamento e seleção, monitoramento no ambiente de trabalho e o impacto da IA para minimizar possíveis falhas nos processos internos. Sobre recrutamento e seleção, os entrevistados disseram que a empresa recorre à plataforma, Recrute AI. Um espaço online que combina a inteligência artificial para realizar filtros nos currículos conforme os interesses para cada tipo de vaga. Já em monitoramento, é anualmente aplicada a pesquisa de diversidade para compreender, na ótica dos colaboradores, como essa temática vem sendo tratada.

Ademais, sobre o impacto da IA para tornar a comunicação mais clara e igualitária, os respondentes apresentaram diferentes perspectivas: Colaborador 1 relatou que a IA pode ajudar se for como um acompanhamento, no sentido de monitorar e construir trilhas de desenvolvimento; já o Colaborador 2 acredita que a IA pode sim ajudar, mas não sabe como, porque enxerga isso como um trabalho extenso e demorado, que precisa ser alimentado para chegar no objetivo esperado; por fim, o Colaborador 3 apresentou uma visão mais otimista e consolidada sobre a temática, dizendo que vê a IA auxiliando no processo de onboarding, em comunicados, revisão de textos para torná-los mais inclusivos e também para o desenvolvimento pessoal.

O terceiro bloco - perguntas 9 e 10 - abordou a temática de desenvolvimento pessoal, ou seja, como eram desenvolvidas as trilhas de aprendizagem para cada profissional da empresa. Todos os entrevistados disseram que ainda não utilizam a IA para essa construção e que isso é feito manualmente pela liderança direta e pelo time de gestão de pessoas.

Já no quarto bloco - 11 e 12 - os entrevistados foram questionados sobre transparência e confiança e, de que forma, a IA poderia auxiliar para ter um processo de tomadas de decisões mais transparentes para a organização. Os colaboradores 1 e 3 concordaram que essa tecnologia funcionaria de maneira exemplar para revisão de texto, deixando a comunicação mais clara e objetiva, alinhada com a cultura organizacional. O colaborador 2 destacou acreditar que o uso da ferramenta pode auxiliar na construção de textos; entretanto, demonstrou receio quanto à confiabilidade, por entender que a confiança está mais relacionada às pessoas e ao mensageiro da informação, do que propriamente à iIA utilizada nesse processo.

O último bloco de perguntas – questões 13 e 14 - foi sobre um caso de sucesso e a visão de futuro para a empresa no que tange ao uso da IA. No caso de sucesso, os três entrevistados citaram o

mesmo: uma ferramenta de pesquisa de clima voltada para analisar a saúde mental dos profissionais, na qual as respostas são analisadas pela IA para compreender o alinhamento destes com a cultura, percepções e o sentimento ao escreverem a resposta.

Em relação à visão de futuro para o uso da inteligência artificial generativa, o Colaborador 1 declarou não ter uma opinião formada. O Colaborador 2 reforçou a aplicação da IA no âmbito de recrutamento e seleção — prática já adotada pela organização — e salientou seu interesse em utilizá-la também para responder a dúvidas de caráter mais genérico. Destacou, entretanto, que no momento não há recursos financeiros destinados a esse tipo de desenvolvimento. Já o Colaborador 3 acrescentou que não existe um projeto estruturado voltado especificamente para a temática, embora diferentes iniciativas pontuais estejam em andamento em alguns times, ainda sem um mapeamento consolidado.

Discussões e considerações finais

A análise qualitativa realizada permitiu identificar pontos de interseção entre o endomarketing e a IA na construção e fortalecimento da cultura organizacional. Os resultados demonstraram que os princípios centrais do endomarketing permanecem ancorados na comunicação interna transparente e acessível, na centralização de informações e no fortalecimento da identidade coletiva por meio de práticas que reforçam o panorama cultural vigente. A intranet, o contato direto com liderança e os canais digitais como e-mail, WhatsApp e Teams configuram-se como ferramentas de sustentação da cultura.

No que se refere à IA, verificou-se que sua aplicação no endomarketing se concentra em três eixos principais: automatização de processos operacionais, personalização do desenvolvimento humano e apoio à tomada de decisão. Destacaram-se exemplos como chatbots para dúvidas genéricas, automação de dashboards e acompanhamentos de vendas, processos seletivos mediados por

plataformas de IA e revisão de textos com foco em inclusão e clareza. Além disso, a utilização de IA em pesquisas de clima e de saúde mental foi apontada como recurso promissor para a extração de visões mais profundas e alinhados à cultura organizacional.

Os contributos da tecnologia generativa na gestão da informação foram ressaltados como positivos, sobretudo pela capacidade de análise de grandes volumes de dados e geração de diagnósticos mais assertivos. Essa função permite não somente maior eficiência nos relatórios internos, mas contribui para o fornecimento de informações qualificadas a clientes e público externo.

Apesar das vantagens observadas, como maior clareza comunicacional, centralização de processos e personalização do desenvolvimento, os desafios também se evidenciaram. Entre eles, destacam-se o risco de enfraquecimento do contato humano, a falta de confiança na automação de mensagens enviadas por robôs, a ausência de um planejamento estruturado na empresa e as limitações financeiras e de tempo para implementação em larga escala.

De tal modo, recomenda-se a adoção de uma estratégia híbrida, que alie a eficiência da IA à manutenção do vínculo humano, garantindo que as práticas de endomarketing não percam sua essência relacional. Sugere-se, ainda, que a IA seja direcionada prioritariamente a processos repetitivos, possibilitando que os profissionais de Recursos Humanos e liderança e dediquem nas ações mais estratégicas.

A adoção de chatbots e assistentes virtuais internos, podem atuar no esclarecimento de dúvidas operacionais recorrentes e no suporte a processos de onboarding. Essa medida contribuiria para otimizar o tempo dos colaboradores e da equipe, além de assegurar que todos recebam informações consistentes e alinhadas à identidade da empresa. O impacto seria percebido tanto na redução

de ruídos comunicacionais quanto na construção de um sentimento de apoio constante, reforçando a experiência do colaborador.

Adicionalmente, recomenda-se a utilização da IA para personalização de trilhas de desenvolvimento. Plataformas inteligentes podem ser utilizadas para treinamentos, cursos e conteúdos conforme as necessidades e objetivos de cada colaborador. Essa iniciativa traria impactos significativos tanto no crescimento individual, ao oferecer clareza sobre o caminho de progressão de carreira, quanto no coletivo, uma vez que colaboradores mais bem preparados tendem a se alinhar de forma mais sólida à missão empresarial, contribuindo para a retenção de talentos, conforme sintetizado na figura 3, de acordo com os objetivos pretendidos.

Quadro 2 – Síntese dos objetivos a partir dos dados

Categoria de Análise	Principais Resultados da Pesquisa
Princípios do endomarketing na construção e fortalecimento da cultura organizacional	- Centralização das informações via intranet, reforçando a transparência; - Comunicação direta com a liderança e uso de canais internos (e-mail, WhatsApp, Teams, intranet); - Coleta de feedbacks por meio de pesquisa de clima, RH e liderança; - Práticas cotidianas que reforçam o lema cultural <i>“um time, uma missão”</i>.
Aplicações da IA no endomarketing, como promotora do desenvolvimento de pessoas e do negócio	- Uso de chatbots para dúvidas genéricas, com ressalvas quanto à substituição do contato humano; - Automatização de dashboards, <i>follow-ups</i> e propostas comerciais;

Categoria de Análise	Principais Resultados da Pesquisa
	- Apoio ao desenvolvimento pessoal por meio de trilhas de aprendizagem, onboarding e revisões de textos inclusivos; - Apoio ao recrutamento e seleção (ex.: Recrute AI); - Monitoramento de diversidade e saúde mental (análise de sentimentos em pesquisas).
Contributos da IA na gestão da informação e na tomada de decisões	- Produção de textos mais claros, assertivos e alinhados à cultura; - Diagnósticos organizacionais mais rápidos e baseados em dados; - Geração de <i>insights</i> a partir de pesquisas de clima e saúde mental processadas por IA; - Melhoria na análise de dados internos e externos, com relatórios mais eficientes.
Vantagens da integração IA + Endomarketing	- Clareza e objetividade na comunicação; - Agilidade na análise de dados e relatórios; - Personalização de treinamentos e acompanhamento de desenvolvimento; - Centralização de informações e processos.
Desafios da integração IA + Endomarketing	- Risco de enfraquecimento da cultura organizacional;

Categoria de Análise	Principais Resultados da Pesquisa
	- Desconfiança em comunicações automatizadas; - Restrições financeiras e de tempo para implementação em larga escala.
Recomendações para o uso eficaz da IA no endomarketing	- Direcionar a IA para tarefas repetitivas; - Garantir alinhamento das comunicações automatizadas com os valores da empresa; - Investir em infraestrutura tecnológica e capacitação; - Ampliar o uso em processos de <i>onboarding</i>; - Planejar a integração da IA de forma gradual e sustentável.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Por fim, destaca-se a importância de implementar sistemas de automação em processos de comunicação e gestão de dados, como a elaboração de relatórios, dashboards e materiais internos. Essa ação reduz a sobrecarga de tarefas manuais, libera tempo estratégico das equipes e garante maior precisão das informações. O impacto está justamente na agilidade da tomada de decisões e a consolidação de uma cultura organizacional mais orientada por dados, inovação e eficiência.

Contudo, a adoção dessas propostas cria um ambiente no qual a inteligência artificial não substitui, mas potencializa o endomarketing, estabelecendo um ciclo virtuoso: colaboradores mais bem informados, engajados e valorizados fortalecem a cultura organizacional, que, por sua vez, promove melhor resultado para o negócio.

Referências

BRUM, A. de M. *Endomarketing estratégico*: como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores. São Paulo: Integrare, 2017.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*: o novo papel dos Recursos Humanos nas Organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. PDF. Disponível em: biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2347/1/Idalberto-Chiavenato-Gestao-de-Pessoas-o-Novo-Papel.pdf. Acesso em: 30 de julho de 2025.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. *Marketing 6.0*: estratégias para a era da inteligência artificial. Rio de Janeiro: Sextante, 2024.

MANZINI, E J. *Entrevista semiestruturada*: análise de objetivos e de roteiros. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, Bauru, v. 2, p. 10, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2025.

AÇÕES AFIRMATIVAS INDÍGENAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024: ARMADILHAS E URGÊNCIAS NO LUGAR DE FALA

Adriano Alves da Silva
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Bruna Alves da Luz

Introdução

As políticas afirmativas nos pleitos eleitorais no Brasil têm como objetivo promover a inclusão e a representatividade de grupos historicamente marginalizados, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que tenham maior participação nas decisões políticas do país. Essas políticas, respaldadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), incluem cotas para mulheres, pessoas negras e, mais recentemente, a ampliação de ações afirmativas voltadas para povos indígenas. Desta forma, o TSE - por meio da Resolução nº 23.729 de 2024, que altera a Resolução nº 23.609 de 2019 - determinou que partidos e federações partidárias com candidaturas indígenas registradas terão direito à distribuição proporcional de recursos financeiros do Fundo Partidário e do Fundo Especial de

Financiamento de Campanha (FEFC), além de tempo gratuito de rádio e televisão. A decisão foi baseada no princípio da igualdade, estendendo às candidaturas indígenas o mesmo tratamento já aplicado a candidaturas femininas e negras. Essa distribuição será proporcional ao número de candidaturas indígenas formalizadas por partidos, seguindo as regras de autodeclaração. A medida visa corrigir desigualdades históricas e aumentar a representatividade dos povos indígenas no cenário político brasileiro.

Há de se reconhecer, que essas ações representam um avanço crucial na busca por equidade e reconhecimento das diversas etnias e culturas que compõem a multiethnicidade brasileira, promovendo assim, uma democracia mais inclusiva e representativa, no entanto, outras complexidades se mostram como obstáculos, e até mesmo armadilhas para a efetiva concretização desta representatividade.

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE com apoio da Funai, revelou que a população indígena no Brasil chegou a 1.693.535 pessoas, representando 0,83% do total de habitantes. Esse número representa um crescimento de 88,82% em relação ao Censo de 2010, quando foram contados 896.917 indígenas. O aumento significativo é atribuído, em grande parte, ao aperfeiçoamento metodológico pela qual os dados foram obtidos, incluindo a ampliação da pergunta "você se considera indígena?" para além das terras indígenas. O que corresponde a um recorte de 467.194 indígenas do total. Por mais que possamos reconhecer que se trata de um número significativo, e verdadeiramente o é, quando consideramos a representatividade destes povos no campo político, constata-se que é ínfimo.

O que nos intriga, e é alvo deste estudo, são os desafios e complexidades que se colocam entre os povos ameríndios do Brasil e os seus respectivos espaços de representação política. Por meio de uma metodologia de base exploratória, são investigadas as narrativas e discursos que fundam as bases políticas brasileiras que

historicamente silenciam o lugar de fala destes povos nas instâncias de poder. Busca-se ainda, enaltecer o lugar de fala dos próprios indígenas neste processo.

Excetuando-se esta introdução, este trabalho é subdividido em quatro eixos que se retroalimentam, sendo o primeiro dedicado a trazer o perspectivismo ameríndio em detrimento de uma leitura antropocêntrica de mundo; um segundo momento visa elucidar os artifícios de uma legitimação da falsa representatividade dos povos indígenas; um terceiro eixo trata dos obstáculos ideológicos, que se acirraram nos últimos 5 anos pela polarização política de direita/esquerda no país, e um quarto momento que traz evidências de boas práticas em busca da representatividade dos povos indígenas do Tocantins, para só então, tecer as considerações finais pertinentes ao que fora exposto. Busca-se sobretudo, não fundar verdades incontestes, mas problematizar narrativas dominantes e, quem sabe, provocar novas indagações.

O perspectivismo ameríndio e o antropocentrismo

O perspectivismo ameríndio, conceito central na obra Viveiros de Castro (2015), redefine a relação entre os humanos e o mundo natural a partir de uma cosmovisão indígena. Essa perspectiva enfatiza que diferentes seres — humanos, animais, espíritos — compartilham uma mesma essência espiritual ou subjetividade, mas percebem o mundo de maneiras distintas, com base em suas corporalidades. No entanto, o que difere entre eles não é a interioridade (a alma ou espírito), mas a corporeidade, que define como cada ser vê o mundo. Para os ameríndios, os animais, como jaguares e onças, se veem como humanos, agindo de acordo com suas próprias práticas culturais, como caçar ou comer. Desse modo, não há uma única visão "objetiva" do mundo, mas uma multiplicidade de mundos, cada um percebido de maneira diferente por cada ser (Viveiros de Castro, 2015).

Bruno Latour (2013), em sua obra *Jamais fomos modernos*, oferece uma crítica à separação cartesiana entre natureza e sociedade, característica do pensamento moderno ocidental. Ele argumenta que essa distinção é uma ilusão, pois, de fato, os humanos sempre estiveram imersos em redes de relações com não-humanos — animais, objetos, tecnologias — que também participam da construção da realidade. Sua Teoria Ator-Rede (ANT) propõe que todos os elementos do mundo, sejam eles humanos ou não, devem ser considerados "atores" capazes de influenciar as redes de interação e de construir a realidade (Latour, 2013). Assim, Latour desafia a visão antropocêntrica e modernista, sugerindo que a agência não é exclusiva dos humanos, mas compartilhada entre todos os entes que compõem o mundo.

Ao entrelaçar o perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro com a Teoria Ator-Rede de Latour, percebe-se que ambos criticam a noção de uma hierarquia antropocêntrica, onde os humanos são tidos como os únicos agentes capazes de transformar o mundo. O perspectivismo indígena a partir do pensamento de Viveiros de Castro afirma que diferentes seres percebem o mundo a partir de seus próprios corpos, enquanto Latour amplia essa ideia ao incluir também os objetos e os não-humanos como parte ativa nas redes de construção da realidade. Dessa forma, ambos os autores propõem uma visão relacional e integrada do mundo, que desafia a dicotomia entre natureza e cultura e reconhece a multiplicidade de agentes e perspectivas.

Essa reflexão torna-se ainda mais complexa ao se problematizar o olhar não indígena para a natureza e para os povos indígenas. A cosmologia indígena não separa o ser humano da natureza; ao contrário, vê todos os seres como interligados em uma rede de relações. No entanto, o pensamento ocidental moderno tende a reduzir essa cosmologia a meras crenças exóticas, ignorando a profundidade e a legitimidade dessas visões. O olhar antropocêntrico, que coloca o homem no centro de todas as

decisões e processos, perpetua uma visão fragmentada do mundo, que desconsidera a agência e o protagonismo dos não-humanos, bem como a relação intrínseca que os povos indígenas mantêm com seus territórios (Latour, 2013).

Esse olhar reducionista é criticado por Davi Kopenawa, em sua obra "A queda do céu" (Kopenawa; Albert, 2015), onde ele denuncia o impacto devastador do progresso e do consumo desenfreados do homem não indígena sobre a natureza. Para Kopenawa, os brancos — aqueles que ele chama de "xawara" — destroem a floresta e as relações que os povos indígenas mantêm com ela, em nome de um progresso que não respeita o equilíbrio natural. O pensamento ocidental, fundamentado na ideia de que o homem pode consumir e explorar os recursos naturais sem limites, ignora a interdependência entre todos os seres e o impacto irreversível de suas ações sobre o planeta.

Não maltratem as árvores só para comer seus frutos. Não estraguem a floresta à toa. Se for destruída, nenhuma outra virá tomar seu lugar! Sua riqueza irá embora para sempre e vocês não poderão mais viver nela! Já os grandes homens dos brancos pensam diferente: A floresta está aqui sem razão, então podemos estragá-la o quanto quisermos! Ela pertence ao governo!. Contudo, não foram eles que a plantaram e, se a deixarmos nas mãos deles, farão apenas coisas ruins. Vão derrubar suas árvores grandes e vendê-las nas cidades. Vão queimar as que sobram e sujarão todas as águas. A terra logo ficará nua e ardente. Seu valor de fertilidade irá deixá-la para sempre. Não crescerá mais nada nela e os animais que vinham se alimentar dos frutos de suas árvores também irão embora. (Kopenawa; Albert, 2015, p. 469).

A crítica de Kopenawa (2015) ao antropocentrismo é clara: ao tratar a natureza como um recurso a ser explorado, o homem não indígena desconsidera que essa mesma natureza é viva, interligada e essencial para a manutenção da vida. Para os povos indígenas, a terra e os seres que nela habitam não são objetos inanimados, mas

entes com os quais se mantém uma relação de respeito e reciprocidade. O "progresso" ocidental, ao desconsiderar essa relação, coloca em risco a própria existência humana, pois destrói as bases que sustentam a vida no planeta.

No contexto político, essas diferenças tornam-se ainda mais evidentes quando observamos os desafios que os povos indígenas enfrentam para serem compreendidos e devidamente representados. A política tradicional, especialmente em sociedades de base produtiva, trata a natureza como um objeto de usufruto — uma visão diametralmente oposta à cosmologia indígena. Esse desencontro de visões perpetua o silenciamento das vozes indígenas, que não apenas buscam representação, mas também defendem uma relação de reciprocidade e respeito com o meio ambiente.

Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2015), ressalta essa incompreensão ao criticar o conceito de progresso ocidental, que ele vê como destruidor das florestas e dos modos de vida indígenas. A exploração desenfreada da natureza pelos "brancos" desconsidera a interdependência entre todos os seres, característica central das cosmologias indígenas. Para ele, essa visão consumista e predatória coloca em risco a sobrevivência dos povos indígenas, suas culturas e, por fim, o próprio planeta.

A dificuldade dos povos ameríndios em serem compreendidos nas esferas políticas é resultado direto desse embate de cosmovisões. Enquanto os povos indígenas veem a política como uma extensão de sua relação com a natureza, as sociedades ocidentais frequentemente operam sob uma lógica que separa o ser humano da natureza, priorizando a produção e o consumo. Essa lógica reflete-se nas decisões políticas, que muitas vezes ignoram ou minam as demandas indígenas por direitos territoriais, proteção ambiental e representatividade.

A falsa representatividade dos povos indígenas

O uso da imagem do indígena como um símbolo exótico e representativo, muitas vezes, esconde uma realidade tenaz de silenciamento e exploração. Nas instâncias políticas, essa representação superficial do indígena — frequentemente associada a adornos como cocares e outros elementos estigmatizados — serve para manter uma falsa sensação de inclusão. Ao trazer essa imagem para o centro de políticas afirmativas, o indígena é, muitas vezes, instrumentalizado por partidos e campanhas que, na prática, não respeitam, muito menos defendem seus princípios e valores.

A partir dessa perspectiva, a legitimação de uma falsa representatividade ocorre quando indígenas são incorporados em chapas e partidos políticos apenas para cumprir cotas, sem um real compromisso com as pautas que defendem ou uma compreensão profunda de sua cosmologia e relação com a natureza e o território. Como Bessa Freire (2009) discute, a imagem genérica do "índio" frequentemente apaga a diversidade cultural e as especificidades dos diferentes povos indígenas, reduzindo-os a um papel decorativo na sociedade (Freire 2009).

Na obra "Retrato do Colonizado" (1957), Albert Memmi explica como o colonizado é transformado em um objeto de exotificação, utilizado pelo colonizador para reafirmar a própria superioridade e controle. No caso dos indígenas, isso se manifesta no uso de sua imagem para justificar uma representatividade falsa, que não reflete seus interesses reais, mas sim os de uma elite política que os instrumentaliza para fins eleitorais (Memmi, 1957).

Ademais, a inclusão simbólica dos indígenas em chapas políticas muitas vezes desconsidera a luta histórica desses povos por autodeterminação e autonomia sobre seus territórios e modos de vida. Isso se reflete no uso oportunista de políticas afirmativas, como as cotas, que, em vez de promoverem uma inclusão efetiva, servem apenas para cumprir uma exigência legal, sem qualquer mudança estrutural que beneficie esses povos. Como discutido por Demarchi

e Morais (2015), o "índio genérico" e a perpetuação de estereótipos sobre os povos indígenas contribuem para o apagamento de suas vozes e de suas reais demandas nas esferas políticas (Demarchi; Morais, 2015).

No contexto das eleições municipais de 2024, conforme discutido por Pataxó, De Paula e Verdum (2023), a participação indígena nas candidaturas políticas tem aumentado, porém, muitas vezes de forma superficial. Os autores ressaltam que, embora haja um número crescente de mandatos indígenas, essas candidaturas enfrentam a fragmentação partidária e a falta de suporte efetivo dos partidos, resultando em uma representação que não necessariamente reflete os interesses das comunidades indígenas (Pataxó; De Paula; Verdum, 2023).

Cardoso (2024), mais conhecida como Neidinha Suruí, é candidata ao cargo de vereadora na cidade de Porto Velho, em Rondônia. Com reconhecido ativismo indigenista, Neidinha Suruí assevera que não basta apenas votar em um candidato(a) indígena, é preciso, sobretudo, estar ciente das pautas que este candidato(a) está alinhado(a). Em sua fala para o canal "Unir Indígena" no YouTube, realizada no dia 31 de agosto de 2024, ela assevera que é importante que quando a pessoa for votar, quando os parentes forem votar eles entendam uma outra coisa que para mim está muito claro, é que possam entender que há partidos de extrema direita, de direita e partidos que são contra o Marco temporal. Partidos que votam leis contra os direitos indígenas, leis contra o meio ambiente. Mesmo que o parente esteja nesse partido tem que se refletir porque na hora que você o elege - desculpa não tem essa de que, ah, porque eu vou fazer o que eu quero - Isso não acontece! Você tem o voto de bancada, e é o partido que determina. Então a primeira coisa na hora de votar é dar uma olhada o que fez o seu candidato, em que partido ele está, porque se ele tá num partido que é contra os direitos dos povos indígenas você não deveria nem aceitar que entrasse lá. Porque você sabe que o cara vai votar contra os seus

direitos. Porque ele já tá votando a favor do Marco temporal e o Marco temporal é para tirar os direitos dos povos indígenas isso é muito claro e isso é a maior luta do movimento que é garantir território, que é garantir demarcação de terra, garantir qualidade de vida. (Cardoso, 2024. 3min8s)

Na fala de Neidinha é possível aferir algo muito sério e digno de reflexão. Segundo ela, o fato do candidato(a) ser autodeclarado(a) indígena não significa refletir uma representação coerente com as pautas que estes povos defendem. Em muitos casos, a participação indígena em cargos políticos serve mais para dar uma falsa sensação que as causas defendidas por estes povos estão sendo atendidas. São cooptados e usados para legitimar discursos contra os seus próprios interesses. Ela coloca que o pleito de 2024 dispõe vagas para o cargo de vereadores(as) e prefeitos(as), mas isso, não garante representação legislativa, uma vez que o cargo de vereador está subordinado hierarquicamente a um rígido conjunto de normativas que limitam em muito sua autonomia política. As promessas de campanha conflitam com a própria autonomia e poder para colocá-las em prática. Participam de um jogo em que o voto deles é vencido por uma maioria.

No contexto das ações afirmativas e da falsa representatividade, Viveiros de Castro (2017), expõe uma cooptação dos povos indígenas que são coagidos a se adaptarem a um sistema político que desconsidera suas cosmologias e a conexão profunda com a terra (Viveiros de Castro, 2017). Essa cooptação política ocorre quando os indígenas são convidados a participar de um sistema que, no fundo, continua operando de forma antropocêntrica, ou seja, colocando o ser humano e, mais especificamente, a cultura ocidental necrocapitalista, como modelo da organização social e política.

Da mesma forma, Vera Candau (2008), destaca a necessidade de uma abordagem intercultural nas relações sociais e educacionais, que vá além da mera inclusão formal e busque realmente valorizar os saberes e as práticas culturais dos povos marginalizados. Candau

ressalta que a interculturalidade deve ser crítica e decolonial, desafiando as hierarquias impostas pelo colonialismo e pelo pensamento eurocêntrico (Candau, 2008). A visão de Candau complementa a de Viveiros de Castro, ao afirmar que a verdadeira representatividade indígena deve ser construída a partir do reconhecimento genuíno de suas epistemologias e cosmologias, o que exige uma ruptura com a lógica antropocêntrica e colonialista.

A convergência entre os pensamentos de Eduardo Viveiros de Castro e Vera Candau encontra uma ressonância profunda na “ecologia de saberes” proposta por Boaventura de Sousa Santos. Para Santos (2010), a ecologia de saberes propõe uma valorização equitativa das múltiplas formas de conhecimento, rompendo com a hierarquia epistemológica imposta pela modernidade ocidental e colonialista. Tal perspectiva rejeita a monocultura do saber científico ocidental como única forma válida de conhecimento, defendendo que os saberes indígenas, com sua relação intrínseca com a terra e o ambiente, devem ser igualmente reconhecidos e valorizados. Nesse sentido, tanto Viveiros de Castro quanto Candau sugerem que a verdadeira representatividade e inclusão dos povos indígenas só pode ocorrer a partir do reconhecimento e da incorporação genuína de suas cosmologias e epistemologias nos sistemas políticos e educacionais, desafiando a estrutura antropocêntrica e eurocêntrica que historicamente tem silenciado essas vozes. Assim, a ecologia de saberes de Sousa Santos complementa essas abordagens ao enfatizar a necessidade de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, sem que uma seja imposta como superior à outra, promovendo uma interculturalidade crítica e decolonial.

As dificuldades não param por aí, pois para ser eleito é preciso ter votos, e se para um não indígena já é difícil, o que dizer destes que sempre foram estigmatizados. Uma das razões se deve ao fato de que, deste total de indivíduos que se autodeclaram indígenas, recorta-se o critério etário, e, segundo o próprio IBGE, “o maior peso percentual de indígenas concentra-se na faixa de idade

entre zero e 14 anos (29,95%). Em Terras Indígenas, essa faixa de idade chega a 40,54%" (IBGE, 2024). Portanto, nem eleitores, nem candidatos.

Um outro fator é o coeficiente de votos que é exigido para pleitear um cargo. Se considerarmos o número de eleitores de um determinado candidato indígena em sua própria comunidade, é muito difícil alcançar tal coeficiente, o que exigiria deste candidato, um esforço hercúleo para prospectar votos de não indígenas fora de sua comunidade, o que na prática é muito difícil de acontecer. Visto que, no período eleitoral, os candidatos não indígenas também passam a assediar as comunidades com suas promessas falaciosas. Assevera-se ainda, que no Brasil, o voto é obrigatório apenas para cidadãos alfabetizados com idades entre 18 e 70 anos, conforme o artigo 14 da Constituição Federal de 1988. No entanto, para certos grupos, o voto é facultativo. Entre esses grupos, estão os indígenas que vivem em comunidades isoladas e mantêm seus costumes e tradições. De acordo com o artigo 14 da Constituição Federal de 1988, o voto é facultativo para eleitores com idade entre 16 e 18 anos, para os maiores de 70 anos e para os indígenas que vivem em comunidades tradicionais (Brasil, 1988). O Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4.737/1965) complementa a Constituição ao abordar a questão do voto facultativo para indígenas que vivem em comunidades isoladas e mantêm seus costumes. Conforme o artigo 6º do Código Eleitoral, "o alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo para os analfabetos e para os que, nos termos da lei, vivem permanentemente em comunidades indígenas isoladas" (Brasil, 1965).

Quando nos atemos ao recorte linguístico, subtrai-se outra parcela de eleitores indígenas. A imposição da língua portuguesa sobre as comunidades indígenas no Brasil é parte de um processo de colonização contínuo, onde o Estado promove uma desindianização, conforme argumenta Eduardo Viveiros de Castro. Esse processo visa integrar os povos originários à cidadania

brasileira, condicionando seu reconhecimento como cidadãos à adoção de valores e práticas ocidentais, especialmente o idioma português. Dessa forma, o uso das línguas maternas é desestimulado, o que enfraquece a resistência cultural e política das comunidades indígenas (Viveiros de Castro, 2022).

Essa política de imposição linguística resulta na erosão das línguas indígenas e, conseqüentemente, na perda de direitos culturais e de autodeterminação. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, existem 274 línguas indígenas faladas no Brasil, um indicativo da diversidade linguística e da resistência dessas comunidades à assimilação forçada. No entanto, essa diversidade está ameaçada pela falta de políticas públicas eficazes de proteção e valorização das línguas maternas (IBGE, 2022).

Além disso, a exclusão educacional dos povos indígenas, evidenciada pelos altos índices de analfabetismo, agrava sua falta de representação política. Segundo o IBGE (2022), a taxa de analfabetismo entre a população indígena é de 23,3%, significativamente acima da média nacional, o que limita sua participação no processo eleitoral. O voto facultativo para analfabetos contribui para a marginalização política dessas comunidades, pois a barreira linguística e educacional dificulta a compreensão das propostas políticas e a articulação de demandas próprias.

A imposição do português brasileiro, assim, não se trata apenas de uma questão linguística, mas também de uma ferramenta de controle social e político, que condiciona o acesso à cidadania à renúncia da identidade cultural indígena (Viveiros de Castro, 2022). A resistência das comunidades à adoção do português representa uma luta por reconhecimento e manutenção de seus direitos.

Os povos indígenas e a polarização política

Nos últimos cinco anos, a polarização política no Brasil tornou-se um dos principais obstáculos ideológicos ao progresso social, exacerbando a fragmentação em torno de temas centrais como direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a inclusão de povos historicamente marginalizados, como os indígenas. Essa polarização, impulsionada por forças políticas de extrema direita e esquerda, gerou um ambiente hostil ao diálogo democrático, onde visões opostas competem de forma cada vez mais radical, resultando em um silenciamento mais acentuado das vozes dissidentes e minoritárias.

Os obstáculos ideológicos remetem à história violenta de silenciamento dos povos indígenas, que enfrentam há séculos um processo contínuo de apagamento cultural e expropriação territorial. A partir da colonização, os indígenas brasileiros foram subjugados por um modelo de exploração que visava a extinção de suas culturas e modos de vida. Como destaca Darcy Ribeiro (1995), o projeto colonial brasileiro se estruturou sobre o genocídio e a negação da diversidade indígena, transformando-os em "espectros" dentro de seu próprio território. Eduardo Viveiros de Castro (2022), em seu texto "Os Involuntários da Pátria", salienta o caráter genocida do Estado brasileiro ao lidar com os povos indígenas, destacando que o governo sempre apostou em seu desaparecimento, promovendo o genocídio de maneira ativa ou passiva, para ele

O Estado brasileiro e seus ideólogos sempre apostaram que os índios iriam desaparecer, e quanto mais rapidamente melhor; fizeram o possível e o impossível, o inominável e o abominável para tanto. Não que fosse preciso sempre exterminá-los fisicamente para isso — como sabemos, porém, o recurso ao genocídio continua amplamente em vigor no Brasil —, mas era sim preciso de qualquer jeito desindianizá-los, transformá-los em 'trabalhadores nacionais' (Viveiros de Castro, 2022. p. 33).

Essa abordagem genocida é multifacetada. Em vez de um genocídio exclusivamente físico, há um esforço deliberado em desconectar os indígenas de suas terras e de seus modos de vida, o que representa uma violência estrutural e cultural que é velada e nem sempre perceptível. A desindianização envolve não apenas a apropriação dos territórios indígenas, mas também a imposição de valores coloniais e capitalistas, que visam transformar os indígenas em sujeitos produtivos no modelo econômico hegemônico, negando-lhes a autonomia e a relação orgânica que têm com a terra.

A perpetuação desse genocídio, como observa Viveiros de Castro (2022), ainda está em vigor no Brasil, manifestando-se através de políticas públicas que favorecem o agronegócio e grandes empreendimentos, muitas vezes com apoio do próprio Estado. Ao destacar que "o recurso ao genocídio continua amplamente em vigor", o autor denuncia a convivência do aparato estatal com as elites econômicas, que, ao buscar o controle das terras indígenas, continuam a suprimir a existência dos povos originários como seres autônomos e autóctones.

Esse processo de apagamento é intensificado pela ideologia que associa o progresso econômico à exploração dos territórios indígenas, relegando os indígenas a um papel subalterno na sociedade. Assim, Viveiros de Castro (2022), critica essa visão de modernização que transforma os indígenas em "pobres", forçando-os a uma integração forçada e desumanizadora no capitalismo, rompendo sua conexão histórica e cultural com a terra.

Portanto, a citação sublinha que o genocídio não é apenas uma ação violenta direta, mas também uma estratégia política de longo prazo que visa a aniquilação cultural e a assimilação forçada dos indígenas ao modelo econômico dominante. Esse tipo de violência continua a reverberar na sociedade contemporânea, principalmente com o recrudescimento das políticas anti-indígenas nos últimos anos, evidenciando um profundo desrespeito pelos direitos e modos de vida dos povos originários.

Nos últimos anos, essa violência histórica ganhou novos contornos com a crescente influência de setores conservadores e ruralistas no cenário político, que promovem a exploração das terras indígenas em nome do agronegócio e da mineração. O discurso oficial de parte da direita política retrata os indígenas como obstáculos ao desenvolvimento econômico, particularmente no que diz respeito à exploração de recursos naturais. Em contraposição, setores de esquerda e movimentos sociais têm buscado resgatar e reafirmar os direitos desses povos, pressionando por políticas públicas que garantam a demarcação de terras e a proteção de suas culturas e tradições.

Rodrigo Silveira Raimundo (2023) analisa em sua dissertação que a negligência estatal e a ausência de políticas efetivas para os povos indígenas resultaram em catástrofes como o genocídio dos povos Yanomami. A invasão de suas terras por garimpeiros ilegais, muitas vezes com a conivência ou omissão do Estado, evidencia a relação direta entre a polarização política e o aprofundamento dos ataques aos direitos indígenas. O caso Yanomami é emblemático dessa polarização, onde interesses econômicos têm prevalecido sobre os direitos humanos e a preservação ambiental.

A polarização política acirrada dos últimos anos também gerou impactos na forma como os direitos indígenas são representados no debate público. Manuela Carneiro da Cunha (2019) enfatiza que a memória e a identidade dos povos indígenas são constantemente desafiadas por narrativas de apagamento, que buscam obscurecer sua relevância para a formação da nação brasileira. A recente adoção do "Marco Temporal", defendido por setores da direita, é um exemplo de como o arcabouço jurídico também tem sido utilizado como uma ferramenta para restringir os direitos desses povos, ao limitar o reconhecimento de suas terras às que estavam sob sua posse no momento da promulgação da Constituição de 1988.

A truculência policial em terras indígenas no Brasil é um reflexo direto da perpetuação de uma violência estrutural histórica, que remonta aos tempos da colonização e que continua a ser empregada como ferramenta de repressão e controle social. Segundo Cunha (2019), os povos indígenas, ao longo da história, sempre foram alvo de políticas de expropriação territorial e apagamento cultural, frequentemente com o uso de forças de segurança do Estado para suprimir resistências locais. Operações policiais em terras indígenas, destinadas a despejar comunidades ou reprimir manifestações, têm sido justificadas sob a alegação de manutenção da ordem pública e proteção de interesses econômicos, como o agronegócio, a mineração, e pasmem, o garimpo, são setores fortemente vinculados às elites políticas e econômicas (Candau, 2008; Viveiros de Castro, 2017).

No entanto, a execução dessas operações é frequentemente marcada pelo uso excessivo de força, resultando em violações sistemáticas de direitos humanos. A convivência estatal, que muitas vezes facilita invasões ilegais de terras indígenas por garimpeiros, é agravada pela atuação violenta das forças policiais, que atuam mais em favor da proteção de grandes interesses econômicos do que da defesa dos direitos constitucionais dos povos originários (Raimundo, 2023). O caso dos Yanomami, por exemplo, é emblemático dessa relação. A invasão de suas terras por garimpeiros ilegais, apoiada por setores do governo e negligenciada por forças de segurança, culminou em um processo de genocídio silencioso, que escancarou a falha das políticas públicas de proteção territorial e a brutalidade das operações de repressão. Segundo relatório recente, a omissão e convivência das forças de segurança no contexto Yanomami refletem um padrão de violência sistêmica que permeia a atuação policial em terras indígenas no Brasil (Raimundo, 2023).

Além disso, a participação indígena na política, embora crescente, enfrenta obstáculos significativos. Silveira Raimundo (2023) aponta que, apesar do aumento do número de candidaturas

indígenas nos últimos anos, esses representantes enfrentam uma série de desafios, incluindo a discriminação sistêmica e a falta de recursos. O aumento da representação política, por mais significativo que seja, é insuficiente para reverter a histórica marginalização dos povos indígenas no Brasil, evidenciando a necessidade de reformas estruturais que garantam não apenas a presença desses povos no cenário político, mas sua efetiva participação e voz nas decisões que impactam suas vidas e territórios.

A polarização política também intensificou o conflito entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos direitos indígenas. Setores mais conservadores, alinhados com a extrema direita política, frequentemente argumentam que a proteção dos territórios indígenas impede o progresso e o crescimento econômico do país. Isso contrasta fortemente com as perspectivas de grupos progressistas e de esquerda, que veem na preservação das culturas indígenas e na proteção de seus territórios uma questão de justiça histórica e de sustentabilidade ambiental. Segundo Darcy Ribeiro (1995), a sobrevivência dos povos indígenas e a preservação de suas culturas são fundamentais para a identidade nacional brasileira, sendo impossível falar em progresso sem considerar a diversidade étnica e cultural que compõe o país.

A polarização política nos últimos cinco anos tem gerado um ambiente cada vez mais adverso para os povos indígenas, que veem seus direitos territoriais e culturais constantemente ameaçados. A crescente influência de forças políticas conservadoras no governo e no Congresso Nacional resulta em legislações que flexibilizam e favorecem a exploração das terras indígenas, enquanto movimentos sociais e ativistas indígenas lutam para manter vivos seus modos de vida e culturas - vide a tosca frase proferida por um ministro do Meio Ambiente enquanto as preocupações estavam voltadas para a pandemia da Covid-19. A fala foi proferida durante uma reunião ministerial em 22 de abril de 2020, e divulgada em maio do mesmo ano, em que ele sugere aproveitar o foco da mídia na pandemia para

afrouxar regulações ambientais. Disse ele: “Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento e simplificando normas” (Salles, 2020). Essa fala gerou grande repercussão nacional e internacional, visto que explicitou uma estratégia de desmonte das regulações ambientais e, implicitamente, das proteções aos direitos territoriais dos povos indígenas, aproveitando-se da crise sanitária para implementar mudanças sem grande resistência da opinião pública.

De modo geral, a esquerda política é vista como mais alinhada aos anseios dos povos originários, especialmente no que tange à defesa de suas terras, culturas e direitos. No entanto, essa aliança é frequentemente permeada por uma concepção de progresso que, embora diferente da visão conservadora e desenvolvimentista da direita, ainda carrega um entendimento de modernidade que se choca com as cosmologias ameríndias.

O pensamento ameríndio, conforme descrito por Eduardo Viveiros de Castro (2022), opera a partir de uma cosmopolítica que resiste tanto à ideia de progresso quanto à de Estado. Para os povos indígenas, a noção de desenvolvimento econômico ou social, como proposta pelas políticas ocidentais de esquerda e direita, não faz sentido dentro de seus próprios modos de habitar o mundo, nos quais a terra não é vista como recurso a ser explorado, mas como uma entidade viva, com a qual se mantém uma relação de interdependência.

A direita política brasileira, especialmente nos últimos anos, adotou um discurso claramente alinhado com os interesses do agronegócio, da mineração e do capital estrangeiro, vendo as terras indígenas como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Esse modelo de progresso, fundamentado na exploração massiva de recursos naturais, ignora completamente os direitos históricos dos povos indígenas e promove sua desindianização e expropriação

territorial, como argumentado por Viveiros de Castro (2022) . Para a direita, a modernidade é sinônimo de maximização do lucro, independentemente das consequências ambientais e sociais.

Por outro lado, embora a esquerda demonstre maior sensibilidade em relação às causas indígenas, seu compromisso com a modernidade progressista também é problemático para esses povos. Para setores progressistas, o desenvolvimento é concebido de forma mais inclusiva e menos predatória, mas ainda enraizado em uma lógica capitalista ou socialista que busca integrar os indígenas a uma sociedade moderna, como argumenta Viveiros de Castro: “a visão que concebe o índio como uma subespécie do ‘pobre’, objetificando-o e integrando-o a uma agenda de cidadania e desenvolvimento que não corresponde às suas cosmologias” . Nesse sentido, as políticas de inclusão da esquerda podem ser vistas como tentativas de adequar os indígenas ao modelo de cidadania ocidental, frequentemente ignorando sua autonomia e cosmologia.

O pensamento ameríndio, tal como descrito por Viveiros de Castro (2015) e Manuela Carneiro da Cunha (2019), desafia profundamente essas noções de progresso. A relação dos povos indígenas com a terra, com o tempo e com a política não é comparável à lógica iluminista que norteia tanto o neoliberalismo quanto o marxismo. Conforme Viveiros de Castro (2015), os povos ameríndios não compartilham da “mitologia do progresso” que é característica do pensamento ocidental moderno. Sua concepção de mundo é marcada por uma relacionalidade cosmológica que rejeita a ideia de um desenvolvimento linear, em direção a um futuro melhor, e, em vez disso, se ancora na manutenção de um equilíbrio com as forças naturais e espirituais do mundo.

É importante destacar que o modelo de progresso ocidental, mesmo nas suas versões mais inclusivas, é baseado na extração e no uso de recursos naturais, o que se opõe frontalmente ao modo de vida dos povos originários. Mesmo quando a esquerda propõe políticas de desenvolvimento sustentável, existe a suposição

implícita de que os povos indígenas devem se adaptar ao modelo econômico e político dominante, em vez de serem reconhecidos como detentores de uma visão de mundo igualmente válida e soberana.

Assim, embora a esquerda, de modo geral, seja mais favorável à preservação dos direitos territoriais e culturais dos indígenas, sua proposta de progresso ainda se baseia em uma ideia de modernidade que, em última instância, não dialoga com as cosmologias ameríndias. O conflito, portanto, não é apenas entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, mas entre visões radicalmente diferentes de mundos. Como Viveiros de Castro (2015, 2022), salienta, o desafio está em reconhecer que os povos indígenas oferecem uma alternativa política e ontológica que não pode ser simplesmente assimilada ou acomodada pelas estruturas do Estado-nação moderno.

A polarização política no Brasil, ao reduzir o debate sobre os povos indígenas a uma questão de inclusão ou exclusão dentro de um projeto de desenvolvimento, falha em compreender a profundidade das concepções ameríndias sobre a vida, a terra e o tempo. A verdadeira inclusão desses povos na discussão política requer o abandono de premissas coloniais sobre progresso e modernidade, em favor de uma abordagem que respeite e valorize as formas alternativas de organização social, econômica e espiritual oferecidas pelas cosmopolíticas indígenas.

Essa lógica de exploração desconsidera as cosmologias indígenas e sua relação com a terra, que, para esses povos, é uma entidade viva e sagrada. Nesse sentido, o pensamento de Ailton Krenak, em sua obra *"Futuro Ancestral"*, oferece uma crítica contundente a essa noção de progresso. Krenak argumenta que, ao seguir essa rota de destruição, estamos nos afastando de uma convivência saudável com a Terra e, ao mesmo tempo, comprometendo o futuro: "Se continuarmos assim, o futuro será apenas a reprodução do nosso colapso, sem espaço para outras

formas de vida. O futuro ancestral, ao contrário, nos convida a relembrar o que já sabemos, a viver em harmonia com tudo ao nosso redor.” (Krenak, 2022, p. 32).

Essa visão é profundamente alinhada com a crítica à modernidade capitalista feita por Eduardo Viveiros de Castro (2022), que argumenta que tanto a direita quanto a esquerda, ao buscarem integrar os povos indígenas em seus projetos de desenvolvimento, desconsideram suas cosmologias e epistemologias, tratando-os como “subespécies de pobres” ou como “obstáculos ao progresso”. Krenak vai além, sugerindo que o colapso ambiental e o genocídio cultural dos povos indígenas são manifestações de uma crise civilizacional profunda, que exige um rompimento radical com a lógica antropocêntrica e necrocapitalista.

A obra de Krenak, ao propor um futuro ancestral, desafia as premissas de desenvolvimento que guiam tanto a política conservadora quanto as políticas progressistas ocidentais. Ele defende que a humanidade precisa resgatar uma forma de estar no mundo que valorize a interdependência entre todos os seres e reconheça a terra como um sujeito, e não como um objeto de exploração. Esse pensamento oferece uma alternativa à polarização política vigente, sugerindo que o caminho para a preservação dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente não está na adaptação desses povos à modernidade, mas na valorização de suas práticas e saberes ancestrais, que colocam a vida — e não o capital — no centro das decisões políticas.

Boas práticas em busca da representatividade dos povos indígenas do Tocantins

Nos últimos anos, a presença indígena no cenário político brasileiro, particularmente no estado do Tocantins, tem avançado significativamente, em meio a um contexto de lutas por direitos e por representatividade. O Tocantins, com uma população indígena

de aproximadamente 20.023 pessoas vivendo em terras indígenas, destaca-se como o segundo estado com o maior percentual de indígenas vivendo em aldeias, correspondendo a 75,98% da população total de indígenas do estado (TRE-TO, 2023). Desse contingente, 6.084 indígenas estão regularizados como eleitores, um aumento expressivo que reflete as políticas de inclusão e os esforços de sensibilização voltados para a cidadania desses povos (Justiça Eleitoral).

No âmbito jurídico, uma decisão importante foi tomada em 2024, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou por unanimidade a implementação de cotas para indígenas em eleições. Essa decisão representa um avanço crucial para a representatividade política dos povos originários, assegurando que suas vozes sejam mais ativamente integradas nas esferas de poder, o que corrige parte da histórica marginalização que enfrentam. As cotas buscam não apenas garantir maior participação indígena, mas também derrubar barreiras estruturais e sistêmicas que limitam o acesso de lideranças indígenas a cargos eletivos (Justiça Eleitoral).

A presença dos povos indígenas em instâncias decisórias vai além de uma simples ocupação de espaços políticos. A inclusão dessas vozes contribui diretamente para a formulação de políticas públicas que preservam o meio ambiente, promovem a diversidade cultural e protegem os direitos coletivos, alinhando-se à perspectiva de uma democracia mais inclusiva e pluralista. Além disso, o impacto de suas visões sobre a natureza e a sociedade proporciona ao Brasil uma perspectiva única de preservação ambiental e de convivência sustentável com o território (Portal CNJ, 2024).

O Programa Permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas, lançado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) em 2017, foi determinante nesse processo. A iniciativa visa garantir o pleno exercício da cidadania indígena, promovendo ações regulares nas aldeias para oferecer serviços eleitorais, como alistamento, regularização e transferência de títulos eleitorais. Em

2023, o programa contabilizou mais de 13 mil atendimentos distribuídos entre cinco etnias: Apinajé, Javaé, Xerente, Karajá e Krahô (Justiça Eleitoral). Além dos serviços eleitorais, os indígenas recebem suporte jurídico, acesso a documentos civis, e atendimento de saúde, revelando o caráter multifacetado do programa, que vai além da política e abrange áreas fundamentais para o exercício pleno da cidadania (Tribuna Tocantins). É importante reconhecer que o programa é uma soma de esforços que envolvem importantes instituições que se unem para garantir a execução das ações, como por exemplo, O Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (ESMAT), o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Secretaria de Estado de Povos Originários e Tradicionais do Tocantins (Sepot), a Defensoria Pública do Tocantins, e a Secretaria Estadual da Educação (Seduc), entre outros atores.

No contexto das iniciativas voltadas para a inclusão linguística dos povos indígenas no Tocantins, o programa tem implementado uma série de ações que visam garantir a compreensão plena do processo eleitoral pelos povos originários a partir da usabilidade de suas próprias matrizes linguísticas. Uma das iniciativas mais relevantes é a distribuição de cartilhas bilíngues e a disponibilização *online* de vídeos. Essas cartilhas e vídeos, já em sua quarta edição, foram traduzidas para as línguas maternas dos povos Karajá, Xerente, Apinajé e Krahô, sendo um recurso essencial para que as comunidades indígenas possam entender com clareza as regras eleitorais, desde o ato de votar até os principais crimes eleitorais (TRE-TO, 2024). As cartilhas bilíngues fazem parte do *Programa Permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas*. O material foi produzido com a colaboração das lideranças indígenas, respeitando as sugestões de tradução e adaptação ao contexto cultural de cada etnia, reforçando a importância de preservar a identidade linguística desses povos durante o processo de inclusão eleitoral. Em 2023, foram distribuídos

8.000 exemplares dessas cartilhas, facilitando o acesso à informação eleitoral em diversas aldeias do estado.

Uma das principais metas do programa é aumentar o engajamento eleitoral dos povos indígenas, garantindo que eles possam participar ativamente das decisões que afetam suas comunidades. Uma das principais metas do programa é aumentar o engajamento eleitoral dos povos indígenas, garantindo que eles possam participar ativamente das decisões que afetam suas comunidades. Em 2020, por exemplo, 48 indígenas concorreram a cargos eletivos nas eleições municipais, um número significativo considerando as barreiras históricas que limitam o acesso dessas comunidades ao sistema político (TRE-TO, 2024)

Esse esforço contínuo tem como base não apenas a ampliação do eleitorado indígena, mas também a conscientização sobre a importância da participação política como ferramenta de preservação de direitos.

A inclusão política indígena não se resume ao simples aumento de eleitores ou candidatos. Ela promove um diálogo intercultural entre o Estado e os povos originários, reconhecendo e respeitando suas tradições e saberes. Isso reforça a ideia de que a democracia brasileira deve ser plural e inclusiva, onde todos os cidadãos, independentemente de sua origem, possam participar de maneira equitativa e decisiva. Além disso, ao permitir que os povos indígenas estejam representados nas esferas decisórias, o programa fortalece o processo democrático ao agregar a essas discussões valores fundamentais para a preservação ambiental e para a promoção da diversidade cultural.

O Programa Permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas tem se mostrado uma iniciativa inovadora e eficaz na promoção da justiça social e ambiental no Tocantins, servindo de exemplo para outros estados brasileiros. O impacto positivo do programa, tanto em termos de aumento da participação política quanto de acesso a direitos fundamentais, demonstra que a inclusão

sociopolítica indígena é essencial não apenas para garantir a cidadania plena, mas também para a construção de uma democracia mais justa e representativa.

Conclusão

As considerações finais acerca da inclusão sociopolítica dos povos indígenas no Brasil, especialmente no contexto das cotas afirmativas, revelam uma série de desafios complexos, que vão além da simples ampliação do número de representantes indígenas em instâncias políticas. Embora a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024, de aprovar cotas para candidaturas indígenas, represente um avanço histórico, é importante compreender as nuances culturais e cosmológicas que estão em jogo nesse processo. A inclusão política não pode ser analisada apenas pelo viés numérico ou institucional; ela precisa ser compreendida no contexto da resistência indígena frente a um sistema político que historicamente ignora suas cosmologias e epistemologias próprias.

O conflito cosmológico entre a modernidade ocidental e o perspectivismo ameríndio, tal como proposto por Viveiros de Castro (2015), traz à tona uma questão fundamental: a noção de progresso econômico e político, baseada em uma visão linear e acumulativa de desenvolvimento, muitas vezes entra em choque com as formas de organização social dos povos indígenas. Para esses povos, a terra não é um recurso explorável, mas uma entidade viva com a qual mantêm uma relação de interdependência e reciprocidade. Essa divergência coloca os indígenas em um lugar de constante tensão dentro do sistema político ocidental, que valoriza a maximização de lucros e a exploração dos recursos naturais, frequentemente em detrimento da vida e das culturas ameríndias.

Nesse sentido, a “ecologia de saberes” proposta por Sousa Santos (2010), oferece uma abordagem crítica que complementa as discussões sobre representatividade indígena. Santos sugere que, para superar a colonialidade e a hegemonia do pensamento

ocidental, é necessário valorizar múltiplas formas de conhecimento, rompendo com a hierarquia epistemológica que subordina as cosmologias indígenas a uma visão antropocêntrica de mundo. Essa ecologia de saberes exige um diálogo intercultural verdadeiro, no qual os saberes indígenas sejam reconhecidos como igualmente válidos e centrais nas decisões políticas e ambientais.

Ainda que os desafios sejam imensos, nem tudo são agruras, algumas iniciativas, como o “Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do TRE-TO”, têm buscado atenuar esses obstáculos. Ao facilitar o acesso dos indígenas aos processos eleitorais e garantir suporte jurídico e social, o programa representa um avanço concreto na busca por equidade e justiça para essas comunidades. Entretanto, é importante reconhecer que a inclusão sociopolítica não se resume ao aumento de eleitores e candidatos indígenas. Para que a representatividade seja efetiva, é necessário que suas vozes e cosmologias sejam integradas nas decisões políticas, o que exige uma mudança profunda no entendimento do que significa progresso e desenvolvimento.

Por fim, a questão central que deve nortear os debates futuros é a seguinte: como promover uma representatividade indígena que respeite e incorpore suas cosmologias, sem subjugá-las às estruturas do Estado-nação moderno? Essa indagação sugere a necessidade de um aprofundamento das políticas afirmativas, de modo que os povos indígenas possam não apenas ocupar espaços de poder, mas influenciar e transformar o próprio sistema político, trazendo para o centro do debate suas práticas, saberes e formas de organização que desafiam a lógica ocidental moderna

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. Brasília: Presidência da República, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020. Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão sobre Cotas Indígenas em Eleições, 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural na América Latina: análise de políticas e práticas. In: WALSH, Catherine (Org.). Interculturalidade, estado, sociedade: lutas (de)coloniais de nossa época. São Paulo: Cortez, 2008. p. 27-50.

CARDOSO, Ivaneide Bandeira. Canal Unir Indígena. Roda de conversa - Povos Indígenas e Eleições Municipais. YouTube, 31 de Agosto de 2024. Duração: 57min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/D98dkb9KZK4?si=vjyP7oitLEb1Gnq>. Acesso em: 05 set. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Políticas culturais e povos indígenas: memória e identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DEMARCHI, A.; MORAIS, O. Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios. Tocantinópolis: UFT, 2015.

FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Resultados sobre as línguas indígenas. Disponível em: www.ibge.gov.br
. Acesso em: 12 set. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOURETTE, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

MEMMI, A. Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1957.

PORTAL CNJ. TRE-TO leva projeto de inclusão sociopolítica dos povos indígenas a mais três aldeias. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>
. Acesso em: 19 set. 2024.

RAIMUNDO, Rodrigo Silveira. Análise político administrativa social das participações indígenas na última década das eleições brasileiras. Maricá/RJ: FLACSO/FPA, 2023.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS. Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, 2023. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados eleitorais e candidaturas indígenas no Tocantins. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

TRIBUNA TOCANTINS. Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do TRE-TO. 2023. Disponível em: <https://tribunato.com>. Acesso em: 19 set. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

____. Involuntários da pátria. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

OPERAÇÃO CANGUÇU: REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO WEBJORNALISMO DO G1 TOCANTINS

Alice Agnes Spindola Mota
Mateus Soares dos Santos Lima
Cláudia Pereira Orquiza
Landri Alves Carvalho Neto

Introdução

A mídia desempenha papel fundamental na reprodução das relações de poder, na formação da opinião pública e na construção de narrativas sociais. Em um cenário tecnológico crescente, a atuação midiática tem sua centralidade social ampliada pela presença contínua em múltiplos espaços digitais e telas. O webjornalismo, ao superar as dinâmicas limitadas que outrora eram comuns às programações de rádio ou televisão, configura-se como uma forte influência na construção dos significados e percepções da população sobre questões importantes como segurança pública, criminalidade e políticas de estado para a manutenção da ordem.

O enquadramento dado pela mídia a notícias que abordam a violência policial tem importância significativa na sensibilização pública sobre o tema. A forma como os incidentes são narrados, a escolha das palavras utilizadas, a seleção das fontes e de imagens,

são alguns dos diversos fatores que podem influenciar as significações dos consumidores de informações noticiosas. Isso se torna ainda mais relevante em contextos sobre a atuação de forças da segurança pública, como no caso da Operação Canguçu, considerada a maior ação integrada da história da polícia militar no estado do Tocantins (Santos, 2023).

A Operação Canguçu ocorreu entre os dias 10 de abril e 17 de maio de 2023 e envolveu mais de 300 oficiais das polícias militares dos estados do Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Pará e Mato Grosso em uma busca por fugitivos após uma tentativa de assalto fracassada no município de Confresa-MT, no dia 09 de abril. Durante os dias da perseguição policial, o G1 Tocantins realizou uma extensa cobertura dos eventos da procura pelo grupo de fugitivos acusados do crime de "domínio de cidades". Neste interstício, o veículo produziu um total de 48 notícias sobre o assunto, além de veicular diversas outras nos telejornais pertencentes ao mesmo grupo de comunicação.

Esta pesquisa tem como principal objetivo promover a reflexão sobre os enquadramentos adotados pelo G1 Tocantins na cobertura jornalística da Operação Canguçu. Além disso, busca investigar a abordagem na cobertura webjornalística sobre ações ligadas à segurança pública, e discutir as implicações éticas e sociais envolvidas, tendo como embasamento os resultados obtidos. O trabalho também busca contribuir para o debate sobre o papel do jornalismo na divulgação de operações policiais e na representação da violência em contextos de segurança pública.

Espera-se que esta pesquisa estimule um debate crítico sobre o tema, proporcionando conscientização sobre as complexidades da relação entre jornalismo, segurança pública e ética da informação. Com os resultados e conclusões aqui apresentados, o estudo pretende contribuir com as discussões sobre os impactos dos enquadramentos dados à violência policial nas notícias do webjornalismo.

Webjornalismo, enquadramento e cobertura policial

A transformação digital trouxe uma revolução sem precedentes para a comunicação, transformando os fluxos de continuidade e alterando de forma radical as fronteiras visíveis do texto, oferecendo ao leitor a possibilidade de "embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica" (Chartier, 1998, p.12). O ambiente digital transformou o jornalismo em diversas de suas dinâmicas e abordagens. A possibilidade de interatividade direta com o público, a rápida distribuição de conteúdos, a diminuição de custos de produção e a ampliação do alcance, são algumas das transformações que pavimentaram os caminhos para o webjornalismo, que se consolidou como um dos principais formatos para a circulação de notícias.

Desde as suas origens o webjornalismo teve diferentes dinâmicas e características, razões pelas quais pesquisadores da comunicação sistematizam seus processos em formatos em fases históricas. Pavlik (2001) e Mielniczkuc (2003) destacam a evolução do webjornalismo ao longo do tempo, desde a simples transposição do conteúdo impresso para a web até a incorporação de recursos interativos e a produção de conteúdos específicos para essa plataforma. Suzana Barbosa (2008) por sua vez fala em um webjornalismo, ou ciberjornalismo de quarta geração, caracterizado pela convergência, consolidação da importância das bases de dados para a atividade, equipes especializadas, narrativas multimidiáticas e ampliação das demandas relacionadas às plataformas móveis. Em 2013 a autora propõe a reflexão sobre uma quinta geração do jornalismo nas redes digitais, conceito que tem como balizador o Jornalismo em Base de Dados e a ênfase em dispositivos móveis.

Tais categorizações evidenciam as transformações nos formatos dinâmicos do jornalismo digital, apontando uma relação com o "contexto cultural de leitura e de transformação cognitiva de apreensão de conhecimento" (Nunes, 2016, p.37). Embora haja

divergências teóricas quanto à categorização específica das fases históricas do webjornalismo, todas as abordagens convergem para uma percepção comum: as rápidas transformações no campo jornalístico impulsionadas pela web. Tal fenômeno contínuo obriga os veículos de comunicação a se adaptarem constantemente às mudanças tecnológicas e às exigências do público digital hiperconectado.

A hiperconectividade é uma característica que gera impacto direto na socialização, participação política e consumo de informação dos indivíduos na era da internet (Castells, 2013). A disseminação rápida de informações e a interatividade proporcionada pelas plataformas online tem impactos significativos nas percepções sociais coletivas da realidade. Neste sentido, a cobertura webjornalística de eventos relacionados à segurança pública desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção de narrativas sociais. A maneira como as notícias sobre a violência policial são veiculadas, as escolhas linguísticas e visuais utilizadas, bem como as fontes de informação selecionadas, podem influenciar a percepção e interpretação dos fatos pelos leitores, contribuindo para a construção de significados e impactando as relações de poder (Recuero, 2012; Silva, 2017).

O enquadramento midiático do webjornalismo em pautas sobre segurança pública e, em especial, sobre a atuação das forças policiais, têm grande relevância para a compreensão pública. Neste sentido, os estudos teóricos sobre enquadramento (*framing*) oferecem reflexões e bases teóricas relevantes para a compreensão da influência exercida pelo jornalismo e suas abordagens nas interpretações e percepções sociais da realidade.

Reflexões teóricas sobre o enquadramento midiático

Os estudos sobre o enquadramento são fontes teóricas para pesquisas na sociologia, psicologia cognitiva e comunicação. O sociólogo Erving Goffman (1986) aponta para as origens do conceito

na tradição da fenomenologia, mas o utiliza no estudo dos princípios que regem eventos sociais e o envolvimento dos indivíduos nos mesmos. Na psicologia, Daniel Kahneman (1984) e Tversky (1986) são alguns dos nomes que se dedicaram à pesquisa sobre percepções e preferências das pessoas em relação a determinados problemas. Já nos estudos da comunicação é importante destacar os relevantes trabalhos da socióloga Gaye Tuchman (1978), David Gamson e Andre Modigliani (1987), Robert Entman (1993) Dietram Scheufele (1999) e Mauro Porto (2016) dentre outros contribuidores nesta discussão teórica.

Tuchman (1978) dá ênfase à relação entre enquadramento e a construção da realidade nas notícias argumentando que as notícias são "um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea" (p.215, *tradução nossa*) e "o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e o enquadramento das notícias é parte e parcela da realidade cotidiana" (p.193, *tradução nossa*). O sociólogo David Gamson e o cientista político Andre Modigliani (1987) falam sobre o tema e sua importância na formação da opinião pública, para eles o enquadramento midiático é conceitualmente definido como "uma ideia central organizada ou uma linha histórica que fornece significado a uma sequência de desdobramento de eventos [...] o enquadramento sugere sobre o que é a controvérsia, a essência da questão" (p.143, *tradução nossa*). Entretanto, os autores enfatizam em seus estudos que os enquadramentos midiáticos são apenas parte do processo através do qual é construída a percepção individual da realidade

Ao discutir aspectos teóricos relacionados ao tema, o pesquisador de comunicação e cientista político Entman (1993) sugere uma definição mais precisa para o conceito e argumenta que o enquadramento é parte essencial no processo de construção da notícia, influenciando a compreensão e avaliação das pessoas sobre aquilo que a mídia apresenta. Segundo Entman, "enquadrar é

selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e salientá-la em um texto de comunicação, em uma maneira de promover uma definição de problema particular, interpretação casual, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento" (1993, p.52, *tradução nossa*).

O trabalho do pesquisador em comunicação Dietram Scheufele (1999), traz notáveis contribuições ao discutir o papel da mídia na moldagem das percepções públicas e a influência dos enquadramentos nas atitudes e comportamentos da opinião pública. Em uma tentativa de contribuir com a desfragmentação do conceito, Scheufele propõe uma estrutura da pesquisa com sistematização metateórica das aplicações do enquadramento através de tipologias. No primeiro nível estão o enquadramento midiático *versus* o enquadramento individual / enquadramento do público. No segundo nível estão variáveis dependentes que contemplam vários fatores de influência na criação ou modificação do enquadramento, *versus* variáveis independentes, caracterizado por estudos mais interessados nos efeitos do enquadramento. Trata-se de uma metodologia de análise multinível, considerada desafiadora pelo próprio autor, mas que tem como intuito principal, a atribuição de maior consistência aos trabalhos realizados neste âmbito.

No Brasil, os estudos sobre enquadramento midiático ganham maior espaço e visibilidade a partir da década de 1990 com a análise do pesquisador Alfonso Albuquerque (1994) sobre a cobertura da Rede Globo sobre a eleição presidencial, no Jornal Nacional. A partir de então diversos outros estudos vão se somando à pesquisa sobre o tema no contexto nacional, e dentre as contribuições relevantes, cabe mencionar o trabalho de Mauro Porto (2002) que propõe duas categorias principais de enquadramento: os enquadramentos noticiosos e os enquadramentos interpretativos. Nesta definição, estabelecida a partir do estudo de outros teóricos, têm-se como enquadramentos noticiosos os "padrões de

apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos" enquanto o conceito de enquadramentos interpretativos são "padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas [...] incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento e etc." (p.15).

Embora existam desafios metodológicos na aplicação dos estudos teóricos sobre o enquadramento, cujas variáveis são criticadas em relação à abstração (Matthes e Kohring; 2008), é importante reconhecer seu valor na análise crítica das práticas jornalísticas. Neste sentido, faz-se necessário salientar que, ainda que a definição e identificação dos enquadramentos possam envolver certo grau de subjetividade e variabilidade entre os pesquisadores, tal desafio não se restringe à teoria do enquadramento, mas à maioria das análises no contexto das ciências humanas e sociais aplicadas.

Os estudos que abordam o enquadramento buscam, em sua maioria, respostas sobre as dinâmicas do jornalismo nos processos da produção dos sentidos, ou explicações para os efeitos das mídias noticiosas, com foco dividido entre as teorias da representação e teorias dos efeitos (Gonçalves, 2011). É a partir destas reflexões e discussões que emerge o questionamento principal desta pesquisa sobre a abordagem jornalística e suas contribuições com a justificação de assassinatos de suspeitos de crimes em ações com perseguições policiais.

Metodologia

Baseando-se nas críticas de Matthes e Kohring (2008) à teoria do enquadramento, os pesquisadores Maia e Vimieiro (2011) sugerem a criação de uma lista de códigos mediante a análise aprofundada das notícias, para que através destes códigos pré-definidos os materiais sejam analisados e os enquadramentos (frames) identificados. Tal abordagem metodológica pode ser

realizada de forma manual ou com suporte tecnológico e permite a identificação de padrões estruturais na mensagem, em uma compreensão sobre elementos do enquadramento que se aproxima do conceito de "pacote interpretativo" proposto por Gamson e Modigliani (1981) que sugerem um conjunto de símbolos / dispositivo que apontam para o foco do enquadramento.

O processo metodológico utilizado nesta investigação parte do embasamento bibliográfico de estudos sobre enquadramento midiático para analisar a cobertura webjornalística do G1 Tocantins durante a Operação Canguçu. Com o auxílio de ferramentas da análise de conteúdos, a pesquisa estabelece categorias analíticas sobre enquadramento, que partem da identificação de determinados padrões no texto, como sugerido por Matthes e Kohring:

Entendemos um enquadramento como um determinado padrão em um texto dado, composto por vários elementos. Esses elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos previamente definidos do enquadramento. Em vez de codificar diretamente todo o enquadramento, sugerimos dividir o enquadramento em seus elementos separados, que podem ser facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Após isso, uma análise de agrupamento desses elementos deve revelar o enquadramento (Matthes; Kohring, 2008, p.263, *tradução nossa*)

As categorias analíticas com ênfase no padrão de texto observam as palavras utilizadas para descrever as forças policiais e também as que descrevem os suspeitos. Embora a metodologia

tenha como referência as estratégias propostas por Matthes e Kohring, ela não se restringe ao critérios de abordagem propostos pelos autores, e inclui também a análise das fontes utilizadas nas notícias, e do uso de imagens e vídeos, questões que evidenciam aspectos políticos do enquadramento jornalístico (Entman, 1993), em um conjunto de categorias propostas pelos autores.

Existem diferentes operacionalizações analíticas possíveis dentro das teorias do enquadramento. A análise de situação interativa observa o enquadramento na perspectiva da microanálise das interações sociais, já a análise de conteúdo discursivo estuda enunciados e discursos buscando compreender como estes moldam o sentido, a análise de efeitos estratégicos por sua vez foca nos enquadres como estratégias para construção de perspectivas com o objetivo de alcançar determinados efeitos (Mendonça *et al.*, 2012). Embora este estudo não se atenha de forma rígida às estruturas analíticas destas propostas, terá como abordagem principal a ênfase na análise de conteúdo discursivo.

O *corpus* da pesquisa compreende 48 notícias produzidas e publicadas no veículo G1 Tocantins no período de 17 de abril a 13 de junho. Conforme já mencionado, a Operação Canguçu foi uma perseguição policial realizada por uma força-tarefa com militares de cinco estados do Brasil e que resultou na morte de 18 suspeitos por roubo e crime de domínio de cidades ao final de 38 dias.

Foram identificadas, através de ferramentas de buscas internas e externas do portal G1 Tocantins, todas as matérias publicadas sobre a Operação Canguçu durante o período estabelecido, que foi desde o início da operação até as três semanas que sucederam o seu encerramento. Os materiais selecionados foram sistematizados e organizados a partir das seguintes estruturas e enquadramentos:

- Título
- Subtítulo
- Data de publicação

- Elemento de enquadramento
- Palavras usadas na representação dos suspeitos
- Palavras usadas na abordagem da violência policial
- Fontes usadas (quantidade e descrição)

A partir da análise e quantificação destes critérios estabeleceu-se uma leitura aprofundada de cada publicação para a investigação sobre os enquadramentos dados à violência policial nos textos observados. Com o suporte tecnológico do software SPSS da IBM também foram desenvolvidos alguns gráficos com a representação sintetizada e ilustrada das informações obtidas a partir da análise.

Análise e Discussões

O extenso *corpus* da pesquisa não permite a descrição detalhada dos 48 títulos e subtítulos das matérias, mas para contextualizar e exemplificar a aplicação metodológica realizada nesta pesquisa, foram sistematizadas na tabela abaixo algumas das categorias análticas utilizadas nas três primeiras e nas três últimas reportagens do G1 Tocantins sobre o caso.

Tabela 1. Descrição e categorização das reportagens analisadas

Título	Palavras usadas para a representação dos suspeitos	Palavras usadas para a abordagem da violência policial	Fontes	Data
Cerca de 350 policiais, aeronaves, drone e barcos: operação para capturar suspeitos de aterrorizar MT completa uma semana.	Criminosos suspeitos de aterrorizar Suspeitos mortos Armados com fuzis Fortemente armados Integrante do grupo criminoso Bando	Força montada para capturar Caçada Força-tarefa Confronto Apreender/ Apreendeu Buscas Trocaram tiros Cercos Conseguiram prender	Polícia Militar do Tocantins Polícia Militar do Mato Grosso Rede Sociais SECOM Estado do Tocantins	17/04
Armamento pesado apreendido no Tocantins durante Operação Canguçu é entregue à Polícia Civil de Mato Grosso	Bando Criminosos Quadrilha Grupo Criminoso Quadrilha do 'novo cangaço'	Ações da operação Canguçu Cercos Confrontos Integração	Polícia Militar do Tocantins Fontes não identificadas, descritas apenas como "informações obtidas pela equipe"	18/04
Operação Canguçu: corpo de um dos suspeitos, morto em confronto com a polícia, continua no IML	Suspeitos Quadrilha que aterrorizou uma cidade Bando Criminosos escondidos Grupo Corpos	Caçada Confrontos Troca de tiros	Polícia Civil do Tocantins Forças policiais Polícia Militar do Tocantins	20/04

Homem é preso após ser flagrado carregando fuzil artesanal em carrinho de mão	Homem Suspeito Andarilho Criminosos que aterrorizaram	Abordagem Flagrante Patrulhamento Buscas Uso da força Gás de pimenta Algemação Apresentado Autuado	Polícia Militar Delegacia de Polícia Civil	30/05
Por não ter braços e pernas, identificação de restos mortais que estavam com jacaré ainda não tem prazo definido	Criminosos	Cerco Operação Canguçu Ação policial Varredura	Núcleo Especializado em Antropologia Forense e Odontologia Legal de Palmas Secretaria de Segurança Pública do Tocantins Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar (PM) Instituto de Medicina Legal (IML) de Paraíso do Tocantins	05/06
Morador encontra fuzis e balas em área onde houve caçada a criminosos que aterrorizaram Confresa (MT)	Criminosos Suspeitos	Caçada Buscas Ação Cerco	Centro de Pesquisas Canguçu Força Tática da Polícia Militar Central de Flagrantes de	13/06

			Paraíso do Tocantins	
--	--	--	-------------------------	--

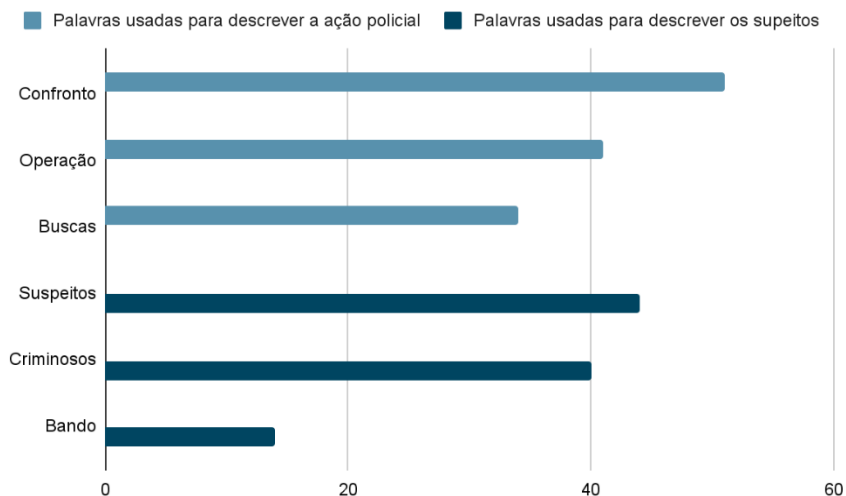
Fonte: Elaborada pelos autores

Os seis textos noticiosos descritos acima já evidenciam características de uma abordagem que em suas escolhas discursivas evidenciam uma dualidade mal *versus* bem, e descrevem os policiais em uma abordagem profissional enquanto os suspeitos perseguidos são com frequência desumanizado por palavras como “bando”, “corpos” e “caçada”, dentre outros.

Neste sentido cabe evidenciar que “enquadrar envolve um jogo que ocorre entre o nível textual (frames empregados pelos media), o nível cognitivo (esquemas da audiência e dos profissionais dos media), o nível extramidiático (o discurso dos defensores de certos frames [...]) e, finalmente, o estoque de frames disponível em uma dada cultura”. (Van Gorp, 2007).

Na gama de reportagens analisadas pelo presente estudo o enquadramento se manifesta nas escolhas de vocábulos, verbos e/ou adjetivos, em especial naqueles selecionados para descrever a aplicação da força policial no contexto da Operação Canguçu. Dentre todos as palavras utilizadas para descrever as ações da polícia nas 48 reportagens, a mais citada foi “confronto”, repetida 51 (cinquenta e uma) vezes, a segunda mais citada foi “operação”, repetidas 41 (quarenta e uma) vezes, o termo “buscas” repetiu-se 34 (trinta e quatro) vezes e foi a terceira palavra mais citada em todas as matérias do G1 Tocantins.

Os adjetivos e substantivos utilizados para descrever ou representar os suspeitos nas 48 reportagens publicadas pelo G1 Tocantins também indicam importantes aspectos sobre o enquadramento da violência policial nas narrativas. Os termos mais recorrentes foram: “bando”, com 14 menções; “quadrilha”, também com 14 ocorrências; “grupo criminoso”, destacando-se 16 vezes; “criminosos” com 40 repetições; e “suspeitos”, 44 vezes.



As expressões "confronto" e "cerco" caracterizam a narrativa de uma perseguição e de forças opositoras em embate. Essa abordagem evidencia uma dualidade do bem *versus* o mal, da polícia *versus* criminosos, de quem protege *versus* quem ameaça. Wetsley (1953, p.39) observa que existe um "monopólio da violência delegado à polícia, pelo Estado, para atingir os fins do Estado" e isto parece ser legitimado pela escolha das palavras no enquadramento das reportagens observadas.

Alguns vocábulos de força citados no material da análise indicam uma abordagem que tanto justifica quanto atenua o uso da violência policial em situações que culminam na morte de suspeitos. Há ainda uma desumanização dos indivíduos na escolha de verbetes e expressões. A palavra "caçada" foi repetida 15 vezes, enquanto "capturar" ocorreu em 14 repetições e a expressão "troca de tiros" em 11 ocasiões.

A construção textual em diversas das reportagens observadas remete à ideia de perseguição a alguma figura animalésca e não humana. A percepção de encurralamento de algum animal que necessitava ser exterminado. Na leitura das matérias fica evidente o

policciamento ostensivo justificado pela preservação da ordem e segurança, mas não há indícios de preocupações sobre ressocialização, princípios dos direitos humanos ou paz social.

Ao discutir a violência policial, Ávila (2016, p.482) ressalta que "na perspectiva em que o policial acredita estar realizando um ato de justiça (ao aplicar uma pena de morte segundo o julgamento do próprio agente, ele considera que está implementando uma "faxina social")". Esta percepção não se restringe aos agentes de segurança, mas se faz perceptível nos enquadramentos e narrativas do jornalismo, assim como nos posicionamentos oficiais do Estado em situações com mortes de suspeitos por forças policiais.

Na operação Canguçu desenhou-se uma narrativa de heroísmo protagonizada pela polícia. O enquadramento jornalístico também fortaleceu tais perspectivas ao enfatizar a valorização e endosso de autoridades públicas do executivo e legislativo em torno da ação dos agentes militares. No dia 28 de abril de 2023 a reportagem do G1 Tocantins apresentou o título "Governadores de Mato Grosso, Goiás e Tocantins visitam base da operação que faz caçada por grupo suspeito de aterrorizar cidade" e no dia 18 de maio do mesmo ano o destaque foi "Em visita ao Tocantins, Arthur Lira diz que operação com 18 mortos foi 'limpeza urbana'".

Imagem 1. Governador Wanderlei Barbosa (TO) recebe governadores do MT e GO em base da Operação Canguçu



Fonte: Reihban, 2023

As reportagens sobre o apoio ativo e expressivo de três governadores de unidades federativas do país, bem como o relato das falas do presidente da câmara dos deputados sobre a Operação Canguçu apresentam enquadramento de ênfase positiva sobre a ação policial. A representação visual dos governantes dá destaque ao sorriso e amizade entre os representantes estaduais, em uma mensagem tranquilizadora à população. Para Azevedo, Dutra e Freire (2020, p.143), a retórica das autoridades públicas em tais contextos demonstra "uma forte unidade de concepções, que confere aos agentes estatais o direito de vida e morte", os autores observam ainda que "os sentidos contidos nas declarações das autoridades refletem, legitimam e retroalimentam um imaginário social marcado pelo medo e a insegurança".

Nota-se um contraste entre o eufemismo das escolhas lexicais referentes às ações policiais e aquelas relativas à descrição dos indivíduos alvo da ação policial. Segundo Mendonça e

Guimarães Simões (2012, p.194), "é no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras. Nas 48 reportagens, as escolhas das imagens utilizadas e as fontes selecionadas permitem inferir que os discursos fazem uso de um enquadramento eufemista ao abordar a execução dos indivíduos perseguidos pela forças policiais sob uma ótica desumanizada e despersonalizada.

Enquanto os suspeitos recebem características animalescas e hostis, a polícia é apresentada com generosidade e acolhida simpática junto à população. Na reportagem de 14 de maio de 2023, intitulada "Equipe ganha café da manhã de moradora" a fotografia escolhida para ilustrar o texto (Imagem 2) retrata uma força policial acessível à população e ostensivamente armada. A foto foi legendada pelo G1 Tocantins com o texto "Moradora leva café e bolo para policiais que estão há cinco dias na caçada por suspeitos no Tocantins".

Imagem 2. Moradora com policiais da Operação Canguçu



Fonte: De Jesus, 2023

As mortes dos suspeitos são apresentadas, na maioria dos casos de forma passiva ou como resultado - inevitável - de um confronto com troca de tiros. Não nos discursos espaços para questionamentos sobre tais questões e de forma implícita ou explícita ação policial não é retratada como um exercício de violência, ainda que resulte em morte, mas sim como um ato de profissionalismo proporcionado pelo Estado e por forças heróicas atuando em favor da segurança da população.

É importante ressaltar ainda que, os 18 indivíduos cujas mortes foram descritas como “resultado de um confronto”, eram suspeitos de uma tentativa de roubo e que, embora as ações do grupo tenham resultado em explosões com prejuízos e riscos para a população local, não houve roubo, sequestros ou mortes

Considerações finais

Este estudo aprofundou-se na análise de 48 reportagens cobrindo a Operação Canguçu, publicadas pelo portal G1 Tocantins, com o intuito de promover a reflexão sobre os enquadramentos adotados na cobertura de ações policiais relacionadas à segurança pública. A pesquisa investigou se a cobertura do webjornalismo pode contribuir para justificar o uso da violência policial em operações dessa natureza. A metodologia foi estruturada com base na teoria do enquadramento midiático, com foco na identificação de padrões na abordagem narrativa.

Os resultados derivados da análise indicaram uma tendência de enquadramento em que as agências de segurança são retratadas como responsáveis pela manutenção da ordem pública, implicitamente desumanizando suspeitos em narrativas análogas a uma caçada. Essas percepções foram evidenciadas através de elementos de enquadramento, abrangendo desde a construção textual, à seleção de imagens ilustrativas e à escolha de vocabulário usado para se referir aos envolvidos.

A proeminência dada às forças de segurança também está associada ao enquadramento, sendo frequentemente reforçada uma perspectiva heroica dos profissionais, juntamente com a representação de um relacionamento cúmplice e agradecido entre a população e a polícia durante o período da Operação Canguçu. Essa perspectiva foi endossada e fortalecida através de reportagens que enfatizavam a presença de autoridades estaduais e federais apoiando as ações das forças de segurança envolvidas.

A investigação provoca a reflexão sobre os aspectos éticos e legais presentes no contexto observado, especialmente quando visto à luz do Artigo 5 da Constituição Federal, que garante "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (Brasil, 1988). Os acusados perseguidos pela Operação Canguçu não usufruíram desse direito fundamental, pois todos foram mortos em ações policiais antes de qualquer julgamento.

O foco deste trabalho não é julgar o desempenho das forças de segurança, mas destacar como o webjornalismo, por vezes, pode apresentar enquadramentos que justifiquem a violência policial resultando em morte. É crucial enfatizar que, em nenhuma das 48 reportagens produzidas por diferentes profissionais do jornalismo as execuções dos 18 suspeitos foram criticadas, abordadas como desnecessárias ou mesmo apresentadas como um desfecho passível de questionamentos. Pelo contrário, os artigos mais recentes enfatizam o alívio coletivo e a recepção heróica dos profissionais das forças de segurança após a conclusão da Operação Canguçu, considerada pelos governantes como exitosa. As mortes dos 18 homens perseguidos pela polícia ao longo de 38 dias são apresentadas como um final inevitável, uma consequência esperada e justificada pela afronta à Lei.

A Operação Canguçu custou mais de 5 milhões de reais aos estados do Tocantins, Pará, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A

cobertura webjornalística analisada nesta pesquisa aponta para uma abordagem de justificação das atitudes violentas, truculentas e abusivas por parte da polícia. Os infratores delituosos são, por diversas vezes, retratados como figuras animais, de periculosidade máxima. Observa-se a ausência de uma abordagem crítica que questione, em algum momento, a proporção do uso da força ou da violência nas ações da Operação Canguçu. As reportagens nunca criticam a taxa de mortalidade, os gastos e recursos alocados para a operação ou as peculiaridades e transformações radicais na realidade das diversas pequenas vilas rurais que se viram sitiadas durante quase dois meses da ação policial.

A prática do jornalismo ético exige exame crítico e questionamento de aspectos problemáticos da sociedade, como a violência policial e o uso desproporcional da força. Além disso, há o desafio de conscientizar sobre as estruturas políticas problemáticas que legitimam essas questões, entre as quais se destaca a necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) para discutir o papel impróprio do Estado como gestor da vida humana, capaz de escolher quem vive e quem morre na sociedade.

Diante de todas as questões analisadas, este estudo destaca a necessidade urgente de uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do enquadramento jornalístico na construção de narrativas que possam influenciar a percepção pública sobre a atuação policial. Sugere-se que pesquisas futuras explorem não apenas os enquadramentos adotados, mas também os efeitos sociais e éticos dessas representações na sociedade. Propõe-se ainda o desdobramento de futuras discussões à luz de teorias como a necropolítica, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre o papel da mídia na legitimação ou questionamento das práticas estatais e sociais relacionadas à violência.

Além disso, considerando o contexto apresentado, há uma oportunidade para profissionais do jornalismo reavaliarem suas práticas, na cobertura de eventos relacionados à segurança pública. Em suma, este estudo destaca a importância de uma abordagem jornalística mais crítica e ética diante informações relacionadas ao uso da violência policial, incentivando futuras pesquisas e práticas profissionais que promovam uma representação mais justa, equitativa e consciente das ações voltadas para a segurança pública na sociedade.

Referências

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. 2016. *Fundamentos do controle externo da atividade policial*. Belo Horizonte: D'Plácido, 754p.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; DUTRA, Luiza Correa de Magalhães; FREIRE, Christiane Russomano. 2020. *A legitimação da violência policial como estratégia de governo: um estudo de caso do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 14(2), pp. 128-145, ago./set. 2020. Revista Online. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1037>. Acesso em: 24 nov. 2023

BARBOSA, Suzana. 2008. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. In: Congreso Internacional De Periodismo En La Red. Madrid, Facultad de Periodismo da Universidad Complutense de Madrid, 2008. *Anais* [...]. 1:pp.1-18

BARBOSA, Suzana. 2013. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Notícias e mobilidade: jornalismo na era dos dispositivos móveis*. Covilhã: Livros Labcom, 417 p.

CASTELLS, Manuel. 2013. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 271 p.

DE JESUS, Jesana. Moradora leva café e bolo para policiais que estão em bloqueio na busca por criminosos que aterrorizaram cidade MT. G1 Tocantins. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/04/14/moradora-leva-caffe-e-bolo-para-policiais-que-estao-em-bloqueio-na-busca-por-criminosos-que-terrorizaram-cidade-de-mt.ghtml>> Acesso em 21 set. 2023.

ENTMAN, Robert. M. 1993. Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), pp. 51-58.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. 1987. The changing culture of affirmative action. In: BRAUGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. (Eds.). *Research in political sociology*. Greenwich: CT, JAI Press, pp.137-177.

GONÇALVES, Telmo. 2011. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, [S.l.], 2,(5), pp.157-167.

KAHNEMAN, Daniel. 1984. The framing of decisions and the psychology of choice. In: ELSTER, J (Org.). *Rational Choice*. New York: New York University Press, pp. 123-141.

MAIA, Rousiley; VIMIEIRO, Ana. 2011. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, 18 (1), pp. 235-252.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. 2008. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, 58(2), pp. 258-279.

MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 80 p.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GUIMARÃES SIMÕES, Paula Enquadramento. 2012. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79), pp. 187-201.

MIELNICZUK, Luciana. 2003. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. *In: Anais Do 12º Encontro Anual Da Compós*, 2003, Recife. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2003/mielniczuk2003.doc>. Acesso em: 12 out. 2023.

NUNES, Ana Cecília B. 2016. Jornalismo digital de quinta geração: as publicações para tablets em diálogo com o desenvolvimento da web. *Alceu (PUCRJ)*, 17(1), pp. 19-38.

PAVLIK, John. 2001. *Journalism and new media*. New York: Columbia University Press, 272 p.

PORTO, Mauro. 2002. Enquadramentos da Mídia e Política. *In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS*, Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>. Acesso em: 27 out. 2023.

REHBEIN, Ana Paula. 2023. Governadores de Mato Grosso, Goiás e Tocantins visitam base da operação que se faz caçada por grupo de aterrorizar cidade. G1 Tocantins. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/04/28/governadores-de-mato-grosso-goias-e-tocantins-visitam-base-da-operacao-que-faz-cacada-por-grupo-suspeito-de-ate-terrorizar-cidade.ghtml>> Acesso em: 21 set. 2023

RECUERO, Raquel. 2012. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 206 p.

SANTOS, Andressa. 2023 Operação Canguçu encerra primeira etapa e balanço da ação é divulgado. Polícia Militar do Estado do Tocantins. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/pm/noticias/operacao-cangucu-encerra-primeira-etapa-e-balanco-da-acao-e-divulgado/23iqyc1n0u3l>> Acesso em: 18 set. 2023

SCHEUFELE, Dietram A. 1999. Framing as a Theory of Media Effects. *Journal of Communication*, 49(1), pp. 103-122.

SILVA, Andréa. 2017 Narrativas jornalísticas de violência policial na era digital. In: *Conexão – Comunicação e Cultura*, 16(31), pp. 71-87.

TUCHMAN, Gaye. 1978. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 244 p.

TVERSKY, Amos. 1984. Choices, values, and frames. In: *American Psychologist*, 39(4), pp. 341-350.

VAN GORP, Baldwin. 2007. The constructionist approach to framing: bringing culture back in. *Journal of Communication*, 57 (1), pp. 60-78.

WESTLEY, William. 1953 Violence and the police. *American Journal of Sociology*, 59(1), pp. 34-41.

EXPLORANDO A CRÔNICA DE VIAGENS DE MANUEL JESÚS ORBEGOZO: Subjetividade, narração e experiência transformadora no jornalismo Latino- Americano

Javier Aurelio Cabello Candela

Introdução

A reportagem jornalística constitui uma forma de representação da realidade em que a linguagem, a estrutura e a perspectiva do autor configuram não apenas o conteúdo informativo, mas também seu sentido. Além de transmitir fatos, o jornalista constrói uma narrativa com intenções comunicativas, estilísticas e narrativas que respondem a contextos, públicos e trajetórias pessoais. Nesse processo, a escrita se torna uma ferramenta de interpretação, e a subjetividade do autor pode impregnar o texto com um olhar próprio, singular e peculiar.

A crônica é talvez o espaço onde essa intersecção entre informação, experiência e estilo se expressa com maior liberdade,

em comparação com outros gêneros jornalísticos. O caráter narrativo, híbrido e livre da crônica permite ao jornalista não apenas relatar fatos, mas também propor leituras pessoais do mundo. Dentro desse gênero, a crônica de viagens oferece um campo fértil para explorar a interação entre o cronista, o deslocamento geográfico e a construção discursiva do “outro”. Sua análise é fundamental para compreender como o jornalismo também pode ser uma forma de exploração cultural, política e ética.

No Peru, um dos cronistas que melhor encarna essa tradição é Manuel Jesús Orbegozo Hernández (MJO), jornalista, professor e escritor que publicou durante mais de três décadas no suplemento *El Dominical* do jornal *El Comercio* (1961–1992). Orbegozo apresenta uma ampla trajetória jornalística de mais de meio século. Ele integrou o jornal *La Crónica*, as revistas *Cultura Peruana* e *Vistazo*, bem como os jornais *Expreso* e *El Peruano*, onde foi diretor. Além disso, escreveu para a prestigiosa revista semanal brasileira *O Cruzeiro*.

Orbegozo entrevistou várias personalidades de destaque desde meados do século XX; no entanto, caracterizou-se especialmente por suas inúmeras viagens em missões jornalísticas, incluindo algumas delas na linha de frente durante as guerras em Biafra (Nigéria), Vietnã, Golfo Pérsico, entre outros conflitos.

Ele é lembrado como um jornalista viajante, pois deu nove voltas ao mundo em busca de notícias. Sua obra percorre diferentes cenários — Europa, Ásia, África, América — com um olhar que combina observação detalhada, sensibilidade narrativa e compromisso ético com os acontecimentos. Além disso, em suas crônicas, ele se destaca pelo uso da primeira pessoa. No entanto, apesar da importância de seu legado, há pouca sistematização acadêmica que aborde sua produção a partir de uma perspectiva teórica e crítica.

Este artigo parte do quadro teórico elaborado no contexto de uma tese de doutorado em andamento e propõe revisar os

principais enfoques teóricos em torno de três dimensões centrais para o estudo da crônica de viagem: a subjetividade ou olhar do narrador, a viagem como experiência e representação, e a crônica como gênero fronteiro entre o jornalismo e a literatura. A partir dessa revisão conceitual, busca-se oferecer ferramentas para uma análise qualitativa do corpus de crônicas de viagem de Manuel Jesús Orbegozo, com o objetivo de destacar as operações discursivas que configuram tanto seu estilo quanto sua visão de mundo. Nessa linha, recorre-se à narratologia estrutural de Gérard Genette e à hermenêutica narrativa de Paul Ricoeur, principais abordagens teóricas que permitem revelar os mecanismos pelos quais o cronista transforma a trajetória em narração. Ou seja, em um relato pessoal que transcende o fato noticioso.

Desenvolvimento teórico

Evolução histórica e cultural da crônica

Da crônica colonial à crônica literária

A. Crônica das Índias

As chamadas “Crônicas das Índias” constituem um antecedente fundamental para compreender a evolução do gênero cronístico na América Latina, pois reúnem relatos de viagens que combinam a experiência testemunhal com elementos literários. Albuquerque (2008) sustenta que essas crônicas apresentam diversos formatos — cartas, diários, relatos —, mas todas compartilham a característica de serem narradas em primeira pessoa, o que permite ao autor conferir autenticidade e verossimilhança ao seu relato.

Entre esses textos, destacam-se os “Diários” e “Naufrágios” de Cristóvão Colombo e Alvar Núñez, respectivamente, que funcionam como testemunhos diretos dos fatos ocorridos durante a conquista. A insistência na veracidade e a diferenciação com os

relatos medievais refletem a importância do eu narrativo nesta etapa histórica. Além disso, esses relatos eram acompanhados de mapas e cartografias que reforçavam a credibilidade do conteúdo, estabelecendo assim um vínculo entre o documental e o literário (Albuquerque, 2008).

Por outro lado, a descrição detalhada do espaço e das experiências do protagonista constituem uma estratégia narrativa essencial nessas crônicas. O processo para alcançar uma descrição eficaz implica uma observação minuciosa do ambiente, seguida de uma reflexão analítica e sua posterior tradução em uma linguagem adequada, que dá vida à atmosfera do relato (Albuquerque, 2008).

Salas (2009) enfatiza que as “Crônicas das Índias” influenciaram a crônica jornalística peruana, especialmente na ênfase autobiográfica e testemunhal que destaca a voz pessoal do cronista como eixo narrativo. Assim, a crônica colonial não apenas documenta fatos, mas constrói um discurso subjetivo, onde o explorador ou colonizador articula uma visão pessoal e culturalmente situada da realidade.

Nesse sentido, Teglia (2021) destaca a figura do “testemunha ocular”, o autor presente no local dos fatos, como o pilar que sustenta a legitimidade do discurso crônico. No entanto, essa verdade documental é questionada pelas crônicas posteriores de autores indígenas e mestiços, que oferecem perspectivas contrárias às dos conquistadores, evidenciando a natureza plural e conflituosa da memória histórica.

B. Modernismo e crônica modernista

Durante o auge do modernismo, a crônica se consolida como um gênero híbrido que busca não apenas informar, mas também entreter e expressar uma visão estética particular. Rotker (1992, 2021) ressalta que o cronista se torna um autor que imprime seu selo pessoal, combinando estilo literário e jornalismo.

Os escritores Ricardo Palma e Mariano José de Larra são considerados precursores dessa corrente na América Hispânica e na

Espanha, respectivamente, pois seus textos entrelaçam história, anedota e crítica social com um estilo narrativo próprio. Da mesma forma, figuras como José Martí e Manuel Gutiérrez Nájera contribuem com a sofisticação literária e a variedade temática que caracterizam a crônica modernista (Rotker, 2021).

Martí, em particular, se destaca por visibilizar o eu em suas crônicas, amalgamando subjetividade com reflexões morais, enquanto Gutiérrez Nájera contribui com um estilo sóbrio e galicista. Esta etapa representa a cristalização da crônica como um espaço de confluência entre a literatura e o jornalismo, onde a vontade de escrever do cronista dá origem a textos que podem ser considerados obras de arte em si mesmos (Rotker, 2021).

A autora reflete sobre a necessidade de reavaliar as categorias literárias tradicionais para incluir esse tipo de narrativa jornalística, que desafia a separação rígida entre gêneros e reconhece a criatividade e a arte como elementos essenciais do jornalismo narrativo.

B. Cronistas de referência

1. Abraham Valdelomar

Dentro da crônica jornalística peruana, Abraham Valdelomar, conhecido como o Conde de Lemos, é uma figura fundamental para compreender a consolidação do relato descritivo e a incorporação da primeira pessoa na crônica, elementos que posteriormente seriam fundamentais no chamado “Novo Jornalismo” (Rabi Do Carmo, 2016).

Sua primeira experiência no relato jornalístico ocorre com a publicação de uma série de textos intitulados “Con la argelina al viento” entre abril e junho de 1910 no jornal El Diario de Lima, escritos durante sua internação na Escola Militar de Chorrillos. Esses textos narram suas experiências como soldado reservista e marcam

um precedente na construção de relatos jornalísticos com um forte componente subjetivo e descritivo (Rabi Do Carmo, 2016).

Sala (2020) destaca nos escritos de Valdelomar um notável domínio da linguagem e a capacidade de misturar o interesse informativo com um estilo literário fluido e caloroso. O uso abundante e cuidadoso de adjetivos, juntamente com um tom que oscila entre a nostalgia e o humor, permite que suas crônicas transcendam a mera transmissão de fatos para se tornarem relatos envolventes. A evolução estilística de Valdelomar evidencia a importância da vontade e de escrever na construção do texto cronístico, que navega entre o jornalismo e a literatura.

Essa hibridização e capacidade de brincar com diferentes registros expressivos posicionam Valdelomar como um precursor do “novo jornalismo” ou “jornalismo literário” que se desenvolverá no século XX, contribuindo com um selo pessoal que influenciará a narrativa jornalística posterior.

2. César Vallejo

O poeta César Vallejo também incursionou no gênero da crônica jornalística, especialmente durante sua estada na Europa entre 1923 e 1938, colaborando com diversos meios de comunicação peruanos, como *El Comercio*, e semanários como *Mundial* e *Variedades*. Sua obra cronística inscreve-se na linha modernista, aproximando-se da “prosa poética jornalística” que conjuga a linguagem poética com a narração de fatos reais (Gatgents, 2011).

Orrillo (1998) destaca que a crônica vallejana não é uma simples prolongação de sua poesia nem do jornalismo tradicional, mas um gênero autônomo e original, fruto de sua genialidade literária. A hibridização se manifesta em seus textos, que combinam elementos de diferentes gêneros jornalísticos com uma voz singular, contextualizada em um momento histórico e cultural de efervescência social e política.

Vallejo não se divide entre poeta e cronista, mas integra ambas as dimensões em um estilo único que transcende a divisão convencional entre literatura e jornalismo, propondo assim um modelo inovador para a crônica latino-americana.

3. Gabriel García Márquez

A narrativa de não ficção, caracterizada pelo uso de técnicas literárias para contar histórias jornalísticas reais, encontra em Gabriel García Márquez um expoente de destaque. Sua obra *Relato de um naufrago* (1970) é uma referência para a análise da crônica contemporânea que combina o testemunho em primeira pessoa com a construção literária (Pinero, 2020).

Pinero (2020) analisa como a escolha da primeira pessoa no relato busca gerar verossimilhança e conectar-se emocionalmente com o leitor, ao mostrar o cronista como protagonista e testemunha dos fatos. O estilo de García Márquez é caracterizado por uma profusão de detalhes, humor refinado, ironia e suspense, que enriquecem a narrativa e a afastam de um mero relato jornalístico. Esta obra e outras semelhantes, como *Operação Massacre* (1957), de Rodolfo Walsh, consolidam o novo jornalismo latino-americano que articula elementos jornalísticos com recursos literários, refletindo a subjetividade do autor e uma interpretação crítica da realidade.

C. Novo Jornalismo

A crônica jornalística tem sido objeto de múltiplas transformações e debates teóricos, especialmente em torno de sua hibridização com técnicas literárias que enriquecem sua narrativa. Nesse sentido, o Novo Jornalismo americano, liderado por figuras como Tom Wolfe e Truman Capote, se destaca pela incorporação de recursos novelísticos que incluem a voz em primeira pessoa, a construção de cenas, o uso de diálogos e a descrição detalhada, dando origem ao chamado relato de não ficção (Garza, 2003). Esse movimento propôs uma mudança significativa na maneira de relatar

fatos jornalísticos, rompendo com a objetividade tradicional e permitindo a inclusão do narrador como mais um personagem da história.

Garza (2003) adverte que, embora o uso do “eu” possa potencializar a emotividade e a conexão testemunhal com o leitor, também apresenta riscos em contextos em que a intromissão do jornalista pode desviar a atenção do fato noticioso para o narrador. Assim, a decisão de incluir o narrador-protagonista deve considerar o contexto, a natureza do fato e a intenção da narrativa, destacando a subjetividade como um componente inevitável, mas também debatido na crônica.

Na América Latina, esse paradigma encontrou expressões particulares na nova crônica latino-americana que, segundo Ortiz (2021), se nutre tanto do legado do Novo Jornalismo quanto de tradições literárias como o modernismo, o realismo literário e o costumbrismo. Revistas como *Etiqueta Negra* (Peru) e *El Malpensante* (Colômbia) impulsionaram essa corrente que enfatiza a construção de cenas, ambientes e diálogos com um estilo marcante. Da mesma forma, autores como José Martí, Rubén Darío, Gabriel García Márquez e Mario Vargas Llosa foram fundamentais na formação dessa nova sensibilidade crônica, que se caracteriza por um olhar particular e pelo uso intensivo da primeira pessoa, conferindo à crônica um caráter híbrido e de gênero difuso (García & Cuartero, 2016).

A influência europeia também é fundamental para compreender as tensões e contribuições do gênero. Ryszard Kapuściński, jornalista polonês do século XX, representa uma figura paradigmática que combinou a observação participante, a intuição e uma prosa literária para transcender os limites do jornalismo tradicional e se aproximar de uma forma artística de narrar a realidade (Kapusinski, 2003). Kapuściński não se submeteu a uma metodologia rígida, mas desenvolveu um estilo pessoal que integra

elementos de reportagem, ensaio e crônica, o que dificulta sua classificação estrita em um único gênero (Wiktorowska, 2014).

Seu método envolvia uma preparação teórica e empírica rigorosa antes da viagem, seguida de uma imersão no cotidiano do lugar para captar detalhes que depois se transformavam em relatos integradores, híbridos e emocionantes. Essa abordagem evidenciou a subjetividade como ferramenta fundamental para revelar dimensões profundas dos fatos, o que, juntamente com a contribuição da literatura, enriquece a narrativa jornalística e amplia os limites da crônica como gênero.

A crônica de autor: entre literatura e jornalismo

No estudo da crônica como gênero, é fundamental considerar sua qualidade híbrida e fronteira, situada entre o jornalismo informativo e a narrativa literária. Essa dupla pertença lhe confere um status particular dentro do sistema de gêneros jornalísticos, especialmente quando se manifesta como *crônica de autor*. Nela, a escrita se torna uma ferramenta essencial para transmitir não apenas informações, mas também sensações, atmosferas e subjetividades. Como aponta Tuñón (2003), a proximidade entre a linguagem jornalística e literária não é apenas inevitável, mas necessária para a produção de textos jornalísticos que aspirem a uma dimensão estética e reflexiva.

Durante o século XIX e boa parte do século XX, a presença de escritores na mídia impressa fortaleceu a intersecção entre ambas as práticas. Tuñón (2003) lembra que autores como Victor Hugo, Balzac, Dickens ou Dumas publicavam seus romances em capítulos em jornais, o que permitia uma retroalimentação entre as formas de narrar ficção e as formas de contar a realidade. Essa confluência ganhou novo significado na pós-modernidade, onde a fronteira entre ficção e não ficção tende a se esbater. A crônica, nesse contexto, pode ser percebida pelo leitor como um romance, embora baseada em fatos reais.

A incorporação de técnicas narrativas próprias da literatura — descrição cena por cena, diálogos, uso do ponto de vista e detalhes minuciosos — foi fundamental no desenvolvimento do que foi denominado *Novo Jornalismo*. Esse movimento, surgido na década de 1960 nos Estados Unidos com autores como Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer, representou uma mudança estilística na forma de narrar os fatos noticiosos (Tuñón, 2003). O chamado “romance de não ficção”, como *A Sangue Frio*, de Capote, marcou um marco na maneira como os jornalistas assumiram o compromisso com a veracidade sem renunciar aos recursos expressivos da literatura.

Esse processo não foi exclusivo do âmbito anglo-saxão. Na América Latina, escritores como Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa e Tomás Eloy Martínez consolidaram um jornalismo literário cuja tradição remonta às crônicas modernistas de Martí e Darío, e que atualmente encontra uma renovação por meio de revistas como *Etiqueta Negra*, *Gatopardo* ou *El Malpensante*.

No caso peruano, essa convergência é evidente desde as origens do jornalismo impresso, com publicações como o *Diário de Lima*, de Jaime Bausate y Mesa, ou o *Mercurio Peruano*. Autores como Ricardo Palma, González Prada, Clorinda Matto de Turner, César Vallejo ou Abraham Valdelomar participaram ativamente da imprensa, contribuindo para o jornalismo com uma dimensão estética que contribuiu para sua legitimação cultural. Nessa mesma linha se situa a obra de Manuel Jesús Orbegozo, cronista e entrevistador que, segundo Salazar (1953), demonstrou uma aguda capacidade de observação, uma interpretação penetrante da realidade e um compromisso ético com o ofício jornalístico.

Carrillo (1999) aponta que a presença de escritores e poetas nas redações não foi anedótica, mas constitutiva de uma tradição de escrita que enriqueceu a reportagem, a entrevista e, sobretudo, a crônica. Essa interação constante entre literatura e jornalismo permitiu que o cronista abordasse os fatos a partir de uma

perspectiva singular, explorando os limites do narrável com sensibilidade, criatividade e compromisso com a verdade.

Em suma, a crônica de autor — entendida como um tipo de narrativa que emprega recursos literários sem perder sua ligação com a realidade — constitui uma forma de resistência contra a narrativa uniforme e despersonalizada do jornalismo clássico. Seu poder reside na possibilidade de construir mundos verossímeis a partir de experiências reais, mobilizando o leitor não apenas como receptor de informação, mas como participante emocional e intelectual da narrativa.

A crônica de guerra: a viagem como experiência limite

Dentro do gênero da crônica de viagem, o jornalismo de guerra representa uma forma extrema de deslocamento. Longe do exótico ou do turístico, esse tipo de viagem confronta o cronista com a dor, o perigo e a morte. Assim, a crônica de guerra pode ser lida como um relato de experiência limite, em que o repórter não apenas registra os acontecimentos, mas os vive e os reconfigura narrativamente a partir de seu corpo e sua subjetividade.

O cronista de guerra assume, nesse sentido, uma dupla função: a de testemunha ocular e a de narrador ético. Figueres (2005) aponta que nesse tipo de crônica predominam os detalhes sensíveis e as repercussões humanas do conflito, mais do que suas causas estruturais. O foco está em “como” vivem a guerra aqueles que estão imersos nela, especialmente as vítimas civis. A narração, geralmente em primeira pessoa, busca gerar identificação, emoção e reflexão no leitor distante.

Esse tipo de relato ativa uma estratégia de imersão: o leitor é convidado a se transportar mentalmente para o campo de batalha por meio de uma prosa que combina informação, testemunho e literatura. Assim, o repórter transforma sua experiência em uma narrativa de impacto, configurando uma realidade verossímil, mas também subjetiva. Como indica Figueres (2005), esse estilo se

conecta com o espírito do Novo Jornalismo, ao introduzir técnicas literárias na narrativa factual e conferir ao autor um papel central na história.

A subjetividade como estratégia discursiva no jornalismo narrativo

A objetividade como ideal e construção discursiva

A objetividade jornalística tem sido amplamente discutida como ideal profissional. Nesse sentido, Miguel Rodrigo Alsina (1993), em *La construcción de la noticia*, sustenta que a objetividade não é um atributo absoluto do jornalismo, mas uma representação condicionada por múltiplos fatores que impedem seu pleno acesso. Entre eles, ele menciona a ausência do jornalista no local dos fatos — o que leva a uma reconstrução artificial — ou a publicação de reportagens falsas que obtêm grande repercussão na mídia, mas carecem de veracidade. Além disso, ele argumenta que a objetividade não é um conceito universal, mas depende dos marcos socioculturais em que se inscreve, uma vez que cada sociedade constrói sua própria percepção da realidade.

Alsina também adverte que o surgimento do *Novo Jornalismo* na década de 1970 colocou em crise a noção tradicional de objetividade, ao incorporar elementos subjetivos na representação dos fatos. Esse movimento substituiu a estrutura clássica da pirâmide invertida por uma escrita mais próxima da literatura, centrada na narração cena a cena, no uso de detalhes sensoriais e na introdução do eu narrativo. Nessa linha, o autor sustenta que a mídia afeta a objetividade não apenas por vieses ideológicos ou econômicos, mas também pela fragmentação dos fatos, que impede a compreensão da complexidade do contexto.

Judith Tuchman (1983) reforça essa ideia ao apontar que a objetividade jornalística funciona como um “ritual estratégico”, uma encenação profissional destinada a proteger o jornalista de possíveis críticas. Assim, aparentar neutralidade através do uso de múltiplas

fontes, evitar a primeira pessoa ou delegar a interpretação a “especialistas” não garante a veracidade do conteúdo. Tuchman considera que essas estratégias não eliminam os condicionamentos ideológicos que influenciam a construção da notícia.

A partir de uma postura crítica, Taufic (1979) diferencia entre objetividade e neutralidade, e sustenta que esta última pode se tornar cumplicidade com o poder. A objetividade, aponta, deve ser entendida não como equidistância, mas como um compromisso ético com a busca honesta da verdade. Em sua análise da imprensa capitalista, o autor denuncia como certos meios distorcem os fatos em favor de interesses hegemônicos, enquanto uma imprensa comprometida com os setores populares — que ele denomina progressista ou marxista — deveria aspirar a uma representação global e profunda da realidade, oferecendo múltiplas vozes e contextualizações.

A subjetividade como construção discursiva no jornalismo

Em contraposição ao discurso da objetividade, a subjetividade jornalística aparece como uma forma legítima de representação. De acordo com a definição da Real Academia Espanhola, subjetividade é o modo ou sentimento do sujeito, o que implica uma interpretação pessoal do mundo. No âmbito jornalístico, essa noção não equivale a distorção, mas a interpretação. Nessa linha, Lorenzo Gomis (1991) afirma que o jornalismo não reproduz a realidade como um espelho, mas a interpreta. Para ele, o jornalismo é um “procedimento de interpretação da realidade social”, onde o jornalista seleciona, organiza e contextualiza a informação com o objetivo de construir uma narrativa significativa.

Gomis reconhece que os gêneros interpretativos, como a crônica, a reportagem ou a coluna de opinião, são inevitavelmente marcados pela subjetividade do autor, que imprime seu olhar, sua avaliação e sua forma de compreender os fatos. No entanto, ele

ressalta que a subjetividade responsável implica um compromisso ético com a informação e os leitores. Interpretar não é distorcer, mas dar sentido à realidade a partir de uma perspectiva situada.

Assim, em vez de considerar a subjetividade como uma fraqueza profissional, é possível entendê-la como uma estratégia discursiva legítima que enriquece o trabalho jornalístico e potencia a dimensão narrativa dos textos. No caso da crônica de viagem, o componente subjetivo é indispensável: o cronista narra a partir de sua experiência, observa a partir de um olhar singular e constrói um relato que articula fatos, emoções e sentidos.

O eu no jornalismo: primeira pessoa e experiência subjetiva

A narração em primeira pessoa representa uma estratégia discursiva que evidencia a subjetividade do jornalista, conferindo-lhe um protagonismo que pode deslocar o fato noticioso como centro da narrativa. Esse recurso tem suscitado debates sobre sua pertinência e eficácia. Herrscher (2018) ressalta que, no jornalismo informativo clássico, o jornalista permanece ausente como sujeito narrativo — o “eu” é proibido —, privilegiando-se uma exposição concisa e desapaixonada dos fatos. Em contraste, o jornalismo narrativo abraça a intervenção do narrador-protagonista, o que introduz um olhar particular que pode tanto enriquecer quanto distorcer a verdade jornalística, especialmente em contextos onde a informação é parcial ou limitada.

Por sua vez, Grijelmo (2008) adverte que o uso reiterado da primeira pessoa pode ser percebido como egocêntrico, desviando a atenção do leitor para o autor e não para a informação. Ele sugere que o jornalista pode optar por evitar o protagonismo pessoal e, em vez disso, destacar a importância do conteúdo informativo e do leitor. Assim, o jornalista enfrenta um dilema ético e estilístico na redação, que implica decidir quando e como incorporar sua voz sem desvalorizar a notícia.

Romás (2008) complementa essa visão, apontando que a inclusão do “eu” na narrativa não é casual nem arbitrária, mas responde a intencionalidades conscientes do autor, como a busca por protagonismo, a expressão de um estilo próprio ou a construção de uma figura midiática. Esse uso premeditado da primeira pessoa evidencia a subjetividade como uma ferramenta deliberada na construção narrativa, que pode trazer autenticidade e proximidade, mas também deve ser manejada com responsabilidade para não comprometer a integridade informativa.

O uso da primeira pessoa gramatical no jornalismo tem suscitado intensos debates acadêmicos sobre sua validade, seus riscos e suas possibilidades expressivas. Embora no jornalismo informativo tradicional o eu tenha sido considerado uma figura proscria — como indica Herrscher (2018), nesse modelo o jornalista “não existe” —, em gêneros interpretativos e narrativos como a crônica, a reportagem literária ou o testemunho, sua presença ganha sentido e poder discursivo. Nesses casos, o eu não apenas informa, mas também interpreta e reconfigura o fato a partir de sua experiência e visão particular.

Nesse contexto, o testemunho se apresenta como uma das formas narrativas em que a primeira pessoa adquire legitimidade e força expressiva, na medida em que relata uma experiência única e autêntica. Trata-se de um registro em primeira mão, cujo valor reside na autenticidade do evento vivido ou testemunhado pelo autor. O testemunho pode assumir a forma de uma crônica de viagem em que o eu não apenas narra, mas constrói uma subjetividade situada, envolvida, que dá conta de seu trânsito por um espaço ou situação excepcional.

A partir dessa perspectiva, Beverley (1987) considera que o autor do testemunho é o principal protagonista da história e que sua narração em primeira pessoa deve se basear em uma experiência representativa. No caso do jornalismo, essa representatividade pode ser encontrada na cobertura de um conflito, uma catástrofe ou um

fenômeno social a partir do local dos fatos. Para Beverley, o testemunho teve uma grande proliferação na América Latina a partir dos anos 60, especialmente em contextos de luta armada e transformação política, onde o relato testemunhal se tornou um instrumento de denúncia e visibilidade.

O auge do testemunho nesses anos se explica, segundo o autor, por diversos fatores: o valor documental do relato (registro minucioso dos fatos), o uso de ferramentas etnográficas como a observação participante, sua ligação com o político e o literário, e sua apropriação pela contracultura como forma de resistência simbólica. Da mesma forma, Beverley estabelece um paralelo entre o testemunho e o romance picaresco, na medida em que ambos os gêneros narram na primeira pessoa, apelam para uma cumplicidade com o leitor e centram o relato em uma experiência individual que busca representar uma verdade coletiva.

Por isso, o testemunho não deve ser considerado uma simples forma literária, mas sim uma prática narrativa situada entre a cultura hegemônica e as vozes subalternas. O eu que se enuncia no testemunho — como em certas crônicas — não busca o embelezamento da linguagem nem a ficção estilizada, mas a transmissão ética e política de uma verdade vivida, que foi marginalizada ou silenciada pelos discursos dominantes. Nesse sentido, o testemunho como forma do eu é fundamental para pensar o jornalismo narrativo como espaço de subjetividade, memória e verdade.

A viagem como experiência narrativa e estrutural

A viagem tem sido, desde suas origens, uma das matrizes fundamentais do relato. Não é por acaso que muitas das grandes narrativas míticas, religiosas e literárias da humanidade — como a Odisseia, o Êxodo, a Divina Comédia ou os diários de exploração — estão organizadas em torno de deslocamentos. Viajar é uma experiência que transforma o sujeito: confronta-o com o outro,

desestabiliza-o, obriga-o a reaprender o mundo a partir de novos códigos. Nesse sentido, a viagem não é apenas um fato físico, mas também uma experiência simbólica, social, afetiva e narrativa.

Como afirma Clifford (2019), a viagem está historicamente ligada a diversas práticas de conhecimento e poder: a exploração, o colonialismo, o turismo, a migração, o nomadismo, entre outras. Cada tipo de viagem implica uma lógica diferente de aproximação ao desconhecido. Para Clifford, a viagem é uma prática carregada de ideologia: quem viaja o faz a partir de um ponto de vista cultural específico, com suas próprias formas de ver, classificar e interpretar. Por isso, mais do que uma simples mobilidade, a viagem é uma forma de representar o mundo.

A partir dessa perspectiva, o relato de viagens constitui uma operação discursiva na qual o viajante seleciona, organiza e dá sentido ao que viveu. Carrizo (2008) aponta que a viagem produz um distanciamento em relação ao habitual e provoca uma suspensão da rotina cotidiana. Esse desenraizamento possibilita um olhar renovado, uma reapropriação do mundo a partir de uma experiência singular.

A viagem como ruptura e distanciamento

A viagem implica uma ruptura com o cotidiano, um deslocamento que desestabiliza o sujeito e o coloca em uma posição liminar. Essa condição, como explica Carrizo (2008), possibilita uma nova forma de estar no mundo: o viajante se encontra fora de seus marcos habituais de referência e, nesse estranhamento, toma consciência de outras formas de vida, de outros ritmos, de outras lógicas sociais e culturais.

Viajar é, nesse sentido, uma experiência transformadora que opera tanto no nível material quanto no simbólico. A distância geográfica se torna uma forma de proximidade consigo mesmo, na medida em que o sujeito é obrigado a redefinir sua identidade diante do desconhecido. A tensão entre o familiar e o estranho,

entre o próprio e o alheio, constitui o núcleo do relato de viagem e o torna uma ferramenta privilegiada para questionar a identidade.

Descrição, isotopias e organização do relato

Um dos procedimentos mais relevantes do relato de viagem é a descrição, que permite deter o tempo narrativo para explorar sensorialmente os espaços, as paisagens, os corpos e os climas culturais. Essa dimensão descritiva não é um mero adorno do texto: é um ato de construção do mundo. Como afirma Carrizo (2008), o viajante escreve não apenas o que vê, mas como o vê, com que sensibilidade o percebe, a partir de que horizonte cultural o interpreta.

A descrição articula-se em torno de isotopias — elementos semânticos recorrentes — que coesionam o relato e lhe conferem continuidade, mesmo quando este aparece fragmentado ou episódico. Essas isotopias podem ser temáticas (a solidão, o desenraizamento, a hospitalidade), sensoriais (a luz, as cores, os sons) ou mesmo simbólicas (o rio como trânsito, o trem como espera). Assim, a viagem não é apenas a soma dos lugares visitados, mas uma experiência dotada de sentido narrativo.

A estrutura do relato de viagem é organizada mais por itinerário do que por enredo no sentido clássico. Ao contrário do romance ou do conto, onde existe uma progressão conflituosa, no relato de viagem a sequência espacial — os lugares visitados, as etapas do percurso — atua como princípio estruturante. O relato se torna uma cartografia afetiva do trajeto percorrido.

A voz do viajante: factualidade e subjetividade

O viajante que narra ocupa simultaneamente os papéis de protagonista, testemunha e relator. Esta tripla função configura uma voz narrativa particular, que se baseia tanto na autoridade do vivido como na subjetividade da experiência. Alburquerque (2011) sublinha a importância da factualidade no relato de viagem: embora

subjetivo, o texto mantém uma relação verificável com a realidade, o que o diferencia da ficção literária.

O cronista de viagens posiciona-se como uma testemunha credível: sua legitimidade provém do fato de ter estado lá. Essa autoridade experiencial se manifesta no uso da primeira pessoa, nos detalhes sensoriais, nas marcas temporais e na presença do corpo no relato. No entanto, essa factualidade não exclui o componente interpretativo: como aponta James Clifford (2019), todo viajante olha a partir de um marco cultural, de um lugar de enunciação.

A subjetividade do viajante se expressa em suas escolhas descritivas, em suas emoções, em seus silêncios. Não há relato de viagem sem olhar: toda narração do outro é também uma narração do eu, de seus limites e descobertas. No caso da América Latina, a crônica de viagens assumiu historicamente uma voz comprometida, afetiva, até mesmo e e política, que se distancia das lógicas assépticas ou puramente documentais da viagem colonial ou turística.

Tópicos narrativos e olhar comprometido

Em seu estudo sobre crônicas latino-americanas, Ortega (2006) identifica uma série de tópicos narrativos — ou tópicos — que se repetem com variações: a chegada, a surpresa diante do desconhecido, a busca por alojamento, o encontro com personagens locais, os conflitos do caminho, a reflexão existencial. Esses módulos narrativos permitem articular experiências diversas em um quadro reconhecível, oferecendo ao leitor uma estrutura compreensível e ao cronista uma gramática flexível para narrar.

Além disso, Ortega distingue entre o olhar aséptico e o olhar comprometido. O primeiro é distanciado, quase etnográfico; o segundo, por outro lado, implica um envolvimento emocional, ético e político. Na tradição latino-americana, especialmente em cronistas como José Martí, José Carlos Mariátegui ou Manuel Jesús Orbegozo, predomina esta segunda forma de olhar: um olhar crítico, empático,

que não se limita a registrar o que vê, mas dialoga com as desigualdades, as memórias e as dores dos povos.

Em Orbegozo, por exemplo, o olhar do viajante é inseparável de seu compromisso com o Peru. Suas crônicas não narram apenas trajetos físicos, mas itinerários simbólicos que percorrem a história do país, suas fraturas sociais, sua diversidade cultural. Sua escrita articula o testemunho com a poesia, a denúncia com a contemplação, e transforma a viagem em uma forma de conhecimento situado, ético e estético ao mesmo tempo.

O discurso narrativo na crônica de viagens

A viagem, além de uma experiência geográfica, implica uma transformação subjetiva que é narrada a partir de uma perspectiva particular. Nesse contexto, a crônica de viagem configura-se como um discurso no qual convergem a experiência do deslocamento e a necessidade de dar sentido a essa experiência por meio de um relato estruturado. Para sua análise, é pertinente recorrer à narratologia estrutural e à hermenêutica narrativa, ferramentas que permitem revelar os mecanismos pelos quais o cronista transforma a trajetória em narração.

Narratologia estrutural e configuração do relato

A narratologia estrutural, surgida em meados do século XX, tem como objetivo analisar as estruturas profundas do relato, além de seu conteúdo temático. Como aponta Barthes (1972), o conceito de relato pode ser entendido a partir de três dimensões: como discurso (a própria enunciação), como texto (a forma como é contado) e como história (a sequência e a cronológica dos fatos). Assim, o relato de viagem pode ser abordado como uma forma de organizar a experiência por meio de uma estrutura formal que lhe confere sentido.

Entre os principais expoentes dessa corrente está Gérard Genette, que em *Figuras III* (1972) propõe uma teoria do relato baseada em três níveis: a história (o que é narrado), o discurso (como é narrado) e a narração (quem narra, de onde e com que intenção). A análise do discurso compreende aspectos como a ordem (anacronias como analepse ou prolepse), a duração (a relação entre o tempo narrado e o texto), a frequência (repetição ou singularidade dos eventos), o modo (grau de subjetividade na descrição) e a voz (homodiegética ou heterodiegética, com diferentes tipos de focalização).

Aplicadas à crônica de viagens, essas ferramentas permitem observar como o cronista não apenas relata fatos, mas os reordena, seleciona e dramatiza para construir um sentido narrativo próprio. O tempo, o olhar e a voz do viajante tornam-se elementos-chave para a análise textual.

A hermenêutica narrativa e a experiência como relato

Complementarmente, a hermenêutica narrativa, segundo Paul Ricoeur (1995), permite entender o relato como uma forma de configuração da experiência. Para este autor, a narração não é uma mera cronologia, mas uma reorganização simbólica do tempo vivido. Ricoeur propõe o modelo da tríplice mimese:

- Mimesis I, o mundo pré-configurado de significados e ações inteligíveis anteriores ao relato;
- Mimesis II, a configuração do relato como processo de articulação coerente dessa experiência;
- Mimesis III, a reconfiguração por parte do leitor, que reinterpreta o texto a partir de seu próprio horizonte cultural.

Dessa perspectiva, o relato de viagem não é apenas uma sequência de fatos, mas uma operação simbólica que constrói

identidade, memória e interpretação do mundo. A experiência da viagem se transforma em conhecimento narrativo.

Discussão ou reflexão final

Este artigo propôs uma aproximação conceitual à crônica de viagem como uma forma narrativa híbrida, a partir da análise de um corpus jornalístico de Manuel Jesús Orbegozo, publicado no suplemento *El Dominical* do jornal *El Comercio* entre 1961 e 1992. A partir de um percurso histórico e teórico sobre a evolução do gênero e seus principais representantes, foram delimitados três eixos que estruturam sua complexidade discursiva: a subjetividade ou o olhar do autor, a crônica como gênero fronteiro entre o jornalismo e a literatura, e a viagem entendida como experiência de deslocamento reveladora e transformadora.

A articulação desses três elementos permitiu não apenas caracterizar a escrita de Orbegozo, mas também repensar a crônica de viagens como um dispositivo de representação do real, onde convergem a observação sensível, a construção estilística, a temporalidade vivida e um compromisso ético com os fatos narrados. Nesse contexto, o uso da primeira pessoa revela-se um recurso de autenticidade e reconhecimento, por meio do qual o autor envolve sua experiência, sua visão de mundo e sua interpretação subjetiva do observado.

Atualmente, a produção de crônicas de viagem na mídia impressa peruana é escassa, enquanto no ambiente digital se diversificam novos formatos audiovisuais. No entanto, esses conteúdos apresentam abordagens diferentes do estilo narrativo e ético de Orbegozo, que construía o relato a partir da experiência direta, do detalhe e da sensibilidade. A crônica, como gênero híbrido, exige do jornalista uma escrita capaz de transmitir o que ele vê e sente, de forma que o leitor também experimente uma jornada emocional e intelectual.

Nesse sentido, a subjetividade não é um obstáculo à verdade, mas o canal pelo qual o cronista interpreta e transforma o vivido em relato. A viagem, por sua vez, não é apenas um deslocamento geográfico, mas uma experiência transformadora que revela aspectos profundos da condição humana. Por trás da trajetória narrada podem se esconder a beleza, a tragédia, a solidão, a memória ou a esperança. A crônica de viagens, então, nos convida a ver o mundo com os olhos do outro, mas também com os nossos, ampliando os limites do visível e do narrável.

Dessa forma, no contexto latino-americano, a obra jornalística de Orbegozo dialoga com uma tradição de jornalismo narrativo que buscou conectar a experiência pessoal e a memória coletiva. Sua contribuição permite refletir sobre as práticas jornalísticas na região, nas quais a crônica de viagens não constitui apenas um simples deslocamento geográfico ou transferência para espaços distantes, mas também uma ferramenta para compreender realidades sociais, culturais e políticas a partir do olhar do cronista. Por fim, seus textos se configuraram como referências para repensar a formação profissional e, o papel ético e, acima de tudo, como testemunho de sua época no jornalismo narrativo na América Latina.

Referências

Alsina, M. (2001). A construção da notícia. Paidós.

Albuquerque-García, L. (2011). O “relato de viagens”: marcos e formas na evolução do gênero. *Revista de Literatura*, 73(145), 15–34.

Barthes, R., Greimas, A. J., Bremond, C., Gritti, J., Morin, V., Metz, C., Todorov, T., & Genette, G. (1970). *Análise estrutural do relato*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo. (Obra original publicada em 1966)

Beverley, J. (1987). Anatomia do testemunho. *Revista de Crítica Literária Latino-Americana*, 13(25), 7–16.
<https://doi.org/10.2307/4530303>

Carrizo Rueda, S. (Ed.). (2008). *Escrituras del viaje*. Buenos Aires: Biblos.

Carrillo, S. (1999). *Literatura e Jornalismo. O relato jornalístico e a narrativa literária*. Editorial San Marcos.

Clifford, J. (2015). *Notas sobre teoria e viagem* (R. Zamorano, Trad.). Em R. Rodríguez Freire (Ed.), *Teorias viajeras* (Cuadernos de teoria e crítica, N.º 1, pp. 63–78). Editorial Dársena.

Figueres Artigues, J. M. (2005). *Jornalismo de guerra: as crônicas da guerra civil espanhola*. *Estudos sobre a Mensagem Jornalística*, 11, 279–291.

Gatgens, J. (2011). *Vallejo poeta, Vallejo jornalista: “dois espíritos” no mesmo escritor*. *Ensaaios Pedagógicos*, 6(1), 83–97.

Grijelmo, A. (2008). *O estilo do jornalista*. Editorial Taurus.

Herrscher, R. (2018). *Jornalismo narrativo. Como contar a realidade com as armas da literatura*. Editorial Icono.

López Alcón, N. (2014). *As crônicas de guerra e o romance curto nas primeiras décadas do século XX*. *Tonos Digital*, (27). <https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/40408>

Pinero, P. (2020). *O gênero da não ficção na América Latina: caracterização a partir de duas obras pioneiras, Relato de um naufrago e Operação massacre*. *Tese*, 14, 13(17), 7–20. https://www.researchgate.net/publication/349677374_El_genero_de_no_ficcion_en_America_Latina_caracterizacion_a_partir_de_dos_obras_pioneras_Relato_de_un_naufrago_y_Operacion_masacre

Salas, N. (2009). *A crônica jornalística peruana*. San Marcos.

Taufic, C. (1979). *Jornalismo e luta de classes*. Causachun.

Teglia, V. (2021). As crônicas das Índias: testemunhos da verdade de um novo mundo sobrenatural. *Letras*, 84, 58-76. <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/13436>

Tuchman, G. (1999). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas (E. Aladro, Trad.). Em M. De Moragas (Comp.), *Sociologia da comunicação de massa* (pp. 325-340). Gustavo Gili.

Tuñón San Martín, A. (2003). Jornalismo e cultura: o último encontro. Em *Literatura e jornalismo: a imprensa como espaço criativo* (pp. 53-60). Publicações do Congresso de Literatura Espanhola Contemporânea.

Rabí do Carmo, A. (2016). Abraham Valdelomar: Notas sobre a fundação do jornalismo narrativo no Peru. *Conexão*, (6), 58-73. <https://doi.org/10.18800/conexion.201602.004>

Ricoeur, P. (1995). Tempo e narração I: Configuração do tempo no relato histórico (C. Corrêa e A. Neira, Trans.). Trotta. (Obra original publicada em 1983)

Rotker, S. (1992). Fundação de uma escrita. As crônicas de José Martí. Casa de las Américas.

Ortega Román, J. J. (2006). A descrição no relato de viagens: os tópicos. *Revista de Filologia Românica*, anexo IV, 207-232.

Orrillo, W. (1998). Os gêneros jornalísticos. Editorial San Marcos.

Wiktorowska, A. (2014). Ryszard Kapuscinski: visão integradora de um repórter. Classificação, construção e recepção de sua obra. [Tese de Doutorado, Universitat de Barcelona].

EPISTEMOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO DECOLONIAL: almejando a redescoberta do Brasil

Luís Guilherme Costa Berti
Nelson Russo de Moraes

Introdução

A comunicação implica em uma disciplina de diálogos possíveis, tais quais, com a cultura, linguística e afins. Reveste-se, portanto, em um campo de transformações sociais. O estudo da comunicação perpassa por diversas escolas, vide: A Escola de Frankfurt com a sua teoria crítica, sobretudo, com a Indústria Cultural, o pensamento de Umberto Eco, linguista e semiótico, bem como a concepção de cibercultura de Pierre Levy. Todavia, neste estudo dar-se-á ênfase no alinhamento dos estudos decoloniais para com a comunicação. Nesse recorte, lança-se à luz líderes indígenas que empregam da comunicação para repensar, sobremaneira, o Brasil.

Desta feita, questiona-se: como descobrir um local no qual nunca fora oculto? *A priori*, pela desconstrução narrativa da comunicação decolonial. Recomeçar uma perspectiva que nunca foi verossímil; apenas propaganda como oficial. A decoloneidade

concerne a um novo horizonte de esperanças. A redescoberta do local diz respeito para além de um território físico, todavia, trata-se de um terreno simbólico fértil para a fruição de saberes. Noutras palavras, lança-se luz ao imortal Ailton Krenak: “depois de escapar do genocídio, os índios descobriram o Brasil na luta pelo direito de estar presente aqui” (KRENAK, 2018).

O célebre Krenak reflete acerca de um futuro em movimento; não é estanque em busca que a sociedade o alcance. O futuro se desvela enquanto uma edificação a começar agora, sobretudo em um momento tão torpe para os povos indígenas. O discurso de Ailton Krenak na canção propõe que os saberes tradicionais devem ser empregados a fim de salvaguardar o por vir.

A terminologia “epistemologia” advém do grego, na qual o “episteme” refere-se a (conhecimento) com a junção do “logos” que alude ao (estudo). Desta feita, toda produção de saber há de estar atrelada a condição humana de sapiência, independente do particularismo histórico ou do povo que a produz.

Nessa toada, trago à baila a citação de Linda Alcoff:

é realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda sobre sua localização cultural e social. (ALCOFF, 2016, p. 131).

Na contemporaneidade com a profusão da comunicação os saberes tradicionais são dissipados das mais variadas formas, haja vista, a museologia, aos meios midiáticos, tal qual, audiovisuais, literaturas, palestras entre outras. Tais meios de comunicação são ferramentas de transformações sociais que emitem mensagem aos

receptores. Desta feita, nota-se, nos dias que cursam, a demarcação epistemológica - a demarcação simbólica desvela-se como um ato intelectual ou estado de consciência calcado nos saberes tradicionais. Não se trata, portanto, meramente nos territórios físicos, mas em um movimento intelectual. Eis a noção de futuro ancestral. Ao reivindicar a ancestralidade e seus saberes há de ser redirecionado o porvir. Trata-se, no entanto, de pensar no futuro ao debruçar nos saberes tradicionais -, dos povos que outrora foram vitimados pelo epistemicídio, isto é, o silêncio dos marginalizados. São esses conhecimentos que solidificam a identidade de tais povos. O presente estudo visa a produção indenitárias indigenista.

(...) o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista [...] tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (Santos, 1995, p. 328).

Faz-se necessário dar ênfase ao conceito de comunicação, bem como de sua relevância para a divulgação dos saberes originários. Neste cenário, menciona Raul Fuentes em que propõe a comunicação com o invólucro da cultura:

(...) desde a comunicação seriam observados os processos que incorporam

perguntas e saberes históricos, antropológicos, estéticos, ao mesmo tempo que a história, a sociologia, a antropologia e a ciência política se encarregam dos meios e dos modos como operam as indústrias culturais. (Fuentes, 1999, p. 65).

No cenário brasileiro, sendo, diverso atrelado a noção cultural faz com que haja múltiplas mediações, como também as diversas formas de recepções. A comunicação para os povos invisibilizados concerne a uma ciência subterrânea, na qual é necessário empregar uma espécie de arqueologia epistemológica. Em consonância com Walter Benjamin faz-se preciso “escovar a história a contrapelos a fim de mostrar as impurezas”. (BENJAMIN, 1995). Dito isto, não se desvela possível segregar a comunicação com o meio cultural e social. É sabido que as recepções das mensagens emitidas são compreendidas de maneira diversa a depender dos códigos vigentes de seu tempo. Nos capítulos subsequentes há de ser perscrutado a noção de comunicação decolonial.

Comunicação decolonial

A comunicação decolonial desvela-se emancipadora, uma vez que permite o povo nativo discorrer acerca de sua vivência, isto é, não há intermediários, a mensagem é emitida pelo líder indígena e implica na vida da urbe. Nessa seara, há uma história que se põe em face da epistêmica hegemônica.

Em síntese, a comunicação concerne em emissor, mensagem e receptor. Com o advento dos meios comunicacionais supracitados o conteúdo detém valor rompanete dos resquícios coloniais que ainda imperam na sociedade. A literatura indígena se apresenta para a

sociedade hegemônica como uma cosmovisão que a muito fora lançada ao ostracismo.

É sabido que a comunicação decolonial refere-se a uma mensagem libertária, tratando de emitir uma mensagem que transgride a epistemologia dominante. Nessa toada, há dissonância entre a terminologia decolonial e descolonial?

Para tanto, trago à baila o autor Walsh, no qual explica a razão de retirar o "s".

Suprimir o "s" é uma opção minha. Não é promover o anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado em castelhano do "des" e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter do colonial. É dizer, passar de um momento colonial a um não colonial, como que fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. Com este jogo linguístico, tento pôr em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, senão posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar, visibilizar e alentar "lugares" de exterioridades e construções alter-(n)ativas. (WALSH, 2009, p. 14-15).

Diante do admoestado, o decolonial denota uma luta incessante em face da construção colonialista. Nessa esteira, o escopo do presente artigo se debruça na seguinte indagação: como

a comunicação decolonial pode contribuir para a diluição do conhecimento hegemônico?

O trajeto intelectual mostra-se na profusão, por intermédio dos meios comunicacionais, da epistemologia decolonial. Muitos conhecimentos foram perdidos com o cursar dos tempos, no entanto, a propositura dos saberes tradicionais, por meio dos meios comunicacionais geram espaços próprios para os povos originários.

Insta ressaltar, que os saberes tradicionais não são semelhantes a cultura de massa. Nessa esteira, torna-se evidente que o capital está vinculado com a cultura de massa, mas para lançar luz ao conceito de cultura popular faz-se necessário refletir a ideia de capital cultural oriundo de Pierre Bourdieu. O capital cultural concerne a habilidades, saberes desenvolvidas ao decorrer da existência. O capital cultural pode ser objetivado, vide: o acúmulo de livros, obras de arte ou ao capital cultural institucionalizado referente a diplomas ou títulos. Note que o capital cultural trata-se de uma forma de desigualdade. Afinal, os saberes tradicionais – não são reconhecidos pela sociedade hegemônica, uma vez não se tratar de uma forma ordinária de capital cultural -, no entanto, são epistemologias particulares, na qual devem ser reconhecidas nos mais distintos lugares.

Segue o quadro explicativo acerca da cultura/epistemologia oriunda dos povos:

Cultura de Massa	Cultura Popular
Emerge com a Indústria Cultural	Oriunda dos povos
Padronizado: busca o lucro	Busca pela memória, identidade
Produção em larga escala	Nasce dos saberes tradicionais

Figura 1. Produzido pelo autor.

Frise-se a memória como variável para concretizar a reivindicação pela identidade. Os museus com a temática histórica e

educacional indigenista para os povos originários tratam-se de espaços de memórias. A produção de sentido, bem como a divulgação do mesmo se desvela como forma de propor identidade.

A produção cultural é uma comunicação decolonial. Em um diálogo de culturas originárias distintas, Krenak, discorre sobre o livro de *A Queda do céu*, de Kopenawa:

O livro tem a potência de mostrar para a gente, como é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilham de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido. (KRENAK, 2019. p, 25).

As epistemologias originárias geram aos receptores curiosidade, estranhezas e espanto. O espanto advém de uma pluralidade de 'brasis' pouco conhecido. Entretanto, as narrativas originárias fazem com que sejam possíveis de serem redescobertas. Os saberes soterrados, por intermédio da comunicação, ressurgem pungentes.

É um pensamento, uma ação, uma transgressão. Nota-se o célebre Mignolo:

o pensamento e a ação descolonial focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilidade de opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que reque sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais (MIGNOLO, 2017, p. 6).

A comunicação e a epistemologia decolonial faz com que o Brasil seja redescoberto e relatado pelos nativos detentores da história primeira, sendo, no entanto, avesso a história una.

O autor Mignolo argumenta que a descoloneidade perpassa do pensamento para a ação. Representa uma desconstrução de epistemologias eurocêntricas para o imperativo dos conhecimentos próprios. No capítulo subsequente há de ser abordado o fundir da letra para com a atitude decolonial, bem como o escrutínio da estrutura narrativa, interpretada pelo líder originário Ailton Krenak. A ação decolonial visa a *redescoberta do Brasil*.

Os comunicadores originários

A manutenção da diversidade deve-se, sobretudo, ao pensamento decolonial. A pluralidade dos países latino-americanos se dá através dos meios de comunicação. Note o exemplo de Kopenawa, na qual propagara a cosmovisão e sua transformação como xamã em seu *magnum opus A queda do céu*. A obra transcende a literatura e tornou-se documentário, sendo, exposto no Festival de Cannes – exemplo de como a cosmovisão de um povo pode ser emitida e mui bem recepcionada pelos receptores da sociedade hegemônica.

Como modifica-se a visão enviesada predominante na pós-modernidade? Uma das hipóteses se dá na propagação pelos meios comunicacionais da epistemologia marginalizada.

Ressalta-se outro caso de sucesso que vai para além da fronteira brasileira. O fotógrafo e os registros culturais realizados por Martín Chambi tratavam-se dele, assim como de seus ancestrais. O peruano registrou a sua vivência de um universo andino, rural e originário. Lança-se luz ao comunicador originário “[...] retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou aquela relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas às experiências [...]” (BENJAMIN, 1994), oriundo de seu próprio povo.

A comunicação se dá através da emissão da mensagem improvável. Esta ação é composta pela decoloneidade. Nesse sentido, interpela-se: como se dá a recepção das comunicações?

Diversos autores, tal qual, Umberto Eco aponta que toda produção concene a uma "Obra Aberta", tendo o receptor a incumbência de gerar sentidos. A obra é inacabada. O autor ativo há de ressignificar a obra. Para além disso, há de trazer para o seu "horizonte de sentidos" o conteúdo outrora emitido. Percebe-se, portanto, a modificação de percepções ocasionadas pela comunicação. Percebe-se que o receptor perpassa por três fases para a efetiva ação de ressignificar as obras.

Insta regressar, ao clássico pensamento de Aristóteles, nas quais, destacam três instâncias, vide: *poesis*, *aithesis*, como também a *katharsis*. A *poesis* alude a criação da narrativa, ao passo que a *aithesis* visa a criticidade discursiva e a *katharsis* o ultrapassar do senso-comum. Dessa forma, o receptor significa a obra que absorveu.

Desta feita, cita-se, ainda, o autor e palestrante Ailton Krenak, no qual figura na Academia Brasileira de Letras endossando o conceito acima empregado como "demarcação epistemológicas". O debate originário transcende a demarcação territorial – na qual deve ser analisada com esmero –, contudo, o campo dilata-se para a seara simbólica. Ressalta-se que a demarcação simbólica trata-se de saberes tradicionais e cosmovisões.

Porquanto, os indígenas sempre foram atores na América Latina a defender sua vivência, seus direitos, como também propagar a sua cultura. A concepção de território dialoga com a noção Milton Santos que ministrava:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções

e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Desta feita, reitera-se que a comunicação decolonial atua como uma ferramenta de transformação social. O recorte se dá, majoritariamente, em solo brasileiro, contudo o narrador – emissário da mensagem -, reveste-se de uma episteme libertadora que há de percorrer toda América Latina.

Outrossim, o espaço germina cultura que há de mediar as comunicações dos líderes indígenas. O eco dos rincões do Brasil há de ser ouvido, não mais olvidado. A propositura desvela-se embrionária, no entanto, necessária. Tal espaço definido por Santos é o lugar de existência e resiliência.

Ao realizar o exercício de responder a indagação que inaugura o artigo: como descobrir um local no qual nunca fora oculto? Redescobrimo por intermédio dos saberes de quem nunca deixara de estar aqui. Desta feita, que a história seja escovada contrapelos a fim de que não haja uma história única, permanente e hegemônica.

Considerações finais

O presente estudo tenciona as epistemologias originárias como forma de redescobrir o Brasil. A comunicação originária desvela-se um pensamento, uma ação, uma transgressão epistemológica. A pluralidade da América Latina é comunicada pelos líderes indígenas que propagam a sua cosmovisão por intermédio dos meios comunicacionais.

Dessa forma, os receptores da sociedade hegemônica ultrapassam o senso-comum imposto na obra. O receptor faz-se um sujeito ativo. Porquanto, a comunicação social torna-se uma variável de transformações sociais e combate a narrativa única.

A equidade dos saberes tradicionais para com a considerada “epistemologia mestre”. O narrador repensa a história e cava, tal qual, uma arqueologia discursiva. O escopo do presente artigo faz-se apresentar a comunicação decolonial como forma emancipadora dos povos originários, como também das comunidades tradicionais que figuram o Brasil e na latino América.

A cultura, a ancestralidade e a tradição faz com que as memórias tornem-se identidades e mediações para uma comunicação direcionada a sociedade homogênea. Para além disso, que outros líderes indígenas surjam e apresentem via meios comunicacionais a sua particular cosmovisão.

Da maneira que comunicara Ailton Krenak, após escapar de diversos genocídios os povos originários revestem do direito de estarem ativos e representados. Ora, territorialmente, ora, com a singular episteme. Eis a imprescindível comunicação decolonial.

Referências

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade E Estado**, 31(Soc. estado., 2016 31(1)). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>>. Acesso em: 22 de dez de 2022.

BENJAMIN, W. (1994). **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política** (7a ed.). São Paulo: Brasiliense.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A Repreodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
ECO, U. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FUENTES, R. **La investigación de la comunicación en América Latina**. IN: Diálogos de la comunicación. Nº 56, octubre de 1999.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

KRENAK, A. **Para os índios, a presença nos debates da Constituinte significou a redescoberta do Brasil**. [29 de julho de 2018] Entrevista concedida à Raquel Torres. Disponível em <<https://outraspalavras.net/outrasaude/nos-debates-da-constituintesindiosredescobriram-o-pais/>>. Acesso em: <20 de jan de 2023.>

MIGNOLO, W. D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 25 jan. 2023.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

WALSH, C. **Interculturalidade, Estado, Sociedade: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidade Andina Simón Bolívar/Abya Yala, 2009.

A

Ações afirmativas indígenas –

políticas e representação eleitoral indígena, 233–238;
armadilhas e urgências, 239–241;
lugar de fala e colonialidade do poder, 242–244.

Afetividade –

epistemologias do cuidado e narrativas feministas, 166–168.

Alfabetização midiática –

combate à desinformação, 28–31, 59;
ensino crítico da comunicação, 115–117.

América Latina –

desafios epistemológicos da comunicação, 15–17;
jornalismo digital latino-americano, 11–26;
pluralidade cultural e decolonialidade, 255–258.

Animal Político (México) –

jornalismo investigativo, 34–37.

Arte e comunicação visual –

imagem do monstruoso e representações de poder, 89–97.

Audiências digitais –

consumo e interação, 20–23;
participação cidadã, 25–27.

B

Banco Mundial –

apoio histórico às rádios educativas, 51.

Blogs e plataformas digitais –

como espaço de contra-narrativas, 26, 144.

Brasil –

comunicação amazônica e feminicídio, 105–112;
epistemologias indígenas, 237–239.

C

Campanhas eleitorais indígenas –

representação política, 233–240.

Capital simbólico –

jornalismo e cultura camponesa, 79–83.

Castells, Manuel –

educação e comunicação crítica, 56.

Chequeado (Argentina) –

fact-checking e jornalismo de dados, 37–40.

Cibercultura –

interatividade e convergência, 14, 21, 23.

Comunicação

Epistemologia da comunicação, 153–161, 197–205.

Comunicação organizacional, 200–202.

Comunicação decolonial, 265–270.

Comunicação esportiva inclusiva, 205–214.
Comunicação popular e alternativa, 45–57.

Comunicação e poder –
mídia e política, 237–240, 246.

Comunidades tradicionais –
saberes e representação simbólica, 241–244.

Consumo midiático –
novas práticas e dinâmicas digitais, 12–17, 22–25.

D

Decolonialidade –
epistemologias latino-americanas, 255–272;
crítica ao eurocentrismo, 259–266.

Desinformação –
impacto social e cognitivo, 27–31;
fake news e bolhas informativas, 30–32.

Diálogo intercultural –
comunicação indígena e feminista, 240–243, 259–260.

Digitalização da informação –
plataformas e algoritmos, 18–24, 31–33.

E

Educação alternativa –
rádios comunitárias e inclusão social, 45–67.

Educação popular –

metodologias participativas, 46–50, 66.

Endomarketing –

cultura organizacional e inteligência artificial, 220–225.

Envelhecimento populacional –

representação midiática da velhice, 203–210.

Epistemologia

Epistemologia da comunicação, 153–162.

Epistemologias feministas, 163–173.

Epistemologias decoloniais, 255–272.

Epistemologia crítica latino-americana, 147–152.

Esporte e comunicação –

inclusão de estudantes surdos, 211–218;

mulheres atletas, 199–203.

Estética e corpo –

imagem do feminino e monstruoso, 89–98.

Ética jornalística –

verificação e transparência, 19, 32–34, 36.

F**Fact-checking –**

jornalismo de verificação e checagem de dados, 33–37, 38–40.

Feminicídio –

representações visuais no jornalismo amazônico, 105–113.

Feminismos

Epistemologias feministas, 163–173.

Mulheres pesquisadoras, 166–170.

Mídia e gênero, 199–203.

Freire, Paulo –

comunicação dialógica e conscientização, 54–56.

G

Globalização –

impactos na comunicação digital, 17–19.

Governança midiática –

regulação e ética, 19, 246.

H

Habermas, Jürgen –

racionalidade comunicativa e ética discursiva, 150–152.

História do jornalismo latino-americano –

transformações digitais e narrativas, 11–26.

I

Ibagué (Colômbia) –

imagem do monstruoso, 88–96.

IGER (Guatemala) –

rádio educativa e inclusão, 51–62.

Imagens e memória –

visibilidade das vítimas, 107–110.

Indígenas, povos –

epistemologias originárias e representação, 233–243.

Informação e desinformação –

algoritmos e redes sociais, 28–32.

Inteligência artificial (IA) –

jornalismo automatizado, 22, 220–227.

Interculturalidade –

diálogo entre epistemologias latino-americanas, 241–243.

J

Jornalismo

Digital, 11–26.

Investigativo, 33–37.

Transmídia, 73–82.

Feminista, 164–169.

Decolonial, 259–270.

Jornalismo esportivo –

maternidade e gênero, 198–203.

Jornalismo independente –

La Silla Vacía, Animal Político, 33–37.

Juventude e mídia –

consumo crítico e formação cidadã, 114–117.

K

Krenak, Ailton –

pensamento indígena e comunicação decolonial, 265–269.

L

La Silla Vacía (Colômbia) –

jornalismo político independente, 33–35.

LaBot (Chile) –

jornalismo automatizado e explicativo, 41–44.

Lupa Media (Equador) –

fact-checking e ética formativa, 39–41.

M

Maternidade e esporte –

representações midiáticas, 198–203.

Metateoria –

fundamentos epistemológicos da comunicação, 118–129.

Mignolo, Walter –

pensamento decolonial, 259–263.

Mídia e velhice –

envelhecimento e longevidade, 203–210.

Monstruosidade –

estética e poder, 88–97.

Mulheres na pesquisa em comunicação –

visibilidade e epistemologia, 164–170.

N

Narrativas jornalísticas – subjetividade e experiência, 247–254.

Necropolítica – colonialidade e exclusão indígena, 240–242.

Novas mídias – plataformas digitais, 11–24, 222.

O

Organizações e cultura – endomarketing e IA, 220–226.

P

Pandemia de COVID-19 –

jornalismo e envelhecimento, 204–210;

educação radiofônica, 59–64.

Participação cidadã –

jornalismo digital e engajamento, 21–25.

Pós-colonialismo –

crítica epistemológica e comunicação, 259–264.

Práticas jornalísticas –

inovação e ética, 18–25, 32–37.

R

Rádios comunitárias –

educação alternativa e inclusão, 45–66.

Razoabilidade comunicativa –
epistemologia crítica, 151–153.

S

Saberes tradicionais –
comunicação indígena e decolonialidade, 236–243.

Sustentabilidade midiática –
modelos alternativos, 25–26, 41–43.

T

Tecnologias digitais –
transformação das práticas comunicacionais, 11–25, 220–225.

Teoria e metateoria da comunicação –
fundamentos epistemológicos, 118–130.

Transmídia –
comunicação camponesa e publicidade social, 73–82.

Transformação social –
papel da comunicação crítica, 17–19, 85–87.

V

Velhice e longevidade –
abordagens midiáticas, 203–210.

Verificação de fatos –

fact-checking e combate à desinformação, 33–40.

Violência policial –

representação e webjornalismo, 244–247.

Visibilidade das mulheres –

epistemologias feministas e jornalismo, 165–170.

Z

Zonas de silêncio –

omissões midiáticas e exclusões epistemológicas, 240–243,
259–260.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Adriana Milena Torres Portela

Estudante de Comunicação Social Jornalismo da Universidade de Tolima. Técnica em Desenho e Integração Multimídia.

Adriano Alves Silva

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), certificado em Harvard (Leaders of Learning), MBA em Comunicação Empresarial e Marketing (ITOP), pós-graduação em Tecnologias Educacionais Inovadoras (UnCatólica), e em Arteterapia. Além disso, é bacharel em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda, licenciado em Artes Visuais e está graduando em Psicologia. Adriano tem experiência docente, tendo sido professor no Centro Universitário UNITOP (2013-2015), na Faculdade Católica do Tocantins (2015-2021), onde coordenou o Programa de Extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo, o Núcleo de Arte e Cultura, e participou do NADIME - Núcleo de Apoio Didático e Metodológico do Ensino.

Alice Agnes Spindola Mota

Doutora em Antropologia pelo ISCTE e UFPE (2016), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (2010) e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Professora Associada do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins e coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação em Saúde (COESA).

Ana Beatriz Alves de Almeida

Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal do Tocantins. Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ (2023-2024), bolsista de Iniciação Científica de Fundação do Amparo a Pesquisa do Tocantins (FAPT-TO).

Ana Clara Caceres Angeli

Atualmente está desenvolvendo a pesquisa de Iniciação Científica, com o apoio financeiro do PIBIC 08/2024, endomarketing e inteligência artificial: uma análise da sinergia na construção da cultura organizacional, sob orientação da Prof Dra Célia Maria Retz Godoy dos Santos. Possui experiência na área de Comunicação, com ênfase em Relações Públicas.

Ayllin Nonato Nunes

Mestre em Ensino em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), com dissertação sobre a qualidade da atenção primária à saúde dos surdos e as perspectivas educacionais para o apoio familiar (2024/2). Graduação em Fisioterapia pela Universidade Católica de Goiás (2003), com especialização em Fisioterapia Cardio-respiratória e Pneumofuncional (2011). Licenciatura em Matemática pela FIAR - Faculdades Integradas de Ariquemes (2020). Docente no curso de graduação em Fisioterapia do Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO) de Palmas -TO (2007-2010).

Bruna Alves da Luz

Graduanda do quarto período de Direito pela Universidade Estadual do Tocantins. Possui certificação em Harvard (Contract Law: From Trust to Promise to Contract). Atua como estagiária na Procuradoria Geral do Estado do Tocantins (PGE).

Clay Marinângelo Miranda Rios

Mestre em Ensino em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino em Saúde na Amazônia Legal (GPSAL). Possui licenciatura em Educação Física pela Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA), com pós-graduação em Educação Física Escolar pela Faculdade Suldamérica. É também graduado em Gestão Pública pela Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA). Servidor público da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC-TO) desde 2011, atuou como Superintendente de Esportes, Juventude e Lazer (2020/2022).

Cynthia Mara Miranda

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins, mestrado, doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília e Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Tocantins atuando no curso de Jornalismo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente.

Cláudia Pereira Orquiza

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. Tecnóloga em Gestão Pública (IFTO). Discente de jornalismo (UFT)

Fabio Andres Ribero

Doutor em Ciências Humanas. Humanismo e Pessoa. Universidade de San Buenaventura. É formado em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Autônoma de Bucaramanga. Possui especialização em Relações Internacionais pela Universidade Jorge Tadeo Lozano e MBA em Relações Internacionais pela AIU.

Fagno da Silva Soares

Doutor em Geografia Humana (FFLCH/USP), Doutorando em História (FFLCH/USP), mestre em História do Brasil (UFPI), licenciado e bacharel em História (UEMA/Estácio), Licenciado em Geografia (Uninter) e sociologia (Uninter), bacharel em Museologia e Antropologia pela Universidade Leonardo da Vinci (Uniasselv). Realiza estudos de pós-doutoramento em História Pública Digital Aplicada na Universidade Federal Fluminense (PGCTIn/UFF) sob supervisão Prof. Dr. Gilson Rebouças Pôrto Júnior. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO/USP) e do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC/UFRJ). Documento de Registro Técnico (DRT) Historiador 00017/MA e Sociólogo 000173/MA. Membro Fundador da Rede Pan-Amazônica de História Oral (PANÓ). Especialista em História Pública e Tempo Presente (UFU), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI), História Social e Contemporânea (UCAM), História da Educação (PUC/RS), Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História e Geografia do Brasil (UNIFIA), História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (UNINTER), MBA em Gestão Escolar (Esalq/USP), MBA em Gestão e Ensino de TICs (IBMEC), TICs para Educadores (UFRGS), Direitos Humanos (UFMA), Sociologia (UnB), Tecnologias Educacionais (ENSP/FIOCRUZ), Museologia (Cursando Museu da Memória Republicana Brasileira FMRB-UEMA) Linguagens e Mundo do Trabalho (UFPI). Líder do CLIO MNEMOSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória (IFMA) e Laboratório de Humanidades UBUNTU (IFMA). Atualmente é Professor de História C 04 do IFMA/Campus Açailândia.

Fernando Rodrigues P. Quaresma

Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (2018), com tese sobre a temática saúde de populações vulneráveis na atenção primária; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Luterana do Brasil (2012), com dissertação sobre qualidade da

atenção primária à populações vulneráveis; Especialista em Preceptoria no SUS pelo Hospital Sírio-Libanês (2016), Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2006). Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro da Comissão do Plano de Qualificação e Formação Docente, Comissão de Acessibilidade do Curso de Graduação em Enfermagem (UFT). Vice-Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino em Saúde na Amazônia Legal (GEPESAL-UFT).

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Isabella Flávia Maciel da Silva

Aluna do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) pela Fundação do Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT).

Javier Aurelio Cabello Candela

Licenciado en Ciencias de la Comunicación por la Universidad Nacional Federico Villarreal (UNFV). Magíster em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Periodista, colunista e docentada Universidade Nacional Federico Villarreal.

Joice Danielle Nascimento Pereira

É graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da mesma Universidade (PPGCom -UFT) e bolsista da Capes. É membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (NepJor - UFT/CNPq) e atualmente trabalha como jornalista na Secretaria do Turismo do Estado do Tocantins. Tem interesse nas áreas de Jornalismo Esportivo e Televisão.

Jorge Rocha

Especialista em Marketing e Branding, jornalista por formação e Mestre em Cognição e Linguagem com mais de 25 anos de carreira em Comunicação. Meu trabalho em Planejamento Estratégico e Marketing Digital vai além de apenas destacar vantagens competitivas, sendo fortemente baseado em fomentar persuasão e promover experiência e engajamento.

José Diogo Tavares Pedrosa

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão (2018) e em Programa de Pós-graduação lato sensu de MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2021). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: jornada e ciência.

José Lauro Martins

Graduação em Filosofia, mestre e doutor em Ciência da Educação. Desenvolveu os estudos de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn), da Universidade Federal Fluminense. É professor associado da Universidade Federal do Tocantins. Atua no curso de jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde

(PPGECS/UFT). É membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão "Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino" (Opaje). É pesquisador em Inovação pedagógica e gestão da aprendizagem.

Landri Alves Carvalho Neto

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. Discente de jornalismo (UFT). Bacharel em Direito (UNIRP - Centro Universitário de Rio Preto). Pós-graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil (UNITINS).

Leonardo Pinheiro da Silva

Profissional vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV/DGPE), atuando desde agosto de 2025 como Analista de Negócios Corporativo Sênior na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Porto Nacional, com foco no acompanhamento de indicadores educacionais e apoio à gestão estratégica para melhoria contínua do ensino. Atuou como Agente Local de Inovação (ALI) por 36 meses no ecossistema de Araguaína / Chambary Valley, onde desenvolveu ações de governança, suporte a empreendedores e fortalecimento do ecossistema local de inovação. Doutorando em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn/UFF), mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT/UFT), especialista em Gestão de Negócios (BBI of Chicago), graduado em Logística (UFT) e atualmente cursa Gestão da Produção Industrial (IFTO).

Leonor Lucia González Quiñónez

Diretor de Ciências da Comunicação, Faculdade de Humanidades, Universidade Rafael Landívar. Doutora em Comunicação Estratégica e Social pela USAC. Possui dois mestrados: um em Serviço Social com ênfase em educação e integração social, e outro em Desenvolvimento Humano Local e Cooperação Internacional. É

formada em Ciências da Comunicação com ênfase em desenvolvimento e professora de Educação Infantil e de Alemão.

Luís Guilherme Costa Berti

Doutorando em Comunicação pela FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Câmpus Bauru - Unesp. Mestre em Ciências (Agronegócio e Desenvolvimento) (Bolsista CAPES) pela Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCE/Unesp), Câmpus de Tupã. Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do Grupo de Pesquisas Direitos Humanos e Cidadania. Jurista e bacharel em Direito pelo Centro Univertário da Alta Paulista (UniFADAP).

Marta Rizo García

Professora pesquisadora da Academia de Comunicação e Cultura (desde 2003) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Cidade (desde 2013) da Universidade Autônoma da Cidade do México. Leciona disciplinas sobre teoria da comunicação e metodologia da pesquisa em comunicação e orienta teses de graduação e pós-graduação. É pesquisadora nacional (nível II) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México, coordenadora do Grupo de Pesquisa "Comunicação Intersubjetiva" da Associação Mexicana de Pesquisadores em Comunicação desde 2008 e vice-coordenadora do Grupo de Trabalho "Teoria e Metodologia da Pesquisa em Comunicação" da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação desde 2018. Foi professora visitante em mais de 15 universidades mexicanas e latino-americanas e integra o conselho editorial de uma dúzia de periódicos acadêmicos mexicanos e internacionais.

Mateus Soares dos Santos Lima

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. Jornalista (UFT). Pós-Graduado em Gestão de Redes Sociais (Uninter). Mestrando em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/ UFT).

Mercedes Itzayana Robalino Latorre

Pesquisadora e colaboradora da Universidade Nacional de Chimborazo (UNACH), no Equador. Seus trabalhos se concentram na área de comunicação e jornalismo.

Nelson Russo de Moraes

Livre-docente em gestão e educação ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE/Bauru/SP). 2ª Graduação (em curso) em Comunicação Social/Relações Públicas (Universidade de Franca - UNIFRAN). Especializações realizadas: 1. Gestão de Programas Sociais; 2. Gestão pública; 3. MBA em Mídias Digitais; 4. Antropologia. VINCULAÇÃO: Professor Associado na FAAC/UNESP Bauru (RDIDP MS_5.3). Professor Permanente do PGAD/UNESP Tupã (mestrado e doutorado) e do PPGCOM/UNESP Bauru. Integrante da Equipe de Coordenação do Museu Ferroviário da Alta Paulista em Tupa. GRUPOS E REDES: Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Democracia e Gestão Social da UNESP (GEDGS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa OPAJE/UFT (Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino). Pesquisador do Grupo de Pesquisa PGEA/UNESP (Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental). Representante da UNESP na Rede Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - RGS.

Pedro Henrique Essado Maya

Médico pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Residência Médica em Neurocirurgia Hospital de Neurologia Santa Mônica Sociedade Brasileira de Neurocirurgia- Goiânia-

Goiás Professor em Habilidade e Atitudes Médicas Neurológicas na Instituição de Ensino Superior Faculdade de Ciências Médicas - AFYA Palmas. Professor Efetivo Cadeira Cirúrgica - Neurologia/Neurocirurgia da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Membro Titular da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia. Membro Efetivo da Academia Brasileira de Neurocirurgia.

Ramiro Ruales Parreño

Docente e Investigador da Universidade Nacional de Chimborazo. UNACH.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos (UFT) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Universidade Federal do Tocantins (2009).

Tanius Karam

Professor de teorias da comunicação no departamento de Comunicação e Cultura da Universidade Autônoma da Cidade do México. Doutor em ciências da informação pela Universidade Complutense de Madrid. Publicou, dentre outros, Cien Libros Hacia una Comunicología posible (juntamente com Jesús Galindo e Marta Rizo).

EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA AMÉRICA LATINA

ORGANIZADORES:

Gilson Pôrto Jr.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

José Lauro Martins

Leonardo Pinheiro da Silva

Adriano Alves Silva


FELAFACS
Federación Latinoamericana de
Facultades de Comunicación Social


Observatório
Edições



9

786598

858216

